

***OSMAR TOMAZ DE SOUZA***

***Políticas Públicas e Trajetórias de Desenvolvimento Rural em Cenários de Heterogeneidade socioeconômica e ambiental: casos ilustrativos na Região Metropolitana de Curitiba***

***Curitiba – PR, março de 2006***

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE DOUTORADO INTERDISCIPLINAR DE MEIO AMBIENTE  
E DESENVOLVIMENTO**

***Políticas Públicas e Trajetórias de Desenvolvimento Rural em Cenários de Heterogeneidade socioeconômica e ambiental: casos ilustrativos em comunidades rurais da Região Metropolitana de Curitiba***

***Osmar Tomaz de Souza***

***Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR sob orientação do comitê de tese constituído pelos professores: Prof. Dr. Alfio Brandenburg, Prof. Dr. Franck Dominique Vivien e Prof. Dra. Magda Zanoni.***

***Curitiba – PR, março de 2006***

*Dedico este trabalho a duas grandes mulheres da minha vida:*

*Minha mãe Pedrina, que partiu para outros planos no início de 2002, quando eu comecei a minha trajetória no doutorado e;*

*Minha avó Oscalina, que foi juntar-se a sua filha no final de 2005, quando eu fechava o ciclo destes quatro anos.*

*Vocês me ensinaram que a vida também se faz de perdas, mas ela SEMPRE VALE A PENA.*

*Ao meu pai Sebastião, aos meus irmãos Odete, Edna, Lúcia e Gilmar que continuam me ensinando, apesar da minha distância física, o significado e a importância de uma “família”.*

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Paraná e ao Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, seu coordenador, professores e funcionários;

À CAPES pelo apoio financeiro disponibilizado nestes quatro anos, tanto no Brasil quanto na França, por ocasião da realização do meu doutorado-sanduíche;

À Université de Paris X – Nanterre, ao Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e ao Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (LADYSS) onde realizei meu estágio de doutorado;

Ao Prof. Dr. Alfio Brandenburg, meu orientador, pelo apoio incondicional e pela forma agradável com que conseguimos dialogar durante estes longos anos de trabalho conjunto;

Ao Prof. Dr. Jean-Paul Billaud, professor da Université de Paris X e diretor do LADYSS, pela excepcional acolhida à ocasião do estágio de doutorado na França e pela inestimável contribuição à minha pesquisa;

Ao Prof. Dr. Franck Dominique Vivien que, para além da sua contribuição como co-orientador, me viabilizou contatos e possibilidades de diálogos na França que certamente qualificaram meu trabalho;

À prof. Dra. Magda Zanoni, integrante do meu comitê de orientação e de quem, a cada encontro e conversa, pude receber um pouco da sua disposição na luta em prol da agricultura familiar e do rural deste país;

À prof. Dra. Ângela D. D. Ferreira, incansável batalhadora em prol da linha de pesquisa “rural” do doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, cuja contribuição ao trabalho da Turma V e, especialmente, ao meu trabalho, merece lembrança e destaque;

Aos professores Leonardo Santos (UFPR) e Martino Nieddu (Université de Reims) pelas contribuições com idéias, reflexões e referências bibliográficas;

Às amigas Cimone, Janise e Icléia, com as quais compartilhei também muitos meses de angústias e descobertas durante a estadia na França, e aos demais companheiros “rurais” da Turma V do doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Hieda, Joel, Ari e Luiz, cuja contribuição e paciência viabilizaram a construção desta nossa experiência gratificante, que foi o trabalho interdisciplinar;

À Izete, para quem me faltam palavras de agradecimento e com quem compartilho mais de uma década de amizade e companheirismo únicos;

Aos amigos e irmãos de coração espalhados pelo Brasil: Angélica, Dorival, Marquinhos, Leonardo Beroldt, Aguilar, Billy, Laura;

À Dúnia, Edilane, Liliane, Vilson, Silvana e Maria Luíza com os quais compartilho, além do trabalho, meus bons momentos em Chapecó;

À Ivete e Jean Claude Perroneau, que me receberam em sua própria casa em Courcy (França) e me viabilizaram o contato com diversos agricultores familiares franceses, enriquecendo imensamente meus estágio naquele país;

À Jacques Rémy (INRA), Beatrice (LADYSS), Sylvie (LADYSS), Duda, Catherine e Denise Gomes, pela constante simpatia e disposição em me ajudar a desvendar os novos caminhos aos quais me aventurei durante os seis meses que passei na França;

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b>	<b>12</b>
<b>Abstract</b>	<b>13</b>
<b>Introdução</b>	<b>14</b>
<b>PARTE I - A ABORDAGEM METODOLÓGICA</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo 1</b>	<b>22</b>
<b>Aspectos metodológicos e conceitos fundamentais à pesquisa</b>	<b>22</b>
<b>1.1 A pesquisa interdisciplinar desenvolvida nos quadros do doutorado em meio ambiente e desenvolvimento da UFPR</b>	<b>23</b>
1.1.1 A definição do recorte espacial da pesquisa: o rural da RMC sob o olhar interdisciplinar	29
1.1.2. A visibilidade do rural metropolitano e a heterogeneidade como elemento definidor das questões teóricas e metodológicas de pesquisa	39
<b>1.2 As comunidades rurais como objeto de estudo</b>	<b>45</b>
<b>1.3. Uma compreensão de Políticas Públicas e algumas reflexões sobre a sua análise</b>	<b>48</b>
<b>PARTE II</b>	<b>53</b>
<b>A AGRICULTURA E O RURAL</b>	<b>53</b>
<b>Capítulo 2</b>	<b>54</b>
<b>Mundo rural, Agricultura Familiar e Ruralidades como formas de expressão da Heterogeneidade na RMC</b>	<b>54</b>
<b>Capítulo 3</b>	<b>81</b>
<b>O Desenvolvimento na agricultura: do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento rural</b>	<b>81</b>
<b>3.1. Meio século do desenvolvimento: nascimento, crise e resgate de um conceito</b>	<b>81</b>
<b>3.2 Desenvolvimento e crise: o desenvolvimento rural brasileiro sob a égide do projeto de modernização</b>	<b>87</b>
<b>PARTE III</b>	<b>94</b>
<b>A SOCIEDADE</b>	<b>94</b>
<b>Capítulo 4</b>	<b>95</b>
<b>A quem pertence o espaço rural? Mudanças na relação sociedade e natureza e a dimensão pública do espaço rural metropolitano</b>	<b>95</b>
<b>PARTE IV</b>	<b>107</b>
<b>AS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>107</b>

<b>Capítulo 5</b>	<b>108</b>
<b>Políticas Públicas e trajetórias de desenvolvimento rural na Região Metropolitana de Curitiba</b>	<b>108</b>
<b>5.1 A heterogeneidade sócio-econômica e ambiental do rural da RMC e suas trajetórias gerais de mudança</b>	<b>122</b>
<b>5.2 A regra e a exceção: Políticas Públicas para a metrópole e políticas públicas para o rural regional</b>	<b>135</b>
5.2.1. A Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e as políticas públicas para a metrópole	137
5.2.2. Políticas públicas ambientais	141
5.2.3. Políticas Públicas de desenvolvimento rural na RMC: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Paraná 12 Meses	147
<b>PARTE V</b>	<b>152</b>
<b>OS ESTUDOS DE CASO</b>	<b>152</b>
<b>Capítulo 6</b>	<b>153</b>
<b>A quem pertence o espaço rural?</b>	<b>153</b>
<b>Ação das políticas públicas e Reprodução Social da Agricultura familiar em comunidades rurais da RMC</b>	<b>153</b>
<b>6.1 O rural “peri-urbano” e a reprodução social da agricultura familiar na Colônia Mergulhão (São José dos Pinhais - Paraná)</b>	<b>159</b>
6.1.1 O Município e a Comunidade	159
6.1.2 A Família e a Moradia	170
6.1.3 A Propriedade	172
6.1.4 O Trabalho e a Produção	174
6.1.5 Políticas Públicas e Reprodução da agricultura familiar na Comunidade de Mergulhão	177
<b>6.2 Quando a metrópole cumpre suas funções: o rural integrado ao mercado e agricultura familiar na comunidade de Santo Amaro (Mandirituba - Paraná);</b>	<b>183</b>
6.2.1. O Município e a Comunidade	183
6.2.2 A Família e a Moradia	198
6.2.3 A Propriedade	200
6.2.4 O Trabalho e a Produção	202
6.2.5 Políticas Públicas e Reprodução da agricultura familiar na Comunidade de Santo Amaro	204
<b>6.3 Tão perto, tão longe: o rural profundo e a pluriatividade da agricultura familiar na comunidade de Postinho (Tijucas do Sul - Paraná)</b>	<b>211</b>
6.3.1 O município e a Comunidade	211
6.3.2 A Família e a Moradia	221
6.3.3 A Propriedade	223
6.3.4 A O Trabalho e a Produção	224
6.3.5 Políticas Públicas e Reprodução da agricultura familiar na Comunidade de Postinho	225

<b>6.4 O Estado e as políticas de desenvolvimento rural em xeque: o rural produtor de bens públicos e bens privados</b>	<b>233</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>249</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>257</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>270</b>

## ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

<i>Figura 1. Mapa da localização da Região Metropolitana de Curitiba</i>	31
<i>Quadro 1- Síntese dos principais indicadores referentes aos municípios e aos espaços rurais da RMC</i>	38
<i>Figura 2. Mapa de classificação dos Solos da RMC</i>	41
<i>Figura 3. Região Metropolitana de Curitiba – Perímetro Urbano e Áreas de Mananciais</i>	42
<i>Quadro 2. Comunidades e número de famílias entrevistadas na Primeira Etapa da pesquisa de campo</i>	47
<i>Figura 4 – Compartimentos ou anéis metropolitanos da RMC</i>	55
<i>Quadro 3. Comparativo das Tipologias dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba</i>	61
<i>Figura 5. Os Sistemas orientadores do projeto de modernização agrícola</i>	91
<i>Quadro 4. População residente, segundo a situação de domiciliados da RMC, 1970, 1980, 1991 e 2000.</i>	115
<i>Figura 6 – Principais fluxos da migração intrametropolitana – 1986/91 e 1991/96</i>	118
<i>Figura 7 – Evolução do crédito rural no Brasil 1970-1995</i>	123
<i>Figura 8. Esquema ilustrativo de “indicadores” e “valores” imputados ao rural da Região Metropolitana de Curitiba.</i>	134
<i>Figura 9. Localização da comunidade de Mergulhão no município de São José dos Pinhais.</i>	160
<i>Quadro 5 – Participação relativa dos principais produtos no VBP de São José dos Pinhais – 1975, 1995-1996 e 2004</i>	163
<i>Figura 10 – Propriedade rural integrante da rota turística “Caminho do Vinho”</i>	168
<i>Quadro 6 – Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF em São José dos Pinhais 2000-2004</i>	169
<i>Figura 11 – Vista de Propriedade na Colônia Mergulhão (hortaliças e mata)</i>	172
<i>Figura 12 – Vista parcial da Colônia Mergulhão com área de várzea (pastagens) e mato</i>	174
<i>Figura 13 – Olericultura em propriedade da Colônia Mergulhão</i>	176
<i>Figura 14. Localização da comunidade de Santo Amaro no município de Mandirituba.</i>	184
<i>Quadro 7 – Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF em Mandirituba 2000-2004</i>	188
<i>Figura 15 – Vista geral da Comunidade de Santo Amaro (Entrada secundária)</i>	192

<i>Figura 16 – Vista geral da comunidade de Santo Amaro (Cobertura florestal e relevo)</i>	<i>194</i>
<i>Figura 17 – Lagoa localizada nos fundos de “Lavadeira” em Santo Amaro</i>	<i>197</i>
<i>Figura 18 - Localização da comunidade de Postinho no município de Tijucas do Sul.</i>	<i>213</i>
<i>Figura 19 – Estrada de acesso e vista Geral da Comunidade de Postinho</i>	<i>214</i>
<i>Quadro 8 - Participação dos principais produtos da lavoura temporária em Tijucas do Sul (1990, 2000 e 2004)</i>	<i>216</i>
<i>Figura 20 – Vista parcial da rua principal da comunidade de Postinho</i>	<i>217</i>
<i>Quadro 9 – Número de contratos e montante de crédito rural do PRONAF em Tijucas do Sula 2000-2004</i>	<i>218</i>
<i>Quadro 10 – Rendimento médio dos principais produtos da lavoura temporária em Tijucas do Sul (1990, 1995, 2000 e 2004</i>	<i>220</i>
<i>Figura 21 – Vista da comunidade de Postinho com lavoura de fumo (primeiro plano) e plantação de pinus (ao fundo)</i>	<i>227</i>

## Resumo

O objetivo principal neste trabalho foi estudar a ação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural nas estratégias de reprodução da agricultura familiar da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná. Trata-se de uma abordagem de pesquisa interdisciplinar, na qual a pesquisa de campo enfatizou a reprodução da agricultura familiar em três comunidades rurais da região, quais sejam as comunidades de Colônia Mergulhão (São José dos Pinhais), de Santo Amaro (Mandirituba) e Postinho (Tijucas do Sul) à luz das principais políticas públicas que incidem sobre elas. A pesquisa reafirmou o rural metropolitano como um espaço heterogêneo e permitiu identificar as diversas estratégias que a sua agricultura familiar vem adotando para garantir sua continuidade enquanto categoria social, seja com o apoio de políticas públicas, seja na ausência delas. A análise dos instrumentos de políticas públicas que atuaram e atuam no rural metropolitano privilegiou abordagens capazes de viabilizar o diálogo interdisciplinar e de permitir a compreensão do rural enquanto espaço multidimensional e multifuncional. Para tanto, foram identificadas algumas das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que influenciaram, por um lado, a visão da sociedade sobre os espaços rurais e, por outro, o surgimento e a ação de políticas públicas. Observou-se que as mudanças na relação sociedade e natureza, expressas de variadas formas no âmbito da RMC e ocorridas principalmente após a década de 1980, representaram uma requalificação dos espaços rurais metropolitanos que passam a ser chamados a “produzir” a natureza. Se até aquela década a visão natureza que imperava era a de natureza intocada (cuja preservação se associava muito mais à criação de parques onde a atividade humana era vedada), a partir de então se ampliou a percepção de que os espaços rurais metropolitanos consistiam, além de espaços de produção agrícola, o lócus privilegiado da preservação de recursos naturais e de outros produtos vitais à metrópole (em especial os recursos hídricos, as áreas de turismo e lazer, de moradia, etc.) e que a estes espaços rurais deveriam ser delegadas “novas funções”, além das funções produtivas clássicas. Este processo foi identificado como um processo de transformação de *espaços privados (rural como propriedade privada, produtor de bens privados)* em *espaços públicos (rural com status de espaço público, produtor de bens públicos)*. Neste cenário, constatou-se (a) tanto as implicações destas mudanças no que se refere à reprodução da agricultura familiar, que passa a conviver com um constante fator de tensão e conflito (produção versus preservação) quanto (b) às possibilidades favoráveis abertas para o seu desenvolvimento a partir da emergência e da aceitação desta visão “multifuncional” da agricultura e dos espaços rurais.

Palavras-chave: políticas públicas, espaço rural, agricultura familiar, reprodução social.

## **Abstract**

The main objective of this thesis was to study the action of public policies for rural development in the familiar agriculture in Região Metropolitana de Curitiba, State of Paraná. To develop the research we adopted the interdisciplinary approach and we have also taken as a special object of study the communities of Colônia Mergulhão (São José dos Pinhais), Santo Amaro (Mandirituba) e Postinho (Tijucas do Sul) and the strategies of reproduction of familiar farmers in those communities. The research has shown the metropolitan rural as an heterogeneous space and, at the same time, a lot of strategies which the familiar agriculture has adopted to keep its continuity as a social category, with or without the public policies. The analyses of the public policies was made from the interdisciplinary approach as a tool to understand the rural space as a multidimensional and multifunctional space. We identified the main changes (socials, economics, cultural and politics) that changed, from on side, the vision of the society concerning the rural spaces and, from the other, the rising and the action of the public policies. By doing that, we could see that the changes in the nature and society links had re-qualified the metropolitan rural spaces and those spaces are invited (and demanded) “to produce” also the nature (preservation of natural resources, landscapes, flora and fauna). That means the new functions of the agriculture and the rural world. The main change from this process involves the status of the rural space from “private space” (producing private goods) to “public spaces” (producing public goods). From one hand, this changes put a lot of constraints to the familiar farmers (expressing by tensions and conflicts) but, from another, it opens great possibilities to its development from the acceptance of the agriculture and the rural space as a multifunctional space and, specially, by offering to the public policies several tools and good opportunities to change the paradigm of productivity that has inspired the agricultural policies in the last thirty years.

Keywords: public policies, rural space, familiar agriculture, social reproduction.

## Introdução

O rural brasileiro, tido por muito tempo como sinônimo de atraso e de problemas, vem recebendo o status de *portador de soluções*. Da mesma forma que em outros países, a questão rural se coloca no país com uma insistência particular. Diferente da visão que foi se estabelecendo por várias décadas de que ele (o rural) vivia um “inevitável declínio”, na atualidade vai observando seu “surpreendente renascimento”. Após ter sido banalizado no discurso político ou ainda ter sido representado junto com outras categorias discursivas, como regionalidade ou urbanidade difusa, o rural ressurge como objeto de interesse em vários setores da sociedade. Há trinta ou quarenta anos visto mais como um espaço de produção de alimentos, de geração de divisas e depositário de mão de obra potencial para o desenvolvimento urbano e industrial o rural vê emergir a multiplicação de suas “funções”. Transformações sociais e culturais importantes ocorridas nas últimas décadas contribuíram para isto, muitas delas ligadas ao êxodo rural e à explosão demográfica nos grandes centros urbanos, ao empobrecimento da população no campo, ao acelerado processo de mecanização e utilização de insumos químicos na agricultura e à crescente degradação ambiental, dentre outros.

Esta mudança de percepção sobre o mundo rural do país passa por uma transformação importante que pode ser apresentada da seguinte forma: o rural, antes tido como um “espaço privado” onde se realizava a produção e a reprodução de um certo grupo social, começa a ser identificado como uma espécie de “espaço público”, cumpridor de múltiplas “funções” (de preservação do meio ambiente e da paisagem, de turismo e lazer, de preservação do patrimônio cultural, de manutenção do tecido social, etc.). O reconhecimento dessas novas “funções”, que consiste no elemento mais original e significativo sobre a questão rural brasileira na atualidade, reacendeu o debate sobre o tema e, desta vez, com elementos bem mais complexos do que aqueles que permearam a discussão sobre o desenvolvimento da agricultura e do rural brasileiro no século passado e

resultaram no “pacote de modernização” implementado a partir dos anos sessenta<sup>1</sup>. Aquele projeto apresentava um certo diagnóstico do agrícola e do rural brasileiro: o de que lhe faltava modernização. Hoje, uma parte do rural brasileiro se transformou social e economicamente razoavelmente dentro das expectativas do “pacote”, mas uma grande parte dele sofreu uma ação “às avessas” das políticas de modernização, sendo excluído ou precarizando ainda mais as suas condições de trabalho e produção.

Embora as pesquisas sobre a agricultura patronal e familiar e sobre o espaço rural brasileiro sejam numerosas, elas não têm conseguido incorporar *novas noções e orientações* que constituam *instrumentos teóricos e operacionais* capazes de servir tanto ao *estudo deste rural em suas múltiplas dimensões*, quanto à *análise da ação das políticas públicas* ali implementadas e, em especial, que possam apontar *novas possibilidades ao desenvolvimento rural* no país. Estes são os casos das discussões sobre as “novas ruralidades” – razoavelmente difundido no Brasil –, o “desenvolvimento territorial” ou a “multifuncionalidade” da agricultura e do território.

A tese defendida neste trabalho é a de que existe uma falta de sintonia entre as políticas públicas e a agricultura de base familiar no Brasil que é resultado (a) tanto da falta de compreensão sobre a realidade e as possibilidades da agricultura brasileira, sobretudo no que se refere à agricultura familiar, quanto (b) da limitação dos aportes teóricos econômicos que orientam e dão suporte aos instrumentos de política pública dirigidos ao rural no país.

Por um lado, olha-se a agricultura familiar como um tipo de exploração agrícola meio “exótica” - ou simplesmente “atrasada” - e economicamente menos viável do que aquela que se desenvolve em grandes propriedades. Há, em parte da sociedade brasileira, uma

---

<sup>1</sup> Deve-se ressaltar que a produção intelectual sobre o agrário brasileiro, sobretudo em obras clássicas como as de Prado Jr (1972), Guimarães (1964), Rangel (1962), dentre outros traziam um diagnóstico rico sobre o campo brasileiro e suas propostas de Reforma Agrária envolviam aspectos muito mais profundos do que a simples necessidade de modernização da base técnica e de aumento da produção. Entretanto, as idéias que orientaram o pacote de modernização foram as dos “economistas rurais”, representados principalmente por Delfin Netto (1966). O foco desses últimos estava nas “funções” da agricultura no processo de desenvolvimento econômico. Discussões acerca da diversidade social e econômica do mundo rural não consistiam uma preocupação central desse grupo.

espécie de determinismo de acreditar que só é possível produzir de forma economicamente viável em grandes propriedades. Isto porque, à luz de certos parâmetros tradicionais de comparação, notadamente econômicos, (como nível tecnológico, produtividade, lucratividade) e de alguns produtos de grande importância econômica do país (como soja, milho, arroz, algodão, cana de açúcar, por exemplo), a agricultura familiar parece menos “competitiva”. Duplo equívoco. Tal percepção não vislumbra a verdadeira face de uma agricultura e de um rural heterogêneos nos aspectos social, econômico, cultural e ambiental, sobretudo no que diz respeito à grande maioria dos estabelecimentos existentes no país, que é de base familiar.

Por outro lado, os aportes teóricos que tradicionalmente dão sustentação às políticas de desenvolvimento rural no país, sobretudo no campo da Economia Neoclássica ou da Economia da Regulação, possuem limites que não permitem às políticas públicas contemplar o caráter heterogêneo, multidimensional e multifuncional desse novo “espaço público” e muito menos fornecem bases conceituais e analíticas adequadas para se compreender suas características. O resultado desse duplo equívoco está em políticas públicas que desconhecem a verdadeira face do mundo rural brasileiro e que continuam objetivando um desenvolvimento que não contempla o grupo social mais numeroso presente no campo do país: os agricultores familiares. Exemplo ilustrativo disso é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, embora seja dirigido a um público específico (agricultores familiares), também apresenta um claro viés produtivista e está longe de ser um programa que atende ao conjunto dos agricultores familiares do país, conforme ficará mais explícito mais adiante.

É a partir desse cenário que se desenvolveu a pesquisa aqui apresentada. É da constatação dos limites de uma abordagem centrada nos aspectos econômicos que se empreendeu uma pesquisa em que a abordagem interdisciplinar norteou o olhar sobre o objeto, qual seja, o rural da Região Metropolitana de Curitiba e a ação das políticas públicas.

Em termos mais concretos, o **problema de pesquisa** que orientou este trabalho foi o seguinte:

Como as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural têm afetado a reprodução da agricultura familiar no meio rural da Região Metropolitana de Curitiba e qual o papel das mesmas num quadro de reconhecimento e reconstrução desse rural de múltiplas funções?

E, da mesma forma, os **objetivos propostos** foram assim definidos:

a) Objetivo Geral

Analisar, à luz de abordagens que extrapolem os aspectos puramente econômicos - como as que tratam da “multifuncionalidade da agricultura” e do “desenvolvimento sustentável” - a ação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, com ênfase nas décadas de 1980 e 1990, sua implementação, seu impacto nas estratégias de reprodução da agricultura de base familiar e suas possibilidades, a partir de estudos de caso realizados em comunidades rurais de municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

a) Objetivos Específicos

- Identificar os principais aspectos das mudanças (sociais, econômicas, culturais) que influenciaram a criação de instrumentos de políticas públicas, e vice-versa, seus objetivos e formas de implementação e sua ação sobre os processos técnicos, produtivos, econômicos, sociais e culturais nos espaços rurais;
- Investigar a ação de políticas públicas selecionadas e seus efeitos na reprodução social da agricultura familiar em comunidades rurais de municípios da RMC, a partir do olhar de

diferentes atores que participam da sua elaboração, execução, gestão ou são por elas afetados;

- Identificar as possibilidades e efeitos diferenciados das políticas públicas na reconstrução do rural região, especialmente aquelas orientadas por noções diferenciadas como as da “multifuncionalidade” da agricultura e dos espaços rurais ou do “desenvolvimento sustentável”;

- Auxiliar na construção de indicadores que caracterizem e/ou identifiquem a heterogeneidade do rural regional e da agricultura familiar nele presente, bem como trazer à luz elementos que possam servir de orientação à elaboração e à implementação das políticas públicas que objetivam o seu desenvolvimento.

Com vistas ao problema que orientou esta pesquisa e aos objetivos citados, este trabalho está organizado em cinco partes. Não se tratam, em hipótese alguma, de partes que tratam de temas de forma independente; ao contrário, são temas absolutamente interligados e complementares no cenário do estudo desenvolvido. Mesmo porque temas como a agricultura e o rural, a sociedade e as políticas públicas são difíceis de serem tratados de forma independente. Neste sentido, a divisão em partes foi apenas um recurso utilizado para enfatizar cada tema.

A primeira parte trata dos aspectos metodológicos da pesquisa. Nela são desenvolvidos os principais elementos que orientaram a abordagem metodológica, de ordem interdisciplinar, bem como o caminho percorrido com vistas à definição do recorte espacial da pesquisa. Igualmente são discutidos na primeira parte alguns argumentos que justificam a opção pelas comunidades rurais como objeto de investigação, assim como uma breve digressão acerca da compreensão e do estudo da ação de políticas públicas que norteia este trabalho.

A segunda parte, identificada como “**A agricultura e o rural**” engloba tanto a discussão teórica acerca do agrícola, do rural e, em especial da agricultura familiar nas suas diversas formas de expressão quanto um apanhado da visão de desenvolvimento que orientou o projeto de modernização da agricultura brasileira. Em resumo, pode-se dizer que nesta segunda parte, são discutidas as formas como o agrícola, o rural e a agricultura familiar são abordados na atualidade, quais são os principais embates teóricos e práticos que envolvem o seu estudo e a contribuição das políticas de modernização no processo de ampliação da heterogeneidade do mundo rural brasileiro.

A terceira parte, chamada “**A Sociedade**”, se orienta por um questionamento - “A quem pertence o espaço rural?” - e aborda as mudanças mais gerais da percepção da sociedade acerca dos espaços rurais e da agricultura. Ali será tratada a forma como o olhar da sociedade sobre o mundo rural se modifica, resultando na passagem da visão do rural visto como um espaço privado (espaço de produção) para o rural entendido como um espaço público (cumpridor de múltiplas funções). Ainda nesta terceira parte serão discutidas as implicações desta mudança de olhar da sociedade no desenvolvimento da atividade agrícola e na reprodução dos agricultores familiares, que se manifesta na forma de uma tensão latente, de um conflito de interesses entre o privado (agricultores) e o público (Estado e Sociedade). Esta terceira parte aponta diretamente para a seguinte, onde se trata das políticas públicas e, em especial, da sua ação no rural da Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Na quarta parte, que recebeu o título de “**As Políticas Públicas**”, o estudo se debruça sobre a evolução ou as trajetórias de mudanças verificadas na RMC à luz das políticas de modernização da agricultura brasileira e, principalmente, sobre o impacto das mudanças do olhar da sociedade no que tange aos espaços rurais regionais. Nesta quarta parte, são enfatizadas as principais políticas públicas que agem sobre o rural metropolitano e, sobretudo, como as mesmas tentam se apropriar do debate sobre as múltiplas funções do rural e incorporar alguns elementos deste debate aos seus objetivos. O apanhado destes instrumentos de políticas públicas é o elo de ligação com a quinta e última parte do trabalho: “**Os Estudos de Caso**”.

Na última parte do trabalho, a questão referente a “quem pertence o espaço rural” é retomada como inspiração para a análise dos estudos de caso realizados nas três comunidades rurais: Colônia Mergulhão (São José dos Pinhais), Santo Amaro (Mandirituba) e Postinho (Tijucas do Sul). Ali são discutidos os resultados da pesquisa de campo e analisados a ação das principais políticas públicas com atuação sobre as comunidades estudadas e as trajetórias de mudança verificadas. Igualmente são analisadas as implicações das mudanças da percepção da sociedade acerca do rural frente à realidade da agricultura familiar local no que se refere às suas estratégias de reprodução. No fechamento desta quinta parte, retoma-se o debate acerca da elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural, desta feita contemplando os problemas identificados a partir dos estudos de caso. Neste último item são apresentados os avanços recentes no que trata das teorias e noções orientadoras de políticas públicas para o agrícola e o rural e da compreensão das suas múltiplas funções, em especial, a noção de “multifuncionalidade” da agricultura.

## **PARTE I - A ABORDAGEM METODOLÓGICA**

## Capítulo 1

### Aspectos metodológicos e conceitos fundamentais à pesquisa

A abordagem científica do mundo que nos cerca é, em geral, uma tarefa bastante árdua. Em primeiro lugar, porque ele é ao mesmo tempo o NOSSO mundo o que, por si só, já exige um grande exercício de imparcialidade e discernimento. Em segundo lugar, porque se o reconhecemos como um mundo complexo, isto nos coloca na condição prévia de aceitar a impossibilidade de se abordar todos os aspectos, de ser exaustivo, de ser definitivo. Num mundo complexo, o ato de precisar limites espaciais e temporais sobre o qual vamos trabalhar, o ato de demonstrar sua existência e seu funcionamento, de identificar suas características e suas mudanças, etc., é sempre um exercício que nos coloca frente aos limites de nossas formações acadêmicas de tradição disciplinares.

Em concordância com LEGAY (1988), podemos dizer que, em geral, nós não temos muito controle sobre as condições de nossa pesquisa. Mesmo que nosso objetivo seja responder uma questão, trata-se de uma questão que não vem necessariamente de nós, nem da ciência, mas do exterior, daquilo que podemos denominar “demanda social”. É certo que para alguns, “demanda social” pode soar como um termo ambíguo e passível de discussão, mas mesmo assim, podemos assumir que uma “demanda social” motiva nosso trabalho de pesquisa e influencia nossas escolhas por este ou aquele objeto de pesquisa.

A pesquisa que resultou neste trabalho guarda uma relação muito estreita com a afirmação acima. Ele difere da maior parte das pesquisas e teses de doutorado com as quais estamos habituados em, pelo menos, dois pontos essenciais: (1) a definição do recorte espacial da pesquisa e (2) a abordagem metodológica. O programa de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR inclui, além das disciplinas teóricas existentes em qualquer programa, a definição prévia tanto do (a) objeto de pesquisa coletivo (o rural da Região Metropolitana de Curitiba), quanto da (b) abordagem metodológica (interdisciplinar). Tais definições consistem, em verdade, num enfoque específico da pesquisa interdisciplinar cuja ênfase está no objeto a ser pesquisado e em estratégias de trabalho de equipes

multidisciplinares com características bem particulares. O item subsequente descreve os principais aspectos desta proposta bem como da pesquisa desenvolvida.

### **1.1 A pesquisa interdisciplinar desenvolvida nos quadros do doutorado em meio ambiente e desenvolvimento da UFPR**

Dissemos acima que uma “demanda social” define as condições de nossa pesquisa. No caso desta pesquisa, talvez isto fique mais evidente pela definição prévia do espaço geográfico e da abordagem metodológica, mas, ao nosso ver, não é somente em casos como este que a afirmativa acima é verdadeira. Independente da situação, qualquer pesquisa científica não se justificaria caso não tivesse, minimamente, objetivos epistêmicos e/ou sociais. Difícil pensar num esforço de pesquisa como sendo algo válido se não este não for produzir conhecimento, como objetivo primeiro, ou, pelo menos se não cumprir alguns objetivos sociais. Nos dois casos, uma demanda social serve como pano de fundo (produção de conhecimento, transformação social) porque a produção do conhecimento responde às necessidades da sociedade ou às questões que desafiam a curiosidade intelectual humana.

Bem, se uma parte das definições necessárias ao nosso trabalho foge ao controle, algumas outras são decisões nossas e modificam radicalmente o “espírito” de nossa pesquisa. Dentre elas, cabe destacar duas: primeiro, a aceitação da “complexidade” do nosso objeto de estudo e, segundo, da abordagem interdisciplinar como possibilidade concreta de trabalho coletivo e instrumento válido para a produção do conhecimento.

Ambos vão nos colocar frente a problemas metodológicos novos e vão mesmo modificar nossa concepção de rigor. Ambos vão nos colocar em confronto com os instrumentos metodológicos aos quais estamos habituados e com as bases disciplinares nas quais se assentam as nossas formações acadêmicas. Mas, ao mesmo tempo em que elas nos impõem desafios inéditos, elas podem nos guardar do pensar “mecanicista”, dado que o rápido avanço das ciências e das técnicas poderiam nos induzir a certos “desvios” simplificadores e tecnocráticos (LEGAY, 1988).

A criação das disciplinas e a especialização, marcas da ciência moderna, também foram responsáveis por um avanço sem precedentes no conhecimento científico. Mas, a “fragmentação do mundo” que consiste no maior orgulho da modernidade, que é a fonte primária de sua força e que torna o mundo “governável” (BAUMAN,1999), vem sendo questionada diante da complexidade de certos problemas que ultrapassam as fronteiras desta ou daquela área do conhecimento. Nas palavras de SANTOS (1999), é a credibilidade das “soluções técnicas” da modernidade que está em discussão. É esta “*maneira peculiar de (...) classificar e fragmentar os grandes objetivos do progresso infinito em soluções técnicas*” (IDEM, 1999, p.331) que está em crise. Para este autor, estas soluções técnicas - e a própria modernidade - se advogam uma credibilidade que, nem de longe, são capazes de garantir.

Nesse quadro de fragmentação do conhecimento, de perda de visão do conjunto da realidade e da falta de resultados eficazes para problemas fundamentais, é que a interdisciplinaridade vai se fortalecer. Em certo sentido, sua finalidade seria “mediar as divisões e fragmentações dos saberes, de aproximar, via transdisciplinaridade, a ciência, a arte, a religião, a moral e, ainda, articular de modo eficaz, via currículos, programas de ensino, projetos de pesquisa e, ainda, a ciência, a universidade e a sociedade.” (PAVIANI, 2003, P.2).

LEGAY (1988) aponta que, aparentemente, os problemas da interdisciplinaridade poderiam ser mais fáceis de resolver no campo das Ciências Sociais, pois, a maior parte dos pesquisadores que tratam do tema lida com as Ciências Sociais como um grande conjunto e a existência de homônimos entre noções relevantes e conceitos (por exemplo, na Ecologia, na Economia ou em Sociologia) de fato facilita a comunicação. Esta proximidade é interessante, mas não resolve o problema dos obstáculos com os quais este “conjunto” vai se defrontar quando o diálogo se der com o seu “conjunto” vizinho, o das Ciências da Natureza.

Há sempre o risco de incorrer num certo “parasitismo mútuo de linguagem” (LEGAY, 1988), com a utilização insistente dos mesmos termos, mesmo quando estes termos se

referem a conceitos diferentes. Este “affaire de linguagem”, que oferece uma aparente coerência ao discurso interdisciplinar, também pode induzir a inúmeros mal entendidos. Se, por um lado, ele permite aos “especialistas” dialogar com “especialistas” de outras áreas, por outro, o torna vulnerável a críticas dos colegas dentro de sua própria área de formação disciplinar. Entretanto, isto não minimiza a relevância desses esforços que podem alcançar soluções novas para problemas que, pelas abordagens convencionais, não se tem conseguido enfrentar.

Assumimos aqui que não se trata de uma “unificação de saberes” e sim de favorecer a “sociabilidade” entre as disciplinas. Trata-se de um esforço de tradução das diferentes linguagens, de clarificação de conceitos próximos, de circulação de idéias em que cada pesquisador persegue seus objetivos e pode tirar proveito, caso seja possível, daquilo que identificamos como “produção coletiva”. A unidade, se é que podemos falar dela, só pode acontecer através de uma espécie de “comércio de idéias” (LEGAY, 1988). No âmbito deste trabalho, isto quer dizer que as principais categorias analíticas utilizadas (como agricultura familiar, reprodução ou trajetórias) cumprem o papel de favorecer a “sociabilidade” entre as disciplinas. Não se tem a pretensão de dar conta das suas muitas possibilidades enquanto categorias afeitas a diversas disciplinas (como Economia, Sociologia, Antropologia, Geografia, etc.). Pelo contrário, é principalmente a partir da Economia que utilizamos tais conceitos e categorias para, somente a partir desta, explorarmos as (muitas) possibilidades abertas pelo diálogo interdisciplinar, principalmente no que tange a Economia, a Sociologia e a Antropologia.

É provável que o maior problema das abordagens dessa natureza seja a falta de uma formalização adequada. Entretanto, também se reconhece que não existe uma fórmula para a interdisciplinaridade; ela vai se realizar de forma específica em cada caso. Fundamentalmente, o que se pode afirmar é que ela apresenta a vantagem de exigir dos pesquisadores a predisposição de dialogar com uma cultura científica diferente da sua e, provavelmente, provavelmente a possibilidade de descrever e explicar problemas científicos novos e complexos. Este é o caso dos estudos realizados nas comunidades rurais que revela a percepção da equipe de que as mesmas constituem realidades complexas que

mantém sua capacidade de revelar tendências profundas da sociedade. Entende-se que a experiência adquirida no contato com estes grupos, com modos de vida e de pensar diferentes dos nossos, constituem um grande potencial de penetração no conjunto da sociedade, quando colocados em perspectiva, conforme discutiremos no Item 1.2.1.

Nesta pesquisa, a estratégia para a realização da interdisciplinaridade consistiu, além da definição de um OBJETO DE PESQUISA COMUM, também na escolha de um PROBLEMA DE PESQUISA COMUM que permitisse o intercâmbio entre os pesquisadores.

De início, existia apenas os (a) *interesses individuais de pesquisa* e a definição do (b) *objeto de pesquisa comum*, que visava estimular o intercâmbio e a integração entre os pesquisadores. O objeto de pesquisa comum consistia no meio rural da RMC, de forma genérica. A região em questão era um objeto pouco familiar para a quase totalidade da equipe o que estimulou a (c) *elaboração do diagnóstico preliminar*, um trabalho de construção coletiva que serviu também de oportunidade para uma primeira troca de experiências e de aproximação entre as diversas especialidades (que, neste caso, consistia em Agronomia, Biologia, Economia, Geografia e Sociologia). Realizado entre novembro de 2002 e março de 2003, este diagnóstico representou um momento de confrontação das possibilidades metodológicas das diferentes disciplinas.

O passo seguinte foi a (d) *constituição de um referencial teórico e descritivo comuns*, buscando expandir ao máximo as “fronteiras” de cada especialização, ampliar a sociabilidade entre elas e facilitar o “comércio de idéias”. Nesse momento, conceitos como “heterogeneidade”, “diversidade”, “reprodução”, “rural”, “ruralidade”, “agricultura familiar” e “desenvolvimento”, dentre outros, foram alvo de discussão e aproximação. Estes foram identificados como os “*conceitos integradores*” e alguns deles foram fundamentais para a seleção final dos estudos de caso. Merecem destaque três destes conceitos: “heterogeneidade”, “reprodução” e “Agricultura familiar”.

Na seqüência, foi feita a (e) *definição do recorte espacial das pesquisas coletiva e individual*. Se a busca pelo conhecimento e o reconhecimento do espaço rural metropolitano foi o ponto de partida da pesquisa, a constatação de sua (i) heterogeneidade, da (ii) predominância da agricultura familiar e de (iii) aspectos importantes ligados à reprodução social desse grupo social foram fundamentais na definição dos municípios e das comunidades a serem estudados. Esta foi uma etapa que implicou uma seqüência de incursões nos municípios da RMC e a realização de dezenas de entrevistas com informantes ligados ao poder público, a sindicatos, conselhos, associações e a outras lideranças comunitárias. Esta etapa da pesquisa se desenrolou entre os meses de fevereiro e março de 2004.

Em seguida, veio a (f) *realização da pesquisa de campo coletiva*, realizada entre os meses de agosto e novembro de 2004. Neste momento, tanto a construção do instrumento de pesquisa (Anexo 1) quanto a realização dos trabalhos de campo foram feitos coletivamente pelos pesquisadores. Os objetivos desta primeira fase do trabalho nas comunidades eram: (i) permitir a caracterização social, econômica, cultural e ambiental das comunidades; (ii) responder, ainda que de forma preliminar, a alguns dos objetivos de pesquisa individual que guardassem relação mais estreita com os objetivos dos demais pesquisadores. Ou seja, este momento representou principalmente um exercício concreto de “sociabilidade” entre as diversas áreas e disciplinas envolvidas no trabalho. Finalmente, (iii) garantiu os elementos necessários à seleção de amostras estatísticas para o desenvolvimento de uma segunda etapa de trabalho de campo, mais qualitativa e específica a cada um dos interesses individuais de pesquisa. Esta última etapa, desenvolvida entre outubro e novembro de 2005, representou a (g) *pesquisa de campo específica individual*, que envolveu atores sociais e agricultores familiares nos três municípios e nas três comunidades estudadas.

Como se pode inferir, as incursões a campo consistiram momentos fundamentais do trabalho e cabe nos demorarmos um pouco mais sobre elas. Em termos gerais, a pesquisa de campo se desenvolveu em três momentos. O primeiro momento ocorreu nos meses de fevereiro e março de 2003. Naquela ocasião, foram realizadas entrevistas com todos os secretários de agricultura e do meio ambiente, com técnicos dos escritórios municipais da

EMATER, representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais, dos conselhos de desenvolvimento rural e outras lideranças de agricultores nos três municípios. O segundo momento da pesquisa se deu entre os meses de agosto e novembro de 2004 (pesquisa coletiva) e desta feita, foram realizadas entrevistas, orientadas por um questionário (Anexo 1), envolvendo 94 famílias de agricultores nas três comunidades. O terceiro momento ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2005 (pesquisa individual), quando foram realizadas novas entrevistas com informantes ligados ao poder público e com 17 agricultores, todos eles integrantes do grupo de 94 famílias entrevistadas na segunda etapa da pesquisa.

Para utilizarmos uma classificação técnica da pesquisa realizada, poderíamos dizer, em consonância com Laburthe-Tolra & Warnier (1999), que ela envolveu quatro rubricas: “*as que passam pelo **medium** da troca verbal; as que requerem uma instrumentação destinada a obter dados materiais; as que visam recolher uma documentação quantitativa ou histórica; as que, enfim, tentam revelar o não-dito ou o que não se mostra*” (p.429-420). Além do recurso de *roteiros de entrevistas* (utilizados na primeira e na terceira etapas da pesquisa) e do *questionário de pesquisa* (instrumento utilizado na segunda etapa), cabe ressaltar a importância dos documentos escritos fornecidos pelas prefeituras, conselhos e escritórios locais da EMATER, além da própria observação. Em suma, é correto dizer que os resultados da pesquisa apresentados no último capítulo deste trabalho combinam livremente as orientações acima. É o que, nos termos expressos por CÂNDIDO (2003), implica em recorrer, por um lado, à descrição, ater-se aos detalhes e às pessoas, a fim de integrá-los numa visão que abranja “todos” os aspectos e, por outro, valer-se de amostras representativas dos grandes números, interessando-se pelas médias em que os indivíduos se dissolvem.

A seguir, são apresentados os principais momentos do trabalho de pesquisa interdisciplinar realizado nos quadros do doutorado, em especial as duas primeiras etapas, quais sejam, a realização do diagnóstico situacional e a construção de quadros síntese e indicadores, que serviram de base para a definição tanto do problema de pesquisa geral quanto do problema de pesquisa individual. O primeiro trabalho, realizado durante a Oficina de Pesquisa I,

resultou no “Diagnóstico Preliminar sobre a Região Metropolitana de Curitiba”, documento apresentado em março de 2003. O segundo trabalho, realizado durante a Oficina de Pesquisa II, teve como resultado o documento intitulado “O Rural da Região Metropolitana de Curitiba sob o Olhar Interdisciplinar: relatório síntese da oficina II”, finalizado em junho de 2003. Partes de ambos são incorporados ao texto ou reproduzidos parcialmente a seguir. Ambos consistem o resultado do trabalho de construção coletiva da equipe de pesquisadores e foi a partir deles que se definiu tanto o problema geral de pesquisa quanto o problema individual.

### **1.1.1 A definição do recorte espacial da pesquisa: o rural da RMC sob o olhar interdisciplinar**

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) está situada a leste do Estado do Paraná, no chamado Primeiro Planalto Paranaense, conforme Figura 1. É uma região marcada pela heterogeneidade geológica, de relevo e de solo e estas características, aliadas às suas condições climáticas, conferem a ela uma alta diversidade biológica. Possui uma área de 15,5 mil quilômetros quadrados e uma população de 2,7 milhões de habitantes, distribuída em 26 municípios. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, 91% dessa população é urbana e 8,8% rural <sup>2</sup>, embora em vários municípios essa população rural supere os 80%.

A RMC possui a maior área rural dentre as metrópoles brasileiras e tanto o IBGE quanto órgãos de planejamento regional, como é o caso da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), reconhecem a existência de municípios essencialmente “rurais” na RMC. Por exemplo, a COMEC, na elaboração do PDI (Plano de Desenvolvimento Integrado –RMC/2001), considerou três categorias espaciais dentro da RMC: o Núcleo urbano central, o Primeiro anel metropolitano e o Segundo anel metropolitano<sup>3</sup> que seria o

---

<sup>2</sup> Segundo a tipologia do IBGE, citada pelo IPARDES (CD- ROOM 2002) os municípios podem ser classificados: 1) Urbano de grande dimensão 2) Urbano de média dimensão 3) Urbano de pequena dimensão 4) Em transição para o Urbano de média dimensão 5) Em transição para o urbano de pequena dimensão 6) Rural de pequena dimensão. Considerando tal tipologia ter-se-iam 12 municípios na RMC considerados rurais.

<sup>3</sup> Núcleo urbano central - malha urbana conurbada e os municípios com forte interação com o pólo metropolitano; Primeiro anel Metropolitano – compreende na mesma mancha, municípios não limítrofes ao pólo, mas que apresentam um processo de inserção regional; Segundo anel metropolitano – municípios mais

representante dos municípios rurais. O IBGE, ainda que utilizando uma outra tipologia também revela a existência destes municípios rurais. Entretanto, são raros os trabalhos (acadêmicos ou não) e as políticas públicas que se voltam para esse rural metropolitano. O curioso, entretanto, é que este consiste um rural aparentemente “invisível”, raramente citado em documentos oficiais de planejamento e cuja relevância restringe-se, basicamente, ao seu aspecto funcional. Ou seja, um rural pensado a partir das demandas oriundas da urbanidade, com “funções” delegadas pela dinâmica (urbana) da metrópole.

---

recentemente incorporados à região onde predominam a configuração rural do espaço e a urbanização encontra-se incipiente (COMEC, 2001 p. 25).

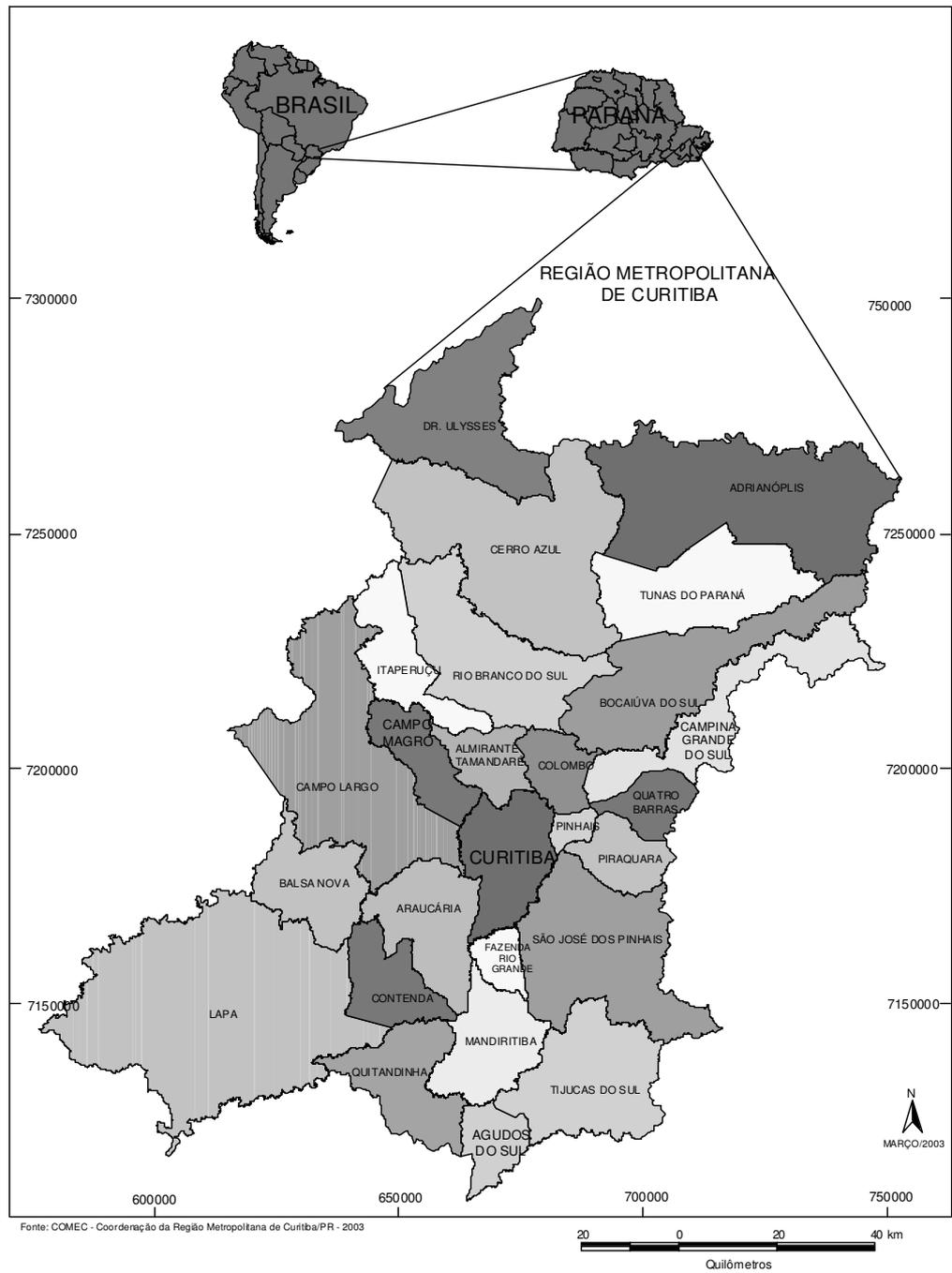


Figura 1. Mapa da localização da Região Metropolitana de Curitiba

Apesar dessa perspectiva hegemônica sobre o rural “invisível” da RMC (que é principalmente um olhar institucional), observou-se que existe um rural concreto que se expressa, dentre outros aspectos: (a) por uma população significativa (que se aproxima de 250 mil pessoas); (b) por uma área que, segundo os dados oficiais, representa 2/3 da RMC e (c) por uma produção agropecuária importante também quando avaliada no âmbito estadual. Em resumo, a constatação de que existe um rural metropolitano com aspectos e dinâmicas por serem investigados.

É exatamente este rural da RMC, que se constitui em objeto de estudo dentro da linha de pesquisa “Sistemas Sociais, Técnicos e Recursos Naturais de Áreas Rurais” do programa de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Conforme já destacado anteriormente, este programa tem como principal característica, a definição prévia de uma área geográfica que se constitui em objeto de estudo comum aos pesquisadores (doutorandos e professores do programa) da linha. Esta proposta possibilita que pesquisadores de várias áreas do conhecimento possam se debruçar sobre um mesmo objeto a partir de diferentes suas diferentes especializações, mas tendo como premissa básica o exercício da interdisciplinaridade.

Para tanto, a execução da *primeira fase* deste trabalho pautou-se no levantamento de dados secundários de ordem sócio econômica e ambiental sobre a Região Metropolitana de Curitiba, principalmente no que se relaciona aos aspectos do meio rural. Foi o momento de “*diagnóstico*” da realidade regional e, sobretudo, do meio rural da Região. O objetivo principal neste trabalho foi entender como se conformava o rural que se estabelece na RMC, buscando destacar: (a) qual é o lugar ocupado por ele nesta região, (b) suas especificidades em relação a outros meios rurais, (c) sua interação com a metrópole e seu papel no âmbito do desenvolvimento desta e (d) seu processo de estruturação e as transformações recentes nele verificadas. Além disso, buscou-se identificar processos de diferenciação social e ambiental entre os municípios “rurais”, sublinhando possíveis conflitos entre ambiente e sociedade.

A *segunda fase* consistiu no cruzamento de dados, na construção de indicadores e numa *síntese provisória* que permitissem a apresentação de um quadro analítico capaz de evidenciar a dinâmica social, econômica e ambiental do meio rural da RMC (Quadro 1).



Municípios	Indicadores de Condições de Vida		Indicador da dinâmica populacional		Indicadores das condições técnicas e produtivas			Indicador de concentração fundiária		Grupos de produtos agrícolas predominantes
	Situação Habitante	Infra Estrutura	Taxa de crescimento	Tipo de município	Produtividade	Tecnologia	Diversidade	Participação na área total	Nº de Estabelecimentos	
<b>Adrianópolis</b>	Precário	Precário	Rural/perda	Rural (+)	Média p/ Alta	Baixo	Baixa	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab de 10 a 50 ha	Grãos
<b>Agudos do Sul</b>	Razoável	Precário	Rural ganho Moderado	Rural (+)	Baixa p/ Média	Média p/ Alta	Alta	Maior parte da área no estrato de 10 a 50 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Outros
<b>Almirante Tamandaré</b>	Razoável	Satisfatório	Rural ganho Elevado	Urbano	Baixa p/ Média	Média p/ Alta	Alta	Maior parte da área no estrato de 10 a 50 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Outros
<b>Araucária</b>	Boa	Satisfatório	Rural ganho Moderado	Urbano	Média p/ Alta	Alta	Alta	Maior parte da área no estrato de 10 a 50 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Outros
<b>Balsa Nova</b>	Satisfatório	Satisfatório	Rural ganho muito Elevado	Rural	Média p/ Alta	Alta	Alta	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Outros
<b>Bocaiúva do Sul</b>	Razoável	Razoável	Rural ganho Moderado	Rural	Média p/ Alta	Baixa p/ Média	Alta	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab de 10 a 50 ha	Olerícolas

Municípios	Indicadores de Condições de Vida		Indicador da dinâmica populacional		Indicadores das condições técnicas e produtivas			Indicador de concentração fundiária		Grupos de produtos agrícolas predominantes
	Situação Habitante	Infra Estrutura	Taxa de crescimento	Tipo de município	Produtividade	Tecnologia	Diversidade	Participação na área total	Nº de Estabelecimentos	
<b>Campina Grande do Sul</b>	Satisfatório	Satisfatório	Rural ganho Elevado	Rural (-)	Baixa	Baixa p/ Média	Baixa	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Olerícolas
<b>Campo Largo</b>	Satisfatório	Satisfatório	Rural/perda	Rural (-)	Alta	Baixa p/Média	Alta	Maior parte da área no estrato de 10 a 50 há	Predominância de estab. Até 10 ha	Outros
<b>Campo Magro</b>	Satisfatório	Satisfatório	Rural ganho muito elevado	Rural	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
<b>Cerro Azul</b>	Satisfatório	Precária	Rural/perda	Rural (+)	Baixa	Baixa	Baixa	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab de 10 a 50 ha	Frutas
<b>Colombo</b>	Precário	Boa	Rural ganho Moderado	Urbano	Baixa p/Média	Alta	Baixa	Maior parte da área no estrato até 10 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Olerícolas
<b>Contenda</b>	Satisfatório	Precária	Rural ganho muito Elevado	Rural	Média p/ Alta	Alta	Alta	Maior parte da área no estrato de 10 a 50 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Outros
<b>Curitiba</b>	Boa	Boa	Urbano	Urbano	Alta	Baixa p/Média	Baixa	Maior parte da área no estrato até 10 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Olerícolas

Municípios	Indicadores de Condições de Vida		Indicador da dinâmica populacional		Indicadores das condições técnicas e produtivas			Indicador de concentração fundiária		Grupos de produtos agrícolas predominantes
	Situação Habitante	Infra Estrutura	Taxa de crescimento	Tipo de município	Produtividade	Tecnologia	Diversidade	Participação na área total	Nº de Estabelecimentos	
<b>Doutor Ulisses</b>	Precário	Precário	Rural ganho Moderado	Rural (+)	Baixa	Baixa	Baixa	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab de 10 a 50 ha	Frutas
<b>Fazenda Rio Grande</b>	Razoável	Satisfatório	Rural ganho Moderado	Urbano	Média p/ Alta	Média p/ Alta	Alta	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Grãos
<b>Itaperuçu</b>	Precário	Satisfatório	Rural/perda	Rural (-)	Alta	Baixo	Alta	Maior parte da área no estrato de 10 a 50 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Grãos
<b>Lapa</b>	Satisfatório	Razoável	Rural/perda	Rural	Alta	Média p/ Alta	Alta	s/d	s/d	s/d
<b>Mandirituba</b>	Satisfatório	Razoável	Rural ganho Elevado	Rural	Média p/ Alta	Média p/ Alta	Alta	Maior parte da área no estrato de 10 a 50 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Outros
<b>Pinhais</b>	Boa	Boa	Rural/perda	Urbano	Alta	Alta	Baixa	Maior parte da área no estrato entre 50 e 100 ha	Predominância de estab. até 10 ha e de 10 a 50 h	Olerícolas
<b>Piraquara</b>	Satisfatório	Satisfatório	Rural ganho muito Elevado	Rural	Alta	Alta	Baixa	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Grãos

Municípios	Indicadores de Condições de Vida		Indicador da dinâmica populacional		Indicadores das condições técnicas e produtivas			Indicador de concentração fundiária		Grupos de produtos agrícolas predominantes
	Situação Habitante	Infra Estrutura	Taxa de crescimento	Tipo de município	Produtividade	Tecnologia	Diversidade	Participação na área total	Nº de Estabelecimentos	
<b>Quatro Barras</b>	Satisfatório	Boa	Rural/perda	Rural (-)	Média p/ Alta	Média p/ Alta	Baixa	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Olerícolas
<b>Quitandinha</b>	Razoável	Precário	Rural ganho Moderado	Rural (+)	Alta	Baixa p/Média	Alta	Maior parte da área no estrato de 10 a 50 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Grãos
<b>Rio Branco do Sul</b>	Razoável	Satisfatório	Rural ganho Moderado	Rural (-)	Alta	Baixo	Baixa	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab de 10 a 50 ha	Frutas
<b>São José dos Pinhais</b>	Boa	Boa	Rural ganho muito Elevado	Rural	Média p/ Alta	Média p/ Alta	Alta	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Olerícolas
<b>Tijucas do Sul</b>	Razoável	Precário	Rural ganho Elevado	Rural (+)	Média p/ Alta	Baixa p/ Média	Alta	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab. Até 10 ha	Outros
<b>Tunas do Paraná</b>	Precário	Precário	Rural ganho Moderado	Rural (+)	Baixa p/ Média	Baixa p/ Média	Baixa	Maior parte da área no estrato superior a 100 ha	Predominância de estab de 10 a 50 ha	Grãos

*Quadro 1- Síntese dos principais indicadores referentes aos municípios e aos espaços rurais da RMC*

Este é um quadro que colocava em evidência os diversos aspectos da heterogeneidade regional, como se pode confirmar. Observe-se que ele permite uma observação geral a respeito das condições de vida, da dinâmica populacional, bem como de aspectos mais específicos do agrícola e do rural, como estrutura fundiária e tipos de produtos. Este trabalho foi o resultado da oficina de pesquisa II, ou seja, da segunda etapa de pesquisa interdisciplinar, a qual visava fortalecer ainda mais o diálogo entre as diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento vinculadas às Ciências da Natureza e da Sociedade (Anexo 1). Ele pautou-se no cruzamento de dados secundários, levantados e apresentados no diagnóstico do meio rural da região, anteriormente citado. A partir destes cruzamentos foi possível identificar os primeiros elementos definidores da heterogeneidade da RMC. Os principais cruzamentos e indicadores construídos nessa etapa dão origem ou inspiram algumas das tipologias que apresentaremos e discutiremos adiante, no capítulo 2 deste trabalho.

### **1.1.2. A visibilidade do rural metropolitano e a heterogeneidade como elemento definidor das questões teóricas e metodológicas de pesquisa**

A preocupação em tornar visível o rural da RMC a partir do levantamento dos dados pertinentes e da sua análise resultou naturalmente na visualização da heterogeneidade do mesmo. Observou-se que esta heterogeneidade se apresentava tanto na diversidade de situações econômicas, quanto ambientais, sociais e culturais.

As diferentes dinâmicas econômicas do rural se evidenciavam tanto nos aspectos internos a ele (o que produz, como produz, condições de produção e comercialização) quanto na sua forma de inserção no espaço metropolitano, cuja ênfase é a urbanidade e suas demandas. A priori, observava-se uma dinâmica de interação e distanciamento entre rural e urbano. Os municípios mais integrados à lógica urbana apresentavam sistemas produtivos com exploração mais intensiva (ex. produção baseada na olericultura ou produção de maior valor agregado). No outro extremo encontravam-se os municípios que estão mais distantes do centro metropolitano e com um certo isolamento frente a essa dinâmica de interação e apresentam exploração agrícola mais extensiva, baseada na produção grãos e frutas. Além desses, identificava-se um grupo

intermediário que possui uma importante dinâmica agrícola baseada na produção de batata-inglesa, cebola, fumo e, também, grãos que aparentemente mantinha uma relativa interação com a lógica urbana.

Por seu lado, os aspectos geoambientais também conferiam ao rural metropolitano uma importante diversidade de condições. Além da aptidão agrícola condicionada em função do solo (extremamente diversificado como se observa na Figura 2), do relevo e da hidrografia, identificava-se a pressão da legislação ambiental pela vasta área de preservação existente na RMC, principalmente pela questão da água (APAs como a do Iguaçu, Passaúna e Irai), mas também pela preservação da Floresta Atlântica (Serra do Mar) entre outros (Figura 3). Por um lado, se constatou que a pressão sobre o meio ambiente pelas demandas sociais da RMC (produção de alimentos, lazer, moradia, água, etc.) vem se ampliando em função do crescimento populacional e ampliação do parque industrial. Por outro lado, as limitações ambientais e a necessidade de preservação dos recursos naturais têm se manifestado em uma legislação cada vez mais rigorosa e restritiva que gera conflitos importantes na relação sociedade e natureza.

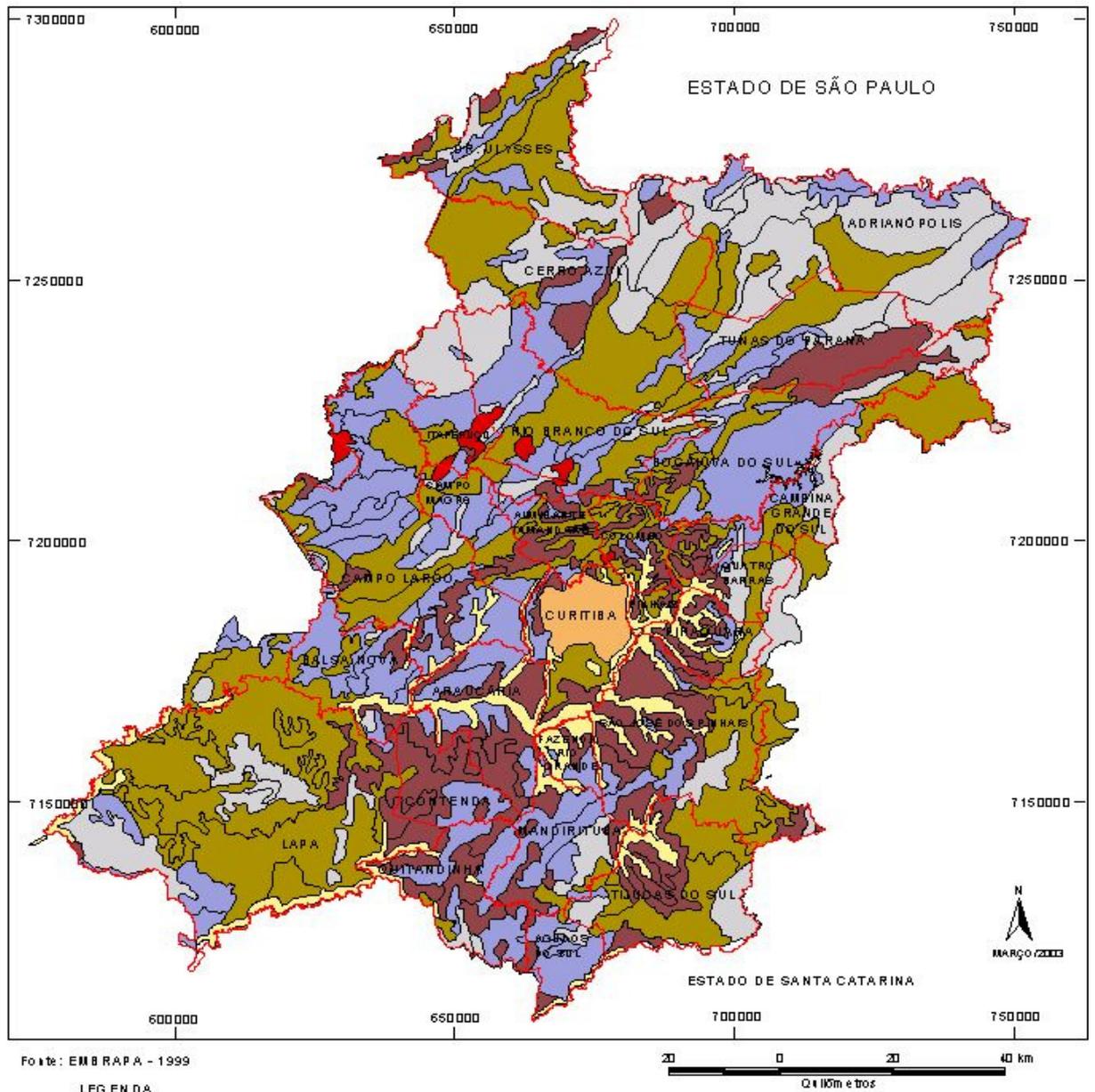
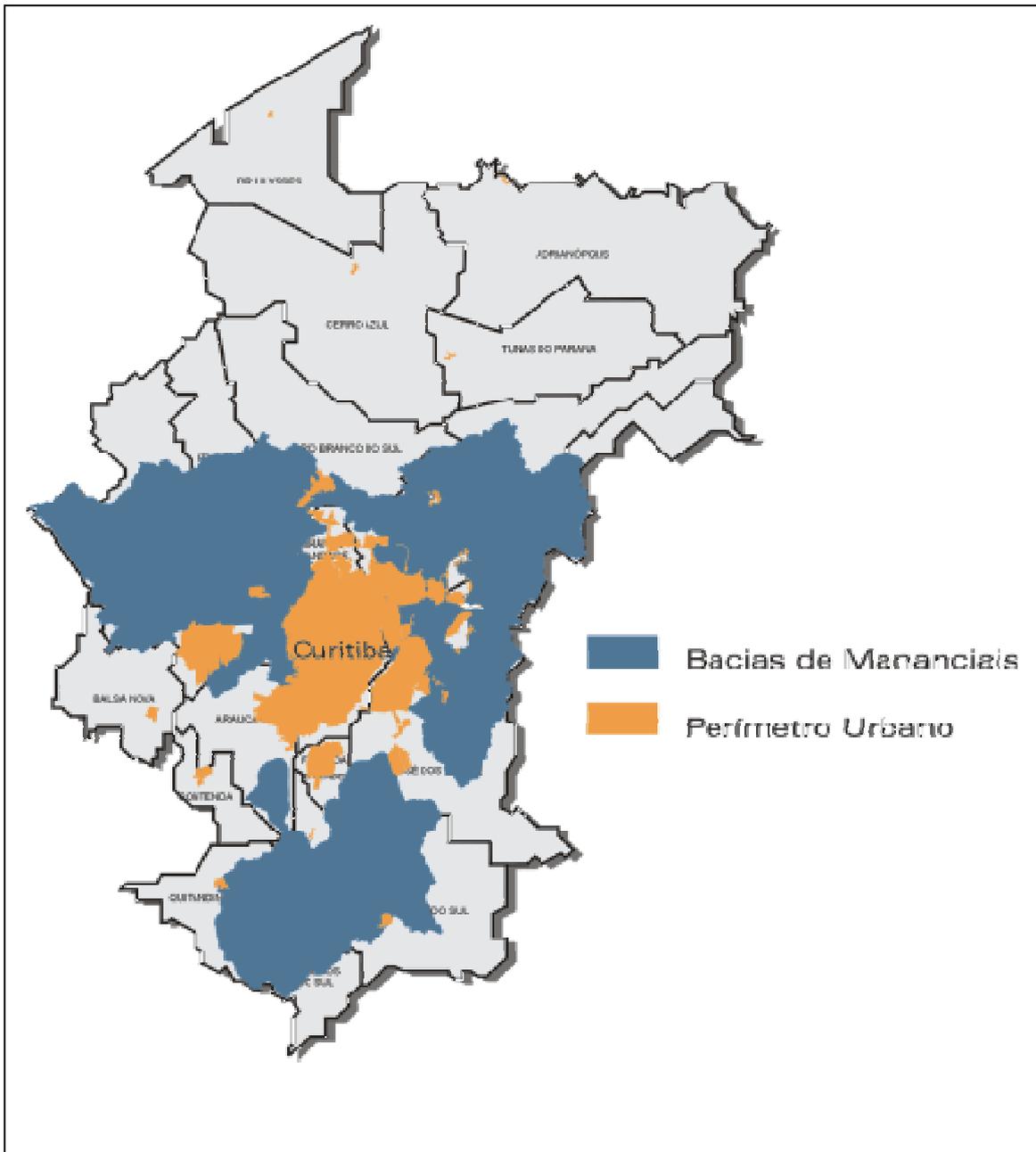


Figura 2. Mapa de classificação dos Solos da RMC



Fonte: COMEC (2001)

**Figura 3. Região Metropolitana de Curitiba – Perímetro Urbano e Áreas de Mananciais**

Aquela etapa da pesquisa evidenciava que a diferenciação social que se apresenta no rural metropolitano possui relação com as questões econômicas, ambientais e com as políticas públicas para a Região Metropolitana (que, em geral, excluem o rural). Em outras palavras, uma diferenciação social que envolve, acima de tudo, a teia de relações que os agricultores estabelecem entre si e com o restante da sociedade, a qual possibilita a construção de estratégias de reprodução social que levam em conta também aspectos históricos/culturais.

O que se percebeu com a finalização dessa etapa do trabalho coletivo é que, nem todo o levantamento e a análise dos dados secundários, nem as ações subseqüentes neles baseadas garantiriam um aprofundamento teórico e metodológico sobre questões vitais ao debate sobre o rural e o seu desenvolvimento. Sobravam questões a serem respondidas, como:

- 1) Quais concepções sobre o “rural” poderiam orientar a identificação do que é, verdadeiramente, o rural na RMC?
- 2) Quais seriam as diferentes “ruralidades” presentes na RMC que permitem conhecer/reconhecer a diversidade e/ou homogeneidade das suas dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ecológicas?
- 3) Que noções de “desenvolvimento” e de “sustentabilidade” deveriam ser considerados para aprofundar o olhar sobre o rural e suas dinâmicas, bem como, para se pensar ações e políticas para o mesmo?

Além dessas questões teóricas mais gerais, observavam-se situações de conflito entre sociedade e natureza que se manifestam em diferentes espaços metropolitanos, as quais também mereciam investigação:

- 1) Em alguns municípios (Ex: São José dos Pinhais, Campina Grande do Sul, Quatro Barras) nos quais encontra-se produção agrícola intensiva, alto uso de tecnologia e boas condições de vida, existem restrições pela proximidade com a Serra do Mar e com áreas de mananciais;
- 2) Em outros municípios (Ex: Dr. Ulysses, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Cerro Azul) nos quais encontra-se uma produção agrícola

extensiva, um baixo nível tecnológico e condições de vida precárias, existem restrições pelo relevo acidentado, solos rasos pouco férteis e áreas de preservação ambiental;

- 3) Um outro grupo de municípios que apresentam conflito sociedade/natureza é aquele que se situa na região cárstica (Ex: Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré e Colombo) pela fragilidade do meio físico (alta permeabilidade do solo, lençol freático aflorante) o que implica restrições ao uso e ocupação do solo (municípios que apresentam precárias e razoáveis condições de vida).
- 4) E, por último, há um grupo de municípios (Ex: Lapa, Balsa Nova, Contenda, Araucária) que concentra produção intensiva de batata, cebola e grãos, com alta tecnologia. Estes municípios apresentam latossolos originados de granitos gnáisses, que são solos sujeitos a erosão e alta lixiviação (lavagem dos nutrientes no perfil), o que os torna frábil a esse tipo de exploração.

Contudo, aprofundar o estudo dessas questões apontadas sobre o rural da RMC requeria ir além de uma realidade construída a partir dos dados secundários por várias razões. Em primeiro lugar, porque esses dados são obtidos e apresentados conforme os procedimentos metodológicos adotados pelas instituições que os produzem, em geral orientados por uma perspectiva de desenvolvimento que tem o urbano (suas demandas, equipamentos e sua lógica) como referência. Em segundo lugar, porque a apropriação que as instituições de pesquisa e os gestores das políticas públicas fazem desses dados, aponta para análises e ações com o mesmo viés de urbanidade. Isso poderia explicar a suposta “invisibilidade” do rural e a falta de um plano de desenvolvimento da Região Metropolitana que contemple todo esse rural.

Por isso, à luz dos resultados do diagnóstico e da síntese provisória, efetuou-se uma seleção preliminar de oito municípios considerados “rurais”, cuja heterogeneidade das condições sociais, econômicas e ambientais ilustrava a realidade da Região Metropolitana. Uma série de visitas e entrevistas com lideranças foi realizada em cada um desses municípios entre os meses de outubro de novembro de 2003 com o objetivo de verificar a confiabilidade dos dados obtidos, qualificar as informações e se aproximar ainda mais da realidade local, tendo em vista a seleção de estudos de caso que fossem

capazes de contemplar os interesses de pesquisa individual de cada membro do grupo. A heterogeneidade dos aspectos socioeconômicos e ambientais continuava orientando as opções por este ou aquele município, esta ou aquela comunidade. Ao final desta etapa, foram definidos os municípios de Mandirituba, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul como objeto de estudo, bem como as comunidades rurais de Mergulhão (São José dos Pinhais), Postinho (Tijucas do Sul) e Santo Amaro (Mandirituba) para a realização da pesquisa de campo (Anexo 2).

## **1.2 As comunidades rurais como objeto de estudo**

A definição do recorte espacial é outra decisão importante em uma pesquisa. Isto porque a sociedade escreve sobre o espaço uma parte determinante das relações que estrutura a ambos (à sociedade e ao próprio espaço). Entendendo o espaço como um produto social, não podemos minimizar o fato de que a própria sociedade se produz e reproduz nesta produção social. Como bem lembra KAYSER (1989), parece que o espaço é visto como “vivido” pelos seus usuários, como “produto” pela sociedade e como “construído” pelos analistas.

A escala é um problema que atinge a todos os pesquisadores em Ciências Sociais, visto que eles precisam “localizar” o objeto de suas pesquisas. A discussão do espaço já ocupou e ainda ocupa destaque tanto na Geografia, quanto na Economia, na Sociologia, na Antropologia. Todas as formações sociais, independentes do nível em que elas se situem (nação, região, cidade, etc.), ou todas as formações sócio-espaciais (a expressão que utilizamos para “ligar” a “formação” ao se “espaço”), se movem em espaços diversificados que não são nem hierarquizados, nem “encaixotados” (KAYSER, 1989). Pelo contrário, são espaços que se recobrem, se recortam, se ampliam e se contraem em conformidade com o uso e o tempo.

No caso específico desta pesquisa, a questão que se coloca é o porquê de se estudar uma comunidade rural, que consiste no nível espacial mais importante de análise das políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento. A questão é bastante relevante visto que os limites da comunidade nem sempre são claros e, em geral, não obedecem

simplesmente às definições políticas e administrativas. Seus limites dependem muito das relações de proximidade (sociais, comerciais, administrativas, etc.) que ela estabelece com outros níveis (zonas, regiões, municípios, estado, etc.). Além disso, como julgar se tal nível é mais importante do que outro? Seja o objeto de estudo a “localidade” ela mesma (estudos locais, monografias) ou certo “fenômeno” a estudar “sobre o terreno” (abordagem localizada), em qual escala trabalhar?

No que se refere ao estudo desenvolvido, a definição dos limites da comunidade privilegiou a noção de pertencimento do grupo estudado com a comunidade em questão. Para a realização da pesquisa de campo junto aos agricultores familiares, esta foi uma questão crucial porque, via de regra, não existia um limite geográfico claro das comunidades e muito menos o recorte político-administrativo é perfeitamente reconhecido pelos moradores. Por isto, os elementos centrais para a inclusão ou não de famílias ao conjunto de entrevistados foram, por um lado, a auto-identificação dos mesmos como agricultores e, por outro, como pertencentes à comunidade estudada, independente de se a sua identificação com aquele grupo social e aquela comunidade estivesse ou não em sintonia com as definições administrativas. Com isto, chegou-se às 94 famílias de agricultores que foram entrevistadas na primeira etapa da pesquisa de campo realizada entre os meses de julho de outubro de 2005, especificadas no Quadro a seguir.

**Quadro 2. Comunidades e número de famílias entrevistadas na Primeira Etapa da pesquisa de campo**

Comunidade	Município	No. De famílias entrevistadas	Total de pessoas
Colônia Mergulhão	São José dos Pinhais	22	107
Santo Amaro	Mandirituba	40	215
Postinho	Tijucas do Sul	32	135
<b>Total</b>		<b>94</b>	<b>457</b>

É sabido que o estudo realizado em comunidades, às vezes é visto com restrição, como se estes estudos fossem mero “voluntarismo afetivo”, para usarmos a expressão de KAYSER (1989). Entretanto, esta visão deixa escapar o fato de que uma comunidade rural, como é o caso desta pesquisa, consiste uma realidade viva, carregada de sentido e de valores, que se reconhece em uma identidade. Isto não significa simplesmente aceitar que uma comunidade é um elemento autônomo, independente e capaz de evoluir apenas segundo suas leis distintas. Ao contrário, significa perceber que ela se liga à sociedade e à economia geral, à vida nacional, à vida urbana, às mudanças tecnológicas globais, etc. de múltiplas formas, mas que apresenta particularidades que a tornam relevantes como objeto de estudo, como iremos melhor destacar no item 1.4, mais adiante. Ademais, a comunidade, lócus privilegiado do mundo rural, que há trinta ou quarenta anos era vista como um conjunto em dissolução, também persiste. E, da mesma forma que o mundo rural no seu conjunto, a comunidade vem se mostrando capaz de se reinventar em função das exigências e sobre bases modernas.

Aceitamos aqui que as comunidades agrícolas restam reveladores de tendências profundas da sociedade e que sua base reduzida permite ao pesquisador compreender rapidamente a natureza que a comporta e analisar diversos elementos sobre uma base de informações perfeitamente controlável. Em resumo, trabalhamos com a certeza de que, como bem destaca KAYSER (1989), a experiência adquirida no contato com pequenos grupos e civilizações, de modos de vida e de modos de pensar diferentes dos nossos, constituem um imenso potencial de penetração no conjunto da sociedade.

### **1.3. Uma compreensão de Políticas Públicas e algumas reflexões sobre a sua análise**

A questão da análise de políticas públicas, que sempre ocupou um grande espaço dentro da Ciência Política, ganhou força também em outras áreas, principalmente nas últimas décadas, quando as crises financeiras de muitos países em desenvolvimento restringiram bastante as possibilidades dos gastos públicos e fez emergir os estudos sobre a avaliação das políticas e a eficiência dos gastos. Ainda que os mesmos privilegiassem os aspectos econômicos e o caráter empírico em detrimento de discussões mais teóricas, foram importantes como fomentadores do debate sobre as políticas públicas no Brasil.

A nova configuração social que se estabelece, sobretudo a partir dos anos 1990, com mudanças nos tradicionais limites nacionais pela “universalização” das relações sociais, econômicas e mesmo políticas, define novidades na relação entre o Estado e a Sociedade Civil. Se, por um lado, não se pode mais falar no Estado como simples instituição de dominação de classe, também não se pode, por outro, entendê-lo como instituição neutra. Da mesma forma, a forma de organização social e política da sociedade se alterou e a combinação destas mudanças certamente influencia as relações de poder que se estabelecem entre os grupos e a instituição estatal em que são geradas as políticas públicas. Ao entendermos *políticas públicas como a ação que nasce do contexto social e que passa pela esfera estatal*, também entendemos que as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados<sup>4</sup>.

FREY (2000) afirma que na Ciência Política é possível distinguir três abordagens no campo da análise de políticas públicas. A primeira abordagem se interessa pelo próprio sistema político, tratando da ordem política certa ou verdadeira e daquilo que seria um bom governo e um bom Estado capazes de garantir e proteger as aspirações da sociedade. A segunda abordagem trata da análise do jogo de forças políticas que vai influenciar diretamente a tomada de decisão. A terceira abordagem está mais focada nos resultados que o sistema político em questão vem produzindo, com interesse centrado

---

<sup>4</sup> Embora não se possa minimizar a importância das transformações que culminaram com a emergência de movimentos sociais e de organizações não governamentais (ONGs) que, por seu lado, também

na avaliação dos resultados das ações ou estratégias adotadas vis a vis os problemas que elas buscam solucionar.

É exatamente neste último caso que vamos encontrar a análise das políticas econômicas, sociais, ambientais, etc., ou seja, a análise de campos específicos das políticas públicas. Tanto FREY (2000) quanto RICO (1998) destacam que o objetivo destas análises extrapola o simples conhecimento sobre planos, programas e projetos implementados pelas políticas setoriais e que elas também se interessam pelas inter-relações existentes entre as instituições políticas, o processo político e o conteúdo das políticas. Entretanto, lembram que a análise de políticas públicas no Brasil é muito recente e tem sido basicamente de natureza descritiva. A ênfase destes estudos está nas estruturas e instituições ou na caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais o que, obviamente, consistem importantes elementos para a análise de políticas públicas. Contudo, trata-se de estudos esporádicos, com abordagens micro que carecem da visão dos macroprocessos e, em geral, são restritas a uma abordagem e limitadas no tempo (FREY, 2000).

RICO (1998) destaca o pouco desenvolvimento teórico nesse campo no Brasil e, da mesma forma que FREY (2000) reconhece que esta é uma condição importante para que se possa atingir um grau mais elevado de generalização dos resultados desses estudos. Este último entende, inclusive, que a explicação para esta falta de teorização está no interesse pela empiria e pela prática política que prevalece no país.

Consoante os autores, é importante ressaltar que, se por um lado, esta “falta de teorização” inibe a capacidade de generalização, por outro, ela preserva o potencial analítico das análises, permitindo que elas superem as abordagens que priorizam apenas a dimensão institucional ou apenas a dimensão político-processual. Em outras palavras, o seu potencial analítico acaba ampliado pelo grau de liberdade com o qual tais estudos são realizados.

---

representam um espaço privilegiado ao nascimento de políticas públicas, neste trabalho, a análise se restringe ao campo das políticas públicas estatais.

No Brasil, assim como nos países em desenvolvimento em geral, cabe salientar que, se o instrumento analítico-conceitual é deficitário, há ainda o fato de que os mesmos foram elaborados para os países industrializados.

Devemos ainda atentar para as especificidades dos estudos envolvendo a análise de políticas públicas no caso brasileiro. Em primeiro lugar, porque o instrumento analítico-conceitual é deficitário e, via de regra, é um quadro analítico elaborado a partir da realidade dos países industrializados. Além disso, existem outros aspectos ligados às várias dimensões de uma análise de políticas públicas que merecem atenção. Por exemplo, (a) a dimensão institucional que se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e à estrutura institucional do sistema político-administrativo, pode estar em constante mudança. São poucos os casos no Brasil em que o quadro institucional envolvendo a gestão e a implementação de políticas públicas encontra-se consolidado ou que instituições que tenham sedimentado seu papel enquanto integrantes de um conjunto de instituições que viabilizem determinadas políticas. Além disso, existe certa “tradição” de mudanças de orientação como resultado da própria sucessão nas administrações municipais, estaduais ou federal que, ao menos aparentemente, já inibem a instituição de um quadro institucional mais sólido ligado à criação e o processo de implementação das políticas. Esta “instabilidade” influencia a dimensão ligada ao (b) processo político que define a imposição dos objetivos, conteúdos e as decisões de distribuição, processo este que, em geral, já é de caráter conflituoso. Igualmente, ela vai influenciar a (c) dimensão material ou a “arquitetura” das políticas públicas que se refere aos conteúdos concretos, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas. Por exemplo, políticas setoriais novas e fortemente conflituosas, como é o caso da política ambiental, trazem, além do “descobrimento” desta política como um instrumento de política setorial, o surgimento de novos atores que, ao entrarem em cena, vão transformar e reestruturar o processo político (FREY, 2000). No caso de políticas de desenvolvimento rural, como o PRONAF ou o Paraná 12 meses (ambas analisadas nesta pesquisa), também políticas novas, nem o quadro institucional nem o processo de implementação encontram-se consolidados.

Se tomarmos ainda como exemplo a política municipal no Brasil, os problemas são ainda mais peculiares. Segundo o mesmo autor:

- a) Em primeiro lugar, porque o conhecimento científico sobre este quadro de referência (municipal) é ainda mais limitado, praticamente não existindo estudos científicos sobre o assunto;
- b) Em segundo lugar, porque a autonomia financeira, administrativa e política dos municípios lhes permite uma grande variedade de arranjos institucionais no que trata das relações entre executivo e legislativo e, sobretudo, no que trata da inserção da comunidade local no processo político. Isto faz com que, no âmbito municipal, o caráter fluido das estruturas institucionais fique ainda mais evidente.
- c) Em terceiro, porque o espectro das forças políticas que atuam na arena municipal é muito dinâmico. O município convive rotineiramente com o surgimento de novos atores e forças políticas no cenário local enquanto que outros estão perdendo força.
- d) Em quarto, porque a falta de consolidação e consumação da “determinação político-ideológica” da população, dos políticos e mesmo dos partidos contribui para uma instabilidade generalizada do arcabouço institucional e dos padrões de conduta.

Nesse cenário, mudanças muitas vezes repentinas e radicais são relativamente comuns, marcando uma descontinuidade que dificulta a prática da análise de políticas públicas, fazendo com que as afirmações teóricas sobre o assunto fiquem prejudicadas por esta “fluidez generalizada”.

Em outras palavras, embora a distinção das dimensões seja importante do ponto de vista teórico, deve-se frisar que, na prática, elas são entrelaçadas, se influenciam mutuamente e que, as especificidades de cada país consistem outro elemento importante na análise. Disso resulta que a definição de “variáveis dependentes e independentes”, na busca de reduzir a complexidade dos estudos sobre a ação das políticas públicas, pode se mostrar embaraçosa e inadequada para a maior parte dos estudos de caso empíricos, que é o caso deste trabalho.

Preferimos desenvolver nossas discussões dos casos analisados em concordância com FREY (2000), que entende que para estudos de caso, não é possível e não se justifica uma dedução meramente “teórica” – a priori – das variáveis de análise que devem ser

consideradas. Ao contrário, o autor destaca que são mais importantes as “representações modelares sobre possíveis concatenações explicáveis” que podem ser obtidas a partir de estudos empíricos preliminares, estudos estes que foram realizados para os três municípios e comunidades estudados. Quando os estudos preliminares mostraram a existência de uma dinâmica expressiva das estruturas institucionais, então passamos a trabalhar com a idéia de que existe uma dependência, mesmo que seja parcial, das políticas a serem examinadas e a variável institucional.

Entendemos que os estudos tradicionais que tratam das políticas públicas são, em geral, baseados em métodos quantitativos e são forçados a se limitar a um número reduzido de variáveis, dadas as circunstâncias técnicas e organizativas. No entanto, para entendermos mais sobre a criação (gênese) e o percurso de certas políticas públicas voltadas do desenvolvimento rural – fatores favoráveis e bloqueadores – desenvolvemos a pesquisa comparativa sem perder de vista a investigação da vida interna dos processos político-administrativos e a importância dos arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas.

**PARTE II**  
**A AGRICULTURA E O RURAL**

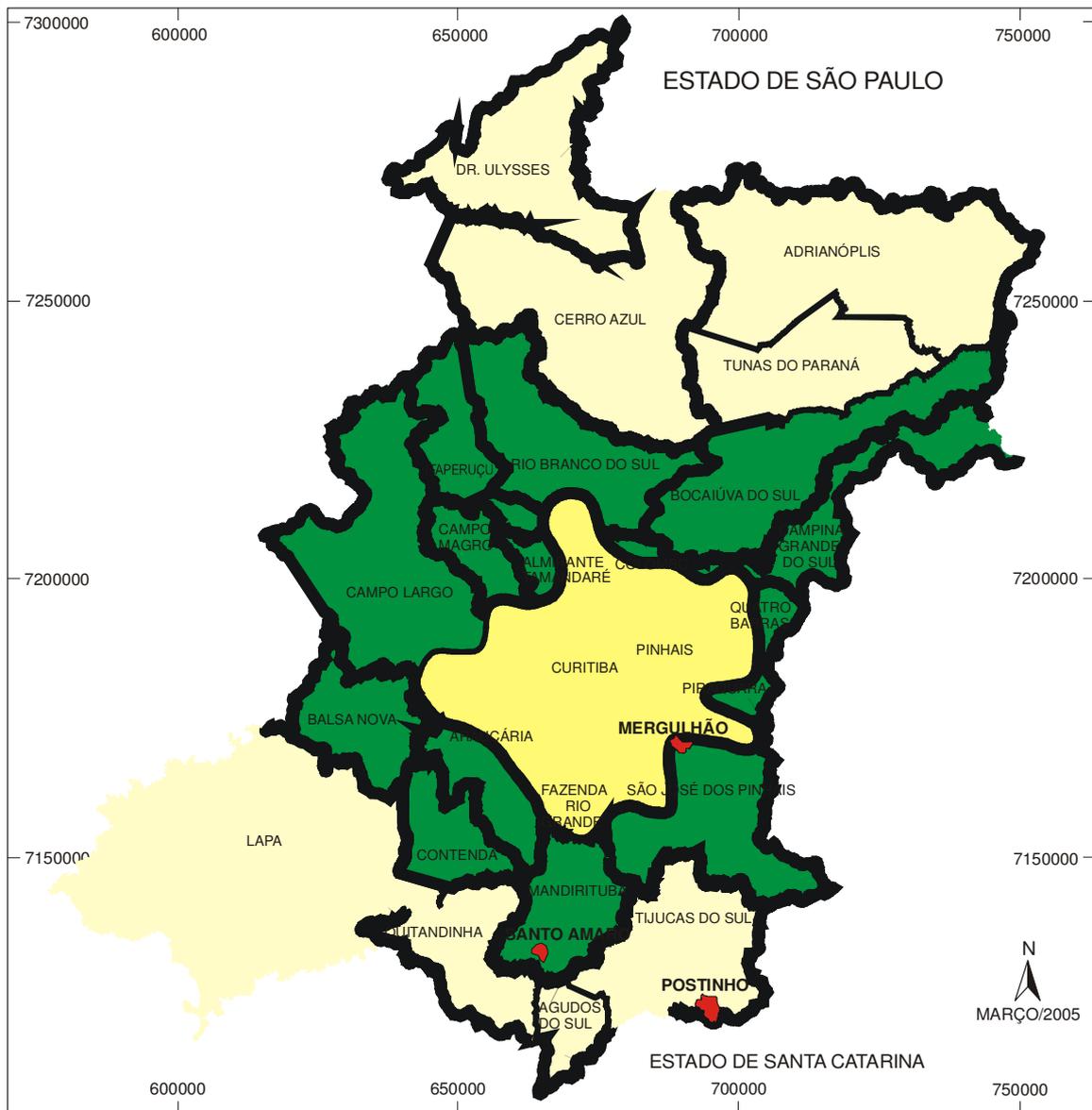
## Capítulo 2

### **Mundo rural, Agricultura Familiar e Ruralidades como formas de expressão da Heterogeneidade na RMC**

A discussão apresentada até o momento deve ter deixado razoavelmente claro que, dentre os principais problemas enfrentados pelas políticas públicas voltadas ao rural brasileiro, uma certa “ignorância” em relação ao seu “objeto” (o próprio rural) e ao seu “público-alvo” (principalmente quando se trata do agricultor familiar) tem sido responsável por grande parte do seu fracasso no que trata do desenvolvimento rural propriamente dito. Nesse ponto da discussão, cabe abordar o problema de forma mais clara. pois conforme já destacamos, a questão rural ainda se coloca com uma “insistência particular” (JEAN, 2000). A nosso ver, tanto a agricultura familiar quanto o rural que lhe serve de “lugar” representam conceitos e realidades mal compreendidos na maior parte das propostas de desenvolvimento rural implementadas no país. Cabe debruçar-se sobre ambos com o intuito de problematizar melhor a questão.

Em geral, falar do “campo” tornou-se um exercício complexo e polêmico de conceituação e, ao falamos dele, o fazemos com referência à cidade. Voltemos aos exemplos anteriormente citados das tipologias do IBGE e da COMEC.

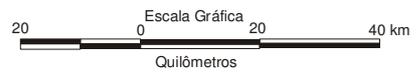
Conforme já destacamos, a tipologia dos municípios do IBGE (citada por IPARDES, 2002), classifica os municípios em (a) urbano de grande dimensão, (b) urbano de média dimensão, (c) urbano de pequena dimensão, (d) em transição para o urbano de média dimensão, (e) em transição para o urbano de pequena dimensão e (f) rural de pequena dimensão. Ou seja, a referência é dada pela cidade, pelo urbano. Da mesma forma, a COMEC, no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do ano de 2001, ao considerar três categorias espaciais na região, o faz a partir da cidade, tendo como referência o urbano (Figura 3). Vejamos mais detalhadamente suas categorias.



Fonte: Adaptado do PDI - COMEC - 2001.

**LEGENDA**

- NUC - Núcleo Urbano Central
- Primeiro Anel Metropolitano
- Segundo Anel Metropolitano



**Figura 4 – Compartimentos ou anéis metropolitanos da RMC**

A primeira categoria é o Núcleo Urbano Central, consistindo na malha urbana conurbada e nos municípios que apresentam forte interação com o pólo metropolitano (Curitiba). A segunda categoria identificada foi o Primeiro Anel Metropolitano, compreendendo, “na mesma marcha, municípios não limítrofes ao pólo, mas que apresentam um processo de inserção regional” (COMEC, 2001, p.25). A terceira categoria definida consiste no Segundo Anel Metropolitano, que seria formado por municípios mais recentemente incorporados a RMC, nos quais predomina a configuração rural do espaço e a incipiente urbanização. Curioso notar que a categorização utilizada pela COMEC é feita basicamente pela proximidade geográfica dos municípios. Nenhuma referência ou ressalva é feita quanto à dinâmica ou à configuração social e econômica dos municípios em questão. Vejamos o caso dos dados populacionais.

Os dados do último Censo Demográfico do IBGE, no ano de 2000, identificavam a RMC com 91% de população urbana e apenas 8,8% de população rural. Um mínimo de detalhamento destes dados já vai evidenciar um equívoco, pois em 13 dos 26 municípios que compõem a esta região metropolitana, a população rural supera a população urbana. E mais, em 7 destes municípios metropolitanos (Adrianópolis, Agudos do Sul, Campo Magro, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Quitandinha e Tijucas do Sul) a população rural equivale a mais de 70% da população total. Curiosamente, um destes municípios, Campo Magro, integra o Núcleo Urbano Central na tipologia da COMEC, mas segundo os dados do IBGE, apresentava no ano de 2000, mais de 87% da sua população no meio rural. Além deste, outros 4 municípios incluídos pela COMEC no chamado Primeiro Anel Metropolitano (Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda e Mandirituba) apresentam população rural acima de 50% relativamente à população total.

Para compreendermos um pouco melhor a profundidade destes “pequenos” equívocos, podemos lembrar a observação de Veiga (2002, p.31) de que “*o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é única no mundo. Este país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características*”. Via de regra, somos todos um pouco vítimas dessa “ficção oficial” que nos induz a olhar de forma equivocada a realidade de grande parte dos municípios brasileiros. Em se tratando dos municípios da RMC, fica ainda mais difícil pensar um espaço rural visto que a atenção imediata vai

recair sobre o tamanho da população urbana e, certamente, sobre as dimensões socioeconômicas e espaciais do núcleo urbano regional, representado pela capital, Curitiba. Disto tudo se infere duas constatações importantes. A primeira é que, tanto o recorte estritamente geográfico, quanto o recorte populacional possibilitam a criação de tipologias e, como resultado, podem apresentar uma primeira visualização da heterogeneidade regional. Em outras palavras, isto quer dizer que tanto as abordagens da COMEC quanto do IBGE são capazes de compreender a RMC como uma região heterogênea. Entretanto, seu “viés” urbano da heterogeneidade regional traz implicações importantes no que trata da ação pública para o desenvolvimento rural, o que discutiremos posteriormente. Isto nos conduz à segunda constatação: a de que tais critérios não são suficientes para a caracterização dos municípios (ou dos espaços) urbanos e rurais, e este é o aspecto que nos interessa ressaltar. Ademais, ainda que utilizemos o critério populacional, como no caso da metodologia do IBGE, um aprofundamento mais pertinente sobre o mesmo critério, pode resultar em uma percepção mais interessante do assunto. Vejamos um exemplo.

A Figura 4, adiante, mostra os municípios urbanos e rurais da RMC, tendo como critério o aspecto populacional combinado sob dois ângulos: a participação da população rural na população total e a densidade populacional do município. O resultado desta abordagem é a existência de quatro “tipos” de municípios:

- a) Os municípios “*urbanos*” que são aqueles onde a população rural é menor que 10% da população total e a densidade demográfica é superior a 200 hab/Km<sup>2</sup>. Neste grupo, teríamos apenas 06 municípios da RMC, quais sejam: Curitiba, Pinhais, Colombo, Almirante Tamandaré, Araucária e Fazenda Rio Grande;
- b) Os municípios “*rurais (-)*” englobando os que possuem entre 11 e 50% de sua população no meio rural e densidade demográfica entre 50 e 200 hab/Km<sup>2</sup>. Aqui estariam incluídos os municípios de Campo Largo, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul e Quatro Barras;
- c) Municípios “*rurais*”, cuja população rural representa entre 51 e 70% da população total e a densidade demográfica situa-se entre 20 e 50 hab/Km<sup>2</sup>. Este seria o caso de Campo Magro, Bocaiúva do Sul,

Piraquara, São José dos Pinhais, Mandirituba, Contenda, Balsa Nova e Lapa;

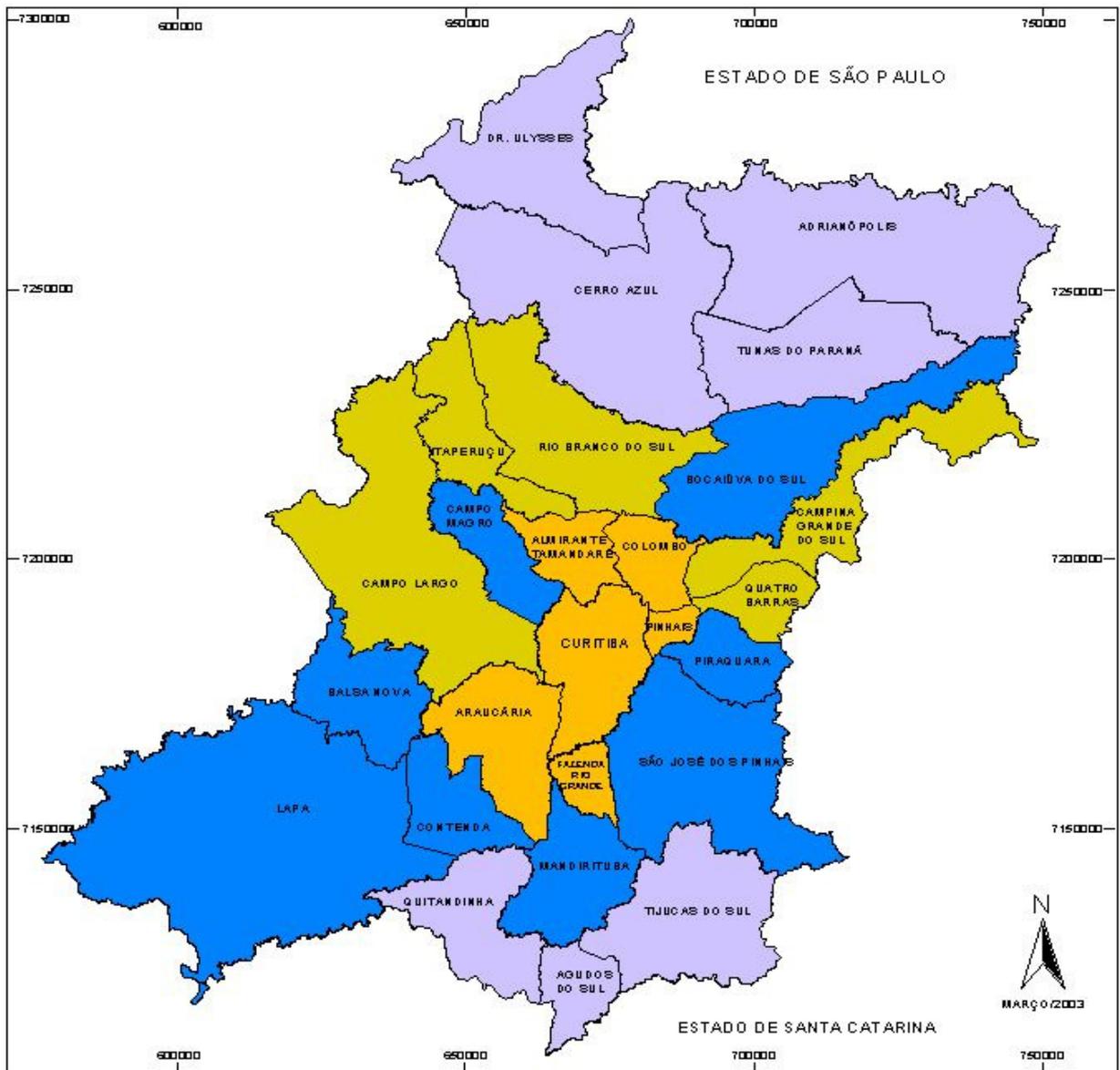
- d) Os municípios “*rurais (+)*”, que são aqueles com população rural acima de 70% da população total e densidade inferior a 20 hab/Km<sup>2</sup>. Neste último grupo, estariam outros 07 municípios da região: Doutor Ulysses, Cerro Azul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Quitandinha, Agudos do Sul e Tijucas do Sul.

Este agrupamento difere daquele dos “anéis metropolitanos” da COMEC, como se pode constatar comparando as figuras abaixo. Mesmo assim, nos mantém atrelados à definição metodológica de população “urbana” e “rural” já problematizada previamente.

Ademais, nenhuma das duas tipologias dá conta da dinâmica dos fluxos populacionais rural-urbano e, principalmente, do fluxo urbano-rural, que também passaram a fazer parte da realidade do mundo rural brasileiro nas últimas décadas. No caso de uma região metropolitana, o movimento populacional do urbano em direção ao rural é relevante e não pode ser minimizado, como bem reforçam os estudos VEIGA (2002), COMEC (2002) e os resultados de nossa própria pesquisa de campo, sobre o aumento da demanda por moradia nos espaços rurais metropolitanos. Vejamos uma outra tipologia possível para os municípios da RMC, anexando a taxa de crescimento populacional rural no período 1991-2000 como critério adicional aos demais já utilizados.

Partido de três estratos para a taxa anual média de crescimento populacional rural – menor que zero ou negativa; entre zero e 3% ao ano; e crescimento anual médio acima de 3% - poderíamos identificar três tipos de situação nos municípios:

- a) Aquela em que se verifica redução absoluta da população rural (o que, em termos percentuais, significa taxas negativas) na última década do século passado ou aqueles do “rural com perda”;



Fonte: IBGE - 1.996.

**LEGENDA**

Tipo de Município

- Urbano - População rural menor que 10% e densidade acima de 200,00
- Rural (-) - População rural entre 11 e 50% e densidade entre 50,01 e 200,00
- Rural - População rural entre 51 e 70% e densidade entre 20,01 e 50,00
- Rural (+) - População rural acima de 70% e densidade inferior a 20,00

**Figura 4. Região Metropolitana de Curitiba – Municípios urbanos e rurais**

- b) Uma segunda situação em que se observa um crescimento da população rural positivo, mas menor do que 3% ao ano no período em questão, que podemos identificar como “rural estável” e;

- c) Um terceiro grupo em que a população rural cresceu em média acima de 3% ao ano entre 1991 e 2000, os chamados “rural com ganho”.

Observe-se que esta nova configuração vai complexificar as tipologias anteriormente mostradas, como se pode verificar no Quadro 3, abaixo. Tomemos um caso ilustrativo de tal complexidade: Piraquara. Este é um município contíguo a Curitiba, integrante do “Núcleo Urbano Central” nos compartimentos metropolitanos da COMEC. Curiosamente, é um município que não se enquadraria como “urbano” e sim como “Rural” na segunda tipologia e com ganho de população rural superior a 3%, em média, no período 1991-2000, o que o colocaria como município “rural com ganho”, na nossa terceira tipologia. A questão que se sobressai num caso como este é: Qual o tratamento que é dado a um município com tais características sob a ótica das políticas de desenvolvimento (regional, urbano ou rural)?

Neste caso, para o planejamento regional (leia-se COMEC), trata-se de um município perfeitamente integrado à dinâmica da metrópole e do mundo urbano. Entretanto, trata-se de um município que, independente de sua condição geográfica contígua, apresenta mais de 50% de sua população no meio rural e, o mais importante, uma população rural que cresceu a taxa média de 14% nos dez anos compreendidos entre 1991 e 2000 (IBGE, 2000). Estas observações ganham mais relevância se atentarmos para o fato de que a população urbana da RMC vem crescendo sistematicamente, passando de 1,8 milhão em 1991, para 2,3 milhões em 2000 (quando a população total era de 2,7 milhões de habitantes) e com perspectiva de que ultrapasse os 3 milhões em 2010 (ano em que se estima que a população total da RMC será de 3,7 milhões de habitantes (COMEC, 1997; COMEC, 2002).

De modo similar, no mesmo quadro, é possível verificar que existe total concordância nos municípios integrantes do “Segundo Anel” e os “Rural (+)” das Tipologias I e II, respectivamente (quais sejam, Adrianópolis, Agudos do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná). Contudo, também se pode verificar que a dinâmica populacional dentre estes não é a mesma; enquanto Adrianópolis e Cerro Azul apresentaram perda de população rural no período em análise, os demais municípios apresentaram taxas de crescimento médio da população rural positivas.

Quadro 3. Comparativo das Tipologias dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba

Tipologia I - "Anéis Metropolitanos"			Tipologia II - Municípios "Urbanos e Rurais"				Tipologia III - "Dinâmica Populacional"		
Núcleo Urbano Central	Primeiro Anel	Segundo Anel	Urbanos	Rural (-)	Rural	Rural (+)	Rural com Perda	Rural Estável	Rural com Ganho
Curitiba	Balsa Nova	Adrianópolis	Curitiba	Campo Largo	Balsa Nova	Adrianópolis	Curitiba	Agudos do Sul	Balsa Nova
Almirante Tamandaré	Bocaiúva do Sul	Agudos do Sul	Almirante Tamandaré	Campina Grande do Sul	Bocaiúva do Sul	Agudos do Sul	Adrianópolis	Almirante Tamandaré	Campo Magro
Araucária	Contenda	Cerro Azul	Araucária	Itaperuçu	Campo Magro	Cerro Azul	Cerro Azul	Araucária	Contenda
Campina Grande do Sul	Itaperuçu	Doutor Ulysses	Colombo	Rio Branco do Sul	Contenda	Doutor Ulysses	Itaperuçu	Bocaiúva do Sul	Piraquara
Campo Largo	Mandirituba	Quitandinha	Fazenda Rio Grande	Quatro Barras	Lapa	Quitandinha	Lapa	Campina Grande do Sul	
Campo Magro	Rio Branco do Sul	Tijucas do Sul	Pinhais		Mandirituba	Tijucas do Sul	Pinhais	Campo Largo	
Colombo		Tunas do Paraná			Piraquara	Tunas do Paraná	Quatro Barras	Colombo	
Fazenda Rio Grande					São José dos Pinhais			Dr. Ulysses	
Pinhais								Fazenda Rio Grande	
Piraquara								Mandirituba	
São José dos Pinhais								Quitandinha	
Quatro Barras								Rio Branco do Sul	
								São José dos Pinhais	
								Tijucas do Sul	
								Tunas do Paraná	

O que estamos querendo apontar aqui é, ainda que de forma preliminar, não apenas alguns aspectos desta diversidade de situações – que posteriormente trataremos mais detalhadamente enquanto diferenciação social, econômica ou ambiental – ou, simplesmente, desta heterogeneidade regional, como também as primeiras implicações que tal heterogeneidade pode ter na elaboração e na implementação de políticas públicas de desenvolvimento, mais especificamente, de desenvolvimento rural.

Ainda que para muita gente o rural nos dias atuais exista muito mais como um objeto de pesquisa do que como uma realidade efetiva, na prática vamos constatar que ele permanece, dentre outros, como um setor particular da sociedade, mesmo nas situações em que não se evidencia ao primeiro olhar, caso do rural metropolitano de Curitiba. Aqui, tanto quanto em outras regiões, podemos avançar o suficiente para apreende-lo e

caracterizá-lo como um lugar (ou lugares) no qual os elementos constitutivos da dinâmica social se exercem de forma original, quer seja este rural integrado em maior ou menor grau ou simplesmente alheio à dinâmica urbana.

Atualmente, o sistema econômico e social integra completamente a cidade e o campo e a característica fundamental deste último é o fato de que ele pertence a um conjunto no qual o comando não lhe pertence, como reconhece KAISER (1990). Além de ser definido como um modo particular de utilização do espaço e da vida social, o espaço rural também é caracterizado (a) pela densidade relativamente baixa de habitantes e de construções, deixando transparecer uma preponderância das paisagens de cobertura vegetal, (b) por uma utilização econômica predominantemente agrosilvopastoril, (c) um modo de vida dos seus habitantes caracterizado pelo seu pertencimento a coletividades de tamanho limitado e por sua relação particular com o espaço e, por último, (d) por uma identidade e uma representação específicas, fortemente influenciadas por uma cultura camponesa (KAISER, 1990). Definido desta forma, a noção de espaço rural só pode ser aplicada a certa escala; ela necessita de um mínimo de extensão e continuidade e implica também certo nível de organização administrativa e de controle pela coletividade territorial.

Como já ressaltamos anteriormente, o aprofundamento do estudo do rural na RMC representava um duplo desafio. Primeiro, por conta da fragilidade metodológica que dá base à definição do que seriam os espaços rurais e urbanos na região. Segundo, porque a apropriação desses dados pelas instituições e pelos gestores de políticas públicas regionais em geral se dá com um viés urbano. Ou seja, uma análise preliminar do espaço metropolitano apontava, sobretudo, para a dinâmica urbana do seu conjunto e não para a existência de espaços rurais com um modo particular de utilização e de vida social.

Se nos restringirmos em senso estrito à observação de KAISER (1990) de que a noção de espaço rural só pode ser aplicada a uma certa escala por carecer de um mínimo de extensão e continuidade e de certo nível de organização administrativa e de controle pela coletividade territorial chegaríamos no Brasil, no máximo, ao nível dos municípios rurais. Isto porque estes consistem na menor unidade político-administrativa e de controle territorial no país. Nestes termos, dificilmente poderíamos trabalhar numa

perspectiva de espaço rural no município de São José dos Pinhais, por exemplo. Pelas dimensões da população urbana e pela estrutura produtiva da economia deste município, falar em espaço rural poderia parecer, quando muito, uma insistência exagerada dos estudiosos, um “voluntarismo afetivo”, em reafirmar a existência do rural. Entretanto, esta é uma restrição apenas aparente visto que no Brasil e, sobretudo na região estudada, as comunidades rurais representam o lócus privilegiado do mundo rural, guardando sentido e valores e se reconhecendo em uma identidade. Estas comunidades, inclusive a Colônia Mergulhão em São José dos Pinhais, consistem realidades vivas enquanto espaços rurais, independente dos recortes político-administrativos. Tais recortes, em certos casos, chegam mesmo a lhes parecer “estranhos”, como é o caso da Comunidade de Postinho que, administrativamente está ligada ao município de Tijucas do Sul, cuja população mantém uma relação próxima (comercial, de acesso a serviços, etc.) com os municípios de Campo Alegre e Rio Negro, ambos no Estado de Santa Catarina. Em suma, é a comunidade que estabelece grande parte das suas relações de proximidade (sociais, comerciais, administrativas, culturais) com os outros níveis espaciais (municípios, zonas, regiões, Estados, etc.), com base na sua própria dinâmica interna. Ao se ligar à sociedade e à economia em geral segundo regras que lhe são próprias (ainda que não indiferentes ao global), as comunidades rurais - seja num município “urbano” como São José dos Pinhais, seja num município “rural” como Tijucas do Sul - representam um recorte válido do espaço rural, capazes de revelar tendências do conjunto da sociedade.

Observe-se que não estamos tratando os espaços rurais estudados nem em oposição (como as teorias que tratam da relação contraditória entre *campo-cidade*), nem como uma simples extensão da cidade (as teorias do *continuum rural-urbano*). Estas duas frentes de análise do rural, por sinal, são marcantes no estudo da relação campo-cidade.

A oposição do campo à cidade é um axioma que comandou, durante muito tempo, as análises referentes ao rural e ao urbano e dentre os estudos desta frente cabe destaque ao de SOROKIN et. alii (1986). Estes autores apontam que a separação entre o campo e a cidade cresceu assim como as diferenças entre os universos sociais rural e urbano. Tratam-se de diferenças qualitativas e quantitativas cruciais para a compreensão dos processos sociais e históricos que têm lugar em ambos e que, ao nosso ver, são interessantes como pano de fundo para o estudo das questões relativas ao rural.

Os autores enumeram uma série de diferenças, dentre as quais merecem destaque: as (a) diferenças ocupacionais, (b) diferenças ambientais, (c) diferenças no tamanho e densidade populacional, (d) homogeneidade da população, (e) a diferenciação, estratificação e complexidade social, (f) na mobilidade social e (g) no sistema de integração social.

Em sua visão, diferente do que se verifica na cidade, a sociedade rural é composta de uma totalidade de indivíduos ativamente envolvidos em uma atividade agrícola, enquanto que a totalidade de suas crianças consiste uma “população rural passiva”. Observe-se que o critério principal desta diferença é “ocupacional”, visto que a população rural ocupa-se, via de regra, com a coleta e o cultivo de plantas e animais. Neste ponto deve-se frisar que atualmente o critério ocupacional não é suficiente para identificar o mundo rural. Mesmo porque a percepção do rural pela sociedade sofreu profundas alterações, conforme já destacamos anteriormente. Contudo, a terra e a atividade produtiva agrícola ainda consistem elementos centrais nos espaços identificados como rurais.

Em estreita relação com o ponto anterior, os autores destacam que o caráter da atividade agrícola faz com que os agricultores trabalhem muito mais ao ar livre, quando comparados com os trabalhadores urbanos. Esta seria uma diferença “ambiental”. Note-se que ao tratarmos desta diferença, não estamos traçando um suposto ideal utópico de agricultores tradicionais em perfeita sintonia com a natureza e sim constatando um fato: os trabalhadores rurais possuem uma maior aproximação e uma relação muito mais estreita com a natureza.

Outra diferença marcante é a que trata das diferenças de tamanho das comunidades rurais em relação às cidades. SOROKIN et. Al. (1986) Associam esta diferença ao próprio caráter da atividade agrícola que dificultou a concentração dos agricultores em comunidades com milhares de habitantes. Em geral, a atividade exige que ao agricultor more na propriedade ou relativamente próximo dela o que resultou, na leitura dos autores, numa “correlação negativa entre o tamanho da comunidade e a percentagem da população ocupada na agricultura” (SOROKIN et al., 1986). Como conseqüência, a

densidade populacional é baixa nos espaços rurais, o que foi, inclusive, um dos ângulos de nossa análise dos tipos de municípios da RMC, mostrados anteriormente na Figura 4.

Para os autores, as diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações rurais e urbanas também são evidentes. As primeiras tendem a ser mais homogêneas em suas características psico-sociais, tanto pelas similaridades nas características adquiridas como linguagem, crenças, opiniões, tradições e padrões de comportamento quanto no que se relaciona às origens étnicas. Eles lembram que a cidade é uma co-residência dos tipos de personalidades humanas as mais heterogêneas e contrastantes enquanto que a comunidade rural contém tipos mais “nivelados”, homogêneos e uniformes. Ainda que a base destas percepções seja o olhar dicotômico entre o rural e o urbano, cabe destacar que este aspecto consiste um elemento importante nos quadros de uma pesquisa em comunidades rurais, como a que desenvolvemos.

Nas comunidades de Santo Amaro e Postinho, a origem étnica é predominantemente cabocla (ou simplesmente brasileira). Em Santo Amaro, 82,5% dos responsáveis pelos estabelecimentos pesquisados são de origem cabocla e 87,5% dos seus cônjuges possuem a mesma origem. Em Postinho, 71,9% dos responsáveis se identificaram como de origem cabocla, assim como 81,3% dos seus cônjuges. Já na Colônia Mergulhão, a origem étnica mostrou-se mais heterogênea, com forte descendência italiana (45,5%) e polonesa (40,9%), mas também cabocla (22,7%) e alemã (18,2%) entre os responsáveis do estabelecimento. Da mesma forma, para seus cônjuges, se sobressaíram os descendentes de poloneses (50%), italianos (45,5%) e alemães (13,6%). Embora se verifique esta maior heterogeneidade na origem étnica dos agricultores em Mergulhão, foi esta comunidade que apresentou a população com o maior tempo de residência média dentre as três comunidades pesquisadas, com 86,4% dos entrevistados residindo há mais de 20 anos no local.

Como reforçam os autores, a classe agricultora é bastante impermeável à infiltração de membros oriundos de outras ocupações; em geral, novos agricultores são “recrutados” entre os próprios filhos de agricultores, guardando algumas características de “casta”. Interessante notar que mesmo nas três comunidades estudadas, todas razoavelmente próximas de uma grande metrópole e, portanto, bastante permeáveis à “infiltração” de membros oriundos de outras ocupações, esta característica de “casta” mostrou-se

significativa. Em sua grande maioria, os agricultores pesquisados são filhos de agricultores, tendo recebido a terra (ou pelo menos parte dela) de herança dos pais.

Esta característica por vezes conduz a uma visão equivocada de que os agricultores são simplesmente “conservadores” ou “resistentes” às novas tecnologias. Ao nosso ver, essa relativa homogeneidade e este recrutamento de novos agricultores entre os próprios filhos destes é importante na transmissão do conhecimento adquirido e das técnicas e práticas utilizadas. Este “saber” acumulado e transmitido sucessivamente, característico do agricultor, não raro vai entrar em choque com as novas tecnologias “externas” ao ambiente doméstico e às práticas cotidianas. Embates deste tipo são quase sempre reconhecidos pelos agentes externos (como técnicos das empresas de assistência e extensão rural) como “conservadorismo” e “resistência”. Apesar disso tudo, este pretensível sistema de “castas”, representa um papel importante tanto na formação quanto na transmissão do que se identifica nas Ciências Sociais como o “patrimônio sócio-cultural” da agricultura camponesa ou da agricultura familiar.

No que trata da diferenciação, estratificação e complexidade social SOROKIN et. al. (1986) ressaltam que os urbanos são marcados por maior complexidade. A cidade, desde o seu início, sempre foi uma sociedade mais complexa quanto às classes sociais mais numerosas, à diferenciação ocupacional e à divisão do trabalho, à diversidade mais rica de tradições, traços, costumes, crenças, opiniões, gostos, etc.

A mobilidade social também é outra característica que diferencia o rural do urbano, de acordo com os mesmos autores. Ao tratar da mobilidade territorial, ocupacional e entre estratos sociais, eles mostram que em todas elas, a população rural apresenta menor mobilidade. Os agricultores, comparativamente aos trabalhadores urbanos, mudam menos de domicílio, viajam a distâncias mais curtas, mudam menos de ocupação ao longo de sua vida e alteram menos seu estrato social. É como se existisse uma espécie de “enraizamento” dos agricultores em suas comunidades e ocupações. Evidentemente, estamos tratando de agricultores que não compõem o êxodo rural e também não se pode esquecer as mudanças do mundo rural na atualidade provavelmente vão lhes conferir maior mobilidade. Mesmo assim, cabe adiantar que nos estudos de caso das comunidades de Mergulhão, Santo Amaro e Postinho, identificou-se que aproximadamente 64% dos responsáveis de estabelecimento entrevistados, vivem nestas

comunidades há mais de 20 anos, sendo que no caso de Mergulhão, este percentual supera os 86%.

Diferenças qualitativas e quantitativas importantes no sistema de contato e interação social também são marcantes entre o mundo urbano e o rural. Em geral, o número de pessoas distintas que um agricultor encontra e com quem estabelece contato é muito menor do que do urbana, mas as diferenças qualitativas dos dois sistemas de integração social são muito mais profundas e, certamente, influenciam seus comportamentos e estratégias. Além do sistema de contato da comunidade rural ser mais restrito, as relações “face a face” ocupam uma proporção muito maior das relações de uma pessoa que vive no meio rural. As relações são mais pessoais, estáveis, duradouras e sólidas. Para SOROKIN et al. (1986) isto explica porque *“nos sistemas rurais os seres humanos atuam como seres humanos e suas relações envolvem, em larga escala, avaliações morais, emotividades e atitudes positivas ou negativas”* (p.37). Independente de serem relações amigáveis ou hostis, boas ou más, a maioria delas permanece.

Mesmo que não seja suficiente para identificar o espaço rural, a apreciação desse conjunto de diferenças é inspiradora para se estudar e entender o mesmo. Elas nos permitem visualizar as especificidades desse mundo rural, mas, sobretudo, nos alertam para o fato de que os padrões e modelos de ação e reação, bem como as estratégias de reprodução, são absolutamente influenciados por tais especificidades; elas não seguem nem de longe a mesma lógica existente no mundo urbano. Nas palavras de SOROKIN et al.(1986), este mundo rural é um lugar onde o padrão de interação *“é mais carregado de uma inseparável atitude emocional, vai além da roupagem social de um homem e se aproxima de sua personalidade”* (p.39.).

KAISER (1990), ao tratar do estudo dos espaços rurais e dos limites das teorias baseadas na oposição campo-cidade, lembra a inteligente percepção de Nicole Mathieu (1985) ao destacar que:

*“A partir dos anos 60, ao mesmo tempo em que o crescimento das cidades ganha uma aceleração sem precedentes, que começa um período de crescimento dos empregos, do consumo e dos níveis de vida, um novo modelo de análise vai se tornar dominante: a urbanização do campo. Este modelo coloca em*

*marcha o fim da relação contraditória campo-cidade; modelo a-dialético, ele nega a existência de uma descontinuidade espacial entre as cidades e os campos e privilegia a assimilação (integração) pela difusão da cultura, dos produtos, das práticas urbanas. O êxodo rural é um processo em curso, mas ele é secundário em relação aquele da modernização que homogeneiza os espaços” (Mathieu (1985) citada por Kaiser, 1990,p.16)<sup>5</sup>.*

É a partir desta percepção sobre as transformações do mundo rural que se desenvolve a tese do *continuum rural-urbano*.

Na tese do *continuum rural-urbano* se parte da concepção de que a separação entre cidade e campo desaparece e a fusão entre ambos se precipita. Aqui, a divisão não é mais essencial, visto que ambos pertencem a uma mesma civilização, uma sociedade única.

*“Os termos urbano e rural designam os modos de utilização das terras e são definidos por eles: então, eles se aplicam à terra e ao homem. Juntos, eles constituem aquilo que atualmente nós consideramos como um sistema contínuo, ou **continuum rural-urbano** no qual não há distinção “pura” entre um e outro, e que comporta diversos níveis de atividade social e econômica que são mais elevadas no extremo urbano e mais fracas no extremo rural. Se vamos em direção ao extremo urbano do **continuum**, a atividade humana e a produção de objetos manufaturados predominam, se intensificando; na direção do extremo rural, os processos ecológicos e os recursos naturais predominam, se intensificando igualmente.” (Kaiser, 1990, p.16).*

O problema desta afirmação é que, se por um lado, ela comporta um elemento central da configuração do rural – a importância da atividade agrícola -, por outro, restringe a compreensão do rural a um sistema em que a “negação” e a “inexistência” são os fatores explicativos mais relevantes. Em outras palavras, o rural é aquilo que “não é urbano”, um lugar onde (ainda) “não predominam” a atividade humana e a produção de manufaturados.

---

<sup>5</sup> Traduzido a partir do original em francês (KAYSER, 1990, P.16).

Por seu lado, o sociólogo inglês PAHL (1968) (citado por KAYSER, 1990) problematiza de forma interessante a questão da dicotomia e do continuum. Para ele, num contexto sociológico, os termos rural e urbano são mais notáveis pela sua capacidade de criar a confusão do que por seu poder de esclarecer. Segundo ele, o “modo de vida” nada tem a ver com a localização do indivíduo, mas depende, inicialmente, de sua classe e de seu lugar no ciclo familiar e, em seguida, do caráter local ou nacional do grupo social do qual ele faz parte. Em suas palavras, “*lier les modèles de rapports sociaux aux milieux géographiques est donc un exercice singulièrement stérile*” (PAHL, citado por KAISER, 1990, p.16).

KAISER ressalta ainda a visão de CHAMBOREDON (1985), mais recheada de nuances, cujo corolário está na afirmação de que a comunidade rural<sup>6</sup> se converte, para um número cada vez maior de indivíduos, uma cena social secundária, complementar em relação à cena urbana. Para ele, estes indivíduos são caracterizados por um “duplo pertencimento”, uma multiterritorialidade. Entretanto, pela sua função cultural e simbólica, a comunidade rural produz um fortalecimento de sua própria identidade, apoiada sobre seu pertencimento territorial.

Em diversos estudos, como no clássico “La fin des paysans” de HENRY MENDRAS (1984), verificou-se até mesmo a sentença do “fim do rural” por conta do suposto “tudo é urbano”. Ao nosso ver, tal sentença repousa sobre o equívoco de confundir modo de vida com padrão de consumo. O modo de vida ou, se preferirmos, o modo específico de produzir e de viver em sociedade do agricultor, sobretudo no que se refere ao agricultor familiar, ainda guarda estreita relação com as raízes camponesas, nos termos discutidos por WANDERLEY (1996). Para esta autora, as transformações pelas quais a agricultura passou, embora tenha imprimido mudanças no sentido de criar um agricultor familiar moderno, não induziram a uma ruptura total e definitiva e nem lhe retiraram totalmente sua tradição camponesa que, atualmente, lhe permite adaptar-se às novas exigências da sociedade. O fato da agricultura familiar compreender uma forma de produção em que família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, não é mero detalhe descritivo. A associação família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como esta

---

<sup>6</sup> Nos termos citados pelo autor não se trata propriamente da comunidade rural e sim da “aldeia” ((société villageoise).

estrutura produtiva age econômica e socialmente. Nos termos destacados por PAHL, referenciado acima, seu modo de vida (do agricultor familiar) é influenciado tanto pela sua classe quanto pelo caráter local do grupo social a que ele pertence. Caso a distinção entre estes dois conceitos – modo de vida e padrão de consumo - fosse suprimida, dificilmente poderíamos identificar uma comunidade como aquela do Mergulhão como sendo uma comunidade “rural”. Voltando a CHAMBOREDON (Citado por KAYSER, 1990), podemos reforçar esta ligação entre o mundo rural, os agricultores e o seu modo de vida, dado que pela sua função cultural e simbólica, a comunidade rural produz um fortalecimento de sua própria identidade (de agricultor), apoiada sobre seu pertencimento territorial. A pesquisa desenvolvida evidenciou que aquele grupo se reconhece como agricultor e se identifica como tal, bem como que ele ressalta seu sentimento de pertencimento à comunidade (territorial). Não estamos aqui tentando reduzir o campo de estudo do rural ao estudo das sociedades camponesas o que, certamente não é o caso da comunidade em questão. Estamos sim, reconhecendo que é impossível tratar o mundo rural sem reconhecer o lugar e o papel dos agricultores, senhores do espaço e inspiradores dos modos de vida.

Por conta desta concepção de que “tudo é urbano”, as duas últimas décadas evidenciaram o esforço dos estudiosos do rural em (re) afirmar de novo a sua identidade e sua especificidade, retornar à perpétua oscilação entre continuum e dicotomia. As transformações verificadas no mundo rural e os dilemas que restam no final do século XX são resumidos na posição de PIERRE GEORGE (citado por KAYSER, 1990), para quem a sociedade rural “*est un héritage que n’entre dans l’action de l’économie moderne qu’en subissant une mutation profonde, condition de son assimilation aux nouvelles formes de société*” (p.27). Nestes termos, a mutação profunda do rural consistiria condição *sine qua non* para que ele pudesse fazer parte desta nova configuração social moderna. Tal mutação refletiria um declínio e o julgamento de George para tal situação é bastante objetivo:

*“la société rurale, naguère conservatrice, a renoncé à l’espoir de conserver des situations qui sont d’ailleurs gravement dépréciées. Elle revendique l’aide aux économiquement faibles, elle sollicite l’appui financier l’économie et de la société urbaines. Elle est très âpre à bénéficier du passage ou de la présence saisonnière des citadins. Elle réclame le droit d’émarger aux bénéfiques d’une société qui lui est étrangère, au*

*nom du principe de la parité économique et sociale...Situation paradoxale que celle du village que est sur le plan théorique la base de la production et qui, en fait, ne subsiste que dans la mesure où il reçoit tout ce que lui permet d'être du dehors! A pareille situation ne peut correspondre q'une société dominée et profondément frustrée, qui est probablement, dans les conjonctures actuelles, la plus concrètement exploitée de tous les groupes sociaux de la société dite industrielle" (George, citado por KAYSER, 1990, p.27).*

O que nos parece pouco claro nesta análise, assim como na análise daqueles que apregoam o fim do rural e da agricultura camponesa ou ainda o desaparecimento do patrimônio sócio-cultural que está ligado a uma agricultura de base ou de raízes camponesas, é exatamente o fato de não perceber que a própria **reivindicação**, a **exigência** de ajuda e de benefícios, é o resultado de uma estratégia dos agricultores de se “preservar” mesmo num cenário de mudança. Em outras palavras, os agricultores ou os camponeses não adotam uma postura passiva diante das constantes mudanças que estavam e estão em curso. Ao contrário, eles reagem às mudanças e reivindicam o seu direito de ser ou permanecer agricultores, mesmo que as relações sociais sejam outras ou que sua integração ao restante da economia, em bases modernas, possa acarretar exigências e restrições inéditas em relação à sua trajetória histórica.

Entretanto, o mesmo autor reconhece a grande diversidade de casos que caracteriza a dinâmica das mudanças que estavam em curso na agricultura francesa, diversidade das modalidades de evolução, tanto do grau de avanço da decomposição das antigas estruturas quanto da elaboração de novas relações sociais. Foi exatamente de percepções como esta que se passou a empreender o esforço na criação de tipologias capazes de caracterizar o grau de avanço do processo de mudanças na agricultura. Isto porque as considerações gerais nem sempre são capazes de dar conta da diversidade de casos que caracteriza as mudanças contemporâneas do mundo rural.

Se, por um lado, podemos ter restrições às tipologias em função dos critérios (características) utilizados para a definição dos “tipos”, por outro, elas são importantes por tratar o objeto de análise (o rural e a ruralidade) de outra forma que não aquela de somente o pesquisar a partir de sua “relatividade”. Seja a relatividade no espaço, que leva a o definir em relação à cidade (urbano), seja a relatividade no tempo, que leva a o

definir em relação ao seu passado. Em suma, a construção de tipologias pode viabilizar a compreensão da ruralidade como algo que não é nem o contrário da urbanidade, nem seu prolongamento, nem a degradação de seu estado antigo, nem seu ressurgimento (KAISER, 1990, p.28).

Neste contexto, resta a evidência de que o mundo rural é diversificado e de que não podemos visualizar ou implementar um estudo sobre o mesmo, sem reconhecer, sem classificar minimamente esta diversidade. No Brasil, o mundo rural além das particularidades discutidas acima, apresenta outras especificidades que não podem ser minimizadas. A grande propriedade sempre foi o modelo social dominante na agricultura brasileira e a modernização agrícola conduzida sob a tutela do Estado a partir dos anos 1960 apenas reforçaram esta situação. A agricultura familiar, embora muito mais numerosa tanto pelo número de estabelecimentos quanto pelo número de pessoas que dela obtém sua reprodução econômica e social, sempre ocupou um papel secundário no rol das políticas públicas, vendo-se impossibilitada de desenvolver plenamente suas potencialidades.

Embora a agricultura familiar seja a forma social de produção agrícola mais importante em praticamente todos os países capitalistas desenvolvidos, o Brasil somente despertou para esta realidade de forma mais significativa nos anos 1990, com a criação de políticas específicas para este tipo de exploração agrícola, conforme discutiremos adiante. A evidência que a agricultura familiar vai ganhar a partir daquele período, é parte integrante de todo um movimento maior, envolvendo tanto a percepção de uma crise global quanto mudanças no olhar da sociedade sobre o mundo rural, sobre suas “funções” e possibilidades no processo de desenvolvimento que vão ser identificados como o seu renascimento. Dito de outra forma, a agricultura familiar emerge como ator relevante no debate sobre o rural brasileiro ao mesmo tempo em que se inicia as reflexões sobre um desenvolvimento rural mais “sustentável”.

O fato da ascensão da agricultura familiar como ator social fundamental para se (re) pensar o desenvolvimento rural no país ser recente não deixa de ser curioso, dado que ela é, por si própria, um tema histórico dos mais importantes no debate concernente ao capitalismo na agricultura. TCHAYANOV (1990), por exemplo, tornou-se um clássico no estudo da lógica que orienta as decisões e o comportamento da unidade de produção

agrícola de base familiar. Seu principal objetivo foi elaborar uma teoria de uma unidade econômica que vive do seu trabalho, ou seja, de uma exploração camponesa baseada na mão de obra familiar. Ao estabelecer os fundamentos de sua atividade econômica, este autor apresentou uma forma teórica original de se compreender os processos internos que regem o funcionamento das unidades de produção familiares e influenciou grande parte da produção teórica posterior sobre o tema.

A principal característica apontada por Tchayanov em relação à agricultura camponesa é a forma diferenciada como a produção se organiza no seu âmbito. Diferente da agricultura capitalista, ela não conta com a exploração do trabalho alheio como forma de se apropriar da mais-valia, já que conta apenas com o trabalho familiar. Enquanto a primeira orienta-se pela lucratividade da atividade, a segunda regula sua produção pelas necessidades de consumo familiares. Nesta última, existiria um tipo de “pressão” que pode ser medida pela razão entre o número de consumidores e o número de trabalhadores existentes na unidade familiar. Isto lhe confere uma diferença importante, principalmente em situações de flutuações de preços ou queda do produto (produto aqui entendido como o retorno ou o rendimento material). Em tais situações, a empresa capitalista vai se defrontar com prejuízos e, no longo prazo, tende a se retirar da produção. Na agricultura camponesa estas flutuações se traduzem em mais trabalho ou no aumento da intensidade do trabalho. Daí viria, segundo ele, a resistência e a estabilidade da produção agrícola camponesa.

Conforme já salientamos, a agricultura sofreu transformações profundas, modernizou-se, mas a produção familiar manteve sua importância, mesmo nos países de capitalismo avançado. WANDERLEY (1998), por exemplo, resgata Tchayanov ao confirmar que a:

*“Problemática da produção familiar moderna deve, por conseguinte, levar em conta sua complexidade. Por um lado, pela sua própria existência, ela legitima a permanência de uma esfera específica, interna, referente à forma de organizar a produção, cujo funcionamento tem como referência a própria estrutura familiar da unidade de produção. Por outro lado, os fatores que regem o funcionamento interno da unidade familiar de produção assumem novos conteúdos (p.44)”*.

Os novos conteúdos apontados por ela guardam estreita relação com a integração da produção familiar aos mecanismos de mercado e também aos processos de reprodução do capital. Mas, a abertura desse meio rural ao modo de vida moderno também lhe confere novas características e aumentam sua complexidade. A autora reconhece que “*a produção familiar que se reproduz nas sociedades modernas, representa um novo agente social, diferente do campesinato tradicional*” (p.43), mas alerta para a legitimidade da questão teórica levantada por Tchayanov e para a necessidade de se estimular a pesquisa nessa direção. Em suas palavras, é a urgência do “*reconhecimento da existência e da importância social e econômica dessa categoria social*” (p.47).

O resgate teórico, com ênfase no Brasil, proposto por Wanderley não é sem tempo, pois, para ela, urge uma transformação da agricultura e do meio rural em uma nova direção que contemple: (a) uma verdadeira eficiência do setor agrícola, que supere sua tradição extensiva e de desperdício de terras; (b) o acesso da população (rural e urbana) a bens materiais que a coloque, de fato, no mundo moderno e (c) a efetiva cidadania para a população rural. Ao nosso ver, o que Wanderley faz é assumir que as políticas públicas voltadas ao rural, por não conhecer verdadeiramente esse rural, não conseguem atender às suas demandas.

Ao se contrapor à visão oficial sobre o rural, Wanderley chama a atenção para que se pense no território enquanto espaço de reprodução dos agricultores familiares, considerando a dinâmica da vida social e econômica das populações locais. Em sua visão, isto permite entender as “ruralidades”, que segundo DURAN E PÉREZ “*és el resultado de una construccion social*” (Citado por WANDERLEY, 2000, p. 12), levando em conta a trama social que se estabelece e a trajetória de desenvolvimento vivido pelas populações locais.

Para entender as “ruralidades” como resultado da trama social e da trajetória de desenvolvimento é necessário reconhecer que a pretendida homogeneização do projeto de modernização do campo gerou, ao contrário, uma maior heterogeneidade. Se considerarmos que o rural brasileiro, do início do século XX, era marcado pela presença dos grandes latifúndios voltados para a produção agro-exportadora e pelas relações

camponesas no interior ou nas margens da grande propriedade, essencialmente produtora de alimentos, os efeitos do projeto de modernização dos anos sessenta e setenta promoveram mudanças significativas. Entretanto, os impactos da modernização foram variados, pois o pacote tecnológico e os produtos da pauta de exportação e de demanda da indústria brasileira, penetraram as regiões de modo diferente, porque são diferentes as condições ambientais e sociais do meio rural brasileiro.

Ademais, essas diferentes ruralidades foram construídas sobre a base de um meio físico natural também heterogêneo o que torna mais complexas as estratégias de reprodução desenvolvidas pelas populações, dado que este meio em sua diversidade não é inerte, e sim dinâmico e mutante. Como bem destaca TRICART (1977, p.35), *“a ação humana é exercida em uma natureza mutante, que evolui segundo leis próprias, das quais percebemos mais e mais a complexidade”*.

A heterogeneidade ambiental do meio físico rural é, de fato, produto e produtora de uma variabilidade de processos e acomodações estimulados por eventos, sejam eles contínuos ou esporádicos, previsíveis ou não, em escala geológica ou histórica. As intervenções humanas para explorar, manejar e gerir os recursos naturais estão condicionadas pelos aspectos do meio físico-natural, mas, também vão interferir e estimular as dinâmicas desses sistemas em diferentes escalas. Os aspectos do meio físico natural - físico-químicos, gradientes longitudinais ou altimétricos, ciclos sazonais e diurnos, atividades biológicas ou processos eventuais - são de diferentes escalas - local ou regional, espaciais e temporais - e devem ser considerados, pois influenciam a heterogeneidade deste meio.

KAISER (1990), inclusive, ressalta com propriedade a importância de se analisar a ruralidade sem perder de vista a sua inscrição num espaço determinado. Ele lembra que a análise da ruralidade deve ultrapassar a simples descrição do espaço rural, bem como evitar a dominação das referências, como é o caso das referências socioespaciais – o rural em relação ao urbano – ou das referências temporais – o rural de hoje em relação ao seu passado. Em sua visão, a ruralidade é uma forma de relação da sociedade com o espaço que apresenta uma característica dominante: a sua inscrição local. A ruralidade

não é simplesmente o “fato” (ou a constatação) da sociedade rural, mas uma multiplicidade de coletividades locais (que por vezes chamamos também de sociedades rurais, comunidades rurais, etc.). Nestes termos, nenhuma estrutura, nenhuma solidariedade real, nenhuma organização uniria a sociedade rural sobre o plano nacional, senão o fato de terem em comum o local de sua residência, o campo. Um modo de vida, um meio ambiente e mesmo uma eventual vontade identitária não seriam suficientes para fundamentar a eles um “conjunto social”. Entretanto, prossegue ele, a existência de sociedades no meio rural não precisa ser provada: ela se impõe à observação. E tais sociedades são bem mais do que simples agrupamentos caracterizados somente pelo interconhecimento dos seus membros. Trata-se de verdadeiros sistemas sociais (ou sub-sistemas sociais), herdeiros de uma certa autonomia (ainda que parcial), dotados de estratégias e de objetivos, que evoluem em interação bastante aberta com o seu meio ambiente e com os sistemas englobantes.

Na mesma linha, LAUTMAN (citado por Kaiser, 1990, p.35) reforça que:

*“La séparation naturelle autorise à faire comme si la petite société pouvait être tenue pour susceptible d’assumer l’ensemble des fonctions sociales. La relative homogénéité des activités économiques – en general à dominante agricole -, le degré élevé de recouvrement des rôles et d’interconnaissance de personnes rendent possibles et fécondes les tentatives d’interprétation des équilibres, des tensions et même du devenir qui se situent d’emblée sur plusieurs registres: politique, économique, géographique, voire psychoculturel”.*

Apesar desta constatação de que a separação natural permite tratar das sociedades rurais como totalidades, o problema da escala permanece em aberto, problema este que assume contornos bastante específicos no caso brasileiro, no qual a reconfiguração dos espaços rurais a partir da modernização carece ainda de análise e qualificação.

Esta reconfiguração do meio rural em suas várias dimensões (econômica, social, territorial etc.) originária, sobretudo, do processo de modernização na agricultura implementado a partir da década de setenta, remeteu à necessidade de outras formas de

abordagem que pudessem dar conta desta nova realidade. A literatura que se produziu nas ciências sociais procurou, num primeiro momento, evidenciar as conseqüências do modelo desenvolvimentista para o rural. Problemas relacionados, como já citado anteriormente, ao desmantelamento das pequenas propriedades, ao êxodo rural, a intensificação da situação de pobreza das pessoas que viviam nesse rural, entre outras. Mesmo com todo o processo que parecia anunciar a “morte do mundo rural”, a realidade apontava para a capacidade de parcelas deste rural em suportar mudanças, transformando-se, construindo-se e reconstruindo-se. Daí a importância dos estudos sobre os pequenos produtores, os migrantes, os bóias-frias, os reassentados, entre outros, que buscaram dar visibilidade às possibilidades históricas que as populações camponesas ainda têm para reinventar o mundo e reinventar-se no mundo como bem lembrou MARTINS (2000). Isso acabou por revelar os diferentes níveis das transformações produzidas pela modernização no campo e em conseqüência disto, a heterogeneidade das formas de organização do mundo rural ou de diferentes ruralidades.

Num segundo momento, o debate acadêmico suscitado nos anos de 1980 e início dos 1990 indicava a preocupação em compreender essa heterogeneidade promovida pelo processo de modernização. Inicialmente, foi o questionamento da categoria: “pequena propriedade”, como explicativa do cenário vivido pela maioria dos agricultores brasileiros. Isto porque, por um lado, se associava a pequena produção à agricultura de base camponesa tradicional e, por outro lado, a média e grande produção à agricultura de base empresarial. Os dados empíricos demonstravam que isto era insuficiente para explicar a complexidade que a agricultura tomava após o avanço da modernização no campo e da expansão de mercado capitalista. Como demonstram as pesquisas organizadas por LAMARCHE (1993), existe produção de base familiar em pequena escala, mas também existe em média e até grande escala, com graus variados de tecnificação. Há produção de base empresarial em pequena e grande propriedade, dependendo do tipo de produção e do grau de especialização (VEIGA, 1991).

Desta forma, a categoria agricultura familiar toma sentido no debate acadêmico, porque ela permite diferenciar a agricultura de base familiar da agricultura empresarial. Destaque-se novamente que este conceito (agricultura familiar) tem como ponto de partida as teorizações de Chayanov sobre os princípios gerais de funcionamento interno

da unidade de produção familiar. Como salienta o autor, a unidade econômica familiar não é um modo de produção, mas *uma forma de organizar a produção*.

Na agricultura familiar, assim como na agricultura camponesa, a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família, e a *“interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções como a transmissão de patrimônio e a reprodução da exploração”* (LAMARCHE, 1993, p. 15). E a combinação destes fatores não é um mero detalhe, como já salientamos anteriormente, porque isto tem conseqüências na forma como esta agricultura age econômica e socialmente e, principalmente, porque ajuda a entender a capacidade de adaptação da produção familiar às diferentes situações e aos impactos da cultura urbana, da centralidade do mercado ou da globalização da economia. Na mesma linha WANDERLEY (1998) ressalta que a agricultura familiar continua a reproduzir-se com o objetivo de preservar uma margem de autonomia da família e nela permanece um modo específico de organizar a produção *“cujo funcionamento tem como referência à própria estrutura familiar da unidade de produção”* (1998, p.44). Ou seja, o *“lugar da família”* constitui-se no elemento de referência e convergência no esforço estratégico para constituir e reproduzir o patrimônio fundiário familiar.

LAMARCHE (1993) lembra que, *“independentemente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares”* (p.13). Com isto é necessário ter presente a diversidade de situações em que se manifesta ou as formas que assume esta agricultura de base familiar:

*“Em alguns lugares, a exploração familiar é a ponte-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada”* (p.13).

De tal diversidade de contextos e situações, é certo espetar que as estratégias de reprodução da agricultura familiar também sejam variadas visto que *“em cada país, e até em cada área, a unidade de produção familiar é, com efeito, submetida a pressões extremamente diversas, (mas) a própria adaptação não segue uma trajetória linear (LAMARCHE, 1998, p.169)”*. Por um lado, tudo isto confere à agricultura familiar uma diversidade difícil de ser percebida e compreendida. Por outro, deixa evidente que *“essas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos socioeconômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a exploração familiar (Idem, p.13)”*.

Do exposto se conclui que a adaptabilidade e a capacidade de resistir dessa agricultura familiar representam características intrínsecas a esta forma social de produção. Contudo, estas características podem resultar numa “apropriação” ambígua pelo conjunto da sociedade quando da sua forma de ver a agricultura familiar e a produção. Por um lado, estas “marcas” (adaptabilidade e resistência) podem ser vistas como um fator positivo, pois consistem numa espécie de “garantia” da produção agrícola e da coesão social que se verifica no meio rural. Por outro, representam um fator negativo quando a noção de reprodução econômica (e social) dessa agricultura de base familiar está associada à idéia de uma renda muito baixa, suficiente para subsistir. MOREIRA (1997) discute com propriedade esta última afirmação. Para ele, *“a formulação da questão da agricultura familiar e a busca de políticas para este setor estão associadas à noção de manutenção da família, da propriedade e da cultura camponesa (p.64)”*, o que consiste em “naturalizar” sua exclusão social. Isto porque, segundo o autor, *“esta proposição desvincula da pequena agricultura familiar a idéia de progresso social, de melhoria das condições de vida, bem como a possibilidade de reprodução econômica ampliada” (p.64)*. Ou seja, as metas políticas para o setor agrícola acabam se resumindo a garantir a subsistência e a manutenção das famílias, considerando “natural” que este agricultor possa abrir mão da renda da terra e dos lucros, o que consiste numa lógica um tanto quanto cruel.

Contudo, é necessário lembrar que, se o conceito de agricultura familiar é pertinente para identificar as alterações que o rural e a agricultura viveram a partir da modernização, ele não é suficiente para compreender a heterogeneidade que ocorre no seio da agricultura familiar. Como já reiteramos, não se pode perder de vista que a agricultura familiar é um conceito genérico, que abriga dentro de si várias formas de reprodução econômica e social, que comporta uma diversidade que vai desde o campesinato tradicional (com produção de subsistência) até a produção familiar moderna (sintonizada com a modernização da agricultura, inserida nos processos globais de acumulação de capital e aberta ao modo de vida moderno). Da mesma forma que os impactos do projeto modernizador foram diferentes, também foram diferentes as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para enfrentar a “crise” deste modelo, que se desenha a partir dos anos de 1990.

Em suma, o rural é um “lugar específico de vida e trabalho”, portador de diversidade e potencial que não pode ser minimizado nem submetido a outras lógicas, como a do urbano. No Brasil, o esforço teórico que vem sendo feito também aponta no sentido de resgatar/rediscutir o rural, entendendo que sua reconceituação e compreensão são condição fundamental para se pensar o desenvolvimento rural. Expressões desse debate sobre o rural brasileiro, além dos já citados, como é o caso de Veiga (2002), Graziano da Silva (1999, 1999<sup>a</sup>), Schneider (2003), Ferreira e Brandenburg (1998), Brandenburg (1999), dentre outros, mesmo tratando de diferentes aspectos do mesmo, mantém um elo de ligação importante, que consiste na busca do conhecimento/reconhecimento do rural brasileiro como elemento fundamental para o seu desenvolvimento. E é exatamente sobre este desenvolvimento ou, mais precisamente, sobre como evoluiu a visão de desenvolvimento na última metade do século passado e suas implicações para o desenvolvimento da agricultura e do rural que dedicaremos o próximo capítulo.

## Capítulo 3

### O Desenvolvimento na agricultura: do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento rural

#### 3.1. Meio século do desenvolvimento: nascimento, crise e resgate de um conceito

O que é desenvolvimento? Por que ele é em geral confundido com o crescimento econômico? Por que o desenvolvimento ocorre de forma descontínua e diferenciada entre as regiões, em certos territórios? Por que o debate sobre o desenvolvimento voltou a ganhar espaço a partir do final do século passado?

A análise das diversas experiências mostra que o fenômeno de concentração e desconcentração das atividades e das empresas dinâmicas não se produz independente do lugar. Ela se produz em determinados lugares (regiões, cidades, localidades...) que apresentam características favoráveis sob o plano econômico, mas também sob o plano sociocultural e institucional. Isto quer dizer que o espaço não é homogêneo e indiferenciado, mas ao contrário, ele é plural. O desafio das principais abordagens tem sido compreender a lógica dos processos de desenvolvimento de forma a encontrar alternativas para as regiões não desenvolvidas.

Um breve resgate da noção de desenvolvimento ou, pelo menos dessa idéia de desenvolvimento, tal qual a conhecemos, pode surpreender pela constatação de que se trata de um conceito bastante recente. No Século XIX não se falava em desenvolvimento, mas em “progresso” como uma esperança, uma possibilidade oferecida a europeus e a norte-americanos ou em “civilização” quando se tratava dos povos “exóticos” que não se enquadravam no padrão dos primeiros (HERMET, 2002). É somente no século XX que a idéia de desenvolvimento vai ganhar força e é dentro do liberalismo que o termo substitui a noção de progresso.

A idéia de desenvolvimento foi, por muito tempo, associada à idéia de “progresso”. Ou seja, assumia-se o desenvolvimento como um “rito” de passagem entre um passado “arcaico” e um presente “moderno”. Mais que isso, aceitou-se por muito tempo que o

crescimento econômico trazia com ele o desenvolvimento social e humano e a melhoria do padrão de vida das pessoas (MORIN, 2000). O que fortalecia ainda mais esta idéia eram as teorias e princípios econômicos que viam no Estado a garantia do desenvolvimento econômico e técnico que servia como uma “maquina propulsora” da “modernização” (ALMEIDA, 1998).

Contudo, a despeito da idéia de desenvolvimento estar no centro da visão do mundo que predomina em nossa época e da aceitação de que este mundo é complexo e marcado pela diversidade social, econômica e cultural, surpreende o caráter reducionista e a simplicidade das teorias de desenvolvimento postas em prática nas últimas cinco décadas (SACHS, 1986). FURTADO (1981), um dos maiores expoentes no debate sobre o desenvolvimento na América Latina, aponta que esta simplificação se deu porque a visão de desenvolvimento se circunscreveu à *lógica dos meios*, o que, (a) do ponto de vista estático, conduz à idéia de eficiência e, (b) do dinâmico, à de inovação técnica que aumenta esta eficiência. O resultado desta confusão é que a teoria do desenvolvimento passou a confundir-se com a *explicação do sistema produtivo* emergido da civilização industrial e, em pouco tempo, foi apropriada pelos economistas. SACHS (1986) reforça tal idéia lembrando que, na teoria econômica, a conjuntura é quem dita a agenda de pesquisa ou, em suas palavras, definem o tema da “moda”. A expansão acelerada da produção de bens materiais na segunda metade do último século cumpriu este papel, dando grande destaque às teorias de crescimento. O reducionismo econômico tratou logo de tomar as partes pelo todo, associando rapidamente à idéia de desenvolvimento à de crescimento.

Observe-se que, na agricultura, esta associação entre desenvolvimento e crescimento vai influenciar fortemente as políticas agrícolas em todo o mundo (que podemos chamar políticas de desenvolvimento agrícola e não de desenvolvimento rural, como será explicitado posteriormente). A atenção, em maior ou menor grau, estava centrada na inovação técnica, no incremento da produção e no acesso aos mercados. Quando muito, observava-se a preocupação com o aspecto social da renda da agricultura familiar, como foi o caso da Política Agrícola Comum (PAC) européia, mas os aspectos ambientais e culturais só foram incorporados muito mais tarde<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Ver, a respeito, o trabalho de SOUZA (1999).

Voltando ao termo “desenvolvimento” nos quadros da Economia, vemos que se trata de um conceito permeado de confusões. É comum identificar um país desenvolvido como aquele país que alcançou um estágio de desenvolvimento econômico caracterizado pelo crescimento da industrialização e por um nível de renda nacional que garanta a poupança doméstica necessária para financiar o investimento requerido para manter o crescimento. Prontamente inferimos dessa definição duas idéias importantes. A primeira é que países pouco industrializados e com suas economias baseadas na produção primária são considerados países não desenvolvidos. A segunda é que, se a industrialização é requisito do desenvolvimento, o esforço da sociedade deveria centrar-se nesse sentido (o da industrialização) e o Estado, legítimo representante dos interesses da sociedade, assume papel fundamental como articulador e implementador do projeto de desenvolvimento. Estas duas idéias marcaram praticamente todos os projetos e políticas de desenvolvimento adotadas nos países não industrializados na última metade do século XX, inclusive no que trata da agricultura e do mundo rural. Na América Latina e no Brasil elas se tornaram sinônimo de um modelo de desenvolvimento chamado “nacional-desenvolvimentismo”, marcado pela atuação de um Estado forte e voluntarista. Isto vai ser válido para todo o processo de industrialização, incluindo a criação da infraestrutura de transportes, de energia, de comunicações, etc. e também para as transformações na agricultura.

Durante os anos 1950, que podem ser considerados como o primeiro período da construção da Economia do Desenvolvimento, os trabalhos pioneiros construíram um novo campo de análise dentro da Economia (MONTALIEU, 2001).

Este domínio em formação vai afirmar rapidamente o seu caráter empírico. Ainda que as reflexões sobre o crescimento se multiplicassem sobre um plano teórico, os problemas práticos enfrentados pelos responsáveis pela política econômica nas chamadas “Economias em Desenvolvimento” são muitos. A confrontação com a pobreza crônica de grande parte das populações das “novas nações” influencia claramente a produção sobre o desenvolvimento. Os trabalhos fundadores da Economia do Desenvolvimento (como os de Rosenstein-Rodan sobre a recuperação dos países atingidos pela Guerra, Perroux sobre os “Pólos de crescimento”, Lewis ou Hirschmann) precisam ser lidos dentro desta perspectiva, conforme aponta MONTALIEU (2001). Ou

seja, os interesses ou os embates concretos ultrapassam largamente o quadro científico. Por um lado, isto apresenta uma força, pois a análise das externalidades, das estruturas de mercado, dos efeitos de ligação entre os setores produtivos ou da oferta de fatores, essenciais nesse contexto, formam um corpo teórico poderoso. Por outro, vai constituir uma fraqueza da disciplina visto que a definição de estratégias de desenvolvimento necessita de renovação e de aprofundamento de conceitos e o empirismo excessivo de certos trabalhos, fortemente influenciados pelas outras Ciências Sociais, contribui para um certo isolamento. Em termos gerais, é possível afirmar que, sob a égide da Economia, as pesquisas centraram-se excessivamente no sistema produtivo e na “lógica dos meios”. Na Sociologia, os interesses estiveram, sobretudo nos “resultados sociais” das estratégias de desenvolvimento adotadas.

A segunda década da Economia do Desenvolvimento, representada pelos anos 1960, vai assinalar uma cisão dentro deste domínio da Economia, pois é quando começam a surgir importantes controvérsias sobre as estratégias de desenvolvimento.

De um lado, uma abordagem histórico-estruturalista representada principalmente pela Escola Latino-Americana (Prebisch, Singer, Furtado, Amim, dentre outros) que vai advogar uma nova ordem econômica internacional<sup>8</sup>. Suas idéias estão fundadas sobre a crítica do sistema capitalista, sobretudo na discussão da deterioração dos termos de troca, da dependência dos países em desenvolvimento, etc., e na proposição de uma estratégia de desenvolvimento autocentrado, que vai se tornar conhecida como modelo de “substituição de importações”. Em outras palavras, questionavam as ditas vantagens comparativas e as *vantagens do comércio exterior*. Para esta abordagem, nem sempre o comércio era benéfico aos países subdesenvolvidos, como bem mostrava a deterioração dos termos de troca e as constantes crises do balanço de pagamentos dos países menos industrializados cujas economias estavam baseadas na exportação de produtos primários.

De outro lado, vai persistir uma abordagem mais liberal, defendida no seio das instituições de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial) e por autores como Krugmann e

---

<sup>8</sup> Para um aprofundamento das idéias cepalinas, o livro “Cinquenta anos de pensamento da CEPAL” de Ricardo Bielchovsky (2000) é um excelente trabalho de resgate de todo o corpo teórico histórico-

Balassa. Estes buscavam demonstrar a superioridade de uma estratégia centrada sobre o mercado e sobre a redução da ação do Estado na economia. Para este grupo, a integração ao comércio internacional através da liberalização comercial e da promoção das exportações consistia o fator mais importante de uma estratégia de desenvolvimento.

Observe-se que, tanto na abordagem histórico-estruturalista latino-americana quanto na liberal, a questão dos impactos das estratégias de desenvolvimento (como a concentração de renda, a exclusão social, as questões ambientais, as disparidades setoriais e regionais, dentre outros aspectos), continua fora do foco da Economia do Desenvolvimento. Em verdade, está sendo reforçada a crença nas imensas possibilidades do crescimento econômico como se esse fosse, naturalmente, conduzir ao desenvolvimento social. As atenções ainda estão voltadas para a necessidade de industrialização dos países pobres e as formas de vencer a distância que os separa das nações consideradas desenvolvidas.

O período que sucede o primeiro choque do petróleo (1973) foi de euforia para muitos países em desenvolvimento. O crescimento econômico foi acelerado e baseou-se, sobretudo, na utilização dos fartos recursos disponíveis no mercado financeiro internacional (os chamados “petrodólares”). Na América Latina, a abundância de crédito externo financiou o crescimento via *substituição de importações* e também a modernização agrícola. Mas o início da década de 1980 vai minar a crença quanto à definição dos modelos e das políticas de desenvolvimento de muitos países, dentre eles, o Brasil. O débil desempenho econômico e as grandes dificuldades enfrentadas com as crises das dívidas externas, dos Balanços de pagamentos, dos processos inflacionários, etc. colocam em dúvida os modelos adotados pela maior parte dos países em desenvolvimento e abala a credibilidade da Economia do Desenvolvimento. Nem mesmo o sucesso relativo de alguns países de industrialização recente, casos do Brasil, do México, da Argentina, foi suficiente para aliviar a crise que se instalou nesse campo da Economia.

---

estruturalista desta escola, que influenciou profundamente os modelos de desenvolvimento na América Latina.

A falência dos esquemas de desenvolvimento vai, naturalmente, alargar o debate sobre seus fundamentos teóricos e as duas grandes famílias de estratégias de desenvolvimento vão ser confrontadas com sérios obstáculos. A noção de “desenvolvimento”, que substituiu a de “progresso”, deveria evidenciar as várias dimensões das transformações da sociedade, tanto econômica, quanto social e cultural. Entretanto, esta mudança não se traduziu, em termos teóricos e práticos, numa ampliação do campo de visão e das possibilidades do desenvolvimento. O conceito se estreitou e passou-se a acreditar mais nas possibilidades da repetição de um modelo histórico, que era o modelo europeu, do que na construção de modelos que privilegiassem as especificidades de cada sociedade.

Em termos concretos, podemos afirmar que a constatação da crise do modelo e de sua insuficiência não representou uma verdadeira mudança de rumos nas trajetórias de desenvolvimento. Mesmo assim, os temas ligados às dimensões social, cultural ou ambiental do desenvolvimento ganharam fôlego e a própria “adjetivação” do conceito (desenvolvimento “social”, desenvolvimento “humano”, desenvolvimento “sustentável”, durável, etc.) pode ser vista como um esforço de (re) construção do conceito de desenvolvimento. Isto porque os avanços deste modelo de desenvolvimento e os seus “efeitos inesperados” (como o aumento da exclusão social tanto na cidade quanto no campo, persistência da fome no mundo, perda de diversidade cultural, problemas ligados ao meio ambiente, a perda da biodiversidade, a desertificação de grandes áreas anteriormente produtivas, dentre outros) alimentaram a discussão sobre a finitude de recursos e sobre os limites do atual modelo baseado apenas no crescimento econômico.

Nessa ampliação de visão do conceito de desenvolvimento, a dinâmica da natureza passa a ser vista em seu processo de interação com a sociedade e o estudo do ambiente natural que por muito tempo restringia-se à idéia de preservação da “natureza intocada” (parques, unidades de conservação), vai envolver a noção de conservação da natureza incorporando a ação humana. Isto envolve a reorientação dos padrões produtivos, sugerindo um novo tipo de racionalidade e uma nova forma de organização social que contemple as diversas dimensões da vida (sociais, econômicas, culturais e ambientais). Em suma, trata-se de uma mudança importante de escala de tempo e espaço e de uma outra forma de ver a relação *sociedade e natureza*.

Com isso, o desafio que se coloca atualmente é sobre as possibilidades de se pensar o desenvolvimento a partir das suas vias sinuosas e múltiplas. Ou seja, de se reinventar a teoria a partir e a propósito de sua ação, aceitando a impossibilidade de se criar um modelo único de desenvolvimento (SACHS, 1986).

Como estas concepções e projetos de desenvolvimento afetaram a agricultura e o rural brasileiro? Que visões de agricultura orientaram as transformações nela implementadas? Quais foram os principais instrumentos utilizados para a sua transformação? Estas são algumas das questões debatidas a seguir.

### **3.2 Desenvolvimento e crise: o desenvolvimento rural brasileiro sob a égide do projeto de modernização**

As políticas de modernização da agricultura brasileira, implementadas a partir da década de 1960, representaram a aceitação de um certo diagnóstico sobre o rural do país: que ele arcaico, pouco desenvolvido e que precisava modernizar-se. Embora o debate sobre o agrícola e o agrário brasileiro nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado fosse muito fértil, a visão e as propostas que prevaleceram foram, basicamente, as dos “economistas rurais” que clamavam por uma modernização que aumentasse a produção e a produtividade agrícolas. Os objetivos eram: a mudança de sua base técnica - num processo de apropriação crescente pela indústria de elementos do ciclo produtivo agrícola - e a transformação das formas de gestão, com a preeminência do *modelo empresa*. A mudança da base técnica estava atrelada a um “pacote tecnológico” que previa a motomecanização, os produtos químicos como fertilizantes e defensivos (identificada como “Revolução Verde”) e a pesquisa genética para seleção e melhoramento das espécies animal e vegetal (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Fica implícito aí qual “modernização” faltava à nossa agricultura, bem como os pressupostos que orientavam essa concepção de desenvolvimento e de “modernidade”.

Em consonância com o que discutimos no ponto anterior, podemos dizer que a idéia de desenvolvimento e de “modernidade” transmite à idéia de transição, de passagem, de ruptura, enfim, de uma revolução no tempo. Sempre que nos referimos a ela, o fazemos

a partir do contraste entre um passado arcaico, tradicional e um presente (ou um futuro) “moderno” - oposição entre “antigo” e “moderno”. O pensamento dicotômico que fundamenta essa visão se espacializava no rural (agrícola) e no urbano (industrial), segundo o pressuposto de que o novo mundo era urbano e o velho era rural, visto que estes consistiam espaços que historicamente eram base dos modelos societários em expansão e em declínio. A modernização da agricultura ia, então, nesse sentido. Diante das perspectivas da urbanização societária geral, tratava-se da “artificialização” da agricultura - que liberava crescentemente a produção de alimentos da sua base *natural-rural* e de seus componentes e agentes sociais arcaicos (FERREIRA, 2002).

*« Les présupposés de la pensée dichotomique et ses variations, comme l'idée d'espace rural et urbain (SOROKIM et al :1930) ou comme l'idée du continuum rural-urbain -discutée et diffusée pour l'Amérique Latine par auteurs du continent comme Aldo Solari (SOLARI :1968)- ont été intégrées aux thèses de la théorie de la modernisation pour fonder les bases du projet de modernisation agricole brésilienne, connue comme « la modernisation conservatrice ». Ses idées ont été appropriées par des intellectuels, par des gestionnaires du développement et par des techniciens liés aux institutions de vulgarisation agricole qui ont mis en place les dispositifs et instruments de cette modernisation. Suivant la relation habituelle entre sciences sociales et sociétés, les politiques publiques et les actions déclenchées n'étaient pas comprises comme informées par les théories que les ont données naissance mais ont été prises comme des directives naturelles dans un cadre de pensée sur le développement : il y avait une étape à être conquise par l'innovation technologique et organisationnelle de la production agricole, par sa croissante intégration au marché ainsi comme par la modernisation des modes de vie rurale (vue comme acquisition des dispositions pour le changement et capacitation professionnelle pour utiliser la nouvelle technologie ».(FERREIRA, 2002, p.312)*

Dentro deste quadro teórico, visualiza-se o rumo das transformações ocorridas na agricultura e no rural brasileiros. Isto porque uma das principais características das políticas modernizantes foi sua incapacidade de pensar para além dos seus objetivos de mudança da base técnica e aumento da produção. A diversidade dos problemas presentes na nossa agricultura foi reduzida ou fragmentada e a ela foram apresentadas algumas soluções técnicas que a fizessem vencer o “atraso”. Sob esta orientação novas

formas de agricultura tecnificada foram sendo adotadas em detrimento das formas tradicionais, bem como se estabeleceram novos padrões de produtividade, novos padrões de consumo entre outras práticas. Estas mudanças provocaram a *reconfiguração social do meio rural* que de *espaço de trabalho e vida* passou a ser predominantemente *espaço destinado à produção* (WANDERLEY, 2000a). Nessa mesma perspectiva a vinculação do ser humano com seu entorno passa ser uma relação instrumental, à medida que as atividades agrícolas representam um meio para atingir maior eficácia dos métodos de produção e aumentar os rendimentos. A exemplo do que disse RAYNAULT (1994, p. 89), “*foram as finalidades da agricultura que se transformaram, passando progressivamente da gestão dos homens para o controle das coisas*”.

No processo de modernização da agricultura brasileira, vai se evidenciar aquilo que anteriormente identificamos como a “fragmentação do mundo” que confere à modernidade sua grande identidade, que torna o mundo governável e que, nas ciências, estabelece as fronteiras disciplinares. Na agricultura, as soluções técnicas apresentadas para fazê-la vencer o seu atraso e constituir-se num fator de apoio ao desenvolvimento econômico foram notadamente influenciadas pela visão economicista do desenvolvimento. Aparentemente, era como se o aspecto econômico fosse dissociado dos aspectos sociais, políticos e culturais, como se dois sistemas paralelos existissem de forma independente e não se influenciassem reciprocamente.

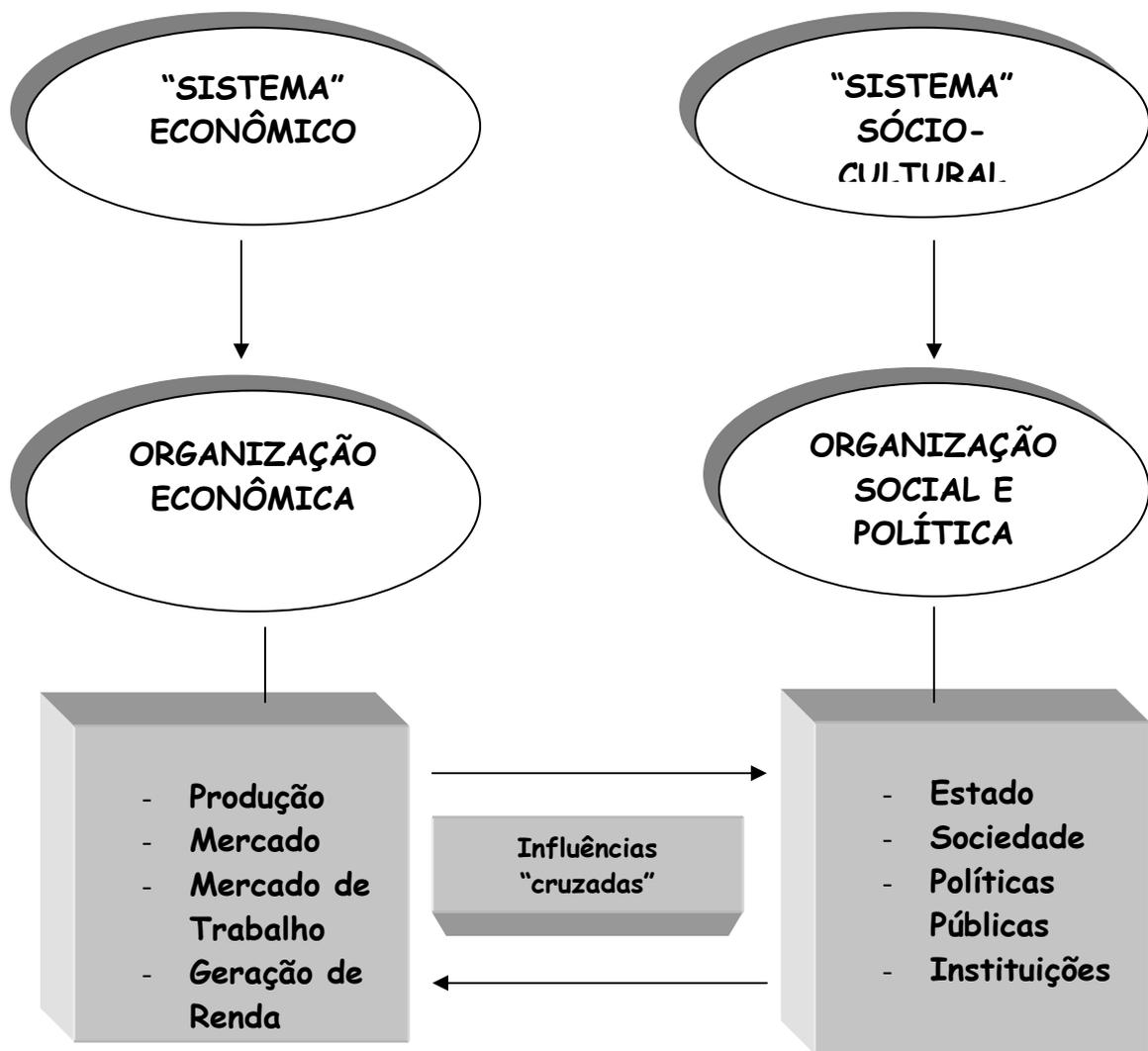
A figura abaixo representa uma simplificação daquilo que seria esses “dois sistemas”. De um lado, o “Sistema Econômico”, cuja organização prima pelas questões ligadas à produção e ao mercado de bens e serviços, ao mercado de trabalho e à geração de renda, dentre outros. De outro, o “Sistema Sócio-cultural”, cuja organização vai definir aspectos ligados ao Estado, à sociedade, às políticas públicas, às instituições, etc. A nosso ver, a desconsideração daquilo que identificamos no esquema como “influências cruzadas” consistiu o maior equívoco das políticas de modernização do agrícola e do rural brasileiro. E a isto voltaremos à ocasião dos estudos de caso (Capítulo 6).

A dificuldade de articular a questão agrária (mais relacionada aos aspectos sociais) com a questão agrícola (mais relacionada com os aspectos econômicos) é bastante ilustrativa. No debate sobre realizar ou não a reforma agrária no país nos anos 1960, chegou-se a

dizer que a mesma só seria necessária caso o objetivo fosse uma maior justiça social<sup>9</sup>. O aumento da produção (sistema econômico) poderia ser obtido pela transformação da base técnica, pela modernização da agricultura. Escapava nitidamente a esta visão do problema que toda política agrícola traz implicitamente com ela uma determinada política agrária. Ou seja, que elas se influenciam reciprocamente, que uma política agrícola de modernização pode acentuar o problema da propriedade e da posse da terra. Da mesma forma escapava a ela a percepção de que aspectos sociais, culturais e políticos particulares de certos grupos sociais (agricultores familiares, por exemplo) os levariam a reagir de forma não prevista dentro da ação das políticas de modernização. Tanto a forma de organização da produção da agricultura familiar (nos termos apresentados por Tchaynanov) quanto às especificidades do mundo rural (nos termos discutidos por Sorokin) vão fazer diferença neste caso. Isto se evidencia pela diversidade de estratégias adotadas pelos agricultores familiares para garantir sua reprodução num cenário adverso e também pelas possibilidades que o espaço físico onde se dá sua reprodução (o espaço rural) vai oferecer num ambiente de mudança e transformações sociais gerais, conforme ficará evidenciado mais adiante.

---

<sup>9</sup> Este é o caso de Delfin Netto (1966), inspirador do pacote de modernização, para quem o problema do aumento da produção (questão agrícola) poderia ser dissociado da questão social (questão agrária). Uma discussão geral das diversas visões pode ser encontrada em CASTRO (1969).



*Figura 5. Os Sistemas orientadores do projeto de modernização agrícola*

Em verdade, falar em “influências cruzadas” pode até mesmo parecer um eufemismo, porque a forma da sociedade organizar seu sistema econômico não é independente da forma como ela está organizada social e politicamente. Contudo, as evidências empíricas e os diversos estudos que tratam da modernização da agricultura brasileira nos permitem ilustrar a mesma nesses termos.

A tendência a tratar desse tema sem preservar a visão do conjunto da agricultura e do mundo rural pode ser discutida também em outros termos. Vejamos um outro ângulo deste debate.

A relação entre agricultura e natureza, sempre identificada como uma das mais representativas características desta atividade produtiva, sofreu uma das mudanças mais interessantes no processo de modernização. No aspecto econômico, verificou-se uma espécie de “desterritorialização” da atividade agrícola, que só começa a se reverter no Brasil a partir dos anos 1990. Os processos produtivos tendiam à uniformidade, independente do espaço geográfico onde a atividade se realizava. Tratava-se de uma perda de vínculo da atividade produtiva com as particularidades do meio físico e com o capital humano ou social existente em cada região, em cada comunidade. Aspectos ligados às práticas e produtos tradicionais, hábitos e costumes, etc. foram relegados ao segundo plano em favor de uma agricultura moderna e “industrializada”, estreitamente articulada com segmentos industriais à jusante e a montante<sup>10</sup>.

A separação entre os espaços de produção e de proteção se tornou evidente pelo intenso processo de modernização rural, de um lado, e pela visão da natureza como um “artefato”, um ambiente intocado a ser preservado, de outro. Para a produção, as políticas passaram a ser setoriais, por cadeias produtivas (grãos, leite, etc.). Para a natureza, as políticas ambientais trataram de garantir a criação de parques nacionais ou estaduais onde a mesma permanecesse preservada da ação do homem. A dissociação ou a “fragmentação” se verifica em diferentes níveis: dos “sistemas” mais gerais aos setores, das políticas públicas aos produtos.

Se até o final dos anos 1970 o crescimento econômico dissimulava as profundas distorções que se estabeleciam no seio da economia nacional, nos anos seguintes começaram a se evidenciar não só a insatisfação com os resultados daquele crescimento como também os sintomas de uma crise que extrapolava a dimensão econômica, atingindo a sociedade como um todo. Na agricultura, tal crise mostrou-se ainda mais visível e contundente, em função do elevado grau de concentração fundiária, do aprofundamento das desigualdades e da exclusão observados no campo. Passou-se a questionar a capacidade dos instrumentos de políticas públicas existentes de atender às demandas de uma agricultura e de um rural cada vez mais complexos e heterogêneos e emergiu de forma intensa o debate sobre um desenvolvimento rural que contemplasse,

---

<sup>10</sup> Ver a esse respeito as obras de KAGEYAMA, <sup>a</sup> & GRAZIANO DA SILVA (1990) e LIFSCHITZ, Javier & PROCHINIK, Victor (1991).

além da produção e da dimensão econômica, também aspectos sociais, culturais e ambientais.

Contudo, não há unanimidade no que se refere à crise do modelo e aos instrumentos de políticas públicas atualmente em ação. Muitos setores da sociedade ainda aceitam que a agricultura praticada em grandes estabelecimentos e baseada em alta tecnologia de equipamentos e insumos consiste num tipo “ideal” a ser buscado pelo seu potencial de desenvolvimento no que trata do aumento da produção e da produtividade. Para esta agricultura “moderna”, é possível dizer que os instrumentos de políticas públicas existentes, baseados principalmente no crédito para a produção, seriam suficientes. Neste caso, quando existe a crítica, ela está muito mais centrada na insuficiência do volume de crédito disponível do que em qualquer outra questão relacionada aos instrumentos propriamente ditos. Entretanto, a maior parte da população brasileira cuja reprodução econômica e social depende da atividade agropecuária não se enquadra nesse padrão de agricultura “moderna” e sim naquele da agricultura de base familiar, que se desenvolve em pequena área de terra e, em muitos casos, pouco integrada ao mercado formal. Para este grande contingente da população rural do país, tanto o modelo de agricultura “moderna” e tecnificada quanto os instrumentos de políticas públicas tradicionalmente utilizados no país estão em descompasso com a realidade existente.

Em síntese, é possível identificar os posicionamentos acima em dois grupos de análise: em primeiro lugar, um grupo que privilegia os aspectos econômicos da ação das políticas públicas, no qual o rural é visto, principalmente, como *espaço de produção*. Um segundo grupo, de caráter mais normativo, trata do rural e o entende como um *espaço de reprodução social*, complexo e multifuncional; para este segundo grupo, a análise econômica da ação das políticas públicas é insuficiente para contemplar a diversidade e a heterogeneidade do mundo rural. São estes embates, que estão ligados às mudanças no olhar do conjunto da sociedade sobre os espaços rurais, que orientam as discussões a seguir.

**PARTE III**  
**A SOCIEDADE**

## Capítulo 4

### **A quem pertence o espaço rural? Mudanças na relação sociedade e natureza e a dimensão pública do espaço rural metropolitano**

As principais novidades no debate sobre o mundo rural na atualidade são resultantes de mudanças na relação entre a sociedade e a natureza, o que vem influenciando significativamente as demandas sociais concernentes ao agrícola e ao rural.

Conforme ressaltamos anteriormente, no Brasil, a opção política pela modernização agrícola a partir dos anos 1960 foi profundamente marcada pelo diagnóstico dos economistas acerca do rural nacional e, principalmente, pela visão que se tinha do papel ou das “funções” da agricultura no processo de desenvolvimento econômico. Aspectos ligados à proteção ou à gestão da natureza sequer eram lembrados quando se falava das “funções” da agricultura e de sua modernização. Ela deveria (a) liberar mão de obra para a indústria, (b) gerar oferta adequada de alimentos para atender também às demandas urbanas, (c) fornecer matérias-primas para as indústrias, (d) elevar as exportações e a geração de divisas e ainda (e) transferir renda real para o setor urbano, como ressalta DELGADO (2001).

Naquele contexto, os problemas na agricultura só eram reconhecidos se uma de suas funções não fosse cumprida. Os investimentos na agricultura deveriam garantir a “combinação ótima” entre a força de trabalho e as máquinas, cabendo à indústria absorver o excedente de mão de obra da agricultura (MALUF, 1997). Com isto, o aprofundamento das relações entre a agricultura e a indústria e de ambos com o setor externo era visto como o resultado “natural” das políticas de modernização. Já a relação entre a agricultura e a natureza, relação com as “qualidades” de uma região, de um território, praticamente não existem nesta orientação estritamente econômica das políticas públicas voltadas ao agrícola e ao rural. Tratava-se de um processo de “desterritorialização” da produção, no sentido de que ela poderia ser realizada em qualquer espaço físico passível de ser adequado às necessidades do processo produtivo agrícola.

As transformações técnicas induzidas pela modernização, cujo foco estava na questão agrícola e não no desenvolvimento rural em sentido mais amplo, buscaram dissociar a “natureza” do processo de produção, mesmo porque ela sempre poderia ser “corrigida” de forma a se ajustar às exigências da produção agrícola. A partir dos anos 1980, esta realidade começou a mudar com a reinserção ou o “retorno” da natureza na questão da produção agrícola. Isto porque à persistência da intenção de proteger a natureza em espaços públicos vai se agregar a discussão sobre a necessidade de se fazer a gestão da mesma, inclusive nos espaços privados, como aqueles de produção agrícola.

Esta mudança de orientação que se verifica principalmente na Europa e se fortalece ao mesmo tempo em que aumenta a pressão internacional pela redução dos subsídios agrícolas naquele continente, vai representar um movimento oposto ao observado no processo de modernização agrícola (“desterritorialização”) que podemos identificar como de “territorialização”. Este processo de “territorialização” recoloca a natureza como mediadora das relações sociais, inclusive relações de produção, evidenciando as qualidades de cada região, de cada território, buscando reforçar as identidades regionais e territoriais. Trata-se de uma representação mais plural da natureza que traz consigo alguns elementos inéditos e que, ao ganhar visibilidade, muda profundamente o olhar que a sociedade lança sobre o mundo rural. Vai se verificar tanto uma nova qualificação dos espaços (regiões, territórios) quanto um processo de complexificação das suas funções com base nos seus diferentes usos.

Da mesma forma, vai se observar o início de uma sobreposição das prerrogativas nas diferentes áreas como é caso, no Brasil, das atribuições dos Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, etc. com o mesmo espaço sendo “sobrecarregado” pela ação de diversas políticas, por vezes, de caráter conflitivo. Talvez a mudança de fundo mais contundente e mais significativa seja aquela observada no binômio “natural-cultural” em que a noção de “patrimônio”, em geral ligada ao passado, passa a se articular com a noção de sustentabilidade, em geral ligada à durabilidade e ao futuro.

Pode-se dizer que há uma reintrodução do político no econômico no sentido de que a introdução de outros aspectos que não apenas o aspecto produtivo da agricultura e do meio rural no debate sobre as políticas públicas agrícolas consiste, certamente, numa

escolha política. Em resumo, esta é a mudança de foco do desenvolvimento agrícola para o desenvolvimento rural, sobretudo o desenvolvimento rural sustentável, que vai representar novos desafios tanto para a compreensão das complexas “funções” do rural e dos territórios quanto para a formulação das políticas públicas que possuem a incumbência de dar conta de toda esta complexidade. E são inúmeros os aspectos de tal complexidade, que envolve processos de ajuste ou concertação que não estiveram na pauta do debate sobre o desenvolvimento até os anos 1980. É o caso dos ajustamentos técnicos (produção e preservação), de normas (produção-preservação e reprodução social), de escalas (local, regional, global) e as dificuldades de articulação entre elas.

No espaço rural, os dilemas relacionados aos ajustes e concertação são comuns visto que a natureza que se apresenta como patrimônio não é a mesma natureza que se apresenta como paisagem. Se parece razoavelmente fácil o consenso sobre a importância de espaços naturais como o pantanal mato-grossense, um complexo estuário ou a floresta atlântica como patrimônios naturais a serem preservados, o mesmo não se pode dizer quanto à definição de outros tipos de “patrimônio” a ser preservado. O que queremos dizer é que o reconhecimento de que certas práticas e hábitos ligados ao mundo rural consistem um patrimônio cultural que merece ser preservado passa por uma construção de argumentos e pela definição de consensos sobre o que é um “patrimônio” digno de ser preservado. Pode ser que nem todos concordem que tal “patrimônio sociocultural” rural seja de fato um “patrimônio” que mereça atenção especial. Ou seja, trata-se de um processo permeado de embates, de construção de consensos sobre o que é relevante e sobre prioridades. E, nesse contexto, estamos falando de um processo de ajustes e de concertação, que é essencialmente político e que assume caráter fundamental na discussão sobre a importância dos espaços rurais.

Esse movimento, esse processo multiforme, vai colocar em pauta um novo tipo de modernização ou uma nova modernidade para a agricultura, que nos países desenvolvidos vai se constituir num problema fundamental, que inclui até mesmo o papel dos investimentos privados em tecnologias menos químicas e menos agressivas ao meio ambiente. As exigências sobre o meio rural ultrapassam a simples função daquilo que o rural pode produzir e ficam mais centradas naquilo que a sociedade quer que ele produza, o que traz implicações tanto para a concepção das políticas públicas rurais quanto para a reprodução da agricultura.

Em relação à ação do Estado, isto vai se refletir numa corrida à expertise (ou aos experts) como forma de garantir bases teóricas “científicas” e “universalmente” aceitas para as políticas públicas de desenvolvimento rural, sobretudo em função do debate sobre a liberalização do comércio internacional e da redução dos subsídios agrícolas. Diferente das orientações gerais que se estabeleceram desde a implementação do pacote tecnológico, - o próprio corpo teórico da Economia Neoclássica (a alocação “ótima” dos fatores), a Economia da Regulação (a regulação setorial da agricultura) ou os simples preceitos liberalizantes do comércio internacional – para esta nova orientação das políticas agrícolas não existe um arcabouço teórico mínimo, capaz de obter consenso internacionalmente. Com isto, a utilização de instrumentos mais amplos de política agrícola, sobretudo por parte dos países desenvolvidos, vem sendo amplamente questionada, principalmente por parte dos países em desenvolvimento. Estes identificam-nos simplesmente como uma forma disfarçada de manter uma política de subsídios agrícolas. Este é um elemento crucial na discussão sobre o desenvolvimento dos espaços rurais na atualidade e o retomaremos no último capítulo deste trabalho.

Se, por um lado, é possível identificar nestas novas orientações o reconhecimento de especificidades regionais ou locais da agricultura, de forma a não submetê-la somente às regras gerais, por outro, também se verifica as dificuldades de colocar em prática tais orientações. Há dificuldades inerentes à heterogeneidade dos espaços rurais e do recorte espacial a ser utilizado, às competências das esferas político-administrativas, às exigências para o estabelecimento de um contrato que, mesmo que inclua apenas critérios mínimos, é difícil de ser estabelecido dada a heterogeneidade dos espaços em questão, etc.

Também cabe lembrar que nessa nova orientação, a agricultura vai ser chamada a “produzir” a biodiversidade, ao mesmo tempo em que continua submissa ao mercado. Mesmo que a submissão ao mercado não seja uma verdade inquestionável (como pode ser o caso da relativa autonomia e independência do agricultor familiar de tradição camponesa já destacada previamente) o novo papel que a sociedade identifica ao rural tem conseqüências para a autonomia e a independência do agricultor enquanto proprietário dos meios de produção. Afinal, para este agricultor, qual a autonomia possível num cenário em que um rural antes cumpridor de uma “função” produtiva,

passa a ser visto como “paisagem” e “patrimônio” de interesse coletivo, com múltiplas “funções” e que incorpora características de espaço público?

Em outras palavras, o que estamos dizendo é que o rural, em diversas situações, além de se apresentar como um *espaço privado* (produção e reprodução de uma determinada parcela da população) passa a se constituir também com ares de um *espaço público* (preservação da paisagem e do patrimônio, segurança e soberania alimentar, manutenção do tecido social). E aqui cabe elucidar bem esta questão porque ela vai estar no cerne de várias situações de conflito de interesses, sobretudo nos quadros da Região Metropolitana de Curitiba.

A ruptura cultural e política que estava implícita na passagem da condição de camponês para a de agricultor envolvia, em primeiro lugar, o fornecimento de matérias primas para mercado. Em oposição à condição “camponesa” e ao modo de vida a ela associada, colocava-se a condição de “agricultor” que, a rigor, identificaria apenas uma categoria profissional e não mais um conjunto de características sociais e culturais capazes de a diferenciar significativamente de qualquer outra. Em suma, uma agricultura que estaria integrada a um complexo sistema produtivo, com uma “função” bem definida e cuja atenção estaria muito menos ligada ao patrimônio agrônomo, físico, geográfico, social, cultural, etc. do que aos rendimentos. Nesse sentido, aquela parte não cultivada do território aparece como improdutivo, inútil ou facultativa aos olhos da produção agrícola (HERVIEU, 2002).

A mudança de visão sobre o espaço rural que coloca em evidência a visão do espaço rural não apenas como espaço de produção de matérias primas, mas também como uma paisagem, em espaço cultural e simbólico, envolve uma profunda inversão de prioridades na gestão daquilo que “não é cidade” (HERVIEU, 2002). Em suma, isto se dá porque o campo, ao ser reconhecido como um patrimônio nacional e coletivo, vai se colocar num patamar semelhante ao de outros patrimônios coletivos como as áreas de preservação (Amazônia, Pantanal, Floresta Atlântica, etc.), os monumentos históricos e arquitetônicos, etc.

Assim, a gestão (pública ou coletiva) dos espaços rurais quando estes assumem características de espaços públicos tende a retirar do agricultor e do trabalho da terra a

legitimidade de “senhores” da organização do espaço (rural). Se os agricultores percebem o espaço rural como a sede de uma atividade agrícola, todas as outras categorias sociais e, sobretudo, todas as outras categorias de habitantes dos espaços urbanos percebem o campo como um espaço muito mais complexo do que um simples espaço de produção. Os espaços rurais da RMC são ilustrativos desta condição e se enquadram numa realidade como aquela apresentada por PERRIER-CORNET (2002), que trata do rural marcado por três figuras ou representação distintas.

A primeira delas é a do campo “**Recurso**”, consistindo num espaço rural que é, antes de tudo, um espaço produtivo. Esta representação repousa sobre a imposição de um valor econômico aos recursos ali localizados e delega à agricultura um lugar central. Nos três municípios e, em especial, nas três comunidades onde foi realizada nossa pesquisa o rural se apresenta como um espaço produtivo, onde a atividade agrícola é crucial para a reprodução das famílias agricultoras e da própria comunidade.

A segunda representação identificada por PERRIER-CORNET é a do campo “**Quadro de vida**”, cuja ênfase está nos usos residenciais e recreativos do espaço rural, para os quais os baixos custos de acesso, a beleza e a qualidade das paisagens, enfim, as “amenidades” rurais são os elementos mais importantes. Nesta figura, se sobressai a concepção do campo como um espaço consumido o que também é uma situação verificada nos nossos estudos, sobretudo nas comunidades de Mergulhão e Santo Amaro.

A terceira figura é aquela que se mostra a mais representativa no rural metropolitano ao primeiro olhar, como já frisamos repetidas vezes. Trata-se do campo “**Natureza**”. O autor reforça que não se trata apenas de uma natureza de “amenidades”, mas uma natureza “objetiva” que inclui os recursos (água, solo, etc.), os ciclos próprios de funcionamento (ecossistema) e as funções de regulação climática. Este espaço “natureza” não é nem espaço de produção, nem espaço de consumo e corresponde aos objetivos de preservação, de conservação, de não utilização, para o bem estar das gerações futuras, ligando-se assim ao ideal de um desenvolvimento sustentável.

As três figuras acima estão estreitamente associadas à idéia de que o agrícola, por si só, não faz mais o rural. Como já deve ter ficado razoavelmente claro a esta altura de nossa

discussão, o campo “natureza”, apesar de ser mais recente, é o que mais identifica o rural da RMC no campo das políticas públicas regionais e o que se coloca no coração das preocupações contemporâneas sobre o seu desenvolvimento.

Um detalhe importante, conforme lembra ainda PERRIER-CORNET (2002), é que as três figuras acima estão profundamente imbricadas, que elas são interdependentes e, com frequência, são concorrentes, visto que elas “utilizam” o mesmo espaço e os mesmos recursos. Fundamentalmente, elas estão em “tensão”.

Neste contexto é que podemos associar uma dimensão pública importante à questão das múltiplas “funções” do campo e dos espaços rurais. Isto porque, se de um lado, um bem suporte essencial do espaço rural (o solo) está inserido no regime da *propriedade privada* ele é também o suporte de bens com uma forte *dimensão coletiva e pública* – as paisagens e as amenidades rurais, a biodiversidade e os bens ambientais que são bens coletivos. Se voltarmos ao exemplo da Região Metropolitana de Curitiba, veremos que o crescimento recente das figuras “quadro de vida” e “natureza” se dá em paralelo com a importância crescente desses “bens públicos” (paisagens, biodiversidade, amenidades rurais, etc.), que possuem um papel muito importante nas dinâmicas dos espaços rurais da região. Este processo é chamado de “publicização” dos campos pelo mesmo autor.

Nos termos de nossa pesquisa, este tema pode ser abordado por dois lados: pelo lado dos bens públicos e pelo lado das políticas públicas. Em ambos, as implicações são diversas. Do lado dos bens públicos, a interação entre os atores vai ser permeada de tensões e conflitos, resultante da utilização concorrente de um espaço reconhecido como “multifuncional” e, principalmente, dos seus recursos. É uma tensão latente entre a produção e a reprodução dos agricultores e as exigências ligadas à preservação ambiental ou ainda à ocupação do espaço pelos “urbanos” (moradia, lazer, etc.). Quanto às políticas públicas, a questão que se sobressai é sobre em que medida a sua gestação e a sua ação levam em conta estas transformações e como as gerencia. Em outras palavras, quais são as opções políticas (e por quais políticas) da sociedade diante dos espaços rurais? Ou ainda, como os atores rurais e as instituições públicas gerenciam este novo “direito” que o conjunto da sociedade entende cada vez mais portar sobre o rural?

BELRHALI et al. (2002) analisam a questão dos bens rurais sob a ótica do Direito, de forma a compreender a confrontação entre a reivindicação de acesso do público aos espaços rurais e a proteção do direito de propriedade e a exigência da preservação ambiental. Eles se perguntam se seria possível levantar efetivamente a hipótese de um enfraquecimento do direito de propriedade em relação ao direito de acesso do público aos bens rurais. Contudo, existem dificuldades concretas neste campo. Primeiro, porque não existe uma definição global de “bens rurais” e, segundo, porque os bens em questão podem pertencer tanto ao domínio privado quanto ao domínio público. Para eles, as leis recentes buscam facilitar o acesso do público aos bens de pessoas privadas nos espaços naturais e rurais, como é o caso do acesso à água na RMC. De forma semelhante, o reconhecimento dos usos residenciais e recreativos do rural conduzem efetivamente ao favorecimento do acesso público a este domínio. Ou ainda, a tomada de consciência crescente sobre a necessidade de preservação do meio ambiente resulta nas regulamentações que buscam restringir o acesso público a certas áreas de domínio público, casos das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) que trazem implícito a percepção de que a boa gestão de certos bens ambientais supõe a restrição do seu uso pelo público. Entretanto, os autores identificam que é nos espaços rurais que a confrontação do direito de propriedade e de acesso do público vai evidenciar conflitos de uso particularmente agudos.

Na Teoria Econômica, estes conflitos têm sido tratados a partir de quadros interpretativos ligados à Economia Neoclássica e ao conceito de “externalidade”. A “externalidade” é entendida como uma interação direta entre as funções de produção e/ou utilidade dos agentes econômicos, interação esta que não é mediada pelo mercado. Nos quadros da Economia Neoclássica, a condição básica de que os custos privados e os benefícios de qualquer ação para o indivíduo (medida pelo preço de mercado) se reflitam nos custos e benefícios para a sociedade é fundamental ao modelo de equilíbrio geral e do bem estar (RIANI, 1997). Entretanto, as ações de determinadas unidades podem acarretar perdas ou ganhos nas ações de outras unidades ou “externalidades” que podem ser negativas ou positivas e que podem existir tanto nas unidades de consumo quanto nas unidades de produção. VIVIEN (1994) lembra o exemplo clássico do curso de água utilizado por duas empresas, “A” e “B”. Se a empresa “A” lança os resíduos de sua produção no curso de água e isto traz conseqüências negativas para a empresa “B” (queda de produtividade e custos suplementares, por exemplo) e não existe um

“contrato” entre ambas que defina uma compensação, não existe a mediação do mercado. Como o mercado ocupa um lugar central na mediação dos conflitos de interesse nos quadros da Economia Neoclássica e da livre concorrência, uma situação tal caracterizaria uma “falta” de mercado. Para a solução de situações como estas, semelhantes aquelas envolvendo a questão da utilização dos espaços rurais, a Economia tem apresentado três grupos de soluções.

A primeira prega a taxação ao autor (agente emissor), nos termos do custo que sua atividade faz os outros “suportar”. Esta é conhecida como a solução “pigouviana”<sup>11</sup>, que se baseia na intervenção do Estado e a legítima. Ainda que a tradição da Economia Liberal seja a defesa da não intervenção pública na economia, para alguns economistas liberais sua atuação seria necessária nos casos em que o livre jogo de interesses não consegue se estabelecer.

Uma segunda linha de soluções para os conflitos de uso é aquela que envolve a negociação ou o arranjo institucional entre as partes, também conhecida como a solução “Coasiana”<sup>12</sup>. Tal abordagem não postula, a priori, nem que o agente emissor deva suportar sozinho o custo de resolução do problema, nem que o poder público deva intervir (CARRON & TORRE, 2002; VIVIEN, 1994). Nesta linha, entende-se que existe interesse econômico em que se instale uma negociação entre poluidor e vítimas da poluição e se estabeleça um nível de poluição aceitável. A exigência indispensável para que o acordo entre os protagonistas aconteça é que os direitos de propriedade estejam estabelecidos o que não é tão simples, como já apontamos anteriormente. Mesmo assim, no exemplo das empresas “A” e “B” acima, caberia definir qual dos dois agentes detém direito de propriedade sobre o riacho para, então, definir quem deve pagar e quem deve receber. Lembra VIVIEN (1994) que, aos olhos destes teóricos, o problema repousa muito mais sobre o quadro legal do que sobre as falhas de mercado.

O terceiro grupo de soluções envolve a criação de “mercados de direitos de uso”, sobre os quais serão negociados os direitos de poluir - a solução pelo mercado (mercadológica). Neste caso, a atuação do Estado é crucial, pois é a este que cabe o

---

<sup>11</sup> Em referência à uma primeira tradição da Economia do Meio Ambiente, inaugurada por Arthur C. Pigou.

papel de fixar os níveis de poluição aceitáveis e proceder a repartição dos “direitos de poluir” (VIVIEN, 1994; CARRON & TORRE, 2002). Observe-se que, em todos os três grupos de soluções, a valorização ou a definição de um valor econômico é um fator determinante o que, por seu lado, vai representar um outro fator crítico, sobretudo quando envolve o estabelecimento de valor econômico ao meio ambiente, à paisagem ou a outras amenidades.

CARRON & TORRE (2002) acrescentam ainda uma quarta solução para os conflitos de uso: a regulamentação da ocupação do espaço. Segundo eles, esta é uma solução resultante das dificuldades em conciliar os interesses contraditórios das diferentes “funções” do território. Esta solução comporta dois tipos de medidas. A primeira está relacionada à constituição de zonas dedicadas à atividades específicas, sejam elas produtivas, residenciais, industriais, recreativas, agrícolas, etc. Este é o caso dos zoneamentos elaborados com a finalidade de regulamentar a ocupação do espaço, diminuindo a fonte de conflitos por uma via institucional, neutralizando os efeitos da proximidade geográfica, que é, por natureza, uma fonte potencial de conflito. As áreas industriais da Região Metropolitana e as diretrizes para uso e ocupação do solo definidos no PDI - 2001 (COMEC, 2003), se enquadram neste tipo. Um segundo tipo identificado pelos autores é aquele do planejamento urbano, ligado à permissão de construir.

Nesta última linha de soluções para os conflitos, as reflexões recaem sobre a proximidade geográfica e a importância que a proximidade “organizacional” pode ter na solução das “externalidades” negativas que são ligadas aos inconvenientes da proximidade geográfica. Entretanto, no que tange aos espaços rurais em debate, a proximidade geográfica nem sempre é o fator mais relevante no surgimento das tensões. Na mesma linha, os espaços rurais e os conflitos de interesses já estão estabelecidos anteriormente à constituição das zonas que regulamentam a ocupação do território. Qualquer elaboração neste sentido deverá então ser feita a posteriori o que, certamente, traz mais complexidade à questão.

---

<sup>12</sup> Em referência ao economista Ronald Coase, ligado à Universidade de Chicago e autor de um artigo que, em 1960, inaugurou esta abordagem.

Diante do exposto, persiste uma questão crucial: como as políticas públicas devem se equipar (ou se ancorar científica e teoricamente) para comportar esta complexidade e os conflitos de interesses resultantes dessa nova visão da sociedade sobre os espaços rurais?

Afinal, as referidas mudanças na percepção da sociedade sobre a natureza, esta passagem da natureza pura e intocada para uma noção de natureza “fabricada”, na qual podem estar incluídos os espaços rurais, colocam estes últimos como alvos de todo um novo aparato de instrumentos de políticas e de ação pública, diferente dos tradicionais instrumentos de política agrícola.

Essas “novas dimensões” do rural exigem a produção e a elaboração de novas abordagens (ou forcem os instrumentos existentes a se adaptarem) que sejam capazes de criar *instrumentos válidos* (pelo menos reconhecidos como tal, como razoáveis e aceitos cientificamente) e que sejam *operacionalizáveis*.

Dentre os diversos impactos que esse renascimento do rural associado à mudança sociedade na sua percepção da natureza, um dos mais interessantes talvez tenha sido a sua capacidade de produzir uma nova conformação institucional e política e de impulsionar mudanças nos espaços de concertação no que se refere às políticas públicas rurais. Isto porque, se por um lado, um rural de reconhecidas “funções” múltiplas - ou multidimensional – é um elemento de tensão e conflitos, por outro, exige um novo aparato institucional e político capaz de gerenciar os acordos e consensos que devem ser construídos a fim de contorna-los.

São grandes os embates que emergem desse quadro. São exigências quanto à (a) definição do que consiste uma natureza relevante ou de um patrimônio digno de ser preservado, (b) à aceitação social de tais definições (concertação), (c) à competência (ou a definição de quem faz o quê), (d) à emergência de novos atores que se localizam em posições diferentes e se confrontam e (e) dos níveis e escalas (local, regional e global). Por exemplo, quando agricultores de uma das comunidades pesquisadas explicitam seu descontentamento com as políticas agrícolas tradicionais e também com as políticas ambientais, estão evidenciando toda a complexidade que destacamos acima. Ao rejeitar e questionar as políticas que inibem algumas de suas práticas “tradicionais”, que

envolviam o corte da floresta, eles (os agricultores) colocam em perspectiva muito mais do que a política ambiental. Diversas vezes eles confrontam a sua prática de derrubada com a de alguns vizinhos ou dos grandes produtores, que “já derrubaram todo o mato e ninguém fez nada!”. Podemos ler esta afirmação de diversas outras maneiras, visto que ela envolve uma dificuldade por parte do agricultor de perceber (a) desde quando esta floresta, mesmo residual, ganhou ares de patrimônio digno de ser preservado (afinal, muitos outros já cortaram as árvores!), (b) quem definiu ou define que aquela fração da floresta ou aquele curso de água devem ser preservados em detrimento das suas próprias necessidades (afinal, aquele é um espaço privado). Estes e outros dilemas compõem o rol de problemas que envolvem a construção e a implementação de políticas públicas, o que consiste o objeto de análise na seqüência deste trabalho.

**PARTE IV**  
**AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

## Capítulo 5

### **Políticas Públicas e trajetórias de desenvolvimento rural na Região Metropolitana de Curitiba**

O objetivo neste capítulo é, acima de tudo, um olhar sobre as políticas públicas que estão em implementação e que afetam o rural regional. Entretanto, antes da abordagem específica deste tema, vamos nos debruçar sobre alguns dos aspectos mais marcantes da evolução recente da RMC e do seu rural, entendendo que a identificação das suas trajetórias de mudanças e do seu estado atual é crucial para que possamos ilustrar seus prováveis rumos, tanto num sentido positivo (do “para onde ele vai”) quanto normativo (do “para onde deveria ir”).

Para se compreender a atual configuração social e econômica da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), é necessário, inicialmente, se debruçar sobre a sua dinâmica populacional, seu processo de colonização e os ciclos econômicos que ocorreram na região<sup>13</sup>. Da mesma forma, é preciso compreender minimamente as transformações ocorridas no interior do Estado do Paraná, sobretudo após a modernização do campo paranaense, responsável pela grande migração em direção a RMC. Pela sua conexão com a ação das políticas públicas que visavam modernizar.

Os municípios que pertencem hoje a RMC fazem parte de uma das regiões mais antigas do Estado do Paraná, ocupada no século XVII por moradores oriundos de São Paulo e Paranaguá, em busca das minas de ouro. A RMC localiza-se no Primeiro Planalto Paranaense e tem Curitiba como centro administrativo, comercial e de abastecimento, desde 1693, após extensão da jurisdição de Curitiba para todo o planalto.

No transcorrer do século XVII, foi a atividade pecuária que se desenvolveu e possibilitou a integração da região via processo de produção e comércio de gado com São Paulo, impulsionada, sobretudo, pelas demandas da mineração em Minas Gerais. A

---

<sup>13</sup> Este texto referente à dinâmica populacional da RMC consiste em parte do trabalho coletivo intitulado “Diagnóstico Preliminar sobre a Região Metropolitana de Curitiba”, elaborado pela Turma V do

produção pecuária ocorria em grandes extensões de terra e utilizava mão de obra escrava.

A partir das fazendas se desenvolveram atividades que, de forma semelhante ao verificado no Nordeste brasileiro com a atividade açucareira, se constituíam um conjunto sistema econômico e social integrado e quase auto-suficiente (KARAM, 2001). Naquele sistema, combinava-se a produção pecuária com a produção de alimentos como: carne, milho, feijão, mandioca, arroz. A principal fonte de mão de obra era a escrava, que era responsável pela produção pecuária, mineração, agricultura de subsistência, afazeres domésticos, artesanato, inclusive ofícios rurais e urbanos, incluindo funções administrativas (BALHANA, 1972, citado por KARAM, 2001)

Na primeira metade do século XIX, os escravos representavam mais de 40% do total da população do Paraná e, nesse período inicia-se um novo ciclo econômico na região com a extração da erva mate, impulsionada pela demanda dos países do Rio da Prata. Essa atividade vai se desenvolver e absorver mão de obra a ponto de desequilibrar a produção de subsistência, o que causou restrição da oferta de alimentos, segundo SANTOS (1992) citado por KARAM (2001). Com a produção pecuária e a exportação da erva mate, a região passou a ser incluída na economia nacional e internacional, o que contribuiu para a emancipação da Comarca do Paraná, em 1854, quando Curitiba, então com uma população de 6 mil habitantes, assumiu o papel de capital da província.

Durante o século XIX, o Paraná e a Região sofreram os impactos das mudanças que ocorriam em toda a sociedade brasileira. As leis que limitavam a oferta de mão de obra escrava e sua decorrente valorização, a Lei de Terras (1850) que colocava todas as terras sob a administração governamental e que condicionava o acesso à compra, aliados à visão modernizadora da burguesia local, promoveram alterações significativas no Estado. Foi naquele século que foram construídos dois importantes canais de comunicação da Região com o litoral: a ferrovia Curitiba – Paranaguá, logo estendida até o Porto Amazonas (ponto de navegação do rio Iguaçu), e a estrada da Graciosa (MAD, 1997).

---

doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR (SANTOS et al., 2003), devidamente referenciado na bibliografia.

Neste contexto é que se estabeleceu uma política de estímulo à vinda dos imigrantes europeus para a região que iria influenciar sobremaneira a configuração dos espaços rurais da atual RMC. A perspectivas de “branqueamento” da população e as possibilidades de um novo ritmo de desenvolvimento em função dos conhecimentos e das práticas “racionais” dos imigrantes, entusiasmavam a burguesia local (SANTOS citado por KARAM, 2001). Em termos gerais, eram muito valorizados os seus conhecimentos ligados às atividades agrícolas (trato da terra, cultivo, colheita, uso de equipamentos, comercialização, entre outros) além de outros como os ofícios de carpinteiro, pedreiro, ferreiro, funileiro, alfaiate, farmacêutico e comerciante (KARAM, 2001).

Segundo Santos (1992) citado por KARAM (2001), nas últimas décadas daquele século, foram definidos critérios para a fixação dos imigrantes nas colônias já existentes nos arredores de Curitiba, sobretudo para que não se repetissem aqui outras experiências mal sucedidas no país (casos dos parceiros e colonos do café no Estado de São Paulo). As colônias da Região, que haviam sido fundadas principalmente por imigrantes alemães, poloneses, franceses, suíços, suecos, entre outros, baseavam-se na propriedade da terra e na mão de obra familiar. O objetivo era facilitar a aquisição de terras pelos colonos, fixando-os nos arredores de Curitiba, garantindo com isto o abastecimento alimentar da cidade.

Aquela política de estímulo à imigração fez com que no período entre 1872 a 1900 a Região de Curitiba recebesse em torno de 30.000 imigrantes e de 1900 a 1920 mais 27.000. Predominavam os poloneses, italianos, alemães, seguidos por franceses, ingleses, suíços, russos, espanhóis, holandeses (KARAM, 2001). Segundo dados do IPARDES (1979), foram instaladas 29 colônias ao redor da cidade, fazendo com que a população de 7.000 habitantes em meados do século XIX, saltasse para 40.000 na virada do século.

Tratava-se de um modelo de colonização que priorizava a produção de subsistência (alimentos), bastante conhecida dos imigrantes camponeses, e que garantia uma produção excedente capaz de atender as demandas da cidade e do extrativismo da erva-mate. Este modelo promoveu o fortalecimento da urbanização de Curitiba e, ao mesmo tempo, permitiu a instalação de novos municípios, como foi o caso de São José dos

Pinhais, Campo Largo, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, Colombo e Araucária, todos desmembrados de Curitiba entre 1852 e 1890.

KARAN (2001) aponta ainda que os colonos viviam “fechados” em suas colônias como forma de manter a identidade étnica e cultural, bem como para protegerem-se da discriminação pela língua e pelos costumes. Com isso, a sociabilidade e a vida econômica dos mesmos estruturavam-se no interior da colônia, favorecendo a integração entre “iguais” e mantendo apenas relações esporádicas com a cidade para vender seus produtos e prestar serviços aos cidadãos (lavagem de roupas, etc). Esta prática acabou intensificando a economia de subsistência e a forma camponesa de origem dos agricultores.

Com a aprovação do Código de Postura de Curitiba, no final do século XIX, é que vão ser definidos os limites entre o rural e o urbano e adotados planos de ocupação de acordo com o estilo europeu. Segundo KARAM (2001), a partir de então vai se reforçar a configuração da cidade de Curitiba com o entorno constituído pelo cinturão verde (modelo experimentado na Europa), o que vai reafirmar um rural como espaço a serviço da urbanização.

O processo mais intenso de desestruturação das colônias na Região de Curitiba vai se dar a partir do Governo Vargas, cujo nacionalismo radical vai, o nacionalismo radical de Getúlio Vargas, ao instituir a obrigatoriedade do idioma português e do conhecimento da história brasileira por todos os habitantes do território nacional (COLNAGHI (1992), citada por KARAM, 2001). As particularidades e as contribuições culturais dos povos imigrantes foram desprezadas e as colônias que vivam “fechadas” em sua tradição étnica/cultural foram se transformando, fazendo com que sobrevivessem apenas aquelas mais distantes e “invisíveis” aos olhos do poder público.

Paralelo a esse movimento, o extrativismo da erva-mate entra em crise, principalmente na região dos Campos Gerais, o que impulsionou uma primeira corrente de migração interna, em direção à Curitiba, favorecendo ainda mais o processo de abertura das colônias. Entre 1920 e 1940, a população de Curitiba passou de 78.896 habitantes para 142.185 habitantes.

No período de 1940 a 1970 a região experimentou um intenso crescimento populacional. Em 1970, o número de habitantes da região totalizava 812.397, sendo que em torno de 80,7% vivia na cidade pólo. Curitiba era responsável por contabilizar 609.026 habitantes, sendo que 96,0% residiam no meio urbano. Quando subtraído os residentes urbanos de Curitiba, a participação da população rural da região subia para 68,0%, como demonstram os dados do Quadro 4. Esta era uma tendência já observada na década de 1950, como diz KARAM (2001), pois nos municípios que iriam compor a RMC predominava a população urbana (50,46%). Porém, subtraindo os residentes urbanos de Curitiba, a participação da população rural subia para 88,4%. Estes dados vêm demonstrar a histórica e forte presença do rural na RMC.

É, porém, nas décadas de 1970/80 que a migração torna-se mais intensa e o crescimento das cidades, principalmente dos “pólos” regionais e estaduais, fica evidente. Em 1970, a população do Paraná totalizava 6.929.868, sendo que 63,9% residiam no meio rural. Em 1980, a população total passou para 7.629.392 e a participação da população rural caiu para 41,4%. Em 1991, a população totalizava 8.448.713 e a participação da população rural caía para 26,6% (Quadro 4).

Esse processo de urbanização foi decorrente da intensificação do fluxo migratório ocorrido no Estado a partir da década de 1960, cuja principal fonte causadora foi a modernização do campo e as profundas transformações da agricultura paranaense dela decorrentes. As mudanças na agricultura estadual, assim como no restante do país, impulsionaram a migração da população rural em direção às novas fronteiras agrícolas do país (Regiões Oeste e Norte), às terras ociosas e (ou) acessíveis no interior do estado e, sobretudo, às cidades.

MAD (1997) corrobora a afirmação acima ao destacar que, ao final da década de 1970, os municípios que atualmente compõem a RMC contavam com 1/3 de sua população como migrante, residindo há menos de 10 anos no mesmo. O mesmo relatório destaca que 79% dos migrantes eram oriundos do interior do Estado e a maioria deles provinha do rural. Apontava ainda que este fluxo migratório dirigia-se majoritariamente para as áreas urbanas, mas também para o rural, principalmente para áreas menos valorizadas em função de problemas de relevo e solo. Ou seja, enquanto a modernização agrícola avança no interior do Estado, o êxodo rural se amplia rumo à capital e aos municípios

próximos, alterando o espaço urbano regional e, principalmente, a (re) configuração do seu espaço rural.



Municípios RMC	População total				População urbana				População rural			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Adrianópolis				7.007				1.613				5.394
Agudos do Sul				7.221				1.466				5.755
Amirante Tamarandaré	15.299	34.168	66.159	88.277	4.288	27.063	59.080	84.755	11.011	7.105	7.079	3.522
Azucária	17.117	34.799	61.889	94.258	5.473	27.128	54.262	86.111	11.644	7.671	7.627	8.147
Balsa Nova	4.704	5.288	7.515	10.153	1.234	1.262	2.430	3.186	3.470	4.026	5.085	6.967
Bocaiúva do Sul	10.697	12.119	10.657	9.050	1.408	2.336	3.242	3.562	9.289	9.783	7.415	5.488
Campina Grande do Sul	7.891	9.798	19.343	34.566	319	3.783	12.722	25.973	7.572	6.015	6.621	8.593
Campo Largo	34.405	54.839	72.523	92.782	15.927	37.401	63.892	77.223	18.478	17.438	18.631	15.559
Campo Magro				20.409				2.501				17.908
Cerro Azul				16.352				3.916				12.436
Colombo	19.258	62.881	117.767	183.329	1.092	54.979	110.273	174.962	18.166	7.902	7.494	8.367
Contenda	7.224	7.566	8.941	13.241	1.122	3.498	4.823	6.320	6.102	4.058	4.118	6.921
Curitiba	609.026	1.024.975	1.315.035	1.587.315	594.481	1.024.975	1.315.035	1.587.315	24.546			
Doutor Ulysses				6.003				701				5.302
Fazenda Rio Grande				62.877				59.196				3.681
Itaperuçu				19.344				16.234				3.110
Lapa				41.838				24.070				17.768
Mandrituba	11.036	15.452	38.336	17.540	1.364	7.216	26.237	6.268	9.672	8.236	12.099	11.272
Pinhais				102.985				100.726				2.259
Piraquara	21.253	70.640	106.882	72.886	12.113	60.927	91.438	33.829	9.140	9.713	15.444	39.057
Quatro Barras	4.066	5.710	10.007	16.161	1.105	3.493	8.132	14.520	2.961	2.217	1.875	1.641
Quitandinha				15.272				3.046				12.226
Rio Branco do Sul	25.133	31.767	38.296	29.341	5.068	14.410	23.714	20.049	16.628	17.357	14.582	9.292
São José dos Pinhais	25.288	70.634	127.455	204.316	21.184	56.804	111.952	183.366	4.104	13.830	15.503	20.950
Tijucas do Sul				12.260				1.846				10.414
Tunas do Paraná				3.611				1.421				2.190
Total RMC	812.397	1.440.626	2.000.805	2.768.394	656.178	1.325.275	1.877.232	2.524.175	152.782	115.351	123.573	244.219
Total do Paraná	6.929.868	7.629.392	8.448.713	9.563.458	2.504.378	4.472.561	6.197.953	7.786.084	4.425.490	3.156.831	2.250.760	1.777.374

Quadro 4. População residente, segundo a situação de domiciliados da RMC, 1970, 1980, 1991 e 2000.

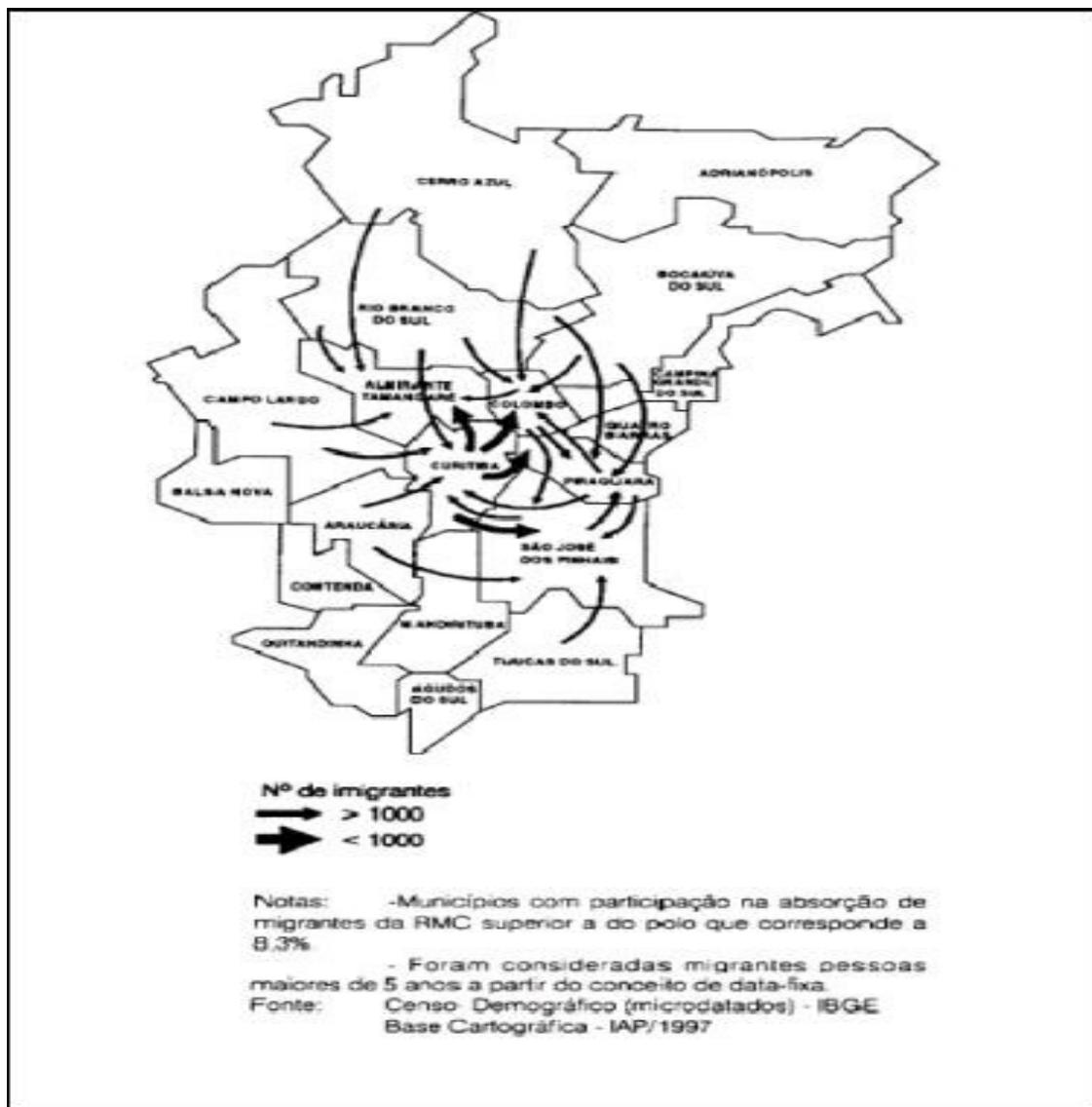


Na mesma linha, o estudo sobre o movimento migratório, publicado na Revista Paranaense de Desenvolvimento/IPARDES (1999) indica que, no Paraná, foi a Mesorregião Metropolitana<sup>14</sup> a que mais recebeu migrantes inter e intra-estadual e a única que apresentou acréscimos absolutos e relativos. O mesmo estudo mostra que o movimento de trocas entre os municípios da RMC permite identificar um conjunto de municípios em torno do pólo, “entre os quais há nítidas relações que se diferenciam por uma maior intensidade de trocas migratórias” (IPARDES, 1999, p. 27), conforme se verifica na Figura 6. Diferente de um outro conjunto de municípios como Rio Branco, Tijucas do Sul, Balsa Nova, Adrianópolis, Quitandinha, Bocaiúva do Sul, Contenda, Agudos do Sul e Cerro Azul, que apresentam apenas fluxos de saída para outros municípios da RMC, o que leva os autores afirmarem que “não compartilham ainda dessa dinâmica de circularidade metropolitana” (idem). Em outras palavras, trata-se, de um lado, dos municípios inseridos na dinâmica populacional urbana, na qual a “troca” migratória é mais comum e, de outro, dos municípios não inseridos nela, os municípios mais “rurais” cuja dinâmica populacional ainda estaria associada ao movimento migratório caracterizado como êxodo rural.

O mesmo estudo salienta ainda que o perfil socioeconômico dos migrantes da RMC é elucidativo da ocupação desigual dos municípios metropolitanos. Ele aponta que os mais escolarizados tendem a ir mais à Curitiba e Pinhais, acompanhados de Campo Largo, Araucária, São José dos Pinhais, Quatro Barras. Os menos escolarizados tendem a ir aos outros municípios, principalmente para aqueles “mais rurais”, menos inseridos na dinâmica metropolitana, que se caracterizam como “áreas socialmente frágeis, o que revela diferenças segregadoras do espaço metropolitano” (IPARDES, 1999, p. 28).

---

<sup>14</sup> A Mesorregião Metropolitana de Curitiba inclui os municípios do litoral do estado do Paraná.



*Figura 6 – Principais fluxos da migração intrametropolitana – 1986/91 e 1991/96*

De tudo o que foi discutido neste item, podemos inferir diversas características importantes do rural metropolitano de Curitiba. A primeira delas se refere à base familiar da agricultura que historicamente se desenvolveu aqui. Mais que isto, uma agricultura familiar diversificada, de

subsistência ou de base camponesa, desenvolvida principalmente por caboclos (ou brasileiros descendentes de escravos) e descendentes de europeus (principalmente de alemães, poloneses e italianos). A segunda, é que se trata de uma agricultura que se inseriu na dinâmica metropolitana enquanto cumpridora de “funções” (produção de alimentos e prestação de serviços). A terceira característica está ligada às condições efetivas oferecidas pelo espaço geofísico e ambiental para o desenvolvimento da atividade agropecuária. Sendo ele pouco apropriado para o desenvolvimento da atividade (pelas condições de relevo, solo e clima), ele pode, por um lado, ter influenciado o baixo desenvolvimento da agropecuária e, por outro, ampliado a pressão pela sua ocupação (baixo custo da terra facilitando o acesso da população migrante).

Por sinal, esta terceira característica ligada aos aspectos geofísicos e ambientais, por si só, já revelaria a heterogeneidade regional, nos termos aqui repetidamente reforçados. De forma semelhante às tipologias baseadas nos aspectos socioeconômicos que apresentamos anteriormente, podemos identificar pelo menos cinco grandes formações ou domínios geoambientais que serviram e servem de base para o desenvolvimento da atividade agropecuária da RMC. Vejamos como se caracterizam os mesmos.

Um primeiro domínio encontra-se a Leste da região, estendendo-se de norte a sul, onde se encontra a escarpa da Serra do Mar que é o grande divisor de águas das bacias hidrográficas do litoral e do Primeiro Planalto. A região possui relevo acidentado, formado sobre rochas graníticas do Embasamento Cristalino. Essa estratigrafia origina solos jovens como os Cambissolos e solos Litólicos, inclusive com afloramentos rochosos, não muitos aptos à agricultura. Sobre estes solos ocorre a Floresta Ombrófila Densa ou Floresta Atlântica, resultado da combinação do clima, estratigrafia, tempo geológico e beneficiada em sua conservação pelo relevo acidentado dificultando o acesso e intervenção e, também, porque se constitui como área de proteção ambiental. Destaca-se que da cobertura arbórea florestal total da RMC (8.174,19 km<sup>2</sup>), são os municípios desta região que apresentam maior percentual: Adrianópolis (83,78%), Bocaiúva do Sul (81,55%), Campina Grande do Sul (77,11%), Tunas do Paraná (92,46%), Tijucas do Sul (65,68%) (SANTOS et al., 2003).

A segunda formação situa-se a Noroeste da RMC, infiltrando-se pela região oeste, na qual se encontra a formação Açungui, com seus mares de morros, com dobramentos e alta declividade, profundamente entalhada pelos tributários do rio Ribeira, sendo transformada numa paisagem montanhosa recente. Todas estas cadeias de serras são constituídas por quartzitos claros compactos, sendo flanqueadas por filitos e lentes de calcários cristalinos. Ali se destacam as zonas aplainadas, que são formadas sobre diques básicos, sobre corpos calcáreos e corpos graníticos de maior expressão areal, uma área frágil geoambientalmente, pois constitui a formação cárstica. Sua estratigrafia origina-se de solos mais jovens como os Cambissolos e de Argissolos pela predominância da textura argilosa. Estes solos apresentam, de maneira geral, boa aptidão agrícola por conter alto grau de nutrientes, porém, apresentam restrições em função da sua alta permeabilidade ou capacidade de infiltração, também dada pela formação cárstica. Quanto à cobertura arbórea florestal, esta região acompanha os dados da maioria dos municípios da RMC, os quais apresentam vegetação secundária nos estágios inicial e médio<sup>15</sup> (SANTOS et al, 2003).

Adentrando a região sudoeste e sul, a formação Açungui sofre alterações decorrentes de diferentes processos de erosão, advindas da diversidade da estratigrafia que se modifica nesta direção, passando a apresentar morros isolados, em função da formação dos Gnaisses, que são rochas mais resistentes e antigas. Esta pode ser identificada como um terceiro domínio geoambiental e apresenta os solos mais aptos para agricultura porque nela predominam os tipos Latossolos e Podzólicos, que são solos mais evoluídos e profundos. No passado, a região abrigava, de maneira geral, a Floresta Ombrófila Mista ou Mata de Araucária, que foi retirada em função da exploração agrícola e hoje se encontra em processo de recuperação (SANTOS et al., 2003).

---

<sup>15</sup> Estágio inicial (ou pioneiro): vegetação lenhosa de pequeno porte, normalmente não ultrapassando 10m de altura, homogênea, alto número de indivíduos e baixa diversidade de espécies, baixa complexidade estrutural, e sem diferenciação de estratos. Estágio médio: vegetação arbórea, dossel até 20m de altura, amplitude dimensional e diversidade de espécies maior que o estágio anterior, estratificação vertical inicial e sub-bosque denso. Estágio avançado: vegetação arbórea bem desenvolvida, formada por comunidades heterogêneas e complexas, diversidade elevada, árvores de diversas dimensões, até 2m de diâmetro e 40m de altura, estratos verticais bem definidos, sub-bosque ralo e sombrio apresentando espécies do dossel na regeneração natural.

O quarto domínio consiste na região centro-leste onde se encontra a Bacia de Curitiba, cuja paisagem é suavemente ondulada, com planícies de várzeas intercaladas por sedimentos fluviais e paludais do Quaternário Recente. Estes sedimentos semiconsolidados configuram a Formação Guabirotuba. Esta formação é resultado de intenso processo erosivo. Constituem ainda este conjunto, as rochas cristalinas dobradas sobre os granitos, ou entre eles, até um pouco mais a oeste de Curitiba. Esta estrutura molda colinas de topo arredondado, embutindo áreas de aplainamento. Sobre esta estratigrafia desenvolvem-se Organossolos, solos pouco evoluídos, constituídos por material orgânico proveniente de acumulações de restos vegetais em grau variável de decomposição, acumulados em ambiente mal drenado, com elevados teores de carbono orgânico. Apesar da relevância dos constituintes orgânicos são solos ácidos, inadequados à ocupação e exploração agrícola. São solos encontrados em áreas de várzea e área de alagamentos constantes ou permanentes das planícies aluviais das Bacias do rio Iguaçu e do rio Capivari. Sobre esta fisiografia ocorre a vegetação típica de campos, como gramíneas e alguns arbustos; e a de várzea composta principalmente por taboais e formações pioneiras de influência fluvial (SANTOS et al., 2003).

O quinto e último domínio situa-se a Oeste onde se destaca a Escarpa Devoniana, já na bacia do rio Paraná e em relevo de transição, que constitui o resultado de diversos processos erosivos. Já iniciando o segundo planalto e seguindo a direção ao Sul, esta formação apresenta apenas mesetas isoladas dos sedimentos devonianos, onde predomina o Arenito de Furnas. Proveniente das condições de relevo e clima ali ocorrem predominantemente os solos jovens, Cambissolos e Neossolos, que são rasos e litólicos. Esta região se caracteriza pela predominância da vegetação de campos, caracterizada pela extensa área coberta por gramíneas, sem presença de arbustos, sendo que os arbustos e as árvores encontram-se nas nascentes e compõem as matas ciliares. Ali também a vegetação original foi bastante alterada em virtude de intensa exploração agrícola, que se desenvolve apesar das restrições de seus solos (SANTOS et al., 2003).

Da mesma forma que a heterogeneidade social, econômica e cultural do mundo rural brasileiro e regional foi desconsiderada quando da implementação do pacote tecnológico, a heterogeneidade

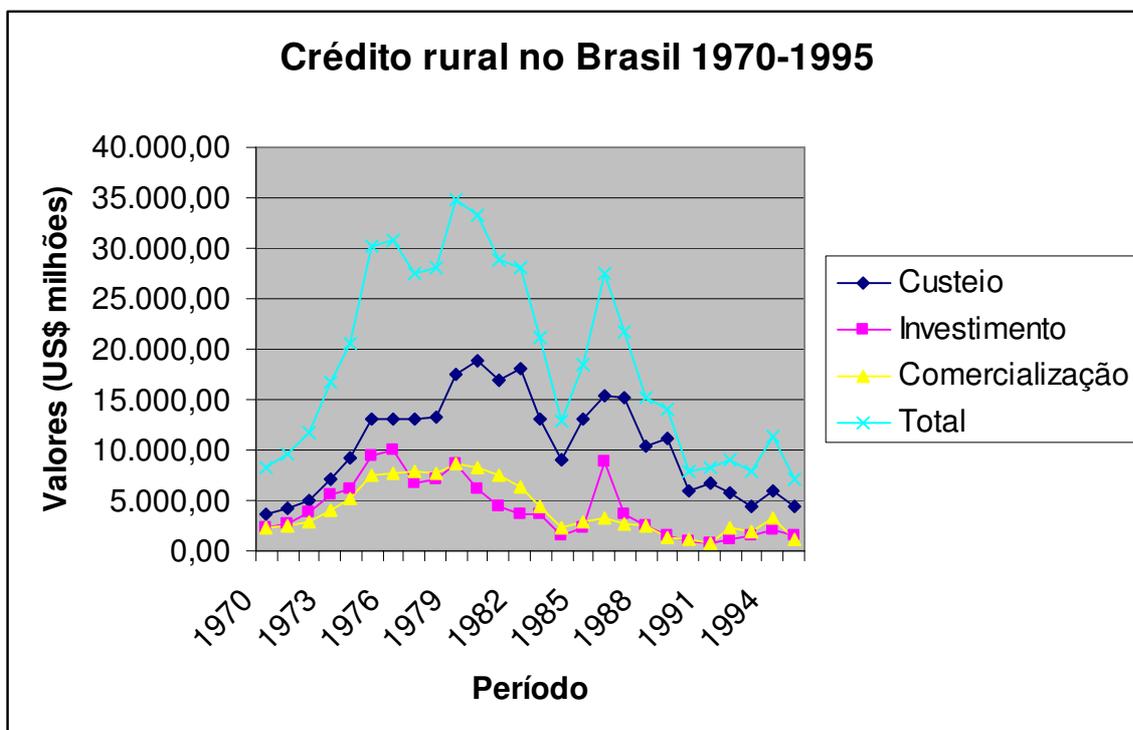
ambiental também não estava na pauta das políticas que o compunham. Especificidades ou particularidades desta natureza não consistiam uma preocupação relevante à época, apesar de, em certas situações, representarem um fator determinante das condições de produção da agricultura, principalmente da agricultura familiar. O que vai se evidenciando é que algumas das características acima vão continuar presentes nos espaços rurais metropolitanos atualmente. Em certos casos, elas vão mesmo se acentuar com o desenvolvimento social e econômico regional. No âmbito mais estrito da agricultura regional, a ação do pacote tecnológico se deu no sentido contrário da homogeneização, ampliando a sua diversidade e heterogeneidade. Vejamos a seguir, como se desenvolveram os processos de mudanças mais importantes do rural da Região Metropolitana de Curitiba.

### **5.1 A heterogeneidade sócio-econômica e ambiental do rural da RMC e suas trajetórias gerais de mudança**

Conforme apontamos na parte inicial deste capítulo, a composição dos grupos de imigrantes que se estabeleceram nos municípios, que hoje compõem a RMC, foi bastante heterogênea e a intensa atividade colonizadora foi marcada pelo estabelecimento de numerosos núcleos. Os principais mobilizadores dessa colonização eram, por um lado, o extrativismo da erva mate e, por outro, o atendimento da crescente demanda da cidade. Mesmo assim, vimos que muitas dessas colônias mantiveram-se relativamente “fechadas” até a década de 1930, mantendo-se razoavelmente autônomas em relação à cidade e baseadas em uma atividade de subsistência. Da mesma forma, vimos como é heterogênea a configuração ambiental regional.

Esse processo de ocupação, baseado na pequena propriedade de exploração familiar vai marcar a ruralidade da RMC até os dias atuais, conforme se pode verificar pela análise da evolução de alguns dados concernentes ao rural em questão. À luz do que discutimos no ponto anterior e retomando alguns elementos do período da modernização da agricultura brasileira, vejamos como evoluiu o meio rural da região.

A década de 1970 e o início da década de 1980 representaram o período de ouro da política de créditos abundantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), conforme corroboram os dados apresentados na Figura abaixo. Observa-se que nos dez anos compreendidos entre 1974 e 1983 o volume total de crédito rural no Brasil situou-se sempre acima dos 20 bilhões de dólares anuais, tendo ultrapassado os 30 bilhões nos de anos de 1975, 1976, 1979 e 1980. Se comparados com os valores correspondentes à década de 1990, pode-se ter uma melhor dimensão do que tais números representam.



Fonte: LEITE, 2001.

Figura 7 – Evolução do crédito rural no Brasil 1970-1995

A análise destes dados é particularmente importante no que tange ao crédito para investimento que atinge o seu máximo durante os anos 1970, sobretudo porque este tipo de recurso consiste um fator chave nas mudanças da base técnica da produção ou, em outras palavras, na sua efetiva “modernização”.

Cabe lembrar que esse período ao qual se referem os dados é exatamente aquele que antecede o surgimento de políticas diferenciadas para a agricultura familiar do país, o que será discutido num ponto específico. Vamos identificar aqui estes instrumentos simplesmente como os instrumentos “tradicionais” de política agrícola, ou seja, aqueles vigentes durante o período da “modernização” (resultante do “pacote tecnológico”) ou que compunham o “rescaldo” dessa política.

No que trata da ação desta política de créditos abundantes, vamos identificar na RMC alguns efeitos mais gerais, similares ao conjunto da agricultura nacional, e outros bastante específicos à agricultura e ao rural regional.

Da mesma forma que em grande parte da agricultura nacional, aqui pode ser observado a intensificação do processo de fragilização ou de exclusão da agricultura familiar o que, para os objetivos desta análise, podemos identificar como “efeitos gerais” da modernização. Em termos gerais, isto foi resultado das dificuldades de acesso ao crédito, o que não é propriamente uma particularidade da agricultura regional, mas configurou-se como a regra de toda a agricultura de pequeno porte do Brasil.

Como se sabe, todo o volume de recursos disponibilizados para o crédito rural a partir de meados da década de 1960, visava a modernização compulsória da agricultura, integrando-a progressivamente à dinâmica da indústria e dos serviços (BELIK & PAULILLO, 2001). Contudo, a utilização discriminatória daquele crédito rural foi preponderante no aprofundamento das distorções sociais e fundiárias existentes no país. Na RMC, tal discriminação foi potencializada, visto que aqui não se encontravam nem o tipo de produtores que mais acessaram o crédito (os grandes produtores), nem os principais produtos beneficiados (produtos exportáveis como a soja e o algodão) (LEITE, 2001). Em suma, o tipo de agricultura que se fazia presente na

região (colonial, de base camponesa, diversificada e predominantemente de subsistência) não fazia parte do diagnóstico oficial do rural brasileiro que apenas contrapunha grande propriedade (latifúndio) versus pequena propriedade (minifúndio).

Nesse cenário, ao se defrontar com políticas agrícolas cuja arquitetura não lhe favorecia, a agricultura existente na RMC só poderia garantir sua reprodução com base em estratégias que não incluíssem o acesso ao crédito disponível no “pacote tecnológico” modernizante, como ficará evidenciado na discussão sobre os estudos realizados nas comunidades rurais. Em suma, o atraso tecnológico da agricultura familiar da região, como de regra em outras regiões do país, é também o resultado da própria política de modernização.

Ainda no rol dos “efeitos gerais” podemos situar o êxodo rural e o empobrecimento relativo das populações rurais, devidamente discutidos e evidenciados no início do presente capítulo. Contudo, cabe agora nos ater ao que chamamos acima de “efeitos específicos”.

Um desses efeitos está ligado ao êxodo rural que, nos quadros do rural da RMC, deve ser analisado sob dois ângulos: a) o da “expulsão” da população que migra do meio rural para o urbano e; b) o da “recepção” da população migrante que, excetuando-se a situação anterior, é mais afeita às regiões que compõem a fronteira agrícola. Na RMC, os dois extremos do fluxo migratório são relevantes, como já tivemos a oportunidade de destacar. Isto porque, além de ter expulsado população em direção às cidades, o meio rural regional enfrentou o aporte de importante contingente populacional oriundo do interior do Estado, contingente este que migrava, sobretudo como resultado do processo de modernização do campo paranaense.

Os dados populacionais do IBGE mostram que a população rural da região, que era de 211.011 mil pessoas em 1970, diminuiu durante aquela década, chegando a 186.419 pessoas em 1980, mas a partir de então, vem aumentando sistematicamente; em 1991 a população rural da RMC era de 195.263 e em 2000 chegou a 244.219 (IBGE, 2006). Portanto, além dos problemas decorrentes de uma política agrícola discriminatória que acentuou as desigualdades da agricultura familiar em relação à agricultura patronal e a impediu de desenvolver suas potencialidades, a

agricultura familiar da RMC teve que enfrentar a pressão pela ocupação do espaço e pela fragmentação das propriedades, resultantes tanto do crescimento urbano e quanto do fluxo migratório proveniente do rural do interior do Estado para o rural metropolitano. Vejamos como os dados retratam este período.

Em 1975, ano em que o processo de modernização da agricultura deslanchava, os dados do Censo Agropecuário do IBGE, indicavam a existência de 11.353 propriedades rurais na região. Nestas propriedades, a situação dos produtores era a seguinte: 69,78% eram proprietários, 20,42% de arrendatários e parceiros e 10,41% de ocupantes. Chama a atenção o elevado percentual de arrendatários, parceiros e ocupantes à época o que, a priori, já seria revelador de uma condição fragilizada dos agricultores nesta condição. Da mesma forma se destaca o fato de que mais de 8,5 mil possuíam área inferior a 50 hectares, ou 75,2% do total. No outro extremo, identificavam-se apenas 578 propriedades possuíam mais que 200 hectares, ou seja, 5,97% do total. Em diversos municípios, a participação das pequenas propriedades com até 50 hectares era ainda mais expressiva, como eram os casos dos municípios de Araucária (92%), Lapa (88%), Almirante Tamandaré (86%), Agudos do Sul (86%), Mandirituba (85%) e São José dos Pinhais (84%). Já os municípios de Tijucas do Sul, Contenda e Piraquara eram os que contavam com maior participação percentual de propriedades, cuja área superava os 100 hectares, com 27,5%, 19,7% e 18,4% , respectivamente.

Corroborando nossa observação sobre a fragmentação das propriedades e a pressão populacional sobre o rural regional, o Censo Agropecuário de 1985 vai evidenciar um aumento significativo do número de estabelecimentos rurais na RMC e, principalmente, o aumento do número de pequenas propriedades. Naquele ano, o total de propriedades chegou a 29,4 mil sendo que 26,7 mil contavam com área inferior a 50 hectares. Isto quer dizer que mais de 90% das propriedades situavam-se nesse estrato de área, acentuando-se ainda mais a identidade regional de pequenos estabelecimentos. Voltemos aos possíveis fatores explicativos desta evolução. Um deles diz respeito ao próprio processo de crescimento demográfico da RMC e, o outro, à tendência ao fracionamento observado naquelas décadas, principalmente, nas pequenas e médias propriedades. No primeiro caso, o aumento da demanda por terra na RMC foi motivado não apenas pela

produção agrícola para atender à população crescente como também pelo aumento da procura de imóveis rurais para moradia. O segundo, pode representar uma estratégia de reprodução social condicionada tanto pela sucessão familiar, quanto pela busca de permanência no campo. Sabe-se que a política agrícola daquele período foi excludente em relação à pequena propriedade de exploração familiar o que poderia forçar o agricultor a tentar viabilizar sua reprodução de outras formas como, por exemplo, a venda de parte da sua propriedade ou através de parcerias ou arrendamento de terras. O aumento do número de parceiros e arrendatários na RMC fortalece esta hipótese. Em 1975, o Censo Agropecuário apontava 3770 produtores na condição de arrendatários ou parceiros. Dez anos depois, em 1985, esse número havia subido para 4665 produtores.

Os dados mais recentes sobre a estrutura fundiária regional, são referentes ao ano de 1998 e mostram a permanência das pequenas propriedades na região. Eles apontam a existência de 35745 mil imóveis rurais na RMC, dos quais 33063, ou 92,5% possuem até 50 hectares. A participação destes imóveis com até 50 hectares na área total dos estabelecimentos agropecuários da região, contudo, é de apenas 28,82% (INCRA, 2003).

Na região, da mesma forma que no restante do Brasil, a política de modernização não minimizou e, pelo contrário, manteve a concentração fundiária. Se, de um lado, as pequenas propriedades foram ficando cada vez mais numerosas e menores, no extremo oposto, as propriedades com área superior a 200 hectares mantinham a maior fatia da área total; em 1998, o número de propriedades com área superior à 200 hectares era de apenas 800 (2,24% dos estabelecimentos), mas as mesmas detinham mais de 55,25% da área total da região. Considerando que estamos tratando de uma região metropolitana cuja população vem crescendo a taxas elevadas e onde a pressão pela ocupação territorial é grande, estes números se mostram ainda mais surpreendentes.

Este contraste entre o elevado número de pequenas propriedades, detendo pouca área, versus pequeno número de grandes propriedades, com muita área, apresenta uma certa lógica geográfica na RMC. As grandes propriedades estão localizadas majoritariamente ao norte da capital e as pequenas predominam em Curitiba e em municípios mais ao sul. Por um lado, observa-se que

Curitiba, Colombo e Agudos do Sul são os municípios onde existe maior representatividade das propriedades com menos de 5 hectares. Nos três municípios, a participação dos estabelecimentos desse estrato na área total supera os 50%, chegando inclusive a 64% em Curitiba. Por outro lado, em Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná, a maior parte da área encontra-se no estrato composto por propriedades cuja área é maior que 200 hectares. No caso de Tunas do Paraná, 30% dos estabelecimentos têm mais de 200 hectares e detém 88% da área. Em Doutor Ulysses, são 26% dos estabelecimentos e 85% da área; em Adrianópolis 15% dos estabelecimentos e 85% da área no último estrato.

Algumas inferências adicionais podem ainda ser feitas quanto à conformação geográfica dessa estrutura fundiária, envolvendo relevo, aptidão do solo e seu uso. Por exemplo, naqueles municípios onde predominam as grandes propriedades, o relevo é bastante acidentado, dificultando o manejo. Com isto, o solo se mostra mais propício às atividades de reflorestamento, pastagens ou citricultura. Nos municípios circunvizinhos e ao Sul de Curitiba, o relevo é menos acidentado e, embora nestes os solos sejam bastante ácidos sua correção permite a exploração com culturas que demandam áreas menores e que são mais intensivas em mão de obra, como as olerícolas.

À luz do projeto de modernização da agricultura no país, tais observações podem parecer um pouco deterministas (no aspecto do determinismo geográfico), visto que a desterritorialização da produção era perfeitamente aceitável com base em tecnologia e insumos modernos. Analisado sob esta ótica, a configuração de solo e relevo existente na RMC não representaria grande empecilho para localização da produção de quaisquer dos grupos de produtos citados em qualquer um dos municípios. Ou seja, em tese, seria possível produzir em qualquer lugar. Mas, o fato é que os benefícios do crédito abundante foram irrelevantes na agricultura regional.

A desterritorialização da produção não se configurou na região e as estratégias adaptativas dos agricultores levavam em conta os aspectos geofísicos e ambientais, sem sombra de dúvida. A opção dos agricultores pelas pastagens, pela fruticultura ou pela olericultura é, sobretudo, o resultado da combinação das restrições dos aspectos naturais e da conjuntura social e econômica

existente. Ou seja, as transformações verificadas na agricultura regional (que não foram nos moldes propostos pela modernização) são resultado de estratégias que levavam em conta o meio físico e a expansão da urbanização, mas também são resultado da falta de políticas públicas adequadas no sentido de que a impossibilidade de acesso aos recursos a obrigou a se desenvolver sobre outras bases. Vejamos alguns dados sobre a evolução da produção na RMC que reforçam estas afirmações.

Conforme mostram os dados do Censo Agropecuário de 1975 do IBGE, a produção agropecuária na RMC estava centrada nos grãos, principalmente café em côco, soja, milho e feijão. Surpreende a importância da produção cafeeira na região que representava 23,49% do Valor Bruto da Produção (VBP) regional naquele ano. Isto representava, muito provavelmente, um resquício da “febre expansionista”, que marcou o avanço dessa cultura no Paraná além, é claro, fruto do elevado valor de mercado deste grão. Isto porque, as condições de solo e clima da região não se mostram como as mais adequadas para a sua produção e nos dados do Censo de 1995-1996 tal cultura praticamente desaparece da região.

A soja, a grande vedete do crédito da modernização agrícola brasileira, era o segundo produto mais importante na região, respondendo por 15,4% do VBP regional em 1975. Em 1995-1996, o Censo Agropecuário vai indicar que esta cultura também perde importância na RMC, passando a representar apenas 1,33% do VBP regional. Esta perda de importância da soja, um dos produtos mais beneficiados pela política de créditos nos anos 1970-1980, reforça ainda mais nossa hipótese de que a política de crédito passou ao largo da agropecuária regional. Já a cultura do milho se mostrava representativa em praticamente todos os municípios da região (Anexos 3, 4 e 5).

As transformações ocorridas no perfil da produção regional vão para além das destacadas acima e os dados do Censo de 1995-1996 vão mostrar isto. A mudança mais importante é, sem dúvida, a que se refere ao aumento da produção de olerícolas e de frutas, mas a produção de lavouras também se altera significativamente. A batata inglesa torna-se o produto mais representativo dentre as principais culturas temporárias da região, com mais de 17% do total. Em alguns

municípios a participação dessa cultura é ainda mais expressiva, casos de Contenda (batata inglesa representa 53% do valor total da produção agropecuária – VTPA municipal), Campo Largo (39% do VTPA) e Araucária (27% do VTPA) (Anexos 3, 4 e 5) . A produção de milho, uma das mais importantes no âmbito da agricultura familiar, continua expressiva, mantendo-se com uma participação relativa em torno de 10% na RMC e presente na grande maioria dos municípios. Já alguns grãos que apresentavam produção relevante na década de 1970, como a soja, o trigo e o arroz, deixam de figurar entre os mais importantes economicamente. Se analisarmos estas mudanças no perfil da produção à luz da política de crédito rural fica mais fácil compreendê-las.

Já salientamos que o crédito beneficiou mais as grandes propriedades e alguns produtos de exportação, como a soja, o algodão e o café. Entretanto, a base da estrutura fundiária regional era a pequena propriedade de base familiar o que, por si mesmo, consistiu fator de exclusão. Tanto isto é verdade que nem mesmo a presença de produtos exportáveis como a soja e o café (que eram produtos representativos na região na década de 1970) garantiram o avanço do crédito e da modernização da produção na RMC nos moldes observados em várias outras regiões do Brasil. Pelo contrário, a evolução da produção agropecuária na RMC e a modernização da mesma, quando isto ocorreu (casos das comunidades de Santo Amaro e Mergulhão que serão analisados adiante), se deu em outra direção, com base na produção olerícola e na fruticultura, por exemplo.

Nestes casos, o estímulo não vinha da política de crédito existente, o que ratifica nossa observação de que a diversificação da produção regional foi o resultado de estratégias “compensatórias” da ausência de políticas públicas adequadas à realidade da agricultura da região. A diversificação da produção agropecuária regional em bases diferentes consiste uma ação às avessas da modernização da agricultura brasileira. Quando esta última visava a homogeneização dos padrões produtivos e da base técnica, o rural da RMC se diversificou num sentido muito mais amplo do que a simples ampliação do leque de produtos produzidos, conforme se poderá verificar à luz da análise dos dados referentes aos municípios e comunidades pesquisadas.

Além de todas as mudanças destacadas até aqui, é necessário salientar a existência de um outro tipo de mudanças que estava em curso no período acima analisado e que vai se evidenciar, sobretudo, da última década do século passado para cá. Neste caso não se trata apenas da constatação empírica das mudanças nos sistemas de produção agropecuária da região, mas de mudanças mais sutis, ligadas ao olhar que a sociedade mais geral (principalmente o mundo urbano) lança sobre os espaços rurais. Em outras palavras, estamos nos referindo às novas demandas da sociedade e no reconhecimento das múltiplas “funções” do agrícola e do rural no processo de desenvolvimento regional.

Afirmamos reiteradas vezes que a demanda da sociedade e da economia mais geral que recaia sobre o rural brasileiro e metropolitano e se expressava nas políticas públicas era, acima de tudo, ligado ao cumprimento de suas “funções” clássicas de produção de alimentos, geração de divisas e depositária de mão de obra. Frente a isto, a modernização compulsória induzida pelas políticas públicas só fazia sentido se viabilizasse o cumprimento de tais “funções”.

Na prática, o que se observou e se observa quanto ao rural da RMC é que, por um lado, as políticas agrícolas não foram capazes de viabilizar sua modernização e, por outro, as demandas sociais e econômicas (em outras palavras, as “funções” do rural metropolitano) em direção ao espaço rural regional aumentaram rapidamente a partir dos anos 1980. Tratam-se de “funções” que, em última instância, podem estar colocadas para a agricultura brasileira de modo geral, sobretudo neste início de século, mas que, sem sombra de dúvida, vão se mostrar mais evidentes no âmbito do rural metropolitano de Curitiba. Isto porque aqui, mais do que em outras regiões do Estado do Paraná, vai se verificar uma preocupação persistente com outros “valores” e “funções” do espaço rural, dentre os quais vão se destacar as “funções” de espaços de preservação da natureza e das áreas de mananciais, de espaços de turismo, de lazer e de moradia, dentre outros. Isto vai representar a emergência, no âmbito da RMC, da visão do rural como um espaço “multifuncional”, ao qual são imputados novos valores, diferentes daqueles mais ligados aos aspectos produtivos aos quais estávamos habituados.

O impacto desta mudança de perspectiva é importante no que se refere à elaboração das políticas públicas - que passam a explicitar (e a supervalorizar) nos seus objetivos estas outras “funções” do rural – e na reprodução dos atores sociais que são por elas afetados – neste caso, os agricultores. Mesmo que tais mudanças de orientação de políticas públicas não tenham alterado significativamente a forma de produção dos agricultores pesquisados, seu impacto pode ser verificado em outras situações. Na prática da atividade produtiva agrícola e da reprodução social das famílias de agricultores pesquisados, o conflito de interesses (interesses privados versus interesse coletivo ou público) foi repetidamente destacado, conforme se poderá confirmar no Capítulo 6 deste trabalho. E nesse sentido, é válido dizer que as manifestações sobre as “múltiplas funções” dos espaços rurais da RMC foram muito mais freqüentes do que parecia ao primeiro olhar.

Os documentos oficiais referentes a projetos, programas, políticas, planos de desenvolvimento, etc., dentre os quais mereceram destaque o PRONAF, o Paraná 12 Meses, os planejamentos da COMEC e as ações das prefeituras dos municípios pesquisados fazem referência sistemática a esta nova visão do rural. De mesma forma, as referências aos muitos “valores” ou “funções” do espaço rural estão presentes nas entrevistas envolvendo gestores de políticas públicas e outros atores locais, sejam Secretários municipais, técnicos, conselheiros, sindicalistas ou outras lideranças, conforme se poderá constatar mais adiante. Analisemos isto mais detalhadamente.

A freqüência com que os objetivos das políticas e programas estudados e os atores entrevistados foram imputando uma multiplicidade de “valores” ou “funções” aos espaços rurais estudados deu origem à identificação de uma série de aspectos ou indicadores nos termos resumidos na Figura 8. Nela são destacados quatro grupos de valores, não exclusivos nem excludentes, quais sejam, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Via de regra, a associação mais imediata que os entrevistados faziam diz respeito aos espaços rurais como espaços de produção agrícola e de reprodução dos agricultores (Valores “econômicos”). Neste caso, estão enquadrados alguns indicadores que identificamos como valores “sociais”. Trata-se do rural entendido como espaço de trabalho, de moradia, de convívio e

coesão social, etc. Contudo, o discurso recorrente aos entrevistados ia além disto. Envolvia ainda as questões ligadas à preservação da floresta e das áreas de mananciais (valores “ambientais”), à importância crescente das chácaras de lazer e recreação, dos espaços de turismo rural como pousadas e pesque-pagues (valores “econômicos”, mas também “ambientais” e “culturais”), das festas populares e religiosas em geral (valores “sociais” e “ambientais”, mas também “econômicos”). Enfim, uma vasta gama de “valores” que dissociava o espaço rural estudado da visão do rural apenas como espaço de produção agropecuária.

Tudo isto indicava uma novidade porque, aparentemente, esta visão ampliada do mundo rural parecia (e ainda parece) muito mais próxima do debate acadêmico do que dos gestores de políticas públicas e demais atores do desenvolvimento rural. Mas, o que vai se constatar é que, independente dos resultados práticos das políticas públicas, a percepção de um rural mais plural, mais diversificado nas suas “funções” também passa a fazer parte da arquitetura, da construção dos objetivos das mesmas.

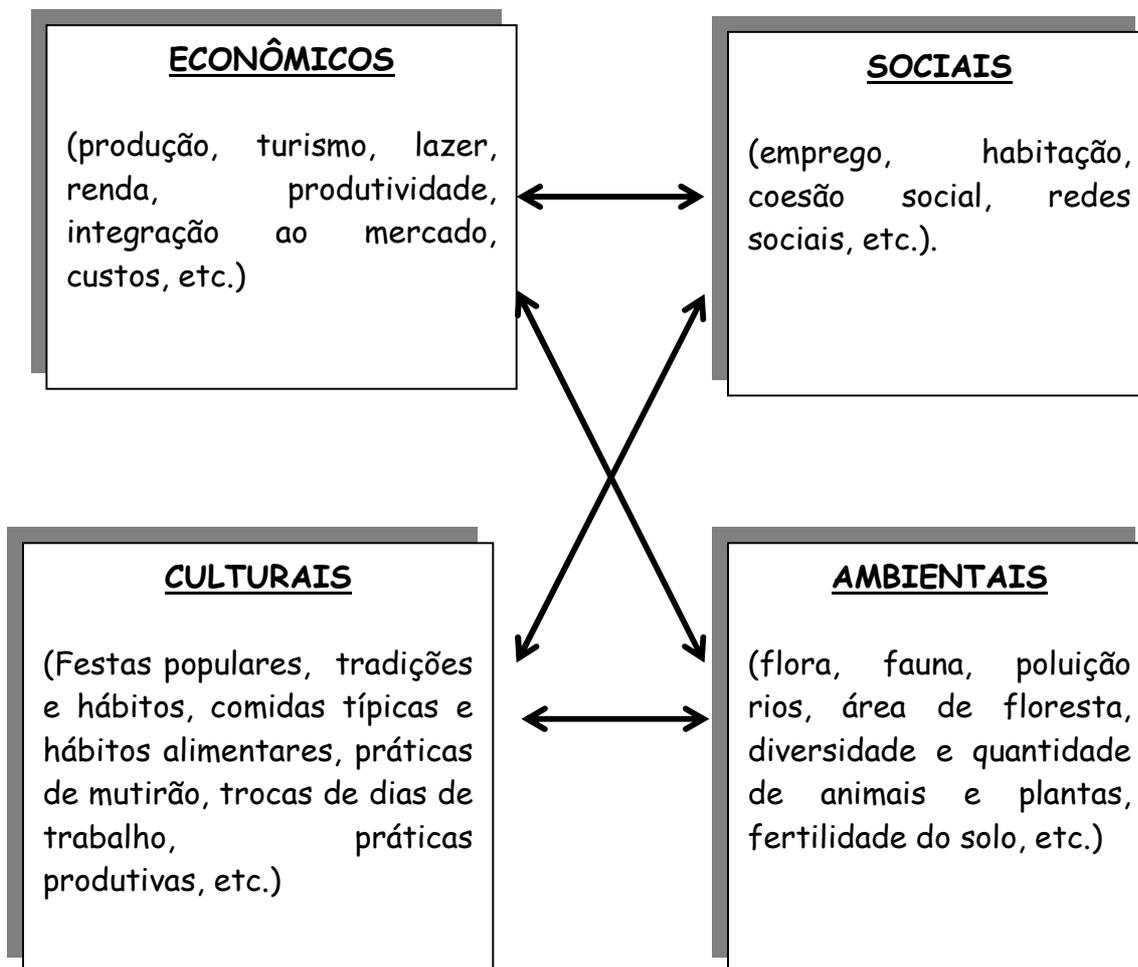


Figura 8. Esquema ilustrativo de “indicadores” e “valores” imputados ao rural da Região Metropolitana de Curitiba.

Em diversos municípios da RMC (como por exemplo, Campo Magro, Mandirituba, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul) o destaque para o aspecto produtivo do meio rural é imediato, para todos os entrevistados. No caso de São José dos Pinhais, os atores entrevistados ressaltam o fato de que o município é o maior produtor de olerícolas do Estado do Paraná. Em Mandirituba, destacam a “vocação rural” do município bem como a opção do poder público pelo fortalecimento das atividades agropecuárias e dos espaços rurais locais. Mas, além disto, vários

deles apontam as outras potencialidades do rural e é aí que a visão mais ampla do mundo rural começa a se evidenciar também nesta perspectiva (a dos atores sociais locais) de nossa pesquisa.

Em síntese, todo o exposto acima deixa transparecer a configuração do espaço rural metropolitano e as formas pelas quais ele evoluiu nas últimas décadas. Sabendo como ele alcançou a sua atual configuração, resta se perguntar quais são os instrumentos de políticas públicas que atuam sobre ele e como estes mesmos instrumentos têm incorporado tamanha heterogeneidade e todo o rol de “funções” que começam a ser delegados a ele na contemporaneidade. Passemos então à identificação destes instrumentos.

## **5.2 A regra e a exceção: Políticas Públicas para a metrópole e políticas públicas para o rural regional**

Estudar a ação das políticas públicas é, em qualquer situação, uma questão complexa, como já destacamos no primeiro capítulo deste trabalho. Tanto nos aspectos teóricos da criação das políticas públicas quanto na verificação efetiva de sua ação, ressaltou-se as limitações existentes e não cabe retomar toda aquela discussão. Contudo, é importante frisar alguns elementos adicionais nesse ponto do trabalho das particularidades do tema quando o recorte espacial envolve uma região metropolitana, como é o caso dos municípios estudados.

Em geral, tratamos das políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal, visto que são nestas três esferas de governo que vamos encontrar a criação das políticas públicas de caráter estatal. No caso da Região Metropolitana de Curitiba, já deve ter ficado razoavelmente claro que a Coordenadoria da Região Metropolitana – COMEC consiste uma quarta fonte de criação ou, pelo menos, de orientação da ação pública estatal nos municípios que a compõem. Pela sua força enquanto órgão responsável pelo planejamento, a COMEC coordena e articula as funções públicas de interesse da RMC, tendo se constituído desde a sua criação na grande referência regional concernente às políticas públicas de desenvolvimento. É exatamente por esta

particularidade, que nos interessamos também, desde o início, sobre as ações das diretrizes e políticas metropolitanas que passam pela COMEC no cotidiano das comunidades em questão, ou seja, sobre a ação das políticas metropolitanas na reprodução dos agricultores familiares estudados.

Com isto, identificamos aqui políticas que são oriundas das quatro esferas da administração pública que atuam nas comunidades rurais estudadas, quais sejam: a esfera federal, a estadual, a metropolitana e a municipal. É importante salientar que não se trata simplesmente de uma opção por estas esferas de governo e sim de uma constatação *in loco* das ações das políticas públicas nascidas de tais níveis. Em outras palavras, partiu-se da constatação da existência de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento rural ou que, pelo menos, pudessem afetar o desenvolvimento nas comunidades estudadas, nestes quatro níveis. No trabalho de campo, investigou-se, por um lado, o (re) conhecimento ou não dos agricultores sobre a existência e o acesso a essas políticas públicas e, sobretudo, sua ação na dinâmica das famílias e das comunidades rurais em questão.

Partindo desta premissa, nos centramos num leque mais restrito de políticas públicas. Em âmbito federal, o estudo centrou-se principalmente no PRONAF, por esta consistir a política de desenvolvimento rural mais importante em andamento em todas as comunidades pesquisadas. Em segundo plano, foram analisados também aspectos relevantes da ação da política agrícola mais geral, sobretudo no que trata do período anterior a 1995, primeiro ano de implementação do PRONAF. No âmbito estadual, o estudo ficou restrito basicamente ao Programa Paraná 12 meses, também com penetração importante nas comunidades pesquisadas.

Outras políticas estaduais que se mostraram bem presentes no universo estudado e às quais nos debruçamos são aquelas ligadas à política ambiental. Embora o seu foco não seja propriamente o desenvolvimento dos espaços rurais, estas políticas ambientais possuem ação relevante nos mesmos, como ficará evidenciado adiante.

A rigor, pode-se afirmar que o PRONAF e o Paraná 12 Meses consistem nas duas únicas políticas públicas com objetivos explícitos de desenvolvimento rural que atuam no rural

metropolitano, excetuando-se, é claro, aquelas políticas de cunho municipais. Isto porque, no que tange às políticas regionais, ligadas à COMEC, não se identificou quaisquer políticas específicas para o meio rural. Para este nível, verificou-se que a ênfase está, sobretudo, nas políticas e diretrizes ambientais de uso e ocupação do solo.

Já as políticas públicas municipais representam um conjunto de ações um pouco mais ampliado. Contudo, mostraram-se mais difíceis de serem identificadas de maneira formal (documentos oficiais), seu (re) conhecimento pela população também é mais difuso e o estudo de sua ação mostrou-se mais complexo. Para que fiquem mais claras as observações acima, analisemos mais detalhadamente os principais aspectos dos quatro níveis citados e das políticas públicas a eles relacionados, começando pelas políticas públicas para a metrópole (a regra) e, em seguida, pelas políticas de desenvolvimento rural (a exceção).

### **5.2.1. A Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e as políticas públicas para a metrópole**

A Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC foi implantada em 1975, portanto, dois anos após a criação da RMC que se deu no ano de 1973. Segundo COMEC (2002a) a criação desta coordenadoria foi o resultado da necessidade do planejamento conjunto para a RMC que, à época, englobava 14 municípios. A COMEC se tornou o órgão responsável por “*coordenar e articular as funções públicas de interesse comum*” (COMEC, 2002a, p. 5) na região e, em consequência, passou a ser a referência regional mais importante no que trata das políticas públicas de desenvolvimento. O primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI da RMC foi lançado em 1978, com base na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Como destaca KARAM (2001), as três principais diretrizes daquele plano eram:

- 1) A preservação dos recursos hídricos e outros de caráter ecológico;

- 2) A geração de riqueza através da otimização da exploração mineral e agropecuária, além do desenvolvimento industrial;
- 3) A melhoria das condições de vida da população metropolitana através da orientação do crescimento urbano e a criação de sub-centros regionais, para estruturar uma rede urbana hierarquizada de serviços e funções urbanas.

Observe-se que uma das diretrizes faz referência direta à geração de riqueza através da exploração agropecuária, “além do desenvolvimento industrial”. Especificamente para o rural, previa-se a exploração mineral nos municípios de Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré e Colombo; a horticultura na região nordeste e sudeste (Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Araucária); a bacia leiteira ao leste (Pinhais, Piraquara, S. J. dos Pinhais, Quatro Barras) e a exploração agrícola intensiva ao sul, pelos solos apropriados (Araucária, Contenda, Mandirituba).

Conforme destaca MAD (2001), é possível identificar três fases no trabalho da COMEC. A primeira fase estava ligada à política nacional de planejamento integrado, sendo altamente vinculada à esfera do governo federal (militar) que, nos moldes da atuação governamental discutida no Capítulo 2, assumia um papel ativo como indutor do desenvolvimento econômico. Tratava-se de um modelo centralizado que desconsiderava as especificidades regionais, bem como as instâncias políticas e a participação dos Estados e Municípios. A segunda fase coincidiu com o processo de redemocratização do país e de transformações institucionais e econômicas acentuadas, ocorridos durante a década de 1980. Naquele período, a COMEC - assim como diversos órgãos vinculados ao governo militar – conviveu com um esvaziamento de suas funções e passou a se defrontar com as mudanças imprimidas pela Constituição de 1988, que assegurava a participação da sociedade civil no planejamento municipal, estadual e federal. A terceira fase, iniciada a partir da década de 1990, pode ser caracterizada como aquela em que não apenas os moldes do planejamento regional vão mudar, como também a visão de desenvolvimento regional que havia orientado as ações da COMEC até então vai se alterar sensivelmente. É nessa década que a RMC vai assumir a sua configuração territorial atual de 26 municípios e, sobretudo, que vão ganhar corpo as preocupações ambientais e com o crescimento populacional da região.

O PDI 2001, que consiste no documento orientador mais importante concernente ao planejamento da RMC, evidencia explicitamente o impacto das mudanças de cenário destacadas acima. Este novo Plano destaca, por exemplo, os novos atores envolvidos no processo de planejamento, pois:

*“(...) a proposta de revisá-lo e atualizá-lo (o PDI) envolve o emprego de novas metodologias, em sintonia com a visão moderna de planejamento estratégico, nas quais a busca de consensos pactuados pressupõe uma intensa participação dos atores e agentes regionais no processo de planejamento” (COMEC, 2001, p. 6).*

E, de forma semelhante, ressalta que sua nova versão está fundamentada em constatações sobre a realidade regional, destacando:

*“1) As profundas alterações nas condições socioeconômicas que ocorreram no espaço regional nessas últimas décadas, tanto do ponto de vista do crescimento da população quanto da sua estrutura econômica, com a implantação recente do pólo automotivo.  
2) A permanência de fortes condicionantes ambientais, que estabelecem um conflito entre o uso e a ocupação do solo possível e as aspirações das comunidades locais. (PDI, 2001, p. 3)”.*

Vale lembrar, inclusive, que as referências à questão ambiental são uma constante nesse novo PDI. Nele são evidenciados os objetivos de construir uma metrópole *“Competitiva, Sustentável e Solidária”*, os quais, segundo a própria COMEC, traduzem as expectativas para o novo século em que se buscam *“os imperativos de participação no processo decisório e da compreensão de que desenvolvimento e preservação ambiental não são temas excludentes”* (COMEC, 2001, p.10). Em suma, a referência regional passa a ser um *“desenvolvimento sustentável”* que articule o crescimento econômico com as questões ambiental e social. Para os municípios *“rurais”* (aqueles incluídos no Segundo e no Terceiro Anel Metropolitano) ou os espaços rurais propriamente ditos, as referências ambientais são sempre explícitas. À parte esta exacerbação dos aspectos ambientais

concernentes ao rural metropolitano, verifica-se que, no mínimo, o texto do PDI traz de forma mais ou menos explícita uma nova percepção do rural metropolitano; ainda “funcional”, mas, sobretudo, “multifuncional” (produção, preservação, lazer, turismo, moradia, etc.). Conforme se vê no documento, as propostas para estas áreas tratam da “*criação de alternativas econômicas que permitam o desenvolvimento sustentável da região – principalmente as vinculadas às atividades rurais*” (IDEM, 2001, p.76). De igual forma, elas fazem referência à:

*“Garantia da manutenção dos espaços verdes e da qualidade do meio ambiente associada ao desenvolvimento econômico, por meio de incentivo às atividades ligadas ao novo rural (hotelaria, turismo, etc.), à agricultura orgânica, e pela implantação de eixos rurais de acesso, facilitando o deslocamento da produção e a atividade turística” (IDEM, p.76).*

É claro que a preocupação mais importante e que permeia todo o plano é o problema do abastecimento de água da região e que, direta ou indiretamente, afeta as áreas rurais. A proteção das áreas de mananciais é um tema recorrente no texto do PDI 2001, inclusive com referências diretas a “*critérios para a ocupação dessas áreas e medidas compensatórias às restrições de ocupação*” e o incentivo “*a ampliação de práticas auto-sustentáveis para as atividades agrícolas localizadas em áreas de preservação ambiental*” (IDEM, p.67). Mesmo que na prática não seja tão perceptível (ilustrados pelos estudos de caso), as restrições impostas às atividades agropecuárias se ampliaram nos últimos anos, sobretudo porque boa parte dos territórios que compreendem os principais mananciais de abastecimento da RMC que estavam destinados a preservação foram ocupados, conforme ressalta o mesmo documento.

Em suma, apesar das muitas “funções” dos espaços rurais da região, o olhar institucional da COMEC vai compreendê-lo em estreita ligação com as demandas urbanas. Isto transparece tanto na proposta de preservação dos recursos hídricos (que passa garantir o abastecimento de água da metrópole e demais centros urbanos) quanto na preservação de áreas propícias ao lazer.

O PDI-2001 reconhece a fragilidade do rural pelo avanço da urbanização, pela baixa aptidão agrícola dos solos, pela baixa produtividade e pelas dificuldades de comercialização. Da mesma forma, são identificadas potencialidades para este rural, principalmente para a agricultura orgânica, a silvicultura no Vale do Ribeira, a fruticultura e o turismo rural. Entretanto, não são apresentadas propostas concretas para este “rural”. As propostas de políticas públicas para a RMC, a partir da perspectiva do PDI, estão centradas na gestão compartilhada entre os municípios limítrofes e os do chamado “primeiro anel”<sup>16</sup>, ou seja, aqueles que já apresentam uma configuração urbana significativa e possuem uma interação dinâmica com o núcleo da metrópole. E, em linhas gerais, o que estas propostas privilegiam é um desenvolvimento econômico focado na expansão e consolidação da RMC como um pólo industrial e de serviços autônomo. (COMEC, 2001).

### **5.2.2. Políticas públicas ambientais**

A política ambiental, em suas diversas variantes, consiste numa das áreas da atuação pública mais lembradas e citadas nos municípios e nas comunidades pesquisadas. Considerada como um instrumento fundamental com vistas a um desenvolvimento que se proponha “sustentável”, a política ambiental é uma referência de política pública para os agricultores, mas em geral, é associada a tensões, conflito de interesses e restrições. Não há uma percepção quanto à segmentação da política ambiental, se ela se refere à um projeto de preservação da mata ciliar, da floresta atlântica ou dos recursos hídricos. Para os agricultores pesquisados, como se irá constatar, se verifica uma generalização: a política ambiental (manifestada em restrições) é simplesmente identificada como o “IBAMA” ou o “IAP”. Mesmo assim, vamos resgatar minimamente as principais expressões da política ambiental que incide sobre as comunidades estudadas.

---

<sup>16</sup> Primeiro anel para a COMEC compreende os seguintes municípios: Balsa Nova; Bocaiúva do Sul; Contenda; Itaperuçu; Mandirituba; Rio Branco do Sul.

No Estado do Paraná, o órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual no que tange à política ambiental é a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA. A esta Secretaria compete a formulação e a execução das políticas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrário-fundiária, de controle da erosão e de saneamento ambiental no Estado (GOVERNO DO PARANÁ - SEMA, 2006).

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos (SUDERHSA), ambos níveis descentralizados da SEMA, são as principais entidades estaduais envolvidas na gestão ambiental. Segundo COMEC (1997) o IAP é o responsável pelo licenciamento e a fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, enquanto que a SUDERHSA é a agência responsável pela outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio estadual, assim como pela gestão de recursos hídricos. Na RMC, a função de autorizar o parcelamento do solo, bem como de orientar o planejamento regional é da COMEC, conforme já ressaltamos anteriormente. Esta função lhe confere uma grande participação da questão ambiental da Região. Já as prefeituras detêm o poder de concessão de serviços tais como o saneamento básico e o tratamento de resíduos sólidos urbanos (COMEC, 1997).

Nos quadros da RMC, as restrições da política ambiental no que se relaciona a atividade agropecuária vão desde a preservação da floresta atlântica e da mata de araucárias à questão dos recursos hídricos. O Relatório Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC, 1997) trata das diversas formas de degradação ambiental e faz referência ao “*risco ambiental digno de citação (que) vem a ser a contaminação ambiental a partir do uso de agro-químicos nas franjas agriculturáveis da RMC, intensamente utilizados nas culturas da batata e olerícolas*” (COMEC, 1997, p.4). Entretanto, não são identificadas políticas que atuem efetivamente na minimização destes problemas e, no âmbito das comunidades rurais, o que se sobressai são aquelas políticas ambientais mais gerais que restringem o corte e a utilização de espécies vegetais nativas e buscam a preservação da mata ciliar.

O Relatório Ambiental identifica vários dos problemas ambientais da RMC e até apresenta propostas de planos de ação e projetos para enfrentá-los. Porém, a abordagem é essencialmente urbanística e utilitarista e, a despeito do impacto das políticas ambientais na atividade agropecuária regional, a área rural não aparece como parte importante no processo de desenvolvimento. Seus produtos, suas atividades, sua área e sua população raramente são mencionados, exceto quando fazem parte de uma rede de integração às atividades urbanas.

No Relatório, o próprio meio físico é analisado em função da possibilidade de servir à urbanização da área contínua da RMC e, às vezes, fica explícita a contradição entre as diretrizes de uso e ocupação do solo ou as políticas de desenvolvimento e a necessidade de preservação do meio ambiente. Por exemplo, mesmo diante dos limitantes ambientais existentes no setor leste-sul da região (Serra do Mar e Floresta Atlântica, bacia do Rio Iguaçu e Áreas de mananciais), a política de desenvolvimento tem facilitado sua ocupação como se evidenciou pela instalação de grandes plantas industriais automotivas no município de São José dos Pinhais. O PDI – 2001 cita, inclusive, a expansão das atividades industriais nos municípios de São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande que “*tendem a se unir ao longo do tempo, numa conurbação entre esses dois municípios*” (COMEC, 2001, p.63).

A partir do diagnóstico ambiental, a COMEC pretendia intensificar o processo de planejamento dos municípios da RMC, com o objetivo de propor a estruturação para a ocupação urbana. O objetivo comum aos municípios visava a implantação de programas e projetos para “*orientar a ocupação da área de urbanização contínua da RMC*” (IDEM, p.4).

A política de conservação e manejo florestal foi aprovada pelo Decreto 5.911/1989, através do Plano Diretor de Manejo Florestal da RMC. A partir dela foram instituídos programas com o objetivo de colocar em prática o Plano Diretor regido, também, pela Lei Florestal do Estado do Paraná nº 11.054/1995 (COMEC, 1997).

Um dos mecanismos para a implantação do plano foi a criação do Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente,

integrando: o Programa de Conservação da Biodiversidade (Rede da Biodiversidade), Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória (SERFLOR), Programa Estadual de Desenvolvimento Florestal (PRODEFLO) e Programa Florestas Municipais, instituído pelo Decreto nº 387/99, tendo como um dos objetivos levar o Estado do Paraná a ter um índice de no mínimo 20% (vinte por cento) de cobertura florestal, através da conjugação de esforços do Poder Público e da Iniciativa Privada.

As diretrizes básicas deste sistema são: a manutenção dos remanescentes florestais nativos, a ampliação da cobertura florestal mínima visando a preservação, a conservação da biodiversidade, o uso dos recursos florestais e o estabelecimento das zonas prioritárias para a conservação e recuperação de áreas florestais, através de corredores da biodiversidade.

Os dois únicos programas mencionados detalhadamente no Relatório Ambiental são o SERFLOR e o Programa Florestas Municipais. O Sistema Estadual de reposição Florestal – SERFLOR, tem como objetivo preservar as matas nativas remanescentes no Estado, e manter o equilíbrio e a demanda do consumo de florestas produtivas plantadas. Consiste em um sistema de controle de estoques de matéria prima consumida, estímulo às formas associativas dos consumidores, gestão dos municípios para manter e reconstituir a sua base florestal. Gerido pelo IAP, esse sistema faz parte de uma política florestal do IBAMA.

O “Programa Florestas Municipais” foi uma proposta do IAP – Instituto Ambiental do Paraná, que trata da execução de reflorestamento de forma descentralizada e municipalizada para o Paraná. O município faz o planejamento do uso e ocupação de seu território, desenvolve suas ações para implantação da floresta e cria um fundo para gerenciar os recursos. O objetivo seria a estruturação do serviço florestal, conservação do ambiente, produção de matéria prima florestal e educação ambiental. As prefeituras recebem incentivos através de insumos, assistência técnica e projetos florestais municipais.

Associado a implantação das Áreas de Proteção Ambiental (APA) em bacias de mananciais de abastecimento público, vem sendo desenvolvido um subprojeto de reposição florestal e

recuperação de áreas degradadas. Seu objetivo principal seria a recomposição florestal em áreas da bacia do Alto Iguaçu, incluindo a área adjacente ao reservatório do Iraí, Parque Iguaçu, canal extravasor e margens da represa do rio Passaúna. Visa atender também a legislação vigente no que diz respeito à vegetação de preservação permanente. Sua área de atuação contempla os municípios de Pinhais, Piraquara, Colombo, São José dos Pinhais, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Araucária e Campo Largo.

O único programa citado pelo Relatório Ambiental da COMEC, voltado ao meio rural, é o Programa de Ocupação e Uso Conservacionista do Solo Rural. O relatório não apresenta detalhes sobre o programa, apenas refere-se à preservação dos recursos naturais na área rural. Para isto, recomenda a utilização de tecnologias adequadas à atividade agropecuária na região dos mananciais de abastecimento público e ações que proporcionem melhoria da renda e elevação do padrão de vida dos produtores rurais. O programa fala ainda na implantação de abastecedouros comunitários, esterqueiras, lavadouros de olerícolas e tanques para piscicultura. Só que o mesmo abrange apenas os municípios de Curitiba, Araucária, Almirante Tamandaré, Campo Magro e Campo Largo e não contempla nenhuma dos três municípios pesquisados neste trabalho.

Em 1992 o PROSAM – Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba estabeleceu um plano de metas. Esse programa trata de um conjunto de obras e ações que tem como objetivo proteger os mananciais de água e garantir o abastecimento da população da RMC. As ações desse programa iniciadas em 1993 visam a melhoria, a recuperação e a gestão do meio ambiente na Bacia do Alto Iguaçu. Estava prevista a transferência das pessoas que viviam em águas insalubres na região dos mananciais para locais mais apropriados, aqueles loteamentos que permanecerem próximos às nascentes seriam urbanizados evitando a poluição dos mananciais. A prioridade era a continuação e a extensão do controle de enchente e projetos de melhoria da drenagem do PROSAM contando, inclusive, com parcerias com a iniciativa privada.

O Programa Rio Limpo é um exemplo destas parcerias. Patrocinado pela Petrobrás, é destinado à implantação de projetos e programas que assegurem as necessidades regionais de preservação e

gestão ambiental da Bacia do Alto Iguaçu. Todas as ações teriam início na Bacia do Alto Iguaçu, responsável pelo abastecimento de água de 2,5 milhões de pessoas. O programa Rio Limpo prevê a recuperação dos rios e uma campanha de conscientização, envolvendo principalmente as escolas. Os projetos contemplam ações de revitalização, manejo de bacias, controle de cheias, lagoas de equilíbrio e parques ambientais, gestão de mananciais, urbanização, relocação de famílias que ocupam áreas de invasão ou fundos de vales.

Um último projeto que cabe destacar é o do ICMS Ecológico. A perspectiva de ganhos com a Lei dos Royalties Ecológicos (Lei do ICMS Ecológico) levou muitos municípios a se candidatarem ao adicional de recursos previstos em tal Lei, a partir de avanços comprovados na área ambiental do município; municípios como São José dos Pinhais e Mandirituba têm recebido recursos do ICMS ecológico, por exemplo. A constituição de recursos do ICMS Ecológico (Lei Estadual nº 59/91, seguida de Decreto do Executivo nº 974/91) provém de 5% dos 25% da arrecadação do ICMS destinados ao Fundo de Participação dos Municípios. Este Fundo é repartido entre os municípios, contemplando os parâmetros de ordem ambiental ora utilizados pelo Instituto Ambiental do Paraná. Desses 5%, uma metade é repartida entre os municípios com mananciais de abastecimento hídrico e a outra metade entre aqueles que possuem Unidades de Conservação.

Assim, a partir de 1992, os municípios com mananciais de abastecimento de água ou áreas verdes passaram a dispor de recursos adicionais, numa forma de compensar aqueles municípios da RMC que possuem grandes parcelas dos seus territórios consideradas de uso restrito, devido a importância dos mananciais para o abastecimento regional de água. O aspecto mais interessante desta política é a idéia do pagamento pelo conjunto da sociedade de um montante de recursos para garantir a preservação de determinados recursos que são de interesse coletivo. Esta é uma forma de resolver a questão dos conflitos pelo direito de uso dos espaços privados, como é o caso das propriedades agrícolas, em prol dos direitos coletivos (de preservação). A este ponto voltaremos adiante.

Novamente é importante destacar que estas políticas apresentam uma visão utilitarista da região em prol do “bem-estar” da área urbana de Curitiba e isto já foi reiteradamente observado. No

máximo, mencionam a introdução de práticas socioeconômicas voltadas ao atendimento das políticas ambientais e, por extensão, a gestão, preservação e melhoramento da qualidade das águas para o abastecimento da RMC. Da mesma forma, já apontamos que maioria das políticas ambientais afeta as áreas rurais, embora apenas um programa, dentre os citados, vise diretamente beneficiar as populações e produtores rurais. E tudo isto apenas reitera a política institucional que minimiza a importância do rural na RMC, mesmo reconhecendo sua contribuição com a dinâmica regional, seja na produção agropecuária, seja no turismo rural ou ainda na preservação ambiental.

Contudo, o aspecto mais relevante deste aparato de políticas é que ele começa a evidenciar (textualmente) o conflito de uso entre os *espaços privados* (espaços de produção e reprodução social de grupos sociais específicos como é o caso dos agricultores familiares da RMC) e os *espaços públicos* (espaços estes que ganham ares de espaço público em razão da relevância “reconhecida” das suas múltiplas “funções” e do conseqüente interesse coletivo na sua preservação). Como já destacamos, mesmo que este conjunto de políticas aos olhos dos agricultores seja representado simplesmente o “IAP” ou o “IBAMA”, suas implicações são muito relevantes em diversos aspectos da reprodução dos mesmos.

### **5.2.3. Políticas Públicas de desenvolvimento rural na RMC: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Paraná 12 Meses**

A identificação das políticas públicas para o meio rural metropolitano vai nos remeter novamente a algumas questões já aventadas anteriormente. Uma delas é aquela que trata da aparente invisibilidade do rural da RMC do ponto de vista das instituições que pensam as políticas regionais. Uma outra nos remete à discrepância entre instrumento e beneficiário, resultado do desconhecimento do público beneficiário e da conseqüente inadequação das políticas públicas à realidade do rural, em particular o meio rural da RMC. Tais discrepâncias se sobressaem ao primeiro olhar sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural nesta região. Os dois únicos programas em execução identificados (PRONAF e Paraná 12 Meses) consistem em instrumentos gerais, que focalizam a agricultura familiar no seu conjunto e não apresentam nenhuma

especificidade no que trata de espaços rurais com características particulares como os espaços em questão.

A gênese do PRONAF data do ano de 1994, quando foi criado pelo Governo Federal o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP. O PROVAP tinha como objetivo fornecer crédito a taxa de juros mais acessíveis aos agricultores familiares. Os resultados do primeiro ano de execução do PROVAP *“foram bastante restritos, sobretudo em função das dificuldades que os agricultores familiares tiveram para atender as exigências do sistema financeiro”* (MATTEI, 2001, p.3). No ano seguinte, o programa foi completamente reformulado, ganhando configuração mais global no apoio aos agricultores familiares.

Os objetivos deste programa, segundo o seu manual operacional (MDA/PRONAF, 2004), consistem em propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e de renda, de forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Para tanto, conta com três linhas básicas de atuação:

- a) Assistência financeira como crédito de custeio e investimento;
- b) Capacitação profissional para habilitar os produtores e técnicos para: levantar demandas dos agricultores e organizações, compatibilizar as prioridades (demandas) com as ações do governo, definir ações, elaborar e monitorar a execução do PMDR (Plano Municipal de Desenvolvimento Rural);
- c) Infra-estrutura e serviços para: financiar a implantação, ampliação, modernização, racionalização e relocação da infra-estrutura; dinamizar o setor produtivo, assegurar a sustentação ao desenvolvimento rural (MDA/PRONAF, 2004).

Embora tenha sofrido alguns ajustes, sobretudo na questão dos percentuais de renda com vistas ao enquadramento, os agricultores beneficiados pelo PRONAF são aqueles que possuem as seguintes características:

- a) Renda familiar oriunda da atividade agropecuária, variando de acordo com o grupo no qual o beneficiário se enquadrar (30% da renda para o Grupo B; 60%

da renda para o Grupo C; 70% da renda para o Grupo D; e 80% da renda para o Grupo E);

- b) Detenham ou explorem estabelecimentos cuja área seja de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando se tratar de atividade pecuária);
- c) Explorem a terra na condição de proprietários, meeiros, parceiros ou arrendatários;
- d) Utilizem mão-de-obra predominantemente familiar;
- e) Residam no imóvel ou aglomerado urbano próximo;
- f) Possuam renda bruta familiar de até R\$ 60.000,00 por ano (MDA/PRONAF, 2004).

É interessante observar que a segmentação do público beneficiário (grupos distintos de agricultores familiares: A, B, C e D), consiste um avanço no que trata do reconhecimento da heterogeneidade da agricultura familiar no país. De igual forma, as diferenças relacionadas às taxas de juros e às formas de pagamento atuam neste sentido, como salienta de forma clara MATTEI (2001). Várias das características do programa (tipo de público beneficiário, taxas de juros reais mais acessíveis, descontos (“rebates”) por pontualidade, etc.) o situam, além de um programa de estímulo à produção (que ainda é predominante no programa), como um programa de transferência de renda. O “Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003-2004” (MDA/SAF, 2004), reforça esta compreensão ao afirmar que: *“Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária passam a contar agora com uma política pública de garantia de renda e apoio à comercialização”* (IDEM, pg.6). Mas, de qualquer forma, sua atuação mais efetiva tem sido como um programa de apoio à produção.

Vários pontos das mudanças recentes no PRONAF merecem maior atenção, visto que elas começam a evidenciar tanto a apropriação quanto o reconhecimento por esta política das múltiplas dimensões e “funções” que a agricultura, neste caso a agricultura familiar, possui ou está habilitada a cumprir.

O aspecto da “segurança alimentar” é o primeiro elemento destas mudanças. “*A agricultura familiar tem um papel fundamental para a segurança alimentar do Brasil*” ressalta o texto do Plano Safra (MDA/SAF, 2004, pg. 5). Mais do que a afirmação textual, a percepção desta “função” da agricultura, vem acompanhada de um instrumento de ação: linhas de apoio à produção de alimentos que compõem a dieta alimentar do brasileiro: arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. Da mesma forma, o programa ressalta o aspecto “social” da agricultura quando aponta que a “garantia para produzir” é condição para “permanecer no campo” (IDEM, pg. 14).

Em relação à “preservação ambiental”, os exemplos são diversos. Há o PRONAF FLORESTAL, em que o estímulo é ao “*adequado manejo dos recursos naturais*” em que se “*estimula o plantio de espécies florestais, apoiando os agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais*” (IDEM, pg. 17). E, na mesma linha, a busca da conversão produtiva pela produção agroecológica, onde o programa apóia financeiramente a transição elevando os limites de crédito.

Um último destaque cabe ao PRONAF Turismo Rural, também uma linha específica do programa com vistas a estimular o desenvolvimento da infraestrutura rural voltada para as atividades turísticas. Ou seja, em última instância, é o reconhecimento de um rural enquanto espaço diferenciado, digno de ser apreciado e, conseqüentemente, capaz de ser consumido na forma de turismo e lazer.

Apesar de apresentar atuação bastante limitada no âmbito da RMC, conforme mostraremos adiante, não se pode minimizar a relevância das alterações citadas acima frente à diversidade e da heterogeneidade do rural da região pelo fato do programa passar a incorporar vários aspectos das mudanças do olhar sobre o rural que vão se mostrar vetores de muita tensão em cada um dos estudos de caso realizados.

O Paraná 12 meses é um programa do governo do Estado, em parceria com o Banco Mundial, dirigido “*a reduzir a situação de pobreza no meio rural e o manejo e conservação dos recursos naturais*” (SEAB/PR 12 meses, 2005, p.2). Tem como objetivo: a) melhorar as condições de

habitação e de saneamento básico da família rural; recuperar e preservar o solo agrícola e o meio ambiente para sustentabilidade da atividade agropecuária, criar novos postos de trabalho no meio rural, promover a agregação de renda à família rural, bem como a sua regularidade dentro dos 12 meses do ano (SEAB/PR 12 meses).

No que se relaciona ao Programa Paraná 12 MESES, dos 26 municípios da RMC apenas Pinhais não foi beneficiado. Os beneficiados obtiveram diversas linhas de financiamento: melhoria das condições de moradia, saneamento, compra de equipamentos, fomento, etc. Um dos aspectos observado foi que grande parte dos valores deste programa destinou-se à melhoria das condições de moradia, água e esgoto. Estes valores foram muito superiores aos subsídios para fomento agrícola, mesmo naqueles municípios nos quais a principal atividade está no setor primário. Isto mostra a premência da demanda por melhorias das condições de vida no meio rural, que historicamente aparece como um *locus* de precariedade.

Mesmo neste caso, de uma política específica para o rural, as informações mostram que ela vem atendendo, prioritariamente, à melhoria das condições de habitação o que, obviamente, é muito importante. Mesmo assim, vem se resumindo a atender a um aspecto da complexidade das demandas da agricultura familiar (moradia) e dos seus próprios objetivos; pouco se tem observado, e os estudos de caso vão ilustrar isto, quanto à criação de postos de trabalho, agregação de renda à família e à sua regularidade.

**PARTE V**  
**OS ESTUDOS DE CASO**

## **Capítulo 6**

### **A quem pertence o espaço rural?**

#### **Ação das políticas públicas e Reprodução Social da Agricultura familiar em comunidades rurais da RMC**

A questão que retomamos no título do presente capítulo orientou toda a discussão desenvolvida no Capítulo 5 e, conforme se pôde evidenciar, mesmo com a força do debate acerca do rural na atualidade, ela é uma questão que permanece em aberto. De qualquer forma, não se trata de encontrar uma resposta a ela e sim de destacar como um questionamento aparentemente ingênuo é capaz de comportar um arsenal de implicações no que trata da orientação e dos instrumentos de políticas públicas e, acima de tudo, no que tange à ação das mesmas na reprodução dos agricultores. Naquele capítulo, tratamos dos elementos centrais da transição entre um rural como espaço de produção e com “funções” bem definidas no processo de desenvolvimento econômico e um rural como espaço multidimensional, portador de múltiplas “funções”. Em seguida, adentramos pelo debate de como as políticas de desenvolvimento rural vêm tentando incorporar os principais elementos desta transição e de como isto se consiste num fator de tensão, ao contrapor num mesmo espaço (o rural), as noções de bens privados e bens coletivos ou públicos. Finalmente, cabe ilustrar esses movimentos de mudança (na relação sociedade e natureza e na arquitetura das políticas públicas) em bases mais concretas, quais sejam, as comunidades rurais de Mergulhão, Santo Amaro e Postinho.

Antes de avançarmos na discussão dos estudos de caso, é preciso esclarecer melhor pelo menos três conceitos ou categorias analíticas, todas já previamente mencionadas, que daqui por diante passam a ter papel central em nossa análise. São elas: a (a) agricultura familiar, (b) reprodução social e (c) a noção de trajetórias de desenvolvimento. Quanto à categoria “agricultura familiar”, consideramos que já tenha sido devidamente tratada no Capítulo 2, cabendo apenas reforçar os principais elementos constitutivos deste conceito. Aos outros dois, ambos passíveis de serem utilizados no estudo dos processos de mudança em questão, reservamos um pouco mais de atenção.

A agricultura familiar se consiste na forma social de produção agrícola mais numerosa no Brasil e nela, a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. Já apontamos que a combinação destes fatores tem conseqüências na forma como esta agricultura age econômica e socialmente, sendo fundamental para a compreensão de sua capacidade de se adaptar às mudanças ou, em outras palavras, das suas estratégias de reprodução. Estas estratégias consistem na capacidade de invenção permanente, indispensável para que o sujeito se adapte às situações variadas, sempre variadas e nunca perfeitamente idênticas. Em outras palavras, a estratégia é o produto do senso prático, que leva o ator a fazer o que deve ser feito, o que o jogo social exige de forma a conservar sua posição, sua situação no universo social em questão ou, simplesmente, garantir sua reprodução social (BORDIEU, 1990).

Embora o conceito de reprodução seja em geral associado à percepção marxista, centrado no escopo econômico (as relações de produção, as forças produtivas e a força de trabalho), no contexto desta pesquisa, compreendemos a reprodução social como um processo mais amplo no qual sociedades inteiras e suas características culturais, estruturais e ecológicas são reproduzidas (transmitidas) no tempo e no espaço. Nesta acepção, ela inclui além das relações sociais de produção, as instituições, as linguagens e outros produtos culturais.

RENK (2000) trata a categoria reprodução social em dois movimentos: um de longa duração e outro de curta duração. Para a autora, o processo de longa duração inclui todos os mecanismos institucionais, assim como as normas e as atividades constituídas a partir dos costumes que são utilizadas para manter e garantir a transmissão do capital social<sup>17</sup> de uma geração para outra. Nesse processo de longa duração insere-se ainda a perspectiva de parentesco, que privilegia a continuidade das relações no tempo e a transmissão da propriedade (chamada de “devolução”). Como destaca a autora, esta estratégia é compatível com as estratégias matrimoniais e sucessoriais camponesas que BOURDIEU (2002) apresentou no seu estudo sobre a crise da

---

<sup>17</sup> Capital Social entendido como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM citado por ABRAMOVAY, 1998, p. 3).

sociedade camponesa numa aldeia francesa. Este autor ressalta, no mesmo estudo, a evidente regularidade das práticas com que os camponeses Béarnais<sup>18</sup> tendem a assegurar a reprodução da “linha” (familiar) e, ao mesmo tempo, a reprodução dos seus direitos sobre os instrumentos de produção. Embora não tenhamos aqui o objetivo de tratar das estratégias matrimoniais e sucessórias nas comunidades pesquisadas, sempre que possível buscaremos chamar a atenção para a “regularidade” de algumas estratégias de longo prazo das famílias pesquisadas. Como ficará evidenciado adiante, nossa ênfase recai mais sobre o grupo doméstico como unidade de produção (de produtos agrícolas e também de outros tipos de bens) e de consumo.

Por seu lado, o processo de curta duração envolve uma “constelação de práticas sociais” que passam pelo cálculo familiar e pelo esquema axiológico que influi nas suas práticas cotidianas (RENK, 2000, p.25). Esta autora ressalta que estas estratégias de curta duração não são puramente econômicas, mas, são implementadas a partir de valores inculcados que orientam as práticas, em sintonia com o movimento maior, que é intergeracional. O grande movimento intergeracional só se realiza em sintonia com este movimento auxiliar, “*às custas do cálculo do movimento de curta duração, expresso na produção de bens (sejam nos ciclos anuais agrícolas, sejam nas atividades rotineiras) e de braços (colonos), na socialização e na incorporação de valores e no ethos do trabalho*” (RENK, 2000, p.26). Enfim, tratar a questão da reprodução social, da forma como aqui a assumimos, é tratar da continuidade das relações sociais no tempo.

Na agricultura familiar, foco do estudo aqui desenvolvido, o processo de devolução intergeracional é, na maior parte dos casos é efetivado a partir do sistema de herança e vai aparecer sempre em evidência na discussão dos resultados da pesquisa. Esta “*é a forma pela qual a propriedade é transmitida entre os vivos e os mortos e, especialmente, entre gerações*” (IDEM, p.205), fazendo parte de um sistema maior, no qual as relações de propriedade são reproduzidas. Dito em outras palavras, “*a qualidade das relações sociais, as estruturas familiares, os arranjos sociais e os modos de transmissão estão relacionadas aos padrões sociais e culturais, às*

---

<sup>18</sup> Região onde Pierre Bourdieu realizou os estudos apresentados em “Lê bal des célibataires – crise de la société paysanne em Béarn” (2002).

*instituições e mentalidades, às estruturas formais e informais que as pessoas praticam ou são forçadas a praticar ao transmitir seus direitos” (IDEM, 2002, 205).*

A noção de “trajetória de desenvolvimento” é mais uma dentre as categorias de análise citadas que merece uma melhor elucidação. Ela mantém uma estreita ligação com as estratégias de reprodução social das famílias de agricultores e com os instrumentos de políticas públicas a eles disponibilizados e parte das conexões entre estas três categorias foi apresentada na PARTE IV deste trabalho. As formas de se analisar ou avaliar os processos de desenvolvimento são diversas, sobretudo porque o próprio conceito de desenvolvimento é permeado de controvérsias. O mesmo se pode afirmar quanto ao desenvolvimento rural. Quando nos referimos às “trajetórias” de desenvolvimento rural o fazemos em referência às mudanças verificadas nos espaços rurais em questão, com ênfase na unidade de produção (produção) e na família rural (reprodução social). BASSO et al. (2003) tratam do tema e destacam duas abordagens para o estudo das trajetórias de desenvolvimento. A primeira delas coloca em evidência os sistemas agrários e os sistemas de produção e a segunda enfoca fundamentalmente a questão do acesso e da capacitação dos atores sociais para o acesso a recursos.

A primeira abordagem tem como referência a teoria dos sistemas agrários que compreende uma forma de visualizar os mecanismos de reprodução econômica das unidades de produção ao longo do tempo, tendo como pano de fundo as mudanças que se processam no ambiente socioeconômico, no qual estas unidades produtivas estão inseridas (BASSO et. al, 2003). Conceitos como sistema agrário, sistema de produção, sistema de cultivo, tipologia de sistemas de produção, dentre outros, são todos afeitos a esta abordagem. Como escrevem os autores, “*um sistema agrário corresponde a um modo específico de exploração de um ecossistema resultante de transformações históricas (...) e de adaptações geográficas (...)*” (IDEM, p.82). A análise dos elementos que o compõem e de como eles são combinados permite a definição de sistemas de produção. Na mesma linha, uma maior subdivisão deste último vai conduzir a identificação de sistemas de cultivo ou sistemas de criação que são definidos a partir da forma que determinada fração de terra é cultivada ao longo dos anos.

A análise dos sistemas de produção é importante para dar a dimensão das mudanças ocorridas nos espaços estudados, como já evidenciamos na discussão sobre as mudanças na Região Metropolitana de Curitiba e ao que retornaremos logo adiante. Por esta abordagem, a capacidade de reprodução econômica das unidades pode ser estudada pelo cálculo do valor agregado ou pela produtividade do trabalho nela utilizado e a viabilidade dos agricultores pode ser representada a partir de condições técnicas mínimas (volume da produção, produtividade, tecnologia, disponibilidade de mão de obra, etc.). Contudo, além privilegiar especificamente a dinâmica da atividade agrícola e da produção, esta abordagem sofre críticas pela excessiva ênfase na análise técnica e econômica das unidades de produção. De qualquer forma, vale destacar que ela não se mostra incompatível com o conceito de reprodução social dos agricultores que, aos olhos da abordagem dos sistemas agrários, depende da geração de uma renda suficiente que lhes possibilite desempenhar um papel específico na sociedade (IDEM, 2003). Entretanto, sempre é importante reforçar que, se o aporte de certo montante de renda é importante, ele não é suficiente para garantir a reprodução social do grupo social ou, pelo menos, para garantir a possibilidade de viver do modo como gostariam. Isto porque, conforme salienta SEN (2000) “*embora haja uma relação entre opulência e realizações, ela pode ser ou não muito acentuada, e pode muito bem depender demais de outras circunstâncias*” (p.28).

É o próprio economista indiano Amartya Sen e sua visão do “desenvolvimento como liberdade” quem inspirou a segunda abordagem das trajetórias de desenvolvimento que queremos aqui destacar. Para esta segunda abordagem, desenvolvida por BEBBINGTON (1999), a capacidade de reprodução das famílias está mais ligada ao seu acesso (ou não) a um conjunto de ativos de capital (capital produzido, capital natural, capital humano, capital social e capital cultural) e a outros atores sociais das esferas do mercado, do Estado e da sociedade civil. BEBBINGTON amplia a visão sobre a viabilidade da economia camponesa e da agricultura familiar que, ao seu ver, sempre são analisadas de forma equivocada. Isto porque muitos estudos (a) não consideram as outras atividades rurais, para além das atividades agrícolas, que também compõem as estratégias de reprodução das famílias, (c) utilizam critérios excessivamente econômicos para

avaliar as suas condições de reprodução e (c) tendem a levantar uma barreira entre aqueles agricultores considerados “viáveis” e aqueles “não-viáveis”, não considerando que tal barreira, além de permeável, é móvel (BASSO et. al., 2003). É exatamente por isto que esta abordagem privilegia, na análise dos grupos sociais rurais, os “*tipos de recursos e de esferas institucionais e de mercado que as famílias conseguem acessar*” (Idem, p.89).

Em linhas gerais, é possível dizer que as duas abordagens de trajetórias divergem em termos de objetivos: a primeira busca analisar as trajetórias das unidades produtivas agropecuárias e a segunda tem como objetivo a análise das trajetórias de reprodução social das famílias rurais (BASSO, 2003). Se olharmos por este ângulo, podemos inferir que as concepções de desenvolvimento assim como a orientação das políticas públicas resultantes de cada uma delas pode ser diversa e não propriamente convergentes. Isto porque para a primeira, a concepção de desenvolvimento “*se relaciona mais diretamente com um desenvolvimento a partir da agricultura*” (IDEM, p.100). Já para a segunda, observa-se a relação mais estreita com a *capacidade*<sup>19</sup> das famílias e de suas organizações de terem acesso, acumularem e melhorarem a qualidade de diferentes tipos de recursos. Nesta, “*o desenvolvimento rural vai representar o processo de empoderamento*<sup>20</sup> pelo qual esses grupos sociais transformam sua relação com o Estado, o mercado e a sociedade civil” IDEM, p.101). No contexto deste trabalho, entendemos que as duas abordagens são complementares e é desta forma que tratamos a questão das trajetórias de desenvolvimento nas três comunidades rurais estudadas.

Por seu lado, a categoria analítica reprodução social da forma como este conceito é utilizado em nossa análise (em processos de curta e longa duração), não contrapõe as duas abordagens às quais nos referimos acima. Ao contrário, as comporta. Com isso, mesmo fazendo referência tanto a elementos mais próximos da abordagem dos sistemas agrários e dos sistemas de produção quanto

---

<sup>19</sup> A “capacidade”, fator central nesta corrente, também é inspirada na obra de Amartya Sen e a sua abordagem das capacitações (capabilities), apresentada em SEN (2000).

<sup>20</sup> “Empoderamento” (empowerment) é aqui entendido como o processo pelo qual as pessoas, famílias, comunidades ou organizações transformam seus recursos em ativos de capital e se colocam numa posição de mudar sua relação com o mercado, o Estado e a sociedade civil.

à questão do acesso das famílias aos diferentes tipos de recurso (ambas bastante afeitas à análise econômica das políticas públicas), adotamos prioritariamente a categoria reprodução social no curso da análise. A contraposição de ambas permite visualizar e compreender a dinâmica interna às unidades familiares, a despeito da aparente permanência no que trata de sistemas de produção e de acesso a ativos.

Por fim, cabe ressaltar que a apresentação e análise dos resultados da pesquisa em itens (o município e a comunidade; a família e a moradia; a propriedade; o trabalho e a produção), longe de uma excessiva fragmentação da análise, consistiu numa opção com vistas a preservar minimamente a idéia dos elementos fundadores do conceito de agricultura familiar, quais sejam, a família, o trabalho e a propriedade.

## **6.1 O rural “peri-urbano” e a reprodução social da agricultura familiar na Colônia Mergulhão (São José dos Pinhais - Paraná)**

### **6.1.1 O Município e a Comunidade**

A comunidade Colônia Mergulhão situa-se a 10 Km do centro urbano de São José dos Pinhais, que fica na parte norte do município, e encontra-se muito próxima (não mais do que 3Km) dos bairros da periferia do mesmo. A comunidade se encontra inserida totalmente na planície da porção média da bacia hidrográfica do rio Pequeno (que forma a Área de Proteção Ambiental do Rio Pequeno), rio que delimita suas divisas de norte a leste com as comunidades Colônia Acioli e Capão Grosso. Ao sul e a oeste, faz divisa com as comunidades Murici e Costeira do Cupim, respectivamente (Figura 9).

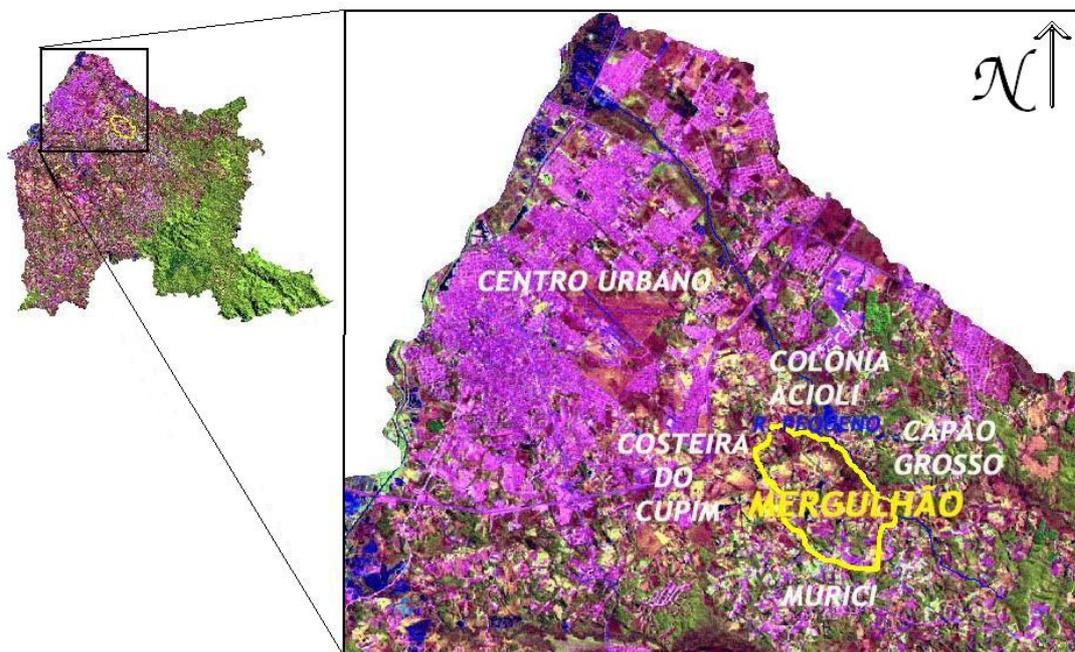


Figura 9. Localização da comunidade de Mergulhão no município de São José

dos Pinhais.

Colônia Mergulhão é uma das 60 comunidades rurais de São José dos Pinhais e, segundo os informantes da Prefeitura do Município, nela moram entre 80 e 100 famílias, sendo aproximadamente 30 famílias de agricultores. A população total da comunidade é estimada em aproximadamente 500 pessoas. Além das famílias de agricultores, a comunidade conta com importante participação de um contingente populacional composto por moradores que trabalham nos centros urbanos mais próximos (São José dos Pinhais e Curitiba), o que é facilitado pela proximidade dos núcleos e a existência de transporte coletivo. Também existem diversas chácaras dedicadas exclusivamente às atividades de lazer (cantinas e cafés coloniais, pesque-pagues, pousadas, etc.). O nome da comunidade é inspirado na grande quantidade de pássaros aquáticos que existiam na região, o “mergulhão caçador” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, s/d.). O núcleo de imigrantes italianos vindos da Região de Vêneto, Norte da Itália, se estabeleceu na região entre 1870 e 1920. As ruínas da primeira capela, construída no século XIX, ainda existem na comunidade, assim

como algumas construções típicas que ilustram a colonização italiana. Foi exatamente a existência dessa herança cultural italiana que inclui ainda alguns hábitos alimentares (produção de vinho, massas, queijos, salames, doces e outros produtos artesanais) que inspirou a criação de uma rota turística rural chamada “Caminho do Vinho”, exatamente na comunidade de Mergulhão, implantada no final dos anos 1990, a qual detalharemos mais adiante.

São José dos Pinhais é um município limítrofe à Curitiba, situado a aproximadamente 15 Km da capital, contando com boa parte do seu território inserido no Núcleo Urbano Central dos compartimentos metropolitanos da COMEC (Figura 3). Foi um dos municípios metropolitanos que mais aumentou sua população nas últimas décadas, tendo apresentado crescimento médio anual de 5,51% entre 1980 e 1991 e de 5,43% entre 1991 e 2000 (IBGE, 1980 e 2000). Em 1980, o Censo Demográfico do IBGE indicava uma população total de 70604 mil pessoas em São José dos Pinhais; no ano de 2000, sua população superava os 200 mil habitantes, tendo praticamente triplicado em duas décadas. Desta população total, o Censo indicava uma população rural de 20950 mil pessoas, equivalente a 10,25% da população total.

Uma característica importante em São José dos Pinhais é a sua cobertura vegetal, que chega a 59,93% da área total do município (SEMA, 2002), apesar deste se constituir no segundo município mais populoso da RMC. Isto se deve, sobretudo, à existência de várias Unidades de Conservação no seu território. São duas Áreas de Proteção Ambiental (APA) - a APA Estadual do Rio Pequeno (integralmente localizada no município) e a APA Estadual de Guaratuba (que engloba outros 5 municípios) – e uma Área de Especial Interesse Turístico (AEIT) - a AEIT do Marumbi. Além destas, em seu território também se encontram grandes áreas de mananciais da região metropolitana, anteriormente apresentadas na Figura 2.

Os dados do INCRA (2003) mostram que em 1996 existiam 3533 estabelecimentos agropecuários no município, sendo que 90% dos mesmos possuem até 25 hectares e detém 37,4% da área total.

Em São José dos Pinhais, as primeiras entrevistas foram realizadas no mês de outubro de 2003, envolvendo secretários e técnicos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do município (SEAB), o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e lideranças rurais. O diagnóstico municipal resultante destas entrevistas indicava a existência de aproximadamente 2500 propriedades rurais (bem abaixo dos dados oficiais do INCRA) das quais 77% abaixo de 15 hectares. Os mesmos informantes indicam que a produção é diversificada, com predominância de olerícolas além de frutas, como uva (para vinho) e morango, de camomila, de frangos, de suínos, de peixes e grãos. Segundo a SEAB, existem 1500 produtores envolvidos na olericultura, 140 produtores de leite, 75 produtores de avicultura de corte, 186 produtores de peixe, além de 07 produtores de flores no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/SEAB, “A força do campo”, s/d).

Um dos principais destaques dados pelos informantes quanto à atividade agropecuária local foi à produção leiteira que, segundo consta, contava com pelo menos 800 produtores na década de 1990. Este sistema se desestruturou completamente após a falência da Cooperativa de Laticínios (CLAC) de São José dos Pinhais, no final dos anos 1990. A maior parte daqueles produtores fez a conversão para a produção de hortaliças, a mais expressiva do Estado do Paraná. Atualmente, dos 1500 produtores de olerícolas no município, aproximadamente 40 produtores atuam na produção orgânica e 15 na produção ecológica (dados da PESQUISA DE CAMPO).

Os dados históricos sobre a participação relativa dos principais produtos no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA), mostrados no Quadro abaixo permitem uma melhor compreensão das mudanças ocorridas na produção do município entre 1975 e 1995-1996.

*Quadro 5 – Participação relativa dos principais produtos no VBP de São José dos Pinhais – 1975, 1995-1996 e 2004*

<b>Produto</b>	<b>1975</b>	<b>1996</b>	<b>2004</b>
Arroz em casca	8,70	0,01	-
Feijão	38,44	2,87	11,90
Milho	29,28	4,63	25,80
Alface	-	11,58	
Beterraba	-	4,99	
Cenoura	-	3,98	
Couve-flor	-	3,08	
Repolho	-	9,50	
Batata Inglesa		3,31	20,00
Tomate		0,54	7,71
Batata doce			5,01
Morango			4,70

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE 1985 e 1995-1996 e Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2006).

A Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE (2006), indica que as culturas mais representativas no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) municipal são o milho (25,8% do VBP municipal), a batata inglesa (20%), feijão (11,90%), tomate (7,71%), batata doce (5,01%) e morango (4,7%) o que, em conjunto com as informações da pesquisa de campo, permitem visualizar as mudanças da produção no município. Comparativamente a 1975, verificou-se uma profunda alteração no perfil da produção municipal. Em 1975, apenas 3 produtos (arroz em casca, milho e feijão) respondiam por 76,42% do valor total da produção agropecuária do município. Este sistema de produção baseado na produção de grãos se modificou significativamente nas décadas seguintes. A produção de arroz praticamente desaparece a partir da década de 1980 e a de feijão perde importância econômica. Por seu lado, o grupo de produtos da olericultura passa a se destacar, sendo que o Censo de 1995-1996 aponta que cinco produtos deste grupo (alface, beterraba, cenoura, couve-flor e repolho) passam a representar mais de 33% do valor da produção agropecuária (IBGE, 2006).

A utilização de tecnologia pelos estabelecimentos, um outro indicador de trajetórias de desenvolvimento destacado anteriormente, também apresenta mudanças significativas no município deste os anos 1970. A análise dos dados dos Censos Agropecuários de 1975, 1985 e 1995-1996 permite compreender os principais aspectos desta evolução. Entre 1975 e 1985,

período importante da modernização agrícola brasileira, vários indicadores de tecnologia apresentam desempenho positivo em São José dos Pinhais (SANTOS et al., 2003). Se analisarmos alguns indicadores representativos do pacote tecnológico, como produtividade das lavouras, a utilização de força mecânica, de fertilizantes e adubos químicos ou ainda a irrigação, podemos ilustrar as principais mudanças. Por Exemplo, a força mecânica era utilizada por 7,18% dos estabelecimentos em 1975 e se elevou para 14,76% dos estabelecimentos em 1985. A utilização de fertilizantes e adubos químicos estava presente em 2,98% dos estabelecimentos em 1975 e se elevou para 11,13% dos estabelecimentos em 1985. A irrigação das lavouras, sequer identificada no Censo de 1975, vai estar presente em 18,69% dos estabelecimentos em 1985 (IDEM, 2003). A produtividade das principais lavouras também apresenta tendência ascendente. É o caso das culturas de batata-doce, batata-inglesa, cebola, feijão, milho, soja e tomate, todas com rendimento médio crescente desde o início da década de 1990 (IBGE, 2006).

Se efetuarmos a análise conjunta dos dados concernentes à produção (relacionados aos sistemas de produção) e a utilização de tecnologias (relacionados ao acesso a ativos de capital) à luz das políticas de modernização da agricultura, poderemos chegar à conclusão de que, neste município, as mesmas foram bem sucedidas. Contudo, é preciso resgatar nossas inserções sobre a desigualdade de acesso dos agricultores às políticas de crédito naquele período e, principalmente, sobre como a concentração dos recursos (re) produziu ou ampliou as desigualdades e a heterogeneidade no rural brasileiro. Os dados referentes à pesquisa de campo realizada na comunidade de Mergulhão, no próprio município de São José dos Pinhais, vão ilustrar tal fato. Em resumo, análises mais gerais podem ser importantes para a visualização das trajetórias gerais de mudanças e até mesmo para dar à gestão pública uma visão preliminar da ação das políticas implementadas. Entretanto, é preciso mais do que análises gerais para a compreensão da ação das políticas sobre o heterogêneo mundo rural brasileiro. Sobretudo porque as trajetórias de mudança são influenciadas pelas estratégias adotadas pelos agricultores tanto nas situações em que conseguem acessar os instrumentos de política pública existentes quanto naquelas em que eles não conseguem acessá-los. Também neste quesito a comunidade de Mergulhão é um exemplo ilustrativo.

Nas entrevistas realizadas junto à Secretaria de Abastecimento e da Agricultura e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), os informantes disponibilizaram material de divulgação da Prefeitura Municipal que apontam a existência de vários programas de incentivo a agricultura. Destacam-se na fala dos entrevistados e no material informativo as referências à contenção do êxodo rural e, acima de tudo, às questões ligadas à produção de alimentos saudáveis e à preservação ambiental. O material informativo da SEAB destaca textualmente como meta “*ao longo destes anos proporcionar condições ao agricultor para a expansão do setor, melhorando sua qualidade, evitando assim o êxodo rural*” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/SEAB, s/d). Um dos informantes da SEAB do município, ao defender a importância da preservação ambiental, afirma que São José dos Pinhais “*está a caminho do caos na questão ambiental por causa da liberação de loteamentos e da instalação de indústrias sem considerar as APAs, a topografia, a legislação e as áreas de mananciais*”. Prossegue ele que “*agricultores tiveram que abandonar a atividade. Os rios viraram esgotos*”. Já o texto do informativo aponta que os objetivos dos programas são a “conscientização e consumo de produtos/alimentos saudáveis, a preocupação com a qualidade de vida através da agricultura orgânica e uma política agrícola correta” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/SEAB, s/d).

De fato chama a atenção o elenco de programas indicados no material publicado pela SEAB do município. O “Programa Sacolão verde” distribui uma sacola de hortaliças em troca de 10 Kg de lixo reciclável, “colaborando com a conservação do meio ambiente e conscientizando as pessoas da importância da reciclagem (e) proporcionando à população produtos de qualidade e valorizando o produtor da região” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/SEAB, s/d). Na mesma linha, são elencados o “Programa de Feiras Livres” e o “Programa Armazém da Família”, cuja ênfase está no fornecimento de alimentos (sobretudo produtos agrícolas) à população urbana a preços mais acessíveis. O argumento dos informantes é que tais programas permitem a criação de mercados aos produtos da agricultura familiar do município. De qualquer forma, nenhum dos agricultores da comunidade Mergulhão afirmou estar inserido em qualquer destes programas de comercialização da produção, assim como a qualquer outro programa municipal. Quanto às políticas públicas que visam diretamente o produtor, foram

destacadas os seguintes programas: “Programa de mecanização agrícola”, “Programa de Fruticultura”, “Programa de Agricultura Orgânica”, “Programa de Calcário”, “Programa de Piscicultura” e “Programa de Bovinocultura Leiteira e de Corte”. Neste último, o material de divulgação explicita objetivos de revitalização da pecuária leiteira e, da mesma forma que no “Programa de Agricultura Orgânica”, enfatiza o fomento à produção orgânica/ecológica.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/SEAB (“A força do campo”, s/d) ressalta ainda a *“importância social e econômica”* da agropecuária municipal, que envolve um grupo de aproximadamente 25 mil pessoas que *“é o grande responsável pela produção de alimentos para 220.000 habitantes deste Município”* e na qual a relação geração de emprego versus custos de geração é muito mais favorável; *“enquanto para gerar um emprego na indústria gasta-se R\$ 288.518,00, na produção rural com R\$ 3.500,00 cria-se um emprego”* ((PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/SEAB, “A força do campo”, s/d).

Se atentarmos para alguns detalhes que se sobressaem nas falas dos entrevistados e também nos textos dos documentos, é possível identificar que as mudanças na relação sociedade e natureza (discutidas no Capítulo 5) se fazem presentes na percepção dos atores e do poder público sobre o espaço rural local, que o identificariam como um espaço rural “multifuncional”. São inúmeras as suas referências a um rural que deve ser capaz de produzir não apenas alimentos, como também de produzir alimentos saudáveis em quantidade suficiente para abastecer a demanda do urbano (“função” segurança alimentar), de produzir sem afetar negativamente o ambiente natural (“função” preservação), de garantir a manutenção do emprego e da renda, de manter a população no campo (“função” social e econômica), etc. Mesmo que na prática não se identifique um programa de desenvolvimento rural mais amplo, capaz de agregar os diversos aspectos e “funções” desse rural ou que a maior parte dos programas e políticas públicas identificadas operem de forma segmentada (um programa para frutas, outro para o leite, outro para a piscicultura, etc.), não há como se furtar às evidências daquilo que já identificamos como uma nova forma da sociedade perceber o mundo rural.

Uma última ação ligada ao poder público municipal é o “Roteiro Rural – Caminho do Vinho”, já citado anteriormente, e que envolve diretamente a Colônia Mergulhão. Trata-se de um circuito turístico criado no final dos anos 1990, com apoio da Prefeitura Municipal (Figura 10). O documento da PREFEITURA MUNICIPAL “Roteiro Rural – Caminho do Vinho” destaca que, à época do inventário do potencial turístico do município, realizado em 1998, *“identificou-se ali um potencial turístico, (...) com a necessidade de serem estimulados ao resgate e conservação da cultura italiana, estimulando a valorização de sua gente, seus costumes (...) evidenciando seu diferencial”* (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, “Roteiro Rural – Caminho do Vinho”, s/d). Segundo o mesmo documento, *“confirmou-se que a Colônia Mergulhão, espontaneamente, era um potencial turístico de grande valor para o desenvolvimento do turismo rural no Município”*, dado que a comunidade já recebia *“muitos visitantes inclusive de outros municípios e mesmo de outros estados”*. Neste caso se destaca a apropriação ou, antes, a incorporação pela política pública de algumas características previamente existentes na comunidade (a herança cultural italiana, a produção artesanal), com o objetivo de potencializá-las. Consoante ao que discutimos no Capítulo 5, a Colônia Mergulhão é reconhecida como um espaço rural com “múltiplas funções”, tanto pela sociedade (que anteriormente à criação da “Rota” já desfrutava daquele espaço para turismo e lazer), quanto pelas políticas públicas (que não apenas reconhece suas “múltiplas funções” como também as explicita em seus objetivos). Da mesma forma, é reconhecida como um “patrimônio” digno de ser preservado.



*Figura 10 – Propriedade rural integrante da rota turística “Caminho do Vinho”*

Entretanto, cabe apontar que o poder público municipal não forneceu documentos oficiais mais substantivos no que trata dos programas e políticas citados, o que não permite uma análise da arquitetura dos mesmos quanto aos seus objetivos, aos beneficiários, às formas de operacionalização, às instituições envolvidas, etc. Como os agricultores familiares pesquisados não reconhecem a existência nem apontam o acesso aos programas municipais, também é mais difícil tratar da ação direta das mesmas no espaço em questão. A exceção é claramente a “Rota do Vinho” que além de ser apontada pelos agricultores como uma política em execução, também é analisada por eles como um tipo de ação pública que tem incidência direta em suas atividades.

Uma possível explicação para a pouca efetividade das políticas municipais seria a fragilidade das instituições locais que atuam na questão rural, apontada pela própria equipe técnica e pelo secretário municipal da agricultura. Para eles, a demanda por projetos no município é grande, mas há pouco contato direto com os agricultores, em função da falta de estrutura de transporte e de pessoal. Eles afirmam que são apenas 05 profissionais ligados diretamente à secretaria, além da equipe da EMATER local. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) também é recente no município, tendo iniciado suas atividades nos últimos três anos. Isto para um universo de 60 comunidades rurais e mais de 3500 estabelecimentos rurais.

O PRONAF é o programa voltado à agricultura reconhecido como o mais importante pelos entrevistados em São José dos Pinhais. Mesmo assim, os entrevistados e, principalmente, o presidente do STR reconhecem que o acesso dos agricultores familiares do município a este programa é reduzido. O presidente aponta, inclusive, que o aumento do número de contratos do PRONAF consiste numa prioridade do sindicato para os próximos anos. Os números apresentados no Quadro abaixo corroboram esta informação. Entre o ano de 2000 e 2002, sequer foram registrados contratos de crédito para investimento no município. Em 2003 e 2004, verifica-se um aumento expressivo nos contratos e no montante de recursos acessados. Mesmo assim, o último ano da série mostra a realização de 339 contratos de crédito para custeio e 11 contratos para investimento (com montantes de R\$ 1.460.446,66 e R\$ 176.334,60, respectivamente) o que equivale a menos de 10% dos 3533 estabelecimentos rurais existentes em São José dos Pinhais.

*Quadro 6 – Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF em São José dos Pinhais 2000-2004*

Ano	Custeio		Investimento		Total R\$
	No. Contratos	Montante R\$	No. Contratos	Montante R\$	
2000	19	64.289,88			64.289,88
2001	27	109.885,16			109.885,16
2002	31	138.668,22			138.668,22
2003	180	670.541,38	15	220.990,00	891.531,38
2004	339	1.460.446,66	11	176.334,60	1.636.781,26

Fonte: Secretaria Nacional da Agricultura Familiar - MDA (2005)

Na comunidade Colônia Mergulhão, apenas 03 famílias afirmaram ter acessado o PRONAF, o que equivale a 13,6% das 22 famílias de agricultores familiares entrevistadas. Das famílias que obtiveram recursos deste programa, apenas 01 acessou crédito para investimentos na safra 2001/2002 e outras duas acessaram crédito para custeio entre as safras de 1997/1998 e 2003/2004 (DADOS DA PESQUISA DE CAMPO, 2004). De forma semelhante aos programas municipais, o destaque fica para o baixo acesso dos agricultores.

### **6.1.2 A Família e a Moradia**

Das 22 famílias de agricultores familiares entrevistadas na Colônia Mergulhão, 19 (86,4%) vivem na comunidade há mais de 20 anos, possuem “uma história na comunidade”, conforme salientou uma agricultora. A localidade começou a ser ocupada no final do século XIX e início do século XX, principalmente por colonos de origem italiana, que ainda hoje é a origem étnica predominante dos responsáveis pelos estabelecimentos, 45,5% do total, seguida da etnia polonesa, com 40,9%. Para os cônjuges, a etnia polonesa é a mais recorrente, tendo sido indicada por 50% dos informantes, seguida da italiana, com 45,5%. As famílias possuem, em média, 4,8 membros sendo que na comunidade chama a atenção o baixo percentual de crianças com até 14 anos, 16% do total de pessoas entrevistadas, o menor percentual dentre as três comunidades pesquisadas. No extremo oposto, destaca-se a participação da população acima de 60 anos, que representa 12,1% do total, o maior dentre as três comunidades. As mulheres são a maioria, totalizando 56,1% dos componentes das unidades familiares. Apenas 69,4% dos filhos dos agricultores entrevistados moram no próprio estabelecimento, o menor índice encontrado. Contudo, apenas 3,2% dos filhos destes agricultores moram no meio urbano, sendo que os outros 22,6% moram em outras propriedades também no meio rural. A alfabetização da população pesquisada é um dos destaques da pesquisa, sendo superior a 98%. Destes, 28% possui entre a 1<sup>a</sup> e a 4<sup>a</sup> séries completas, 19,63% entre a 5<sup>a</sup>. e a 8<sup>a</sup> séries, 18,69% o ensino médio e 6,54% o ensino superior. Dentre os responsáveis pelo estabelecimento, 45,45% cursaram até a 4<sup>a</sup>. série do ensino fundamental, 22,72% cursaram entre a 5<sup>a</sup> e a 8<sup>a</sup>. séries e 13,63% cursaram o ensino médio.

A casa, juntamente com a propriedade, é uma referência importante para os agricultores. Vários agricultores, ao se referirem às principais mudanças ocorridas na comunidade nos últimos 20 anos, fazem alusão às suas moradias; “a casa antiga que foi embora, que eu derrubei” (ENTREVISTA No. 85); “antigamente tinha aí quase uns “rancho”, agora melhorou” (ENTREVISTA No. 81). Em Mergulhão, a grande maioria das moradias é de alvenaria (81,8%) e os 18,2% restantes consistem construções mistas (madeira e alvenaria). Em média, as casas dos agricultores possuem área de 120,5 M<sup>2</sup>. Indagados sobre sua própria percepção das condições de moradia (condições da própria casa), 77,3% dos entrevistados consideram as mesmas como boas e apenas 13,6% as consideram razoáveis. Nenhum entrevistado apontou sua própria moradia como precária. Ainda no que trata das condições de vida e moradia dos agricultores, 95,5% possui abastecimento de água com poço individual e o mesmo percentual tem acesso à água encanada. A maioria também possui sistema de esgoto (77,3% com fossa séptica), banheiro interno (90,9%) para destinação dos dejetos humanos e coleta pública de lixo regular (63,6%). Ainda chama a atenção na comunidade o acesso à telefonia visto que 86,4% das famílias entrevistadas possuem telefone fixo ou celular. Em suma, observa-se que as condições de vida na Colônia Mergulhão se destacam positivamente frente às outras duas comunidades. Nela, 95% das famílias (21 dentre as 22 entrevistadas) possuem automóvel e 100% delas possuem televisão, rádio, geladeira, freezer e fogão a gás. Além destes indicadores, também chama a atenção o fato de que 27,27% das famílias possuem computador.

A participação social dos agricultores da Colônia Mergulhão se dá, em primeiro lugar, na igreja (81,8% dos entrevistados), seguido por associações de agricultores (31,8%), sindicato dos trabalhadores rurais (31,8%) e associação de pais e mestres (27,3%). No que trata da participação na igreja, cabe destaque à participação em cargos diretivos ou outras funções (ministros, membros de comissões paroquiais, etc.), que é a situação de 36,4% dos entrevistados. Os principais espaços de sociabilidade da comunidade envolvem a própria igreja, que mantém missas semanais regulares, e as festas paroquiais, cujo destaque é a “Festa do Vinho”, realizada anualmente, no mês de agosto.

### 6.1.3 A Propriedade

As propriedades são de pequeno porte na comunidade, possuindo área média de 13,5 hectares. A maioria as famílias explora a terra na condição de proprietário (89,4%), 8,1% da área total é explorada na forma de arrendamento e 2,43% na condição de parceria. Em média, 45,68% da área da propriedade é utilizada com lavouras temporárias, majoritariamente hortaliças, 28,56% é coberta por mata nativa e plantada (23,72% e 4,83%, respectivamente) e 11,66% consiste em pastagens naturais e plantadas (9,75 e 1,91%, respectivamente) (Figuras 11 e 12). Quanto à produção específica para o auto-consumo, 54,54% das famílias afirmam possuir horta e pomar com esta finalidade.



*Figura 11 – Vista de Propriedade na Colônia Mergulhão (hortaliças e mata)*

Quase 2/3 dos agricultores (63,6%) identificam em suas propriedades a presença de diferentes tipos de solo e de fertilidade (faixas de terra com maior ou menor fertilidade). O relevo é predominantemente suave e, em geral, as áreas das propriedades são mais planas (pouco “quebradas”), apresentando baixa declividade (Ver Figura 12). Apenas 31,8% das propriedades apresentam áreas “quebradas” e somente 27,3% dos agricultores afirmam possuir áreas com problemas de erosão. Com isto, a utilização de técnicas de uso e conservação do solo se restringem principalmente à rotação de culturas (praticada por 72,7% dos estabelecimentos), à adubação verde (utilizada por 40,9% das propriedades) e ao plantio direto (praticado por 27,3% dos estabelecimentos). Apenas 9,1% dos entrevistados utilizam curvas de nível em suas propriedades.

As condições geográficas (relevo e declividade) se associam à utilização de maquinários e insumos modernos, que nesta comunidade, apresenta os maiores percentuais de utilização dentre as três comunidades pesquisadas. A maioria utiliza motores (72,7%), tratores (63,6%), grades mecânicas (50%), além de pulverizadores mecânicos e plantadeiras (36,4 e 31,8%, respectivamente). A maior parte das propriedades pesquisadas utiliza ainda sementes e mudas certificadas (78,91%) e adubos químicos (60,84%). Os inseticidas são utilizados por 34,33% dos estabelecimentos, os fungicidas por 31,92% e os herbicidas por 27,1% dos mesmos.



*Figura 12 – Vista parcial da Colônia Mergulhão com área de várzea (pastagens) e mato*

#### **6.1.4 O Trabalho e a Produção**

Na Colônia Mergulhão identificou-se um leque de 31 produtos cultivados dentre o rol de 47 diferentes cultivos temporários elencados para o conjunto das comunidades estudadas. Destaca-se na comunidade o cultivo de milho (presente em 77,3% das propriedades), feijão (40,9%) e, principalmente, um conjunto de produtos de olericultura. Neste último, foram citados a produção de brócolis (36,4% dos estabelecimentos), cenoura (27,3%), pimentão e alface (ambos em 22,7% dos estabelecimentos), cheiro-verde, repolho, acelga e rúcula (todos citados em 18,2% dos estabelecimentos). Além destes, pelo menos mais meia dúzia de produtos da olericultura foram

apontados por mais de 10% dos estabelecimentos, além da produção de uva, que ocorre em 27,3% das propriedades pesquisadas. Também foram citados outros produtos da fruticultura (laranja, limão, bergamota, ameixa, caqui, pêsego, maçã, dentre outros), todos destinados exclusivamente ao consumo familiar.

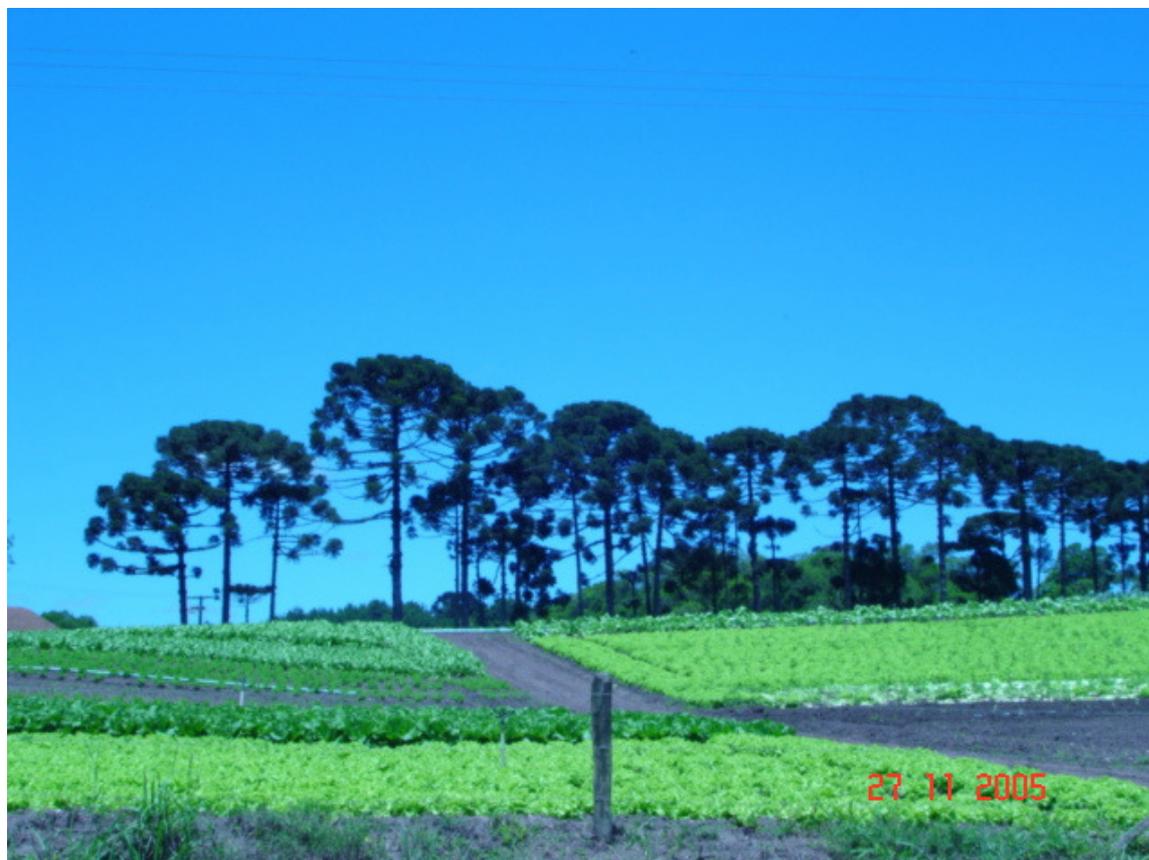
Na produção pecuária, a maior incidência é da criação de aves (desenvolvida em 59,1% das propriedades), seguida pela de peixes (22,72%) suínos (18,18%), bovinos de corte (ambos com 18,18%) de leite (13,63%).

Como se pode confirmar pelos dados da pesquisa, a produção é diversificada, baseada na produção de grãos e animais de pequeno porte, combinada com a olericultura. A produção de milho e feijão é destinada basicamente ao consumo da família e da propriedade. Mais de 50% das famílias entrevistadas afirmam que a produção de milho e feijão é utilizada exclusivamente para o consumo. Os outros 50% afirmam utilizar parte da produção destas culturas tanto para a venda quanto para o consumo na propriedade.

A produção pecuária também é destinada prioritariamente ao consumo familiar. Nas aves, 61,1% das propriedades desenvolvem a criação exclusivamente para o consumo e o restante combina a venda com o auto-consumo. De forma semelhante, a criação de peixes, suínos e gado de corte destina-se ao consumo e à venda do excedente da produção.

A produção olerícola, por seu lado, é predominantemente voltada para a venda. Embora a maior parte dos produtos citados faça parte da cesta de consumo alimentar da família, são raras as exceções de produtos que não compõem o leque dos produtos vendidos ao mercado.

Conforme já destacamos acima, a produção na comunidade pode ser considerada intensiva na utilização de insumos modernos (máquinas, equipamentos e outros insumos). Embora as faixas de área utilizadas na produção de hortaliças sejam pequenas, as próprias condições do relevo, as necessidades destas culturas no que concerne à demanda de mão de obra e ao controle de insetos e pragas, acabam impulsionando a adoção de outros recursos produtivos facilitadores da atividade (Figura 13).



*Figura 13 – Olericultura em propriedade da Colônia Mergulhão*

O trabalho utilizado na propriedade é familiar; as 22 famílias utilizam quase que exclusivamente a mão de obra familiar durante um ano agrícola; apenas um informante utiliza o aporte do trabalho de 01 empregado permanente. Para a metade dos estabelecimentos, observa-se a contratação de empregados temporários, sobretudo em períodos de colheita. Neste quesito, cabe destacar que ao analisar as principais mudanças ocorridas na comunidade, 59,1% dos entrevistados apontaram que a disponibilidade de mão de obra diminuiu (em especial nos quadros da família) o que, provavelmente, tem uma estreita relação com o percentual dos membros da família que trabalha fora da propriedade em atividades não-agrícolas (24,3%) ou está ocupado com os estudos (16,8%). Contudo, mesmo para aqueles membros da família que têm o trabalho

não-agrícola fora da propriedade como ocupação principal, a ocupação secundária agrícola é a mais freqüente.

### **6.1.5 Políticas Públicas e Reprodução da agricultura familiar na Comunidade de Mergulhão**

A história da Colônia Mergulhão, em parte resgatada através da pesquisa de campo, pode ser um caso ilustrativo do que anteriormente tratamos como um efeito às avessas das políticas públicas. Ou seja, uma história de desenvolvimento resultante de estratégias adotadas pelos agricultores em função da falta de políticas adequadas àquele espaço rural e, principalmente, em função da existência de políticas que operam muito mais como um fator desestruturante (enquanto política discriminatória e excludente) da realidade social e econômica local. Os principais processos de mudança (na produção, no perfil socioeconômico dos agricultores e na própria configuração socioeconômica e ambiental do conjunto da comunidade), devidamente ilustrados pelo conjunto das entrevistas realizadas, são antes resultantes das estratégias das famílias frente às mudanças ocorridas no ambiente externo à comunidade (mudanças na conjuntura social e econômica) do que mudanças induzidas ou estimuladas pela ação de quaisquer políticas públicas. O baixo acesso dos agricultores entrevistados às políticas públicas identificadas em âmbito federal, estadual, regional e municipal corrobora esta hipótese. Caso contrário, como compreender as mudanças verificadas na comunidade e a sua atual condição social e econômica de destaque entre os estudos de caso realizados? Observemos mais detalhadamente esses processos.

Na comunidade, em especial no que trata do conjunto das famílias entrevistadas, os principais indicadores socioeconômicos analisados a colocam na melhor posição entre as três comunidades pesquisadas. Isto é verdade para a diversificação da produção e o acesso ao mercado, para o nível tecnológico da produção, para as condições de moradia e acesso a serviços, nível de escolarização, dentre outros. No que trata do nível de renda isto também se verifica. Os dados da pesquisa mostram que na Colônia Mergulhão, 36,4% dos estabelecimentos pesquisados

apresentam renda anual total superior a R\$ 30 mil, muito acima do verificado em Santo Amaro (10%) e Postinho (6,3%). No outro extremo, apenas uma família afirmou possuir renda anual inferior a R\$ 5 mil, outra diferença significativa em relação às demais comunidades (em Santo Amaro, 20% das famílias encontram-se neste estrato de renda e em Postinho são 34,4% das famílias entrevistadas).

Resgatando nossas discussões sobre trajetórias de desenvolvimento e reprodução social, podemos afirmar que, a despeito do reduzido acesso dos agricultores às políticas públicas, suas estratégias vêm viabilizando sua reprodução econômica e social em termos bem mais efetivos dos que nos demais casos estudados. Tais estratégias têm sido estreitamente ligadas à sua posição no contexto da metrópole (social e econômica, mas também ambiental), como evidenciam os dados da pesquisa. As estratégias envolvendo a conversão produtiva para a produção voltada ao mercado, o aumento da agroindustrialização e venda direta da produção, o trabalho fora da propriedade e da agricultura e o surgimento dos espaços de lazer e turismo para atender a população urbana, guardam uma estreita relação com a localização geográfica da comunidade, segundo a percepção dos próprios agricultores. O fato de se constituir num espaço rural ou numa agricultura peri-urbana aparentemente foi preponderante na definição das estratégias adotadas e na explicação da trajetória de desenvolvimento da comunidade.

No que trata da sua reprodução em ciclos de curto prazo, o cálculo econômico ligado à produção, orientou a maior parte das mudanças ocorridas nos sistemas de produção, evidenciadas pela conversão produtiva do sistema baseado na produção de grãos (milho e soja) e animais de pequeno porte para o auto-consumo (predominante até o início da década de 1980) para sistemas baseados na olericultura voltada ao mercado. As causas da mudança do sistema produtivo estão relacionadas à falência econômica do sistema anterior, resultado da baixa rentabilidade da produção e da falta de apoio do “Governo”. Além disso, foram feitas várias referências à existência de intermediários que operavam e operam na comunidade, comprando a produção diretamente dos produtores para a venda na cidade como um fator importante para a viabilização da produção olerícola. Observe-se que a “falta de apoio do Governo” é uma constante nas falas. Se a tomarmos numa dimensão histórica, vamos verificar que esta é a forma implícita dos

agricultores analisarem o impacto das políticas públicas em sua atividade; é a sua forma de compreender a ação de políticas que não consegue acessar. Atualmente, a percepção é semelhante, como se confirma pela fala do ENTREVISTADO 80, “*a agricultura deveria ser vista com outros olhos pelos dirigentes; ela também faz parte da alimentação do país*”. Há nesta afirmação, tanto a sentença de um equívoco na maneira como o poder público vê a agricultura (por isto ela deveria ser vista “com outros olhos”...) quanto o reconhecimento do próprio agricultor da importância de sua atividade para a segurança alimentar do país (mais uma das suas “funções”). Por sinal, as suas referências quanto à importância da produção de alimentos são recorrentes.

Outro aspecto da ação das políticas públicas que se mostrou presente na comunidade, embora em menor grau do que o observado nas outras duas comunidades, está relacionado ao caráter “punitivo” da política ambiental. Ao serem questionados sobre as principais mudanças ocorridas nas suas propriedades e na comunidade, a maioria identifica que o número e a diversidade de pássaros e animais silvestres aumentou ou, pelo menos, manteve-se inalterado se comparado com vinte ou trinta anos atrás. A explicação para isto é, em geral, a restrição legal: “*o pessoal não caça mais*”(ENTREVISTADO 81); “*quem matava tem medo da fiscalização*” (ENTREVISTADO 73). E referindo-se à tensão existente entre os agricultores locais e a legislação ambiental, o ENTREVISTADO 80 conclui que “*tem que ter orientação, não só punição*”.

Apesar das muitas referências às restrições ambientais, observa-se um consenso na comunidade quanto à diminuição da área de mato e floresta, assim como do volume e qualidade da água dos córregos e nascentes. Embora não seja uma percepção generalizada, a redução do volume e qualidade da água é associada tanto ao desmatamento quanto ao aumento do uso de agrotóxicos. O uso de agrotóxicos, por seu lado, é quase sempre associado ao tipo de cultura predominante; “*as hortaliças exigem*” (ENTREVISTADO 85); “*aumentou o uso pelo tipo de cultura*” (ENTREVISTADO 78).

Vale destacar que a percepção dos agricultores locais quanto à redução do volume e da qualidade da água nos remete prontamente ao fato de que a comunidade está toda inserida dentro da APA do Rio Pequeno, uma área de proteção derivada da reserva de manancial de água. Mais que isto, surpreende que o recurso que justifica a existência da APA (água), venha se deteriorando e que as exigências legais envolvendo a sua preservação não tenham até o momento sido capazes de imprimir algum tipo de mudança nas práticas produtivas da comunidade, de forma a reduzir os resíduos de agrotóxicos.

Em geral, os agricultores apresentem uma avaliação muito negativa da ação das políticas públicas (prontamente as associando às políticas direcionadas à produção agrícola) o que faz sentido dado que as principais políticas direcionadas à agricultura familiar (como o PRONAF e o Paraná 12 meses) têm baixíssima atuação na comunidade. As políticas e programas municipais são igualmente não acessados por eles. A exceção é a rota turística, reconhecida como uma ação do poder público e da Emater. Contudo, ao analisarmos os principais elementos da análise dos mesmos quanto às principais mudanças ocorridas na comunidade, podemos identificar alguns aspectos positivos das mudanças que, embora não diretamente associados por eles à atuação pública, são dela resultantes. Muitas referências positivas são feitas às melhorias nas estradas de acesso (com referências específicas ao calçamento da ligação entre São José dos Pinhais e a entrada da comunidade) e à iluminação pública que, como se sabe, consistem infraestrutura básica disponibilizada pela atuação pública. Trata-se de aspectos positivos da política pública, mesmo que não sejam vistos como tal. Mesmo assim, muitos entrevistados manifestam uma percepção negativa desse processo de mudanças, associado à aproximação de um modo de vida “urbano”. Neste quesito, o destaque negativo fica por conta do aumento da insegurança (*“Melhorou o calçamento como turismo rural, mas aumentou o roubo. Era mais tranqüilo, passava dois carros por semana; hoje passa trinta por dia”* (ENTREVISTADO 76)).

A redução da disponibilidade de mão de obra familiar, outro fator relevante neste ciclo de curto prazo, também é um destaque negativo apontado na comunidade. A pesquisa mostrou que a mão de obra disponível diminuiu, em comparação com vinte ou trinta anos atrás, na visão de 59,1% dos entrevistados. A sua explicação para tal fato é a própria crise da produção agrícola, que

induziu os membros da família a buscarem alternativas de renda fora da propriedade. São diversas as referências a isto: “*a atividade agrícola não estava dando*” (ENTREVISTADO 81); “*desânimo em relação à agricultura*” (ENTREVISTADO 80). Novamente se evidencia a dificuldade de reprodução econômica da família apenas pela produção agrícola e a busca de viabilização através do trabalho assalariado fora da propriedade. Esta estratégia tem implicações diretas na atividade produtiva realizada na propriedade, pois, neste cenário, a viabilização da produção e da reprodução em muitas propriedades se dá através da contratação de mão de obra temporária, que é utilizada por 54,5% dos entrevistados na Colônia Mergulhão, ou ainda da troca de dias, praticada por 13,6%. De qualquer forma, o trabalho assalariado fora do estabelecimento não exclui totalmente o membro familiar das atividades agrícolas, como mostram os dados da pesquisa. Via de regra, os membros da família que trabalham fora, apresentam o trabalho na agropecuária como ocupação secundária.

Quanto ao ciclo de longo prazo, ligado à formação do patrimônio familiar e à transmissão do patrimônio, sabe-se que a maior parte das propriedades foi, mesmo que parcialmente, transmitida por herança. As famílias da Colônia Mergulhão são, na maioria, habitantes de longa data na comunidade. Na mesma linha, os dados indicam que, se comparado a vinte anos atrás, a área total do estabelecimento aumentou para 31,8% dos agricultores e permaneceu a mesma para outros 45,5%. O que se infere é que para estes agricultores, o patrimônio familiar, no mínimo, manteve-se estável. Contudo, para 22,7% deles, a área total do estabelecimento diminuiu nos últimos vinte anos. Mesmo que estes dados, por si só, não possibilitem maiores reflexões acerca da sucessão familiar (o que envolve outras questões ligadas ao projeto de vida dos agricultores e de seus filhos), podemos supor que para aqueles que reduziram a área, a reprodução social do grupo familiar pode estar sendo colocada em “xeque”, uma vez que a composição e a transmissão do patrimônio é um elemento central do movimento intergeracional que anteriormente identificamos como “devolução”. Para estes, em se deteriorando o patrimônio que se materializa na terra, na propriedade, só resta o seu o seu modo de vida, o seu jeito de “ser agricultor”, que consiste no seu patrimônio sócio-cultural a ser transmitido para as gerações futuras.

E aqui, é fundamental destacar que esse patrimônio sócio-cultural pode ser visto nos termos discutidos na Parte III deste trabalho. À luz do debate realizado àquela altura, é perfeitamente aceitável olharmos este patrimônio não apenas como algo passível de ser transmitido no movimento intergeracional da reprodução social da agricultura familiar, como também, na forma de um patrimônio a ser preservado e, no contexto da Colônia Mergulhão, um patrimônio “vendável” para o restante da sociedade na forma de um pacote turístico-cultural. Para isto, basta lembrar que, se parte da dinâmica atual da comunidade passe pela expansão do turismo e das atividades de lazer, o que está em evidência naquele espaço é o “modo de vida rural” (que se manifesta tanto na atividade agrícola, quanto nas construções “típicas”, nos produtos produzidos, nos hábitos culturais e alimentares, etc.) que, dentro do que se propôs, consiste num espaço rural “vendável” pelo conjunto de características que o qualificam como tal.

Nesse sentido, a comunidade desenvolve mais do que uma agricultura capaz de produzir somente bens para o mercado (alimentos e matéria-prima); ela também é vetor de bens com características de bens públicos, como a paisagem rural, o tecido social, a segurança alimentar, etc. O problema é que, por vezes, estas múltiplas características podem ser contraditórias ou permeadas de tensão.

Este rural da Colônia Mergulhão, ao que tudo indica, conseguiu desfrutar positivamente de sua condição de rural “peri-urbano” ao mesmo tempo em que sofre as pressões dela decorrentes. Aqui não estamos falando necessariamente de um rural “peri-urbano” no sentido estrito desta abordagem, que se refere à um rural que se inscreve num projeto territorial, um projeto urbano, visto que nesta abordagem uma agricultura “peri-urbana” pode ser qualificada como uma agricultura “urbana”. Pelo contrário, aqui estamos nos referindo a uma agricultura e a um espaço rural capaz de constituir sistemas produtivos ou adotar outras estratégias que permitam tirar proveito da diversidade de demandas que o meio urbano lhe coloca.

## **6.2 Quando a metrópole cumpre suas funções: o rural integrado ao mercado e agricultura familiar na comunidade de Santo Amaro (Mandirituba - Paraná);**

### **6.2.1. O Município e a Comunidade**

A comunidade de Santo Amaro<sup>21</sup> situa-se a aproximadamente 10 Km da sede do município de Mandirituba e a aproximadamente 60 Km de Curitiba. Ela é uma das 33 comunidades de Mandirituba e está localizada na região centro-oeste do município e a sudoeste da sede municipal. À leste limita-se com a comunidade Meleiro cujo limite é definido pela rodovia PR-419, à norte com a comunidade Boa Vista, à oeste com as comunidades Paraguai e Avencal e ao sul, com a comunidade Santo Amaro 2 (Figura 14). Nela vivem aproximadamente 50 famílias, que totalizam em torno de 300 pessoas (PESQUISA DE CAMPO).

A região que atualmente forma Mandirituba era habitada por índios Tindiquera, daí a origem do nome que, na língua tupi-guarani – Mandury – significa “grande quantidade de abelhas”. Documentos da Prefeitura Municipal apontam que em meados do século XVII já havia ocupação na região, com a existência de fazendas que contavam com o trabalho escravo, mas foi a partir de 1900 que a economia local começou a evoluir graças à abertura de estradas, à atividade criatória e ao extrativismo da erva-mate. Os primeiros pioneiros eram descendentes de portugueses, italianos, poloneses, ucranianos e alemães (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, Caracterização do Município, s/d).

O município, entretanto, só foi emancipado em 1960, desmembrado de São José dos Pinhais. Integrante da RMC desde 1973, Mandirituba conta com uma população total de aproximadamente 17,5 mil pessoas, das quais 6,2 mil (36%) vivem no meio urbano e 11,2 mil (64%) vivem no meio rural, segundo dados do censo demográfico do IBGE (2000). Entre 1991 e

---

<sup>21</sup> As comunidades de Santo Amaro 1 e 2 foram oficialmente divididas há aproximadamente 25 anos (hoje separadas pela PR 412 e por uma estrada vicinal). Contudo, os moradores se referem a “Santo Amaro 1” simplesmente como

2000, a população urbana do município aumentou, em média, 4% ao ano e a população rural em 2,6%.

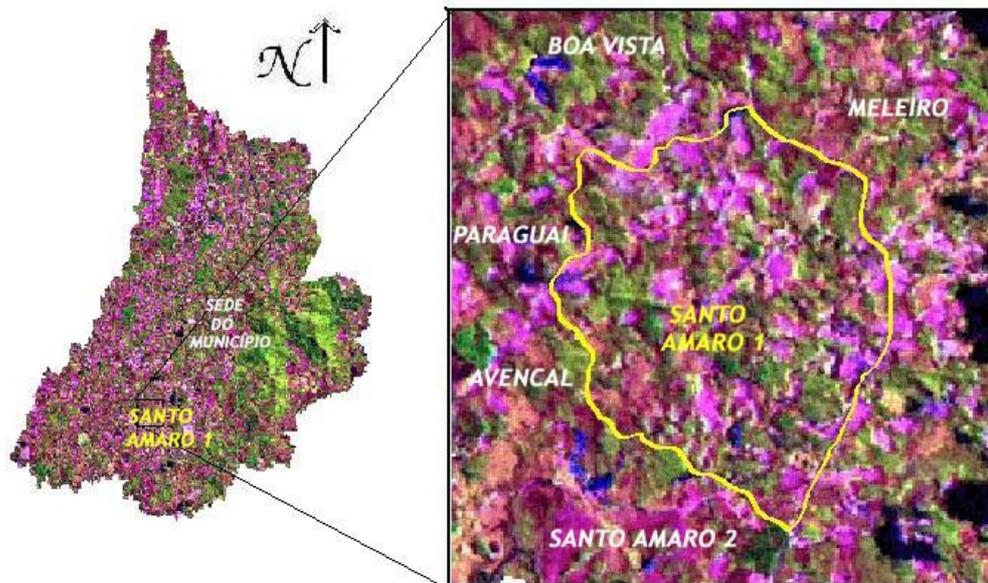


Figura 14. Localização da comunidade de Santo Amaro no município de Mandirituba.

A estrutura fundiária consiste majoritariamente de pequenas propriedades. Em Mandirituba, 90% dos estabelecimentos agrícolas possui até 25 hectares. Este estrato das pequenas propriedades detém mais de 50% da área total, enquanto que os estabelecimentos com mais de 200 hectares (que representam 0,35% do total de estabelecimentos) detêm 13,5% da área total (INCRA, 2003). As principais atividades econômicas do município são ligadas à agropecuária, destacando-se a produção de grãos (milho e feijão), a olericultura diversificada, fruticultura (pêssego e ameixa), plantas medicinais (o município é o maior produtor estadual de camomila), a criação de aves (o

---

“Santo Amaro”, enquanto que os moradores da outra comunidade se identificam como pertencentes à “Santo Amaro 2”. Neste trabalho, a pesquisa de campo restringiu-se à primeira, aqui identificada por comunidade “Santo Amaro”.

segundo maior abatedor de frango no Estado) e o reflorestamento para a produção de madeira (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, Caracterização do Município, s/d). Segundo dados disponíveis na “Caracterização do Município”, a produção agropecuária de Mandirituba em 2004 totalizou R\$ 87,7 milhões, sendo que a criação de frango de corte respondeu por 52% deste valor, a produção de milho a 5%, a de madeira também a 5%, feijão e couve-flor responderam por 3% cada e os demais 32% envolvem principalmente produtos da olericultura.

As primeiras inserções realizadas no município de Mandirituba foram feitas em outubro de 2003. As entrevistas envolveram os secretários municipais da Agricultura e do Meio Ambiente, técnicos de ambas as secretarias e da Emater, além do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e lideranças da comunidade de Santo Amaro. Aquelas entrevistas indicam que o município passou por importante processo de conversão produtiva em sua agricultura a partir do início dos anos 1990. Segundo os entrevistados, o sistema produtivo predominante no município até aquela década era o “tradicional” baseado na produção de grãos (milho, feijão e soja) e animais de pequeno porte, com baixa produtividade. O “Plano de Desenvolvimento Agrícola do Município de Mandirituba” (EMATER, 1994, p.1), corrobora o diagnóstico dos entrevistados, fazendo referência à baixa produtividade das lavouras, *“ocasionada pelo processo de degradação do solo, baixa fertilidade natural e práticas de manejo do solo inadequadas”*. O mesmo plano destaca que *“a baixa produção do setor pecuário deve-se em parte à existência de 13 áreas de faxinais com aproximadamente 2000 hectares ocupados por 604 famílias”* (Idem, p.1). A comunidade de Santo Amaro foi uma destas muitas áreas de faxinais que entraram em processo de desagregação nas últimas duas décadas no município.

O sistema faxinal consiste um sistema de produção familiar presente em várias regiões do Estado do Paraná (também presente no município de Tijucas do Sul e na comunidade de Postinho, como se verá adiante). Grosso modo, o sistema pode ser dividido em duas áreas: **área de criação** e **área de planta**. A área de criação ou *“criador comunitário é uma forma de organização (..) que se estabelece entre proprietários da terra para sua utilização comunal, tendo em vista a criação de*

*animais*” (CARVALHO citado por IAP, 2005, p.5). A área de planta era separada do criador (uma forma de preservar as lavouras da invasão dos animais) e destinada principalmente à policultura alimentar de subsistência (como milho, feijão, arroz, batata e cebola).

CHANG (citada por IAP, 2005, pg. 5), conceitua o sistema faxinal como aqueles identificados nas comunidades de Santo Amaro e Postinho nos seguintes termos:

*“Um sistema de produção familiar que apresenta os seguintes componentes: **a produção animal** – criação de animais domésticos, tanto para o trabalho, quanto para o consumo próprio, na técnica “à solta” em criadouros comuns, destacando-se os equinos, suínos, caprinos e aves domésticas; **a policultura alimentar** – lavouras de subsistência circunvizinhadas ao criadouro, destacando-se o milho, feijão, arroz, batata e a cebola e; **a coleta da erva-mate** – o mate nativo se desenvolve dentro do criadouro e é coletado durante o inverno, desempenhando papel de renda complementar, tanto para o proprietário na venda do produto, quanto para os empregados na remuneração da sua força de trabalho”.*

A desagregação deste sistema na comunidade de Santo Amaro é associada pelos agricultores às exigências da saúde pública que, segundo eles, começou a impor restrições a esta prática em função da atividade criatória se dar no mesmo espaço destinado à moradia. Na realidade, a rapidez com que o mesmo foi substituído pelo sistema baseado na olericultura e na produção de frutas faz crer que o rol de ações que induziu à sua desarticulação foi bem maior. A visão da gestão pública, consubstanciada no “Plano de Desenvolvimento” citado acima, é a de que o sistema faxinal consistia num sistema atrasado e de baixa produtividade, visão que certamente orientou as políticas de conversão produtiva que induziram à desagregação dos faxinais. E de fato, o mesmo “Plano de Desenvolvimento Agrícola” traz um minucioso plano de atuação, incluindo um programa de diversificação dos estabelecimentos agrícolas de Mandirituba envolvendo ações ligadas à piscicultura, fruticultura, alimentação animal, produção artesanal de alimentos, manejo adequado do solo, apicultura e camomila. Nenhuma das ações apresentadas no

Plano faz referência sobre melhorias nos faxinais existentes no município à época. Nas entrevistas realizadas, houve consenso sobre o conjunto de políticas públicas em âmbito municipal que passou a ser implementado na década passada com objetivo de fortalecer a agropecuária de Mandirituba. Tratava-se de “uma opção pela agricultura”, expressão utilizada pelo Secretário de Agricultura do município em referência às mudanças de orientação das políticas públicas municipais ocorridas nos anos 1990.

Foram citados pelo menos 20 programas voltados à área rural de Mandirituba, envolvendo tanto a produção agropecuária quanto melhorias no sistema de transporte público, no acesso ao ensino pela população rural, o saneamento básico, a eletrificação rural, a preservação ambiental, etc. Ao contrário do que foi observado no município de São José dos Pinhais e na Colônia Mergulhão, em Mandirituba e na comunidade de Santo Amaro, as políticas de desenvolvimento rural são, na sua maioria, reconhecidas e referenciadas pelos agricultores e seus representantes, conforme ficará evidenciado mais adiante. Isto é verdade não apenas para as políticas municipais, como também para o PRONAF, que é muito mais contratado em Mandirituba do que em São José dos Pinhais, a despeito do número de estabelecimentos neste último ser muito maior (3533 estabelecimentos agropecuários em São José dos Pinhais contra 2295 em Mandirituba). Comparando o Quadro 7, abaixo, com o Quadro 6 (apresentado no Item anterior), observa-se que o número de contratos e o montante de recursos acessados pelos agricultores familiares de Mandirituba através do PRONAF são consideravelmente maiores do que o verificado em São José dos Pinhais. Enquanto em Mandirituba o número de contratos realizados no ano de 2000 chegava a 411, em São José dos Pinhais, no mesmo ano, foram realizados apenas 19 contratos. Naquele ano, o volume de recursos contratados em Mandirituba era quase 11 vezes maior do que em São José dos Pinhais. No último ano da série (2004), enquanto o primeiro realizou 896 contratos num total de R\$ 3,28 milhões, o segundo realizou 340 contratos, totalizando R\$ 1,63 milhão.

*Quadro 7 – Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF em Mandirituba 2000-2004*

**Quadro 7 - Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF em Mandirituba 2000-2004**

Ano	Custeio		Investimento		Total R\$
	No. Contratos	Montante R\$	No. Contratos	Montante R\$	
2000	359	573.171,57	52	121.475,00	694.646,57
2001	406	627.085,82	42	849.397,33	1.476.483,15
2002	427	723.753,33	37	407.900,20	1.131.653,53
2003	438	945.437,42	32	419.893,80	1.365.331,22
2004	822	2.036.698,15	74	1.246.002,70	3.282.700,85

Fonte: Secretaria Nacional da Agricultura Familiar - MDA (2005)

No âmbito da comunidade, as diferenças também são evidentes. Em Santo Amaro, 57,5% dos estabelecimentos pesquisados afirmaram ter contratado algum crédito do PRONAF entre 1997 e 2004, sendo que 37,5% dos entrevistados indicam ter contratado algum crédito para investimento no mesmo período. Tais dados, por si só, retratam as disparidades entre as comunidades. Mas, além dos dados do PRONAF, 70% dos agricultores em Santo Amaro dizem receber assistência técnica da Prefeitura ou da EMATER e 25% deles possui integração a algum tipo de agroindústria de processamento o que, em última instância, também garante algum tipo de assistência. Em resumo, trata-se de uma situação completamente diferente daquela verificada na Colônia Mergulhão, onde o acesso às políticas públicas em qualquer nível mostrou-se pífio. Diante de tal quadro, questionam-se quais seriam as explicações para tanta disparidade no acesso às políticas públicas. Ao primeiro olhar, poderia parecer que a agricultura moderna desenvolvida em São José dos Pinhais e na Colônia Mergulhão, associada às boas condições de vida da sua população, seu acesso fácil ao centro urbano, etc. poderiam ser facilitadores na obtenção de informações e de recursos, tanto oriundos das políticas municipais quanto estaduais ou federais. Mas, não é isto o que se constata. A explicação mais importante parece estar nas diferenças dos quadros institucionais observados em cada um dos municípios.

Em Mandirituba, o que acima chamamos de uma “nova orientação” das ações do poder público local não se restringe ao número e à diversidade de políticas e programas criados, mas, envolve também outras mudanças de cunho institucional que, atualmente, continuam importantes para

viabilizar a execução de muitas políticas municipais. As mais notáveis são aquelas ligadas à criação de associações de produtores rurais (21 associações no município), à estruturação da Secretaria de Agricultura e da Emater local (que, juntas, contam com 11 técnicos) e à agregação de outras Secretarias municipais (como da Educação, dos Transportes e do Meio Ambiente) ao programa de desenvolvimento rural do município. Ao resgatar algumas ações implementadas ainda nos anos 1990 que visavam fomentar a agropecuária municipal, foram citadas até mesmo a mobilização política local e da sua representação junto à assembléia legislativa do Estado na busca de viabilizar o acesso dos produtores à CEASA de Curitiba. Segundo os entrevistados, a produção local não tinha acesso a este canal de distribuição (*“a CEASA era muito fechada. Vinha produção de outros Estados e a gente não podia entrar”*) (Secretário de Agricultura do Município). O processo de abertura à entrada da produção dos agricultores de Mandirituba foi bastante conflitivo, mas atualmente, este é o 4º. município que mais comercializa na CEASA, segundo dados dos informantes da Prefeitura Municipal.

No município, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) funciona regularmente, segundo os informantes locais. A leitura dos atores ligados à prefeitura, à EMATER e de algumas lideranças locais é positiva sobre a atuação do CMDR, no sentido de que ele garante a definição das diretrizes para a agricultura e o rural do município. Esta não é uma visão compartilhada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que reconhece o funcionamento do mesmo, mas o identifica como um conselho “muito político”. Opositor político da administração municipal, o mesmo afirma que a relação entre o STR e a Prefeitura “é muito ruim”. Todavia, ele reconhece que as ações do poder público local voltadas ao rural são variadas e importantes; *“não dá pra negar que eles (a administração pública local) têm feito coisas pra agricultura”* (PRESIDENTE DO STR de Mandirituba).

Por seu lado, o STR, que também é uma referência para as ações voltadas ao rural, se apresenta ativo em Mandirituba. Segundo seu presidente, o STR local conta mais de 5000 associados, dos quais em torno de 1500 “ativos”. Disputas à parte, a avaliação do presidente do STR sobre algumas ações do município para o rural, é muito interessante. Ele faz referências especiais a

duas delas: a nucleação do ensino e a implantação do transporte público ligando a comunidade à capital Curitiba. Segundo ele, a nucleação do ensino (e o conseqüente fechamento das pequenas escolas nas comunidades) vai extirpando os “laços” das crianças com a comunidade desde muito cedo, o que as estimula a partir rumo à cidade. De forma semelhante, segundo ele, o transporte público regular que liga a comunidade ao município e à Curitiba tem viabilizado o trabalho dos membros das famílias de agricultores direto na cidade, principalmente as mulheres. Para ele, inicialmente “*as pessoas vão e voltam, depois, já ficam de vez*”. Em última instância, é o seu olhar sobre a desarticulação do tecido social existente na comunidade rural estimulada pela ação das políticas públicas, o que outra vez nos alerta para a necessidade de efetuar análises cuidadosas das mesmas e, tão importante quanto isto, tratar de forma relativa qualquer suposta constatação a respeito do seu sucesso ou fracasso.

No quadro das políticas públicas municipais, chama a atenção ainda aquelas ligadas às questões ambientais. Talvez em razão da própria configuração espacial do município, que conta com vasta cobertura florestal e áreas de mananciais. Destaca um documento da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE que “*o município possui uma área de 209,20 Km<sup>2</sup> com cobertura florestal de essências nativas e exóticas, além de uma grande reserva hídrica (...)*” (Questões ambientais do município, p.1, s/d). Todos os documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Lei que estabelece a política municipal do meio ambiente, Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos, Planejamento da Secretaria para o período 2005-2008) fazem referência ao meio rural do município e à relação entre a produção agrícola e a preservação da flora e dos recursos hídricos. Contudo, os mesmos fazem referências gerais ao tema, principalmente à questão do destino das embalagens de agrotóxicos, mas não fazem referências diretas aos sistemas produtivos existentes e aos seus possíveis impactos sobre o meio ambiente.

Ao serem questionados sobre o tema no que tange aos espaços rurais do município, os gestores públicos locais desenham em linhas gerais a conformação do conflito “público x privado” no município. Eles se referem às questões ambientais e ao conservadorismo dos agricultores (a

“resistência às mudanças”) como “grandes fragilidades” para a agricultura familiar de Mandirituba. Inclusive, observa-se uma grande sintonia da política ambiental municipal com as diretrizes da Coordenação da Região Metropolitana; a ênfase é nas áreas de mananciais e na quantidade de água existente em Mandirituba (a “riqueza” de água do município) e a sua vasta cobertura florestal.

Os informantes ressaltam que ambas (necessidade de preservação das áreas de mananciais e da cobertura florestal) representam “*restrição para a agricultura familiar*” (SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA) porque entram em atrito com algumas práticas tradicionais (como a queimada, a produção de carvão, etc) que dificultariam a implementação de práticas de conservação porque o “*conhecimento dos agricultores é tradicional, eles resistem em mudar. Para mudar, só com visitas, com troca de experiências. O agricultor não aceita que ele tenha comprado, pago a terra, e que ele não possa fazer o que quiser*” (IDEM). Para o mesmo informante, “*em parte, eles (os agricultores) têm razão; a legislação ambiental é somente punitiva e não é educativa. E também tem o problema das “lavadeiras” e da água*”. De fato, a cobertura florestal em Mandirituba (floresta nativa e plantada) gira em torno de 70% da área do município e as áreas de mananciais da RMC cobrem a maior parte do território (Figura 3) o que acirra as tensões em relação ao meio ambiente.

Na mesma linha, aponta-se que o relevo do município varia de ondulado com superfície de topografia pouco movimentada (declive entre 8 a 20%) a fortemente ondulado, com superfície de topografia movimentada, formada por morros (declive entre 20 a 45%), o que o torna mais sensível à ocorrência de processos erosivos, assoreamento e poluição dos cursos de água. Na comunidade de Santo Amaro, por exemplo, o relevo se apresenta acidentado (52,5% das propriedades apontam a existência de áreas quebradas), a densidade hidrográfica é de média para alta<sup>22</sup> (92,5% possuem nascentes e córregos na propriedade), assim como se observa a ocorrência de uma cobertura florestal expressiva (90% dizem apontam a existência de mata ciliar), o que se

---

<sup>22</sup> Áreas que apresentam entre 3,33 e 4,5 canais por quilômetro quadrado.

pode visualizar nas Figuras 15 e 16, a seguir. Tudo isto de fato corrobora a preocupação com as questões ambientais no meio rural, explicitada pelos informantes locais. Mas, mesmo diante deste quadro, é preciso atentar para um aspecto peculiar das mudanças estimuladas pelas políticas públicas locais que levaram à desarticulação de faxinais, como o que ocorreu em Santo Amaro.

De acordo com o que ressaltamos anteriormente, a despeito da baixa produtividade da produção de grãos, é preciso lembrar que o faxinal consistia num sistema não apenas capaz de garantir a reprodução da família como também de viabilizar a gestão do ambiente natural em outros termos, através de um extrativismo florestal de baixo impacto, com o manejo da erva-mate, da araucária e de outras espécies nativas. Ainda assim, este aspecto da gestão ambiental não se manifestou nas entrevistas realizadas junto aos gestores e técnicos do município a despeito de sua preocupação recorrente em relação ao meio ambiente.



*Figura 15 – Vista geral da Comunidade de Santo Amaro (Entrada secundária)*

Em outras palavras, a percepção quanto a “inviabilidade” do sistema faxinal pela sua baixa produtividade pode ser relativizada se agregarmos à análise da “viabilidade” do mesmo outros indicadores que não sejam restritos ao aspecto econômico-produtivo. Podemos inclusive retomar a questão discutida no item anterior sobre a preservação da paisagem e do meio ambiente (que neste caso pode ser viabilizada pela gestão adequada do extrativismo) e sobre a segurança alimentar das famílias (a produção para o auto-consumo), ambos com características de bens coletivos e estreitamente ligados ao sistema faxinal. Posicionando em perspectiva a “viabilidade” econômica do sistema enquanto produtor de bens privados (produção para o mercado, produtividade, renda da atividade, etc.) com a “viabilidade” socioeconômica e ambiental do mesmo, enquanto produtor de bens coletivos (preservação da paisagem e do patrimônio social e cultural associado à atividade agrícola, garantia da segurança e soberania alimentar) podemos rever posições e, sobretudo, orientações de políticas de desenvolvimento rural. Neste caso, o sistema faxinal representava (ou representa) o coroamento de um processo histórico de aprendizado dos agricultores, cujas estratégias resultaram na adoção do *melhor sistema possível com vistas a garantir a reprodução familiar dadas as condições existentes (em termos econômicos, um sistema “ótimo”)*. No que trata da orientação das políticas públicas, fica a dúvida: mudar ou garantir a reprodução (em sentido amplo) do sistema?



*Figura 16 – Vista geral da comunidade de Santo Amaro (Cobertura florestal e relevo)*

A dúvida levantada não invalida de forma alguma a efetividade da maior parte das políticas anteriormente mencionadas, mesmo porque adiante se poderá constatar que mudanças efetivas foram verificadas na comunidade, no sentido de melhoria da sua condição de vida, de renda, de acesso a serviços, ao mercado e a tecnologias, dentre outros. Pelo contrário, o objetivo aqui é, mais uma vez, reforçar a visão de que a própria análise dos resultados da execução das políticas públicas permite diferentes olhares. Em Santo Amaro, efeitos adversos das mesmas políticas que vêm viabilizando o desenvolvimento das famílias de agricultores (pelo menos um certo tipo de desenvolvimento), como por exemplo, o aumento da poluição pelo uso de agrotóxicos e a atividade das “lavadeiras” são cada vez mais presentes no cotidiano da comunidade e, da mesma

forma, vão se constituindo em vetores de tensão. Vejamos mais detalhadamente este aspecto das políticas públicas em Santo Amaro.

Ainda que as propriedades agropecuárias na comunidade continuem sendo familiares de pequeno porte (a área média das mesmas é de 9,13 hectares), o tipo e a forma como se desenvolve a atividade agropecuária local se alterou e com ela, surgiram novas atividades econômicas que implicaram em mudanças na configuração social, econômica e, em especial, ambiental da comunidade. É o caso das “lavadeiras”, que são unidades de lavagem e seleção de produtos, que atualmente giram em torno de 15 unidades na comunidade. As “lavadeiras” recebem a produção de toda a comunidade e, inclusive, de fora dela, com a finalidade de preparar e selecionar os produtos (olerícolas e frutas) e levá-las para a comercialização na CEASA.

Apesar de tais estruturas terem representado uma “revolução” na comunidade no que se refere à criação de postos de trabalho, principalmente para os jovens, a relação entre estas “lavadeiras” e os agricultores é, em geral, permeada de tensão e conflito. Não se questiona a importância de tais unidades enquanto geradoras de emprego (“*tem trabalho nas “lavadeiras” pra gurizada*” (ENTREVISTADO 11)) o que, inclusive, é identificado como um dos fatores que influenciaram na manutenção da população jovem em Santo Amaro, conforme ilustram os dados da pesquisa (na comunidade, 58,6% do total da população possui entre 11 e 40 anos, o maior percentual entre as três comunidades pesquisadas e esta é, dentre as três, a que possui o maior percentual de membros familiares vivendo no estabelecimento: 78,2%, contra 73,1% em Postinho e 69,4% em Colônia Mergulhão). Em outros casos, também é dado destaque ao fato de que, através das mesmas, a produção dos agricultores locais consegue espaço para comercialização junto à CEASA.

Contudo, muitas vezes as “lavadeiras” são identificadas como atravessadores, agentes capazes de fragilizar ainda mais o agricultor na sua relação com o mercado. Da mesma forma, elas consistem agentes poluidores que vem ampliando a tensão relacionada à questão ambiental na comunidade.

Como as mesmas fazem a lavagem dos produtos utilizando a água dos cursos de água e não existem sistemas adequados de tratamento, toda a água utilizada para lavar a produção olerícola (altamente intensiva em agrotóxicos) é lançada novamente no leito dos rios (Figura 17), num processo de “duplicação” dos impactos derivados do tipo de agricultura atualmente desenvolvida na comunidade: (a) o impacto resultante da utilização dos insumos no processo produtivo e (b) o impacto resultante da emissão dos resíduos da lavagem dos produtos nos cursos de água.

Nas entrevistas realizadas junto aos informantes municipais, verificou-se a associação das “lavadeiras” a um “problema ambiental grave” que exige adequação no uso da água. Entretanto, estes apontam as dificuldades de “entrar” neste sistema (o das “lavadeiras”), que é muito fechado. De fato, na pesquisa de campo realizada na comunidade, a realização de entrevistas com os proprietários de “lavadeiras” não se viabilizou. Várias tentativas foram feitas para a realização de entrevistas e, diante das constantes negativas, optou-se por não realiza-las. De qualquer forma, este não parece constituir um argumento válido para justificar a falta de ações do poder público voltadas para estes intermediários.



*Figura 17 – Lagoa localizada nos fundos de “Lavadeira” em Santo Amaro*

Ao que tudo indica pela pesquisa realizada, a maior pressão imposta pelas restrições ambientais recai, em última instância, sobre os produtores agropecuários. Sobre este ponto voltaremos no item 6.2.5, mais adiante.

## 6.2.2 A Família e a Moradia

Como já salientamos acima, em Santo Amaro vivem aproximadamente 50 famílias, dentre as quais se encontram em torno de 40 famílias de agricultores familiares. A sua população é formada majoritariamente pela etnia cabocla (ou simplesmente brasileiros). Na comunidade, 82% dos responsáveis pelo estabelecimento se identificam como caboclos, enquanto que 17% afirmam possuir descendência polonesa. Seus cônjuges se auto-referenciam como caboclos em 87% dos casos e como poloneses em outros 15% (DADOS DA PESQUISA DE CAMPO).

As 40 famílias pesquisadas totalizam uma população de 215 pessoas, o que resulta numa média de 5,3 integrantes por família, que consiste a maior entre as três comunidades estudadas. Também é maior nesta comunidade o percentual dos membros familiares que residem no próprio estabelecimento, 86,5% (contra 82,2% em Postinho e na Colônia Mergulhão), assim como o percentual dos filhos dos agricultores entrevistados que moram no estabelecimento que em Santo Amaro é de 78,2%, contra 73,1% em Postinho e 69,4% em Mergulhão. Em Santo Amaro verifica-se uma participação majoritária da população jovem entre 11 e 40 anos, que alcança 58,6% da população total. A população acima de 51 anos representa 10,3% da população total. A população do sexo masculino é predominante, com 52,1%, contra 47,9% do sexo feminino.

Os dados da pesquisa de campo indicam que 57,5% dos entrevistados moram há mais de 20 anos na comunidade e outros 20% moram há mais de entre 11 e 20 anos. Observa-se uma forte relação de parentesco na comunidade. O ENTREVISTADO 29, que viveu todos os seus 54 anos na comunidade, lembra que “*antigamente eram mais ou menos seis famílias*”. O mesmo aponta que os filhos foram crescendo, casando, mas permaneceram em Santo Amaro. De fato, algumas famílias, como os Cruz, os Santos, os dos Anjos e os Salesbran comportam a grande maioria dos moradores locais e a herança é a forma mais presente de aquisição da terra na comunidade, conforme destaca o ENTREVISTADO 25.

Os responsáveis pelos estabelecimentos possuem, na maioria (60%), escolaridade entre a 1<sup>a</sup> e a 4<sup>a</sup> séries. Apenas 12,5% destes possuem entre a 5<sup>a</sup> e a 8<sup>a</sup> séries e 2,5% chegaram ao ensino médio.

Chama a atenção o percentual dos responsáveis sem escolaridade, que representam 15% do total. Quanto ao total dos integrantes das famílias, o percentual dos sem escolaridade cai para 5,1%, dos que têm entre a 1ª e a 4ª série é 45,41%, entre a 5ª e a 8ª série chega a 25% dos membros familiares e 12,76% encontram-se no estrato referente ao ensino médio.

A participação das famílias na vida social da comunidade é um aspecto que chama a atenção em Santo Amaro. Das 40 famílias pesquisadas, 37 delas (92,5% do total) afirmam participar das atividades da igreja (missas, novenas, etc.) e 32 (80%) participam de associações (com destaque para uma associação de máquinas agrícolas e a associação que organiza a coleta e a distribuição de água na comunidade). Igualmente é significativo o percentual de agricultores ligados ao STR de Mandirituba; 47,5% dos entrevistados são filiados a ele. Nestes três indicadores, a comunidade se destaca em relação às demais comunidades. Em relação a outros espaços de sociabilidade, foram apontados os três bares existentes na comunidade e os bailes que acontecem nos finais de semana nas comunidades próximas. Os bares são, na verdade, estabelecimentos onde são vendidos os mais diversos mantimentos e bebidas e que contam com mesas de jogos. Estes são espaços privilegiados de reunião de agricultores (principalmente os mais velhos) nos finais de semana para jogar, beber e conversar, segundo informa a proprietária de um deles. Para os jovens, é comum o deslocamento para comunidades próximas, visto que a maioria deles possui motocicletas ou dispõe de carro da família (64,5% das famílias possuem carro ou moto, muitas vezes, ambos).

Alguns entrevistados lembram que o fechamento da escola da comunidade, em função da criação dos núcleos pela Prefeitura, foi um fator negativo no que se refere à sociabilidade. O ENTREVISTADO 23, que mora em frente à antiga escola, salienta que antes do fechamento existia movimento, mesmo nos finais de semana com as festas e eventos que aconteciam. Atualmente, segundo ele, o prédio está abandonado. Para o ENTREVISTADO 28, *“as escolas fechadas são um desperdício de dinheiro”*. Ele aponta ainda que *“antigamente todo mundo se dava bem”*; agora há muita gente nos “núcleos” e sempre ocorrem brigas entre os estudantes de diferentes comunidades. Segundo o poder público municipal, a administração das antigas escolas das comunidades ficou sob responsabilidade das associações comunitárias; cada associação

decide o que deseja fazer com os respectivos espaços. Contudo, em Santo Amaro, a despeito da existência de associações atuantes, não foi definida qualquer outra utilidade para o prédio da antiga escola.

Quanto às residências, elas possuem em média 93,2 M<sup>2</sup>, sendo que as construções de alvenaria são 30%, as de madeira são 27,5% e a maioria consiste construções mistas (alvenaria e madeira), 37,5% do total. Em relação à sua própria moradia, 60% dos entrevistados a consideram apenas “razoável”, enquanto que 25% consideram como sendo “boa”. 92,5% das famílias contam com água encanada e 80% afirmam que o esgoto doméstico é destinado à algum tipo de fossa. Na comunidade, encontrou-se o maior percentual de famílias que depositam o esgoto (32,5%) e o lixo doméstico a céu aberto (22,5%), em comparação com as outras duas.

### **6.2.3 A Propriedade**

Conforme já apontamos anteriormente, as propriedades na comunidade de Santo Amaro são pequenas, tendo em média 9,51 hectares. Todas as famílias pesquisadas são proprietárias de pelo menos parte da terra que exploram, sendo que do total das áreas exploradas, 86,43% equivale a terra própria, 9,75% a arrendamentos e 3,82% a terras exploradas na forma de parceria.

A utilização da área se dá majoritariamente com o cultivo de lavouras temporárias (52,27%). Em segundo lugar, é apontada a área de mata nativa e plantada, que equivale a 21,77% da área total. Em terceiro lugar, vêm as pastagens nativas que representam outros 11,25% da área das propriedades. Estas frações de terra consistem, em geral, em áreas onde a floresta nativa já foi bastante alterada (restando várias espécies nativas, principalmente de araucárias) ou em áreas em processo de recomposição, onde os animais são criados soltos. Estas áreas, juntamente com as de floresta nativa, são o principal foco de atrito entre os agricultores e a fiscalização do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Como lembra a esposa do ENTREVISTADO 25, que aponta as

dificuldades com a fiscalização ambiental; *“custa caro a licença (ambiental), mesmo quando a gente precisa pra aumentar um galpão, a granja”*. E prossegue: *“Vou falar a verdade pro senhor, tem gente que abusa, tira na beira dos rios... aí não dá! Mas, às vezes, a gente tem que precisa tirar (a madeira)”*.

A área destinada ao pousio corresponde a 3,56% da área total dos estabelecimentos, o que representa o maior percentual entre as três comunidades. Em relação à área destinada à horta doméstica e pomar (cuja produção é destinada basicamente ao auto-consumo), ela equivale a 1,14% da área total, mas está presente em 80% das propriedades pesquisadas.

Aproximadamente 2/3 dos entrevistados (62,5%) identificam que em suas propriedades existem diferenças nos tipos de solo e na fertilidade de certas faixas de terra. Apontam também a presença de áreas quebradas (“dobradas”) em 52,5% dos estabelecimentos, de erosão (42,5%) e a existência de nascentes e córregos (92,5%). Mesmo indicando a presença de mata ciliar em 90% dos casos, o que pode acarretar alguma proteção para as nascentes e córregos, técnicas de uso e conservação como curvas de nível e plantio direto são pouco utilizadas pelos agricultores; apenas 30% deles utilizam curvas de nível e 22,5% adotam a técnica de plantio direto. Considerando que 54,3% das culturas citadas utilizam adubo químico, 37,7% utilizam inseticidas e 30,8% utilizam fungicidas, a combinação de áreas quebradas, erosão e presença de cursos de água nas propriedades certamente representa um aspecto importante no que tange aos impactos ambientais da atividade agropecuária desenvolvida na comunidade. Para os entrevistados, a questão da poluição da água representa um aspecto menos evidente da sua relação com o meio ambiente do que a questão da derrubada da floresta ou da caça e aprisionamento de animais silvestres, visto que estes últimos são explicitamente coibidos, via legislação ambiental. Neste quesito, justiça seja feita, até mesmo a política ambiental é mais pródiga em ações voltadas à preservação da floresta e dos animais do que em ações que envolvam a conversão produtiva e a redução do uso de insumos químicos. A exceção fica para o caso das “lavadeiras”, já mencionado previamente, em que a relação entre a atividade das mesmas e a poluição da água parece ser mais direta, quaisquer que sejam os olhares (gestores, agricultores ou outros atores).

Resumindo o quadro identificado no parágrafo anterior, pode-se dizer que, enquanto a política ambiental se preocupa preferencialmente com os sistemas “naturais” (ou quase), a política agrícola objetiva prioritariamente os sistemas agropecuários. No caso ilustrativo da comunidade de Santo Amaro, as duas frentes de atuação pública parecem se portar como coisas independentes. Embora os espaços de diálogo (sombreamento ou mesmo sobreposição) entre as duas políticas sejam evidentes, as experiências efetivas de atuação articulada de ambas são praticamente inexistentes.

#### **6.2.4 O Trabalho e a Produção**

Em Santo Amaro, foram citados 30 tipos de produtos da lavoura temporária, num universo de 47 produtos identificados no conjunto das comunidades. Milho e feijão são os principais produtos, sendo produzidos na maioria das propriedades; o milho é produzido em 90% e o feijão em 72,5% das propriedades pesquisadas. Na seqüência foram citados: abobrinha (65% das propriedades), cebola (50%), beterraba (35%), cheiro verde (32,5%), cenoura, batata doce e pepino (todos citados por 30% das propriedades), mandioca (22,5%), repolho, berinjela e tomate (os três presentes em 22,5% das propriedades). Para as lavouras permanentes, foram citadas as produções de pêsego (em 10% das propriedades) e de ameixa (7,5%).

Na produção pecuária, o destaque é para a produção de aves, que é desenvolvida por 96,6% das famílias de agricultores integrantes da pesquisa, seguida pela de suínos, presente em 93,6% delas, bovinos de corte (42,5%) e peixes (17,5%).

Em Santo Amaro, a produção é realizada, como de resto em toda produção agrícola de base familiar, com a força de trabalho dos membros da família. Como aponta o ENTREVISTADO 26, “*as crianças cresceram*”, para justificar porque a disponibilidade de mão de obra aumentou em sua propriedade. Ou seja, cresceram e passaram a compor o conjunto de braços aptos a trabalhar na lavoura. Todas as propriedades contam com o trabalho familiar na produção, principalmente

em se tratando da olericultura, que utiliza grande quantidade de trabalho. Como o contingente de famílias que afirmam terem tido redução na disponibilidade de mão de obra é maior do que os que afirmam terem tido aumento (35% contra 25%) é de supor que tanto a contratação de empregados temporários (verificado em 52,5% dos estabelecimentos) quanto a troca de dias (prática citada por 62,5% das famílias) são a forma de viabilizar a produção e a reprodução familiar.

O que chama a atenção, no caso desta comunidade, é a participação de uma associação, que faz a na gestão de máquinas e equipamentos agrícolas, disponibilizando-os aos associados. Apontamos anteriormente que a utilização de insumos modernos é bem expressiva nas propriedades (alguns já destacados anteriormente, como é o caso da utilização de adubos, fertilizantes e herbicidas) mas, é a associação que possibilita o aluguel de máquinas e equipamentos a preços mais acessíveis aos seus associados. Na comunidade, 89,6% dos agricultores que utilizam tratores (que são 29 dentre os 40 da comunidade), o fazem via associação. O mesmo ocorre com a utilização de grades, que são utilizadas por 38 dos produtores pesquisados, dentre os quais 27 a utilizam através da associação (71%).

De resto, os dados evidenciam que a produção agrícola na comunidade é bastante diversificada e, de forma semelhante ao verificado nas demais comunidades, mostra a organização de um sistema de produção bastante característico à agricultura familiar adaptado às demandas do mercado metropolitano. A produção de grãos e de pequenos animais se destina principalmente ao consumo da propriedade e à alimentação da família e esta é combinada com a produção de uma cesta de produtos voltados à comercialização, o que garante a geração de renda monetária na propriedade. Por exemplo, a produção de milho é destinada exclusivamente ao consumo em 75% dos casos e destinada ao consumo/venda em outros 22,2%. O feijão é destinado exclusivamente ao consumo em 50% das propriedades e ao consumo/venda em 44,8% delas. Da mesma forma, a criação de aves é citada como de destino exclusivo para o consumo familiar por 84,3% dos estabelecimentos que a desenvolvem, assim como a criação de suínos, que se destina exclusivamente ao consumo para 68% dos entrevistados. Em suma, é um sistema que se mantém, na mais perfeita tradição de uma agricultura familiar de raízes camponesas. Só que neste caso, à venda do excedente (em

caráter excepcional) dos produtos tradicionais (grãos, pequenos animais e seus derivados) se agrega a venda de uma série de produtos (em caráter regular) cujo destino principal é o mercado.

### **6.2.5 Políticas Públicas e Reprodução da agricultura familiar na Comunidade de Santo Amaro**

As famílias entrevistadas indicam que os primeiros moradores da comunidade de Santo Amaro devem ter se instalado no local por volta do início do século passado. Alguns moradores mais antigos vivem nela há cinquenta ou sessenta anos. Conforme apontamos acima, foi o sistema “faxinal” que predominou historicamente na comunidade, sendo substituído a partir das últimas décadas do século passado por um sistema produtivo mais voltado ao mercado. O “faxinal”, que se distingue de outras formas camponesas de produção encontradas no Brasil pelo seu caráter coletivo no uso da terra entrou em processo de desagregação por uma série de fatores. Para os agricultores locais, a transição para o sistema atual se deu principalmente pelas exigências sanitárias da saúde pública e pela entrada da produção integrada de suínos e aves (observe-se que atualmente existem 10 agricultores integrados na comunidade). As firmas integradoras passaram a exigir dos produtores a extinção da atividade criatória aberta em prol dos galpões fechados, o que contribuiu para a desarticulação dos espaços coletivos de criação. Como lembra um agricultor, *“o criador acabou por causa das granjas. Os caminhoneiros reclamavam pra passar...”* (ENTREVISTADO 19).

Além disto, a adoção de um “pacote” de políticas públicas em âmbito municipal desde o início dos anos 1990, já destacados acima, certamente foi crucial para a consolidação do atual sistema produtivo na comunidade. Em geral, os principais aspectos das mudanças verificadas na comunidade (conversão produtiva para olerícolas e frutas, produção voltada para o mercado metropolitano, utilização de insumos, máquinas e equipamentos modernos, o surgimento das “lavadeiras”, etc.) são associados à ação de políticas públicas.

Até o início dos anos 1980, a reprodução social e econômica dos agricultores dependia basicamente da produção de grãos (milho e feijão) combinada com a criação de pequenos animais (aves e suínos) e a produção de frutas e legumes para o consumo familiar. Segundo informação da pesquisa, no final da década de 1970, eram poucos os agricultores que tinham acesso à CEASA em Curitiba. Atualmente, a agricultura desenvolvida na comunidade de Santo Amaro passou por um profundo processo de conversão produtiva e encontra-se baseada quase que totalmente na produção de olerícolas e frutas voltadas para a comercialização junto à CEASA em Curitiba. Segundo os atores sociais entrevistados (membros da administração pública, sindicatos, lideranças e agricultores), o citado processo de conversão produtiva e integração ao mercado é o resultado de estratégias adotadas há aproximadamente duas décadas, envolvendo o poder público municipal, a representação do município nas esferas estaduais (deputados e outras lideranças), a assistência técnica e a extensão rural (representada pela Emater-PR).

Além das referências óbvias à ação das políticas agrícolas, outras dimensões da ação pública se sobressaem em Santo Amaro, algumas de forma quase unânimes, como é o caso da infraestrutura viária. Pelas entrevistas, a melhoria neste quesito na comunidade desde os anos 1980 foi um aspecto marcante tendo em vista as transformações que se deram posteriormente. O asfaltamento da rodovia PR 419, que faz a ligação entre a BR 116 e Agudos do Sul e que passa ao lado da comunidade é um fato representativo para os moradores locais. O impacto desta rodovia extrapola os aspectos produtivos da comunidade, tendo alterado inclusive a conformação espacial da mesma, que depois do asfalto se dividiu em duas: Santo Amaro I (identificada pelos moradores simplesmente como “Santo Amaro”) e Santo Amaro II. Associado ao asfaltamento da rodovia, os agricultores identificam a melhoria das estradas internas da comunidade como outro fator preponderante para o desenvolvimento da produção voltada ao mercado; as facilidades de escoamento passaram a viabilizar a entrada dos produtos locais ao mercado metropolitano, principalmente de Curitiba. Um agricultor, analisando as principais mudanças ocorridas em Santo Amaro, diz que *“há 10-15 anos, não tinha estrada na comunidade, hoje mudou muito. O ônibus passa aqui, na porta da minha casa”*. Um outro, o ENTREVISTADO 24 afirma: *“(atualmente) tem estudo, tem ônibus, melhorou a comercialização, o acesso à maquinários”*.

Impressiona a sintonia que existe entre a percepção e as explicações dos agricultores para as mudanças ocorridas na comunidade (para melhor) e o olhar dos informantes ligados ao poder público municipal sobre as mesmas. Estes últimos apresentaram um quadro explicativo das mudanças ocorridas no município e na comunidade que, como vimos, está totalmente associado às mudanças de orientação das políticas públicas municipais. O quadro explicativo construído pelos agricultores traz os mesmos elementos: *“tem água, tem ônibus, rede de luz, tem médico, dentista e um colégio melhor...”* (ENTREVISTADO 19).

O acesso a CEASA e a conseqüente melhoria na comercialização é um dos aspectos mais citados no rol de mudanças, tanto por agricultores quanto pelo poder público; a ela se associa a expansão da olericultura e a utilização de equipamentos, conforme já salientamos. Vejamos em detalhe estas mudanças. O número de culturas, em comparação com duas décadas atrás, aumentou para 45% dos entrevistados, bem como a utilização de insumos químicos/agrotóxicos (47,5%) e o uso de máquinas e equipamentos (65%). Os agricultores que dizem ter diminuído a utilização destes mesmos insumos é, percentualmente, muito menor: 15% afirmam ter diminuído o número de culturas; 17,5% ter diminuído o uso de insumos químicos/agrotóxicos e 7,5% apontam ter diminuído o uso de máquinas e equipamentos.

Associando os números acima com a nossa análise acerca do acesso dos agricultores de Santo Amaro a alguns instrumentos de política pública como o PRONAF ou a assistência técnica, é possível traçar um cenário bastante diferente da trajetória das mudanças desta comunidade em relação às outras duas. No caso de Mergulhão, vimos que o papel que as políticas públicas desempenhou nos processos de mudança e de desenvolvimento parece ter sido secundário; as estratégias dos agricultores e da comunidade se mostraram fortemente influenciadas pela sua posição geográfica, social e econômica em relação à metrópole. A Colônia Mergulhão encontra-se (e cada vez mais isto se acentua) inserida nos quadros de um rural “peri-urbano” enquanto um espaço rural capaz de constituir sistemas produtivos ou adotar outras estratégias que permitam de tirar proveito da diversidade de demandas que o meio urbano lhe coloca, independente (ou apesar) das políticas públicas que estão em vigor. Em Santo Amaro, é o urbano que passa a

cumprir determinadas “funções” (se constituindo em mercado consumidor, oferecendo postos de trabalho, serviços, etc.). Entretanto, esta inversão de papéis só se realizou graças à atuação do setor público; a ação das políticas públicas foi crucial para a melhoria das condições sociais e econômicas ali verificadas: *“O calcário que todo ano vem, mudou a produção para melhor. O acesso ao PRONAF mudou muito a condição de vida do povo”* (ENTREVISTADO 17).

Atualmente, os agricultores explicitam a percepção de que mudaram para melhor em Santo Amaro. A renda anual média, segundo eles, aumentou, conforme ressalta o ENTREVISTADO 07: *“o pessoal da comunidade era mais pobre”*. A pesquisa mostra que 30% das famílias auferem renda anual média entre 5 e 10 mil reais, 22,5% entre 10 e 15 mil reais e 25% delas auferem renda anual superior a 15 mil reais.

Embora as estratégias de reprodução apresentem variantes, é possível dizer que no caso de Santo Amaro as estratégias adotadas pelas famílias locais foram perfeitamente adequadas a essas mudanças no ambiente institucional e das políticas públicas. É claro que estamos falando das adaptações ocorridas no âmbito da família enquanto forma social de produção visto que no plano individual (membros familiares) os desvios e fracassos podem ser expressivos. Mas, nossa análise aqui está centrada em torno do núcleo dinâmico desta forma de produção, que é a própria família, e em sua reprodução social. Na comunidade de Santo Amaro, pode-se identificar um conjunto de estratégias que vêm garantindo a reprodução familiar. No processo de longa duração, a mais evidente é, sem dúvida, a relação de parentesco, já devidamente ressaltada, que garante a transmissão do patrimônio familiar, sacramentado na terra. Neste caso, a garantia da reprodução pode ser visualizada, no mínimo, pela preservação do patrimônio familiar ou pelo seu aumento. Na comunidade, além da grande maioria indicar que a forma predominante de posse da terra se deu através da herança (o processo de “devolução intergeracional”), 27,5% dos entrevistados afirmam que a área do estabelecimento aumentou nos últimos vinte anos e 57,5% dizem que ela se manteve inalterada; apenas 12,5% das famílias afirmam ter diminuído a área total do estabelecimento neste período.

Ao processo de longa duração, associa-se aquele de curta duração ou o “cálculo do movimento de curta duração”. Em Santo Amaro, este cálculo de curta duração vem se expressando na produção de bens (adaptação ao sistema de produção atualmente vigente), de braços (a contratação de mão de obra temporária e a troca de dias frente à redução da disponibilidade de mão de obra familiar); na socialização e na incorporação de valores (que podem ser identificados tanto pela ampliação dos espaços de sociabilidade quanto pelo acesso ao mercado, a diversos instrumentos de políticas públicas, a valores “urbanos”, etc.).

De qualquer forma, também é necessário lançar um olhar “multidimensional” sobre todos estes processos envolvendo as trajetórias de mudança no rural e na comunidade, as políticas públicas e a reprodução da agricultura familiar. Não raro, em estudos como a que aqui empreendemos, vamos nos defrontar com análises (e olhares) antagônicas dos mesmos processos. Em Santo Amaro, os exemplos são elucidativos.

No que trata das políticas públicas em quaisquer níveis (Federal, Estadual, Regional ou Municipal), salientou-se repetidas vezes a forma como as mudanças na relação sociedade e natureza e no olhar sobre o mundo rural foram se refletindo nos objetivos dos principais instrumentos aqui analisados. Quer se trate do PRONAF, do Paraná 12 meses, das políticas regionais da COMEC, ou daquelas do município de Mandirituba, identificamos que todas elas buscam incorporar novos valores e objetivos, relacionados às questões ambientais, à preservação do meio ambiente. Por exemplo, a Lei No. 61, que trata da política municipal do meio ambiente de Mandirituba traz uma interessante relação do meio ambiente urbano e rural com um “patrimônio” a ser protegido e cita dentre os seus objetivos:

*“I. Manutenção do equilíbrio ecológico do meio ambiente urbano e rural, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida da população e a proteção do **patrimônio** (grifo do autor) natural, histórico, étnico e cultural;*

*(...);*

*IV. Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, 1995, pg.1).*

Seria de se esperar que estes novos valores e objetivos associados à política ambiental mais restritiva, deveriam induzir à adoção de novas práticas, menos poluidoras e mais sustentáveis. Mesmo porque a tensão e o conflito que se apresenta na relação dos agricultores com as restrições ambientais foi reiteradamente destacada.

Contudo, o que se observou na comunidade de Santo Amaro é que a política ambiental se expressa muito mais no aspecto da preservação da floresta e dos animais silvestres do que na questão da água, que é um fator tão caro nos quadros da RMC. Já frisamos que não se identificaram ações no sentido de reduzir efetivamente a emissão de poluentes oriundos da produção agropecuária ou das unidades de lavagem e seleção de produtos (as “lavadeiras”), apesar do seu impacto na questão da água, que transparece na própria avaliação dos agricultores: o volume da água das nascentes diminuiu para 32,5% deles; o volume de água nos rios e córregos diminuiu para 42,5%; a qualidade da água nos córregos e rios diminuiu para 42,5%. Por outro lado, esta visão “florestal” da política ambiental se expressa no aumento da área de mato e floresta (que aumentou na leitura de 30% dos entrevistados) e na quantidade de pássaros (que aumentou segundo 62,5% dos entrevistados) e animais silvestres (que também aumentou para 52,5% deles).

No mais, vale apontar a própria visão “relativa” dos agricultores sobre os benefícios das mudanças ocorridas na comunidade. São apontados aspectos negativos das mudanças, alguns marcados pelas alterações nos hábitos ou o aumento da insegurança e outros pelo incremento populacional na comunidade, relacionada à chegada dos “chacreiros”<sup>23</sup>. Como destaca o

---

<sup>23</sup> Os “chacreiros” são os moradores das chácaras que estão aumentando na comunidade e, em geral, são propriedades de pessoas que moram na cidade e as utilizam apenas nos finais de semana, para o descanso e o lazer.

ENTREVISTADO 03 que *“o povo trabalha mais, hoje tem uma vida mais agitada, antigamente era mais calmo, as pessoas tomavam chimarrão com os vizinhos, hoje é só correria”*.

### **6.3 Tão perto, tão longe: o rural profundo<sup>24</sup> e a pluriatividade<sup>25</sup> da agricultura familiar na comunidade de Postinho (Tijucas do Sul - Paraná)**

#### **6.3.1 O município e a Comunidade**

O município de Tijucas do Sul, distante a menos de 50 Km da capital Curitiba, possui uma população total de 12,2 mil pessoas, sendo que 1,8 mil (15%) reside na zona urbana e 10,4 mil (85%) no meio rural. Consiste num município essencialmente rural, sendo inclusive enquadrado pela COMEC no Segundo Anel Metropolitano, entendido como aqueles municípios que apresentam baixa integração com a metrópole. O crescimento anual médio da população de Tijucas do Sul na última década do século passado foi positivo, tanto para o meio urbano (4,3%) quanto para o meio rural (1,7%).

A ocupação do território onde se localiza Tijucas do Sul data do século XVII, segundo PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL (2002). A busca do ouro que se empreendeu na região acabou deslocando a população itinerante em direção ao lado sul de Curitiba e aos Campos Gerais, formando as “Paragens Campesinas” (IDEM, pg.6). Estas “paragens campesinas” deram origem à criação da Vila de Campo dos Ambrósios (originária do atual município de Tijucas do Sul) e São José, ambas situadas depois de Curitiba, em direção à Serra do Mar.

No século XVII, auge do ciclo da mineração no Sudeste do Brasil, foi aberto um caminho (o “Caminho dos Ambrósios”) que fazia a ligação São José - Ambrósios e o lado sul pela Serra do Mar e este passou a ser referência para os tropeiros que vinham do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina rumo a Curitiba e a São Paulo (IDEM, 2002). A Freguesia dos Ambrósios, criada em

---

<sup>24</sup> A expressão “rural profundo” é uma das tipologias utilizada para identificar um espaço onde mais de 70% da população é agrícola e conhece um forte declínio demográfico, além de perda de vitalidade (KAUSER, 1990) e é aqui empregada pela similaridade do espaço rural em questão.

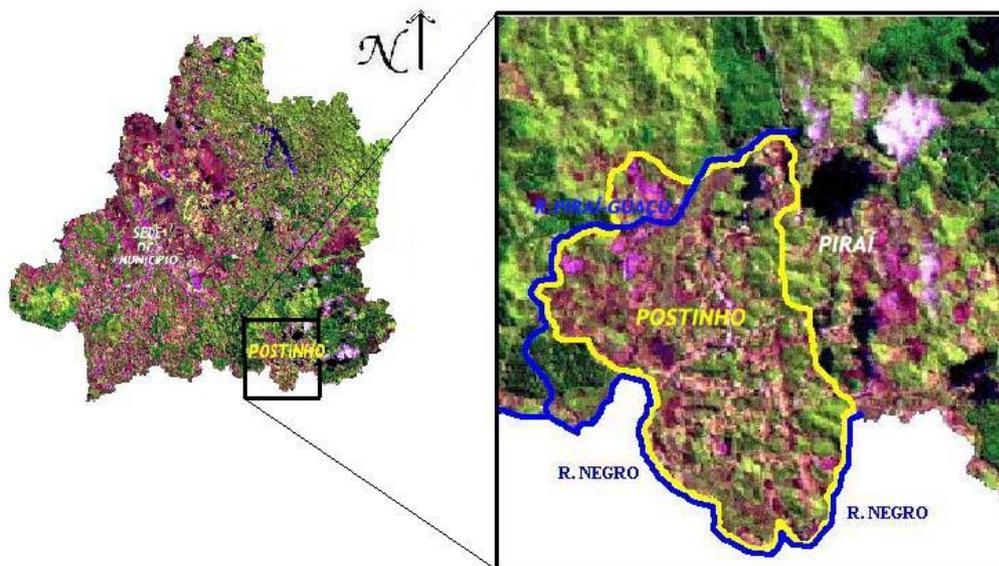
<sup>25</sup> A pluriatividade refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma família (SCHNEIDER, 2003) o que, a rigor, consiste na realidade de todas as comunidades estudadas, à diferença de que em Postinho, ela é central nas estratégias de reprodução das famílias.

1882 foi a primeira de uma série de outras aglomerações (incluindo aquela que atualmente é a sede do município) que foram surgindo no território do atual município de Tijucas do Sul, cuja emancipação política se deu somente 1951.

RENK (2000) aponta que, diferente das experiências européias de aldeias camponesas, no Sul do Brasil a rede de vizinhança presente nas chamadas “linhas” que por vezes consistem pequenos núcleos não necessariamente geográficos, mas socialmente aglutinados, garantem o espaço de sociabilidade. Como bem lembra a autora, estes espaços, em geral, se constituíram em torno de equipamentos comunitários como escolas ou capelas. No caso da comunidade de Postinho, a rede de vizinhança que garante o espaço de sociabilidade se constituiu em torno de um posto de fiscalização, o “postinho”.

A história da comunidade está relacionada ao caminho dos Ambrósios e ao movimento dos tropeiros na região. Situada na rota do caminho dos Ambrósios, aos pés da Serra do Quiriri, divisa com o Estado de Santa Catarina, a comunidade herdou seu nome de um antigo posto de fiscalização de fronteira. Atualmente, a estrada que liga a sede de Tijucas do Sul com a comunidade de Postinho é, em parte, a mesma que formava o “Caminho dos Ambrósios”.

A comunidade Postinho esta localizada no extremo sul do município de Tijucas do Sul e a sudeste da sede do município. Á leste, limita-se com a comunidade de Piraí e ao sul com a comunidade Rodeio no Estado de Santa Catarina, cuja divisa é definida pelo rio Negro. À oeste seu limite é o rio Piraí-guaçú, rio que se estende por toda a porção norte da comunidade, porção na qual o limite é definido pelas áreas de reflorestamento existentes (Figura 18).



*Figura 18 - Localização da comunidade de Postinho no município de Tijucas do Sul.*

A estrutura fundiária do município de Tijucas do Sul mostra a predominância das pequenas propriedades, mas se diferencia dos outros dois estudados pela concentração da terra. Os dados do INCRA/MDA (2006) indicam a existência de 1718 estabelecimentos agropecuários no município e 82% destes se situam nos estratos com até 25 hectares, mas a soma da área destes pequenos estabelecimentos representa apenas 13,3% da área total. Por seu lado, os estabelecimentos com mais de 200 hectares, que equivalem a apenas 2,7% do total dos estabelecimentos no município, detém 68,2% da área total.

No município destaca-se também a cobertura florestal, que chega a 85% da área total do município e a presença de duas áreas de proteção ambiental (APA). A APA de Guaratuba, uma

das mais importantes da RMC, ocupa 17000 hectares de Tijucas do Sul, além de áreas de seis municípios desde o litoral (Guaratuba, Morretes, Matinhos e Paranaguá) até o alto da Serra do Mar (Tijucas do Sul e São José dos Pinhais), perfazendo uma área total de quase 200 mil hectares. Além desta, existe ainda uma APA municipal com 8000 hectares.

O relevo do município pode ser dividido em dois grandes domínios. O Primeiro domínio consiste na chamada de “várzea”, que é plana e ocupa de 30 a 40% do território de Tijucas do Sul, onde se localizam as grandes propriedades, os haras e as muitas chácaras de propriedade de pessoas que moram em outros municípios da RMC, principalmente Curitiba (Pesquisa com informantes da Prefeitura Municipal e EMATER). O segundo é a região montanhosa, onde se encontram predominantemente as pequenas propriedades e a agricultura familiar “tradicional” (Idem). Por sinal, a Serra do Mar, o relevo bastante acentuado e a vasta cobertura florestal são características marcantes do município, assim como da comunidade rural de Postinho (Figura 19).



Figura 19 – Estrada de acesso e vista Geral da Comunidade de Postinho

Os números não são precisos, mas informações da Prefeitura Municipal e dos próprios moradores indicam que a comunidade conta com aproximadamente 100 famílias, totalizando uns 500 habitantes. A própria prefeitura municipal aponta que a área territorial da mesma é grande, que o acesso à comunidade e às propriedades é precário e que ali existe uma população “móvel”, em função do trabalho temporário contratado pelas madeireiras (empresas de reflorestamento que atuam na região), o que dificulta uma estimativa mais correta do contingente populacional local.

Na parte central da comunidade (Figura 20), onde vivem em torno de 50 ou 60 famílias, encontra-se uma pequena estrutura de comércio, serviços e lazer (mercearias, bares, escola de ensino fundamental (1<sup>a</sup>. a 4<sup>a</sup>. séries), posto de saúde (com atendimento uma vez por semana), igrejas, canchas de bochas, campo de futebol, etc.) que atende às demandas da própria comunidade, visto que a sede do município fica a aproximadamente 25 Km, em estrada de terra. Além da parcela da população que se ocupa destas atividades, segundo informantes da própria comunidade (trabalhadoras da Escola Municipal local), existem ainda na comunidade “*em torno de 50 famílias muito pobres, que vieram de fora*”, (agricultores sem terra?), que sobrevivem basicamente com recursos oriundos de programas sociais, “*trabalhando na Comflorestas e fazendo bicos*”<sup>26</sup>.(Entrevistada da Escola Municipal).

A carência de dados sobre o município é enorme, mas segundo os informantes da Prefeitura Municipal (Prefeito municipal, Responsável pela Divisão Agropecuária) e técnicos da EMATER, a atividade agropecuária, apesar de pouco diversificada, é a mais representativa no município. Os mesmos apontam que esta atividade, em Tijucas do Sul, se baseia na produção de milho, feijão, fumo, batata inglesa, avicultura e bovinocultura de corte. De fato, os dados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE (Quadro 8) apontam que a produção agrícola de Tijucas do Sul está concentrada em poucos produtos. Desde 1990, apenas quatro produtos (milho, feijão, fumo e batata-inglesa) respondem pela quase totalidade do valor da produção municipal. Inclusive,

---

<sup>26</sup> A Comflorestas é uma empresa de reflorestamento que opera na comunidade e na região; o “bico” é uma expressão utilizada para identificar a realização de pequenos trabalhos remunerados esporádicos (na agricultura, na construção de casas e galpões, na produção de carvão, etc.).

verifica-se que no ano de 2004, milho e feijão representam quase 80% do valor da produção agrícola do município.

*Quadro 8 - Participação dos principais produtos da lavoura temporária em Tijucas do Sul (1990, 2000 e 2004)*

<b>Produto</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>(em %)</b>
Batata-inglesa	29,51	6,60	2,37	
Feijão	12,11	14,63	16,76	
Fumo	18,23	28,95	20,08	
Milho	34,26	47,83	58,46	
<b>% do grupo no total das lavouras temporárias</b>	<b>94,11</b>	<b>98,01</b>	<b>97,67</b>	

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2006)

A despeito da importância da agropecuária no município e das muitas demandas oriundas do rural local, destacada pelos informantes, Tijucas do Sul não conta com uma secretaria municipal de agricultura; apenas com uma “divisão agropecuária”, que não possui nenhum corpo técnico além do próprio chefe da divisão. Da mesma forma, a estrutura de pessoal no escritório da EMATER local resume-se a dois técnicos. Ao contrário do que se verificou em Santo Amaro, a fragilidade da estrutura institucional voltada ao agrícola e ao rural no município é diametralmente oposta.



*Figura 20 – Vista parcial da rua principal da comunidade de Postinho*

No que tange às políticas públicas municipais para a agricultura e o rural, não foram citadas quaisquer políticas ou programas que estejam efetivamente sendo executadas, à exceção do programa “Patrulha Mecanizada”, que atua na manutenção e melhoria das estradas do município e que, evidentemente, também beneficia o meio rural. Os informantes do poder público local, bem como os representantes da EMATER apenas apontaram ações pontuais ou possibilidades para o rural municipal, como o turismo rural e a produção agroecológica ou a necessidade de diversificação da produção. No que trata do turismo rural, foi destacado o “*potencial turístico*” existente graças ao histórico “Caminho dos Ambrósios”, à Serra do Mar e à vasta cobertura florestal, à existência de saltos e cachoeiras, etc. (Chefe da Divisão Agropecuária). Junto à EMATER, verificou-se a existência de uma ação de mobilização envolvendo 12 agricultores cujo objetivo é a formação de uma associação de produtores agroecológicos, sendo que nenhum deles pertence à comunidade de Postinho. Não existia Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

(CMDR) no município à época da realização da pesquisa e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) existia, mas era “*pouco atuante*” (Idem).

Em relação ao PRONAF, os dados referentes à contratação de crédito entre 2000 e 2004 são apresentados no Quadro 9, a seguir. Embora o número de contratos e o montante do crédito obtido até 2002 sejam maiores em comparação ao verificado em São José dos Pinhais, observa-se que tanto o número de contratos quanto o valor contratado não tem se elevado. Num universo de 1288 estabelecimentos agropecuários, números como os 223 contratos de crédito e os 03 contratos de Investimento realizados em 2004 são reveladores; ao invés de se expandir, os recursos do PRONAF estão minguando no município.

*Quadro 9 – Número de contratos e montante de crédito rural do PRONAF em Tijucas do Sula 2000-2004*

Ano	Custeio		Investimento		Total R\$
	No. Contratos	Montante R\$	No. Contratos	Montante R\$	
2000	198	313.826,63	24	87.440,62	401.267,25
2001	178	474.761,32	82	425.021,65	899.782,97
2002	300	520.303,25	41	249.029,00	769.332,25
2003	240	602.495,88	6	44.452,56	646.948,44
2004	223	659.770,03	3	38.118,40	697.888,43

Fonte: Secretaria Nacional da Agricultura Familiar - MDA (2005)

Na comunidade de Postinho, das 32 famílias pesquisadas, apenas 07 famílias (21,87% do total) acessaram crédito do PRONAF desde 1997 e todas elas contrataram apenas crédito para custeio. Vários agricultores apontam que já tentaram o PRONAF, mas ainda não conseguiram. Na explicação de técnicos da EMATER do município, vários agricultores de Postinho têm problemas de documentação da terra ou restrições para acessar o crédito, por isto a dificuldade de contratá-lo.

A fonte de financiamento mais identificada na pesquisa foi a indústria fumageira, que disponibilizou os recursos contratados por 08 famílias (25% do total). Neste caso, os recursos foram destinados a investimento (para 04 famílias) e ao custeio (para outras 04 famílias). A

relação dos agricultores com as fumageiras se mostra, em geral, bastante ambígua. Por exemplo, o ENTREVISTADO 48 diz que *“as empresas do fumo ajudaram a comunidade”*. Sua esposa, ao contrário, destaca a falta de alternativa e a fragilidade da relação com a fumageira: *“se não planta fumo, não tem o que fazer. Se tem quebra (na safra) o seguro paga apenas a empresa, a gente não tem dinheiro nem pra comida”*. Mas, em geral, a entrada na produção de fumo, é vista como a única alternativa econômica possível diante da realidade local.

Em Postinho, identificou-se também a presença do Programa Paraná 12 meses que foi acessado pelos agricultores locais, num total de 05 contratantes, todos eles para a realização de melhorias nas casas (sendo que destes, dois contratantes utilizaram parte do recurso do programa também para a aquisição de calcário). Como este é um programa que tem como principal objetivo a redução da pobreza no meio rural, é compreensível a sua ação na comunidade, cujas condições sociais e econômicas (analisadas detalhadamente adiante) são verdadeiramente precárias. Contudo, observou-se um aspecto curioso quanto ao processo de liberação e contratação do mesmo na comunidade que é permeado de disputas e tensão. O ENTREVISTADO 46, ao ser questionado sobre o programa, salienta que não recebe recursos do mesmo embora se identifique como um dos mais pobres da comunidade e justifica: *“o povo favorece os parentes”*. Outra agricultora, que recebeu recursos do programa há *“04 ou 05 anos”*, diz que *“hoje virou uma bagunça! Falta um cabeça pra organizar e ver mesmo o que precisa”*.

Em termos gerais, é muito difícil traçar um perfil das mudanças e da evolução histórica da agropecuária municipal, mesmo com o auxílio dos informantes locais. Os dados secundários não são muito reveladores de possíveis tendências (a não ser da “permanência”) e ao que parece, também pelas entrevistas realizadas, os sistemas de produção existentes no município não se alteraram significativamente nas últimas décadas. Na comunidade, o quadro parece se mostrar um pouco mais claro porque as entrevistas são pródigas em reafirmar que a estrutura produtiva da agropecuária de Postinho sofreu pouca alteração nas últimas duas ou três décadas. A única exceção relevante é feita à cultura do fumo que está se ampliando rapidamente nos dois ou três anos. Como iremos ver adiante, num cenário como este, um lugar de destaque deve ser dado à diversidade das estratégias familiares para garantir sua reprodução.

Ainda no âmbito municipal, podemos observar que até mesmo os dados de produtividade das culturas, que poderiam ser ilustrativos de mudanças e de aperfeiçoamento técnico, precisam ser analisados com parcimônia. Vejamos o porquê. Os dados apresentados no Quadro 10, abaixo, mostram que a produtividade das principais lavouras no município se elevou em uma década e meia (1990 a 2004). Entretanto, tais dados não expressam uma realidade de alta concentração da produção em poucos produtos, conforme mostramos anteriormente (Quadro 8). Ou seja, os dados de evolução da produtividade das lavouras precisam ser confrontados com os dados do Quadro 8, que indicam que a batata-inglesa perdeu importância econômica nos últimos anos, que cebola e tomate não possuem participação expressiva na produção municipal e que, sozinhos, o milho e o fumo respondem por 4/5 da produção das lavouras temporárias de Tijucas do Sul. Em outras palavras, um quadro de fragilidade da atividade agrícola que dados referentes ao rendimento ou à evolução dos valores monetários da produção podem mascarar.

*Quadro 10 – Rendimento médio dos principais produtos da lavoura temporária em Tijucas do Sul (1990, 1995, 2000 e 2004*

Produto	(Kg por hectare)				Variação 1990-2004 (%)
	1990	1995	2000	2004	
Batata-inglesa	11.142	12.513	14.969	17.036	65,40
Cebola	4.000	7.500	9.000	11.000	36,36
Feijão	490	619	934	1.558	31,45
Fumo	1.414	1.600	2.100	1.949	72,55
Mandioca	11.600	10.000	12.200	13.125	88,38
Milho	1.920	2.200	2.800	4.760	40,34
Tomate	36.000	26.000	40.500	-	88,89

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2006)

Por último e não menos importante, é preciso destacar a dimensão ambiental deste cenário desenhado a respeito da comunidade. Este é, provavelmente, um dos aspectos mais marcantes da relação da população local com as diversas esferas públicas. Novamente, como de resto nas outras duas comunidades, não se trata de uma relação estabelecida através do acesso à política ambiental que pode se dar através do acesso a recursos e informações que viabilizem mudanças de práticas, por exemplo. Ao contrário, em Postinho, a relação com esta política vai se

estabelecer através de conflito (“práticas tradicionais” versus exigências visando à preservação do meio ambiente) e tensão. Tensão que se explicitou, inclusive, em várias situações no momento de abordagem dos agricultores (na realização da pesquisa de campo), quando os mesmos interrogavam prontamente se o pesquisador era do IBAMA, do IAP, do Governo. Também a este ponto dedicar-se-á um olhar mais cuidadoso no Item 6.3.5.

### **6.3.2 A Família e a Moradia**

Dentre as 32 famílias entrevistadas em Postinho, identificou-se que 18 famílias (56,3% do total) vivem há mais de 20 anos na comunidade. Observa-se que existe um maior movimento populacional nesta comunidade do que o verificado nas outras duas; em Postinho, 12,5% dos agricultores entrevistados moram há menos de 05 anos na comunidade, contra 2,5% em Santo Amaro e nenhum em Colônia Mergulhão.

Da mesma forma que na comunidade de Santo Amaro, a comunidade de Postinho é formada principalmente por descendentes de caboclos (brasileiros), que representam 71,9% dos responsáveis pelos estabelecimentos; o segundo grupo mais representativo é o polonês, com 21,9%. Nesta comunidade, também a maioria dos cônjuges se identifica como descendentes de brasileiros (81,3%) e, em segundo lugar, de poloneses (21,9%).

As 32 famílias comportam um total de 135 pessoas, o que perfaz uma média de 4,21 membros por família. A população infantil de Postinho é a maior dentre as três comunidades; 24,5% da população incluída na pesquisa possuem menos de 14 anos, contra 19,1% em Santo Amaro e 17% em Colônia Mergulhão. A população acima de 60 anos representa 5,2% do total, a menor participação dentre às três.

Chama a atenção em Postinho que há participação majoritária do sexo masculino dentre as famílias pesquisadas; eles representam 60,7% do total, contra 39,3% do sexo feminino o que nos

remete para alguns debates sobre a “masculinização” do campo, embora se trate de uma situação identificada *a posteriori* do trabalho de campo. Alguns estudos, como o de ABRAMOVAY et al. (1998), realizados na região Oeste de Santa Catarina, problematizam a questão da saída das moças e da permanência dos rapazes no meio rural da região ou ainda o de WOORTMANN (1995) e RENK (2000) tratam dos padrões de herança, que fogem do objetivo de nosso estudo. Contudo, cabe destacar que, muitas vezes, a permanência se dá em função das exigências que a atividade (e a própria família) impõe aos rapazes para que assumam, mesmo que em princípio parcialmente, a condução dos rumos da propriedade. Já a saída das moças pode estar associada a uma série de fatores, como aquelas ligadas a questões de gênero e aos padrões de herança ou mesmo à busca de alternativas de trabalho assalariado fora da propriedade – já que por vezes o trabalho masculino é privilegiado em detrimento do feminino, visto como “ajuda”<sup>27</sup> - que acabam se constituindo um “caminho sem volta”.

A escolaridade média nas famílias é baixa; 8,15% dos membros das famílias são analfabetos e 51,11% possuem apenas entre a 1<sup>a</sup>. e 4<sup>a</sup>. séries. Quanto aos responsáveis pelos estabelecimentos, a situação não é diferente: 9,4% são analfabetos e 62,5% possuem entre a 1<sup>a</sup>. e a 4<sup>a</sup>. séries do ensino fundamental.

As residências das famílias possuem, em média, 59,6 metros quadrados o que representa a menor média dentre as três comunidades. A maior parte compõe-se de residências mistas (43,8%) e de residências de madeira (37,5%). Ao avaliar as condições de suas próprias moradias, somente 18,8% dos agricultores a avaliaram como “boa”, 37,5% como “razoável”, 15,6% como “precária” e 28,1% não quiseram responder. Em termos gerais, também se identifica que as condições de moradia na comunidade de Postinho são piores do que nas demais. Nesta encontramos o maior percentual de famílias que contam com banheiros externos (privadas), totalizando 43,8% do total, além da inexistência de rede de telefonia na comunidade. O acesso a este serviço se dá apenas através de um telefone público que existe no núcleo central da comunidade. A maioria possui rede elétrica (90,63%), mas, 15,6% não possui televisão e 31,2% não possui geladeira.

---

<sup>27</sup> na pesquisa de campo, com frequência as mulheres agricultora se identificavam como tal, apontando que sua ocupação principal era a de “dona de casa” e que “ajudam” nas atividades agrícolas.

A comunidade não conta com transporte coletivo público, apenas transporte privado. Esporadicamente, a população se utiliza do transporte escolar para a locomoção. A utilização de transporte própria é reduzida, visto que apenas 37,5% das famílias possuem automóveis.

A participação social em Postinho, como de resto nas demais comunidades, se dá principalmente através da igreja; 87,5% das famílias apontam este tipo de participação. Quanto ao STR, 3 famílias afirmaram estar filiados ao mesmo. Quanto à participação em algum tipo de cargo diretivo, igualmente a igreja é o local onde ocorre maior participação; 03 famílias apontam ter algum cargo na igreja (9,4% do total). Em relação à Santo Amaro e Colônia Mergulhão, mais uma vez se percebe que Postinho se encontra em pior condição.

A sociabilidade local se dá em geral nos eventos realizados nas igrejas (são 05 igrejas protestantes e 01 católica na comunidade), nos jogos de futebol que acontecem nos finais de semana no núcleo central da comunidade e nas festas religiosas, cujo destaque é a Festa de Nossa Senhora de Fátima, que ocorre no mês de maio.

### **6.3.3 A Propriedade**

Em Postinho, a área média das propriedades pesquisadas é de 10,07 hectares. A grande maioria identifica que explora a terra na condição de proprietários (95,75%). Entretanto, quase 1/3 das famílias reconhece que está na condição de posseiros, sem nenhuma documentação da terra. Este é um ponto, inclusive, que foi evidenciado à ocasião das entrevistas realizadas junto aos representantes do poder público municipal, que consideram a questão da regularização fundiária como uma das mais importantes na comunidade.

As propriedades utilizam, em média, 28,54% da área para as lavouras temporárias e não houve registros quanto a lavouras permanentes. Neste quesito, o que mais chama a atenção em Postinho é o percentual da área dos estabelecimentos com mata nativa (31,65%) e com mata plantada (10,59%) que, somadas, chegam a 42,24% da área total dos estabelecimentos. Igualmente é expressiva a área de pastagens nativas (19,69%) que se compõe principalmente de áreas onde existem resíduos da floresta nativa associada à presença de gramíneas, utilizadas como pastagens.

Em Postinho, 90,6% dos entrevistados afirmam que suas propriedades apresentam faixas de terra com diferentes fertilidades ou diferentes tipos de solo. O relevo acentuado é outro aspecto destacado pelos agricultores; 84,4% deles apontam a presença de áreas quebradas em suas propriedades. Na mesma linha, 31,1% deles indicam a presença de processos erosivos em seus estabelecimentos. Apesar da fragilidade do relevo para o desenvolvimento da agricultura, apenas 15,6% utilizam curvas de nível e 18,8% adotam o plantio direto.

O nível tecnológico das propriedades em Postinho é, de longe, o menor entre as três comunidades. Provavelmente em decorrência do relevo, a utilização de tratores (3,1% das propriedades pesquisadas), grade (21,9%), motor (25%) ou plantadeiras (6,3%) é a menor verificada. Em relação a outros insumos, a exceção fica por conta do fumo, que utiliza amplamente o recurso dos inseticidas (empregado por 90% dos produtores desta lavoura), fungicidas (90% dos mesmos) e herbicidas (80%).

#### **6.3.4 A O Trabalho e a Produção**

A análise dos dados relacionados à produção em Postinho mostra de início, apenas um produto de relevância na produção voltada ao mercado: o fumo, que é produzido em 10 propriedades dentre as pesquisadas. Contudo, as culturas mais presentes nas propriedades são: o feijão (produzido em 93,75% das propriedades), o milho (em 90,62%) e a mandioca (em 56,25%). Estas, contudo, são

destinadas prioritariamente ao consumo doméstico; apenas 05 famílias apontaram a venda parcial da produção de feijão, 04 famílias igualmente apontaram a venda esporádica de milho e 01 a venda de mandioca. Além destes, foram citados um grupo representativo de culturas (couve, cheiro verde, repolho, alface, batata-inglesa, beterraba, inhame, cebola, tomate, alho, batata-doce e cenoura), todos presentes em pelo menos ¼ das propriedades e que compõem somente o rol de produtos de consumo da família.

A produção pecuária se concentra na criação de aves (desenvolvida em 28 das 32 propriedades) e, em segundo lugar, na de suínos (presente em 11 propriedades). Ambas são igualmente destinadas ao consumo doméstico; 78,12% da criação de frangos se destinam exclusivamente a esta finalidade bem como 72,72% da criação de suínos.

Como de regra em estabelecimentos familiares, todas as famílias de Postinho contam com a mão-de-obra familiar para realizar a produção. As entrevistas revelam que 82,24% da população pesquisada (107 pessoas) se ocupa da atividade agrícola, seja como ocupação principal, seja como ocupação secundária. Este dado permite algumas inferências interessantes à respeito da dinâmica interna das propriedades e da forma como as famílias organizam sua produção (fazem seus “cálculos” de braços) e a ele voltaremos no próximo ponto do trabalho (Item 6.3.5). Além do trabalho familiar, um número expressivo das famílias utiliza a contratação de empregados temporários (46,9% delas) e, principalmente, a troca de dias (56,3%).

### **6.3.5 Políticas Públicas e Reprodução da agricultura familiar na Comunidade de Postinho**

Tratar da reprodução da agricultura familiar na comunidade de Postinho é, sobretudo, tratar da falta de políticas públicas e das estratégias compensatórias adotadas pelas famílias agricultoras para garantir a sua sobrevivência. Ela não se assemelha nem à trajetória verificada na Colônia Mergulhão, nem aquela de Santo Amaro. É diferente do que verificamos na Colônia Mergulhão

onde, mesmo diante da falta de políticas públicas a agricultura familiar conseguiu garantir sua reprodução e a melhoria das suas condições de produção e de vida. E também é diferente daquela de Santo Amaro, onde as profundas transformações foram alicerçadas por uma intensa ação pública.

As entrevistas realizadas indicam que as mudanças ocorridas na comunidade nas últimas décadas foram inexpressivas no que trata da modernização dos sistemas de produção e da forma como a produção é viabilizada no âmbito do estabelecimento familiar. Embora a comunidade tenha se constituído, historicamente, com base nem faxinais (da mesma forma que em Santo Amaro), o fim deste sistema (segundo os agricultores também por exigências da saúde pública) não repercutiu na adoção de um sistema de produção mais moderno no sentido do aumento da utilização de novos insumos e tecnologias. Pelo contrário, a produção de grãos se manteve na forma tradicional, combinada com a produção de pequenos animais. Esta última é que passou a ser desenvolvida não mais nos espaços coletivos dos faxinais e sim dentro das propriedades, de forma privada.

As transformações mais importantes ali identificadas se deram no ambiente externo à propriedade e à produção e algumas delas passaram a compor o reduzido rol de possibilidades de desenvolvimento das unidades familiares em questão. Dentre estas transformações, dois grupos merecem destaque: o primeiro está ligado à atuação de empresas privadas (envolvendo a ação de uma empresa reflorestadora e de uma empresa fumageira) e o segundo, à atuação pública (incluindo o aumento da fiscalização ambiental, a expansão das aposentadorias e da política de assistência social na comunidade). Os dois casos vão ter impacto nas estratégias de reprodução das famílias. Analisemos detalhadamente.

A atuação das empresas privadas resulta, indistintamente, uma relação de proximidade e distanciamento com os agricultores. A madeireira (às vezes identificada simplesmente como “*a firma*”) certamente representa uma das referências mais importantes nas estratégias familiares com vista à manutenção das mesmas. Também é uma referência visual na comunidade (Figura 21). A informante da escola local faz questão de ressaltar que “*é difícil uma família que não tem*

*ninguém trabalhando na Comflorestas*”. Pode parecer exagero, mas esta é a realidade das famílias pesquisadas. Nada menos do que 65,62% das famílias possui pelo menos um membro familiar trabalhando nesta atividade. O trabalho ali desenvolvido se dá de duas formas: a contratação de trabalho temporário (o trabalho por “empreita” para o plantio ou o corte do pinus) ou a contratação efetiva (o trabalho “fichado”, na linguagem dos moradores locais).



*Figura 21 – Vista da comunidade de Postinho com lavoura de fumo (primeiro plano) e plantação de pinus (ao fundo)*

O trabalho por “empreita” geralmente ocorre na entressafra, mas, em outros períodos do ano, também acontece e é combinado com o trabalho na propriedade. O trabalho “fichado” representa uma espécie de objetivo maior em algumas famílias. O ENTREVISTADO 72 ilustra bem o fato: *“Antes ele (filho) trabalhava por “empreita”. Agora ele tá fichado, ficou bem melhor!”* De fato, a contratação efetiva pela madeireira representa uma renda monetária regular que, caso contrário, só vem se concretizando na comunidade através das aposentadorias ou dos programas sociais do Governo. O trabalho “fichado”, entretanto, não inviabiliza o trabalho no próprio estabelecimento familiar, como ressaltam os ENTREVISTADO 70 e 71, ambos trabalhando como efetivos na madeireira, mas mantendo em suas propriedades a produção de feijão, milho, batata e até fumo, além de outros produtos voltados ao consumo familiar. A relação com a madeireira, entretanto, nem sempre é tranqüila. Foi destacado que, às vezes, até o equipamento de trabalho deve ser fornecido pelo trabalhador. De forma semelhante, a ENTREVISTADA 42 ressalta que *“piorou porque a “firma” só tem contratado gente de fora”*. Em outras ocasiões, o avanço da empresa ocupando áreas na comunidade é que se constitui alvo de críticas, expressas na avaliação de que o pinus “esquentou” o clima e, principalmente a temperatura e o volume de água dos riachos da comunidade: *“no pedaço de pinus, a água é mais quente, no de mata nativa, é mais fria”* (ENTREVISTADO 70); *“O pinus chupa a água do banhado”* (ENTREVISTADO 61); *“O pinus tá acabando com tudo, com os rios. O riacho vai secar, não tem mais alagamento, enchente”* (ENTREVISTADO 47).

Um depoimento belo e revelador foi dado pelo ENTREVISTADO 61, de 76 anos, fazendo referência ao reflorestamento com pinus na sua propriedade como forma de garantir uma renda futura, mas, destacando suas restrições a ele. Como a propriedade é tocada basicamente pelos filhos, ele destaca: *“eu falo pros filhos que é pra plantar (o pinus) nas áreas quebradas... Terra plana a gente tem que deixar pra “planta” (de alimentos); a gente não come madeira!”*. Infere-se nesta fala tanto uma preocupação de longo prazo (o futuro da família) quanto de curto prazo (*“a gente não come madeira”*...).

Quanto à empresa fumageira, a relação não é muito diferente. À época da realização da pesquisa, os informantes ressaltavam que o fumo estava entrando “forte” na comunidade. As entrevistas indicavam que no ano anterior (2003) eram 03 ou 04 produtores e naquele ano (2004), provavelmente seriam uns 15 produtores. De fato, os dados da pesquisa apontam a existência de 12 produtores de fumo integrados na comunidade. O plantio do fumo é associado à dependência da empresa, a um trabalho árduo e prejudicial à saúde, pela utilização de agrotóxicos. Questionados sobre o motivo da mudança em direção ao fumo, ressaltam que esta seria a única alternativa de renda por vários agricultores: “*se não planta fumo, não tem o que fazer*”, sentencia a esposa do ENTREVISTADO 48.

Apesar da presença de famílias de agricultores que contrataram o PRONAF e o Paraná 12 Meses, a atuação do setor público que chama mais atenção e motiva opiniões na comunidade se relaciona a outras três frentes de atuação: a previdência social, a assistência social e a política ambiental. A aposentadoria representa uma “tábua de salvação” em muitos casos. Os ENTREVISTADOS 58 e 72 ressaltam, respectivamente, como a aposentadoria alterou sua condição de vida: “*depois de aposentado, a vida melhorou*”; “*a aposentadoria ajudou bastante*”. Estas afirmações podem parecer óbvias, afinal, a aposentadoria parece consistir um objetivo para qualquer indivíduo após certa idade. Entretanto, nesta situação específica, ela ganha conotações importantes. Comparada com a Colônia Mergulhão, onde 59,1% das famílias entrevistadas (13 das 22 entrevistadas) possuem renda oriunda de aposentadorias e pensões, as 28,1% de famílias que possuem renda com a mesma origem poderiam passar despercebidas. Entretanto, a dimensão que a renda por aposentadoria assume é maior do que os números revelam. Em Mergulhão, a aposentadoria não se revelava uma situação digna de nota, digna de referências adicionais; em Postinho, ao contrário, sua importância é evidente e destacada nas entrevistas, seja pela sua obtenção, seja pela sua falta.

A outra frente de atuação do Estado que se destaca na comunidade são os programas sociais, envolvendo Bolsa Família, Bolsa Escola, Cesta Básica e outros benefícios. Esta fonte de renda está presente em 22% das famílias entrevistadas.

A terceira frente, a política ambiental, envolve uma relação extremamente complexa com as famílias agricultoras de Postinho. Segundo os informantes locais, a atividade carvoeira (produção de carvão em pequenos fornos construídos nas propriedades) é tradicional na comunidade; os “carvoeiros” fazem parte da própria história do Postinho. O problema central é que tal atividade implica no corte de árvores (às vezes, espécies nativas), o que está no centro da atividade de fiscalização dos órgãos ambientais (em especial o IAP e o IBAMA). Conforme já salientamos anteriormente, a relação com estes órgãos é permeada de muita tensão; as entrevistas, em várias ocasiões, só se desenvolviam após a constatação de que não se tratava de “gente” do IAP. Para os agricultores, o conflito se dá pela inviabilização de uma atividade que é importante por lhe fornecer renda monetária (o carvão) em prol de uma outra que não estaria no seu rol de “prioridades” imediatas (a preservação).

A despeito das informações que revelam a forte presença da fiscalização ambiental, o cenário das mudanças no que tange ao meio ambiente na comunidade é negativo. A maior parte dos agricultores que identificam alguma alteração nestes aspectos, o faz no sentido de apontar que, nos últimos vinte anos, a área de floresta diminuiu, o uso de insumos e agrotóxicos aumentou, o número de pássaros e animais silvestres diminuiu bem como a diversidade dos mesmos. Da mesma forma apontam que a fertilidade do solo, o volume e a qualidade da água dos córregos e nascentes está pior, se comparados a duas décadas atrás. Em síntese, um retrato bastante revelador, onde o conflito instalado entre a necessidade de preservação ambiental e a reprodução das famílias de agricultores em Postinho nos remete mais uma vez ao debate sobre o espaço rural enquanto espaço privado, que assume as vezes de espaço coletivo ou público. Mais que isto, nos remete às dúvidas inerentes à mediação necessária para a solução de conflitos desta “natureza”.

A esta altura da análise dos dados, cabe retomar as questões referentes às trajetórias de desenvolvimento e à reprodução social, a fim de deixar mais claros alguns aspectos da realidade observada em Postinho. Quanto às trajetórias de desenvolvimento, pudemos identificar que a maior parte dos elementos que anteriormente enumeramos para referenciar uma noção de “trajetória” não é identificada na comunidade. O resgate histórico, minimamente construído através da pesquisa, não permitiu identificar nem mudanças marcantes nos sistemas agrários e

produtivos. Atividades tradicionais como a produção de grãos, de carvão e a criação de pequenos animais se mantêm, mesmo que no caso da produção de carvão isto se desenvolva na ilegalidade. A cultura do fumo consiste numa mudança recente (não mais que duas safras) e não possibilita uma análise mais profunda das mudanças. Igualmente não se identificaram mudanças significativas no volume da produção, na produtividade ou na tecnologia. A exceção se verifica em relação a mão-de-obra, que diminuiu na visão da maioria dos agricultores, mas, a ela voltaremos adiante. O baixo acesso a alguns ativos e a recursos, embora tenhamos visto a ocorrência do PRONAF e do Paraná 12 meses, da mesma forma se observou para a minoria das famílias. Nestes termos, poderíamos sentenciar que a comunidade não se “desenvolveu”. Entretanto, esta afirmação depende, certamente, da forma como entendemos o desenvolvimento. Como não compreendemos o desenvolvimento de uma forma linear, que aponta um sentido único, podemos tornar a afirmação um pouco menos definitiva; à luz dos parâmetros utilizados para se efetuar uma análise das trajetórias de desenvolvimento, a comunidade pouco avançou.

De qualquer forma, podemos colocar o problema de outra forma. Apesar do baixo dinamismo e da falta de políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento da atividade agropecuária, de que forma aqueles agricultores garantiram pelo menos a sua permanência enquanto agricultores? Para contemplar este questionamento, é preciso retornar à discussão da reprodução social daquelas famílias.

A renda média das famílias é a mais baixa dentre as três comunidades; 34,4% delas possuem renda anual inferior a R\$ 5,0 mil, apesar da importante presença do trabalho assalariado agrícola e não agrícola fora do estabelecimento familiar, presente em 65,6% das famílias e do contingente que conta com aposentadorias e pensões e que integram os programas sociais destacados acima. Em verdade, tendo em vista a realidade local, todas estas fontes externas de renda compõem o rol de estratégias adotadas pelas famílias para viabilizar sua reprodução. Como destacamos anteriormente, aposentadorias e programas sociais representam referências marcantes no que se refere aos “projetos” (mesmo que possam representar uma “falta” de projetos) familiares. Igualmente entra neste grupo o trabalho na “firma” madeireira.

Como de regra em estabelecimentos familiares, todas as famílias de Postinho contam com a mão-de-obra familiar para realizar a produção. As entrevistas revelam que 82,24% da população pesquisada (107 pessoas) se ocupa da atividade agrícola, seja como ocupação principal, seja como ocupação secundária. Este dado permite algumas inferências interessantes à respeito da dinâmica interna das propriedades e da forma como as famílias organizam sua produção (fazem seus “cálculos” de braços). Este percentual (82,24%) equivale ao percentual da população do conjunto das famílias que se insere nas faixas de idade acima dos 11 anos. Em outras palavras, todos os membros familiares com idade acima de 11 anos, compõem a força de trabalho empregada nas propriedades. Obviamente que isto tem implicações adicionais no que tange aos projetos individuais (nos termos anteriormente discutidos), mas, nestes casos, as estratégias familiares parecem ser muito bem definidas; quem está apto trabalho, mesmo quando se trata das crianças.

Ao que tudo indica, a utilização deste contingente de mão de obra das crianças parece cumprir uma dupla tarefa: por um lado, garantir a produção interna à propriedade (sobretudo a produção de alimentos para o consumo doméstico) e, por outro (e ao mesmo tempo) viabilizar o trabalho externo (outros estabelecimentos, trabalho assalariado agrícola e não agrícola, etc.) dos membros adultos da família. Como vimos anteriormente, mesmo os trabalhadores efetivos da madeireira mantém a produção no estabelecimento. Pelo que se infere, a redução da mão de obra disponível em tempo integral (grande parte das famílias possui membros trabalhando fora da propriedade) é compensada pela utilização da mão de obra dos demais (incluindo as crianças), pela contratação de empregados temporários e pela troca de dias.

No que se refere à disponibilidade de mão de obra, um outro aspecto que se destacou na comunidade é a extinção de uma prática conhecida pelos agricultores locais como o “pixirum”. O “pixirum” consistia num tipo de mutirão, em que se juntava muita gente para a realização de atividades agrícolas ou não (auxílio na construção de casas ou galpões). Para vários agricultores entrevistados, o fim do “pixirum” foi identificado como uma das causas da diminuição da mão de obra disponível na propriedade.

Enfim, com aquela combinação de práticas, a família parece resolver os problemas ligados à sua reprodução no seu ciclo de curto prazo. Em relação às suas estratégias de longo prazo, a devolução intergeracional, é mais difícil ser afirmativo. Embora a maior parte dos agricultores tenha recebido pelo menos parte da terra como herança, vimos que a mobilidade da população é um fator ressaltado pelas entrevistas; 25% dos entrevistados residem há menos de 10 anos na comunidade e outros 12,5% entre 11 e 20 anos. Mesmo assim, em *todas as famílias que residem a menos de 20 anos na comunidade*, vários de seus componentes tinham como ocupação anterior principal ou secundária a atividade agrícola; ou seja, eram e são agricultores. Em outras palavras, para estas famílias que vivem a menos tempo em Postinho, se instalar ali já foi o resultado de estratégias para manter-se na condição de agricultor. Suas estratégias de reprodução implicaram em ocupar outras propriedades em outra localidade (Postinho). Para Postinho, o que se observa é que a reprodução das famílias tem sido viabilizada (ainda que de forma precária) pelo trabalho externo. Mesmo assim, a terra enquanto patrimônio familiar mantém importância central, como resume o depoimento de Seu Trajano (85 anos), morador do Postinho há mais de 40 anos: “antes a terra era dos outros, a gente não tinha gosto até comprar a terra da gente.”

#### **6.4 O Estado e as políticas de desenvolvimento rural em xeque: o rural produtor de bens públicos e bens privados**

A análise dos estudos de caso realizados nas três comunidades nos remete novamente às muitas faces (à heterogeneidade) do espaço rural da Região Metropolitana de Curitiba e ao nosso ver, reafirma uma idéia que perpassou todo o trabalho até aqui: a de que os instrumentos de política pública voltados ao desenvolvimento rural no país ainda não contemplam aspectos centrais de um desenvolvimento que inclua as múltiplas dimensões que ele se propõe a abarcar.

O rural da RMC é heterogêneo independente do enfoque que se queira observar. Assim o constatamos tanto em relação aos aspectos econômico-produtivos quanto sócio-culturais ou

geofísicos e ambientais. Em algumas situações, os estudos de caso nas comunidades apresentam tendências similares às trajetórias gerais da região mas, também evidenciaram indicadores importantes da heterogeneidade deste rural que, a priori, não haviam sido observados. Em consonância com a discussão apresentada nos aspectos metodológicos, nossas comunidades se mostraram de fato reveladoras de tendências mais gerais e persistem como um imenso potencial de penetração no conjunto da sociedade. Isto é verdade tanto para o rural peri-urbano de Mergulhão, quanto para o rural integrado ao mercado metropolitano de Santo Amaro ou o rural profundo de Postinho. Todos são, sem exceção, reveladores. E, ao que tudo indica, uma das revelações mais importantes derivada daquelas análises diz respeito ao conflito que se instala no âmbito das comunidades em relação à atuação do Estado e das políticas públicas que incidem nos espaços por elas compreendidos. Aqui vale ampliar o sentido do conflito; é conflito no sentido de divergência de interesses quando da realização das atividades produtivas dos agricultores, mas é também conflito quando da não viabilização das mesmas. Ou seja, é um conflito de interesses que se desenha quando o agricultor é proibido de realizar atividades às quais estava tradicionalmente habituado (a caça, a derrubada de árvores, a produção de carvão, etc.), mas também quando o Estado não é capaz de oferecer as condições sociais e econômicas mínimas como o faz em outros espaços (infraestrutura básica de saúde, educação, transporte, etc., políticas de estímulo à produção e à comercialização, dentre outros).

As conclusões mais interessantes que se pode tirar do olhar que lançamos sobre o rural, a sociedade e as políticas públicas (partes II, III e IV, deste trabalho) tratam das mudanças que vão se evidenciando em cada uma destas frentes quanto à incorporação dos elementos que compõem uma nova visão de desenvolvimento (mais amplos e compostos por várias dimensões), que, ao final do Capítulo 3, já havíamos problematizado na questão do desenvolvimento “sustentável”. No que trata da agricultura, vimos que esta nova visão do desenvolvimento incide diretamente no reconhecimento (seja ele explícito ou não) de novas “funções” da agricultura e dos espaços rurais. Das “funções” clássicas (produção de alimentos e matérias-primas, geração de divisas, etc.) estreitamente relacionadas à dimensão econômica, estes espaços passam a ser vistos e exigidos enquanto cumpridores de múltiplas “funções” (produtivas, mas também preservacionistas, sociais e culturais).

No âmbito da sociedade, as novas funções do agrícola e do rural se evidenciam no desejo de espaços preservados e de espaços a serem consumidos de diferentes formas (moradia, lazer, turismo). Ao optar pela moradia fora dos centros urbanos, o indivíduo está (implícita ou explicitamente) imputando àquele espaço tanto um valor concreto (é mais barato) quanto um valor simbólico (é mais tranquilo, a paisagem é mais bonita, a qualidade de vida é melhor, etc.). Igualmente o faz o indivíduo que apenas utiliza aqueles espaços esporadicamente, na forma de turismo e lazer. Ou seja, eles só representam espaços com esta finalidade *porque são diferenciados, porque envolvem estilo (um modo) de vida diferente* em relação ao urbano e que, por isto, são desejados como espaços de consumo na forma de turismo e lazer.

Quanto às políticas públicas, também vimos que vários instrumentos vêm tentando incorporar aos seus objetivos alguns dos elementos que compõem as múltiplas dimensões de um desenvolvimento mais sustentável, o que vem ocorrendo, sobretudo, nas políticas de desenvolvimento rural (casos do PRONAF e do Paraná 12 meses). Em outras palavras, estes movimentos de mudanças nas políticas públicas também trazem implícito o reconhecimento de outras “funções”, além da função produtiva.

Na verificação prática das implicações desse novo olhar da sociedade e das políticas públicas sobre os espaços rurais, via estudos de caso, as constatações são bem menos tranquilizadoras. Entretanto, isto não tem nada a ver com a constatação das múltiplas “funções” dos espaços rurais. Pelo contrário, a visão dos agricultores sobre as suas “funções” nos processos mais gerais de desenvolvimento da sociedade não se mostra de forma alguma contraditória frente à visão do restante da sociedade e àquela que se mostra na construção recente das políticas públicas para o rural. A importância da produção, assim como a preservação da natureza, de hábitos e culturas, de práticas, a manutenção de laços sociais, dentre outros, são absolutamente corriqueiras nas falas de muitos agricultores. Em verdade, é no campo da ação das políticas públicas que as divergências se sobressaem e os conflitos se acirram. E isto se dá não pelo “não reconhecimento” da diversidade de “funções” que a atividade agrícola pode cumprir e sim pelo “reconhecimento” de que, em alguns casos, (i) a ela não tem sido viabilizada nem mesmo a sua “função” mais

clássica de *produzir* e, em outros, (ii) *produzir* representa instaurar um conflito com as outras “funções” a ela delegadas. É claro que ao tratarmos da produção (o *produzir*) no contexto dos estudos de caso realizados, estamos falando da produção tal qual ela se desenvolve, em termos absolutamente tradicionais (no sentido de uma produção moderna que utiliza insumos e técnicas próprias da agropecuária atual) porque exemplos como produção agroecológica ou orgânica não representam a realidade das comunidades estudadas. Em suma, os instrumentos de políticas públicas estão sendo colocados em xeque tanto por não terem sido capazes de viabilizar a produção e a reprodução do conjunto dos agricultores familiares em questão, quanto por estabelecer empecilhos à continuidade da produção e da reprodução de grupos de agricultores que conseguiram se inserir nos padrões da agricultura moderna.

Ora, se a sociedade muda sua visão do mundo rural, se as políticas públicas vêm apontando no sentido de uma visão multifuncional do mesmo e se os próprios atores privilegiados da questão (os agricultores) reconhecem a diversidade de funções que sua atividade desempenha no conjunto da sociedade, onde está o problema? Por que as políticas que visam o desenvolvimento rural não dão conta destes diversos aspectos? Por que se estabelecem tantas situações de tensão e conflito a partir de instrumentos de políticas públicas que deveriam retratar um conjunto de aspirações sociais? Para buscar respostas a tais perguntas, precisamos fazer um caminho de volta às origens e entender os processos que deram origem à construção das políticas agrícolas e rurais com os contornos que elas têm atualmente.

Retomando os principais elementos que deram origem à modernização da agricultura, em especial o diagnóstico do rural brasileiro nos anos 1960 e as visões concernentes ao papel da agricultura no processo de desenvolvimento nacional, podemos compreender melhor a herança técnica e institucional do rol das políticas agrícolas do país. Já ressaltamos que autores como PRADO Jr. (1972), RANGEL (1962), GUIMARÃES (1964), FURTADO (1974) e DELFIN NETTO (1966), dentre outros, se ocuparam profundamente do estudo da agricultura e do rural brasileiro da metade do século passado<sup>28</sup>. Às abordagens mais sociológicas de Prado Jr e

---

<sup>28</sup> Para um apanhado acerca das idéias destes autores, ver “Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira” de Antonio Barros de Castro (1969).

Guimarães se contrapunha a abordagem mais economicista de Delfin Netto, esta última centrada na visão funcionalista da agricultura. Em ambas se identificam visões acerca do papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, mas, é nesta última que vamos encontrar uma preocupação mais clara com os aspectos mais econômicos do agrícola, como a eficiência técnica e produtiva deste setor. Por exemplo, para Prado Jr e Guimarães, o desenvolvimento da agricultura brasileira (de forma a cumprir o seu papel no desenvolvimento brasileiro) passava necessariamente pelas mudanças na estrutura agrária brasileira, a reforma agrária. Para Delfin Netto, a reforma agrária no Brasil não tinha justificativa econômica; a agricultura poderia cumprir seu papel no desenvolvimento brasileiro se modernizando (CASTRO, 1969; DELGADO, s/d). As políticas agrícolas implementadas a partir daquele período derivam exatamente desta última visão da agricultura, identificada como a proposta dos “economistas rurais”, conforme frisamos ao longo deste trabalho e da própria visão de desenvolvimento que imperava então, estreitamente associada à idéia de crescimento econômico (conforme destacamos no Capítulo 3).

Do ponto de vista da atuação do Estado e da sua intervenção da economia, aquelas políticas agrícolas contavam com uma base teórica de sustentação bastante sólida. A Economia Neoclássica (fonte teórica da Economia Rural) justificava facilmente a adoção de novas tecnologias pela agricultura, visando uma combinação mais eficiente (“ótima”) dos fatores de produção, o que resultaria no aumento da produção e da produtividade. No que tange aos pressupostos da não intervenção do Estado, algumas particularidades do setor agrícola (falhas de mercado, forte dependência de condições climáticas, importância da produção de alimentos baratos que pudessem garantir salários menores, etc.) justificariam a atuação do Estado. Tendo o suporte técnico-científico em suas mãos e em total sintonia com a visão de desenvolvimento= crescimento= industrialização, o Estado ficou livre para colocar em marcha o processo de modernização (inovação técnica e aumento da eficiência).

Traçando um paralelo entre os dois momentos, é possível afirmar que o embate mais importante em relação ao mundo rural brasileiro naquela época se referia às profundas desigualdades sociais e econômicas e no acesso a terra, como de resto também se verifica nos dias atuais. A novidade,

desta vez, é estes não são os únicos embates importantes acerca do rural do país. Isto porque, nos anos 1960 e 1970, a maior parte do que estamos tratando aqui como novas “funções” da agricultura e do rural não constavam da pauta de debates e atualmente, elas são tão importantes quanto os problemas que mobilizaram a intelectualidade e o Estado brasileiro naquele momento. É, certamente, não entravam no cômputo das exigências que a sociedade e a própria agricultura faziam em relação à atuação do Estado.

O aprofundamento das distorções e desigualdades na agricultura brasileira, em grande parte resultado daquelas políticas, mas também do próprio modelo de desenvolvimento adotado, colocam o debate atual nos termos que o desenhamos ao longo deste trabalho. Em breves palavras, os embates acerca da questão agrícola e agrária brasileira dos anos 1950 e 1960, se estreitou para o desenvolvimento agrícola induzido dos anos 1970 e 1980 e vem esbarrar nas demandas ligadas ao desenvolvimento rural “sustentável” dos anos 1990 e 2000. O novo, neste último período, é o adjetivo “sustentável” que vai tratar de reatar os laços entre sociedade e natureza ao buscar integrar num mesmo projeto o homem e o ambiente, garantindo produção, reprodução e conservação. Para este, indicadores relacionados à eficiência técnica e produtiva (indicadores econômicos) só possuem relevância quando associados aos indicadores de “sustentabilidade” sociais, culturais e ambientais. Mas, esta mudança de foco não é, nem de longe, facilmente assimilável pelas políticas públicas e envolvem a própria legitimação da atuação do Estado.

A ação do Estado, exceto em casos excepcionais, sempre se pauta numa legitimação técnico-científica que é, no fundo, sua legitimação social, econômica e cultural. Já ressaltamos isto acima, tratando das políticas de modernização da agricultura. Se olharmos a partir dos quadros teóricos da Economia do Setor Público e da Economia do Bem Estar, sabemos que a oferta de certos bens (bens públicos ou bens coletivos, como, por exemplo, segurança pública) dificilmente seria garantida à população se não existisse a ação do Setor Público. São bens indivisíveis e não exclusivos, no sentido que são consumidos por toda a população e que o consumo de um cidadão não impede que outro cidadão o também o faça. O quadro científico (Economia do Bem Estar, Economia do Setor Público) dá conta de explicar e legitimar a atuação do Estado, visto que em

casos assim, a iniciativa privada não tem interesse de atuar pela impossibilidade de estipular um preço para a venda do bem (não há como vendê-lo para um cidadão e impedir que outros desfrutem dele). Isto não acontece com os bens privados; o indivíduo que compra um bem privado exclui o outro da possibilidade de consumir o mesmo bem. Pois bem, a esta altura da discussão, chegamos ao cerne da questão dos espaços rurais, devidamente ilustradas em todos os nossos estudos de caso. Quase sempre, estamos lidando com bens privados (a terra que foi devidamente adquirida pelo agricultor) que, ganhando status de bens coletivos ou públicos (por envolver aspectos da preservação ambiental e do patrimônio sociocultural), vão se constituir em objeto de disputa e conflito. Ao Estado cabe fazer tal mediação, devidamente amparado em argumentos técnicos, científicos, etc. que sejam legítimos, reconhecidos e aceitos pelo conjunto da sociedade. Ao que tudo indica, é neste aspecto que vamos encontrar a explicação para a incapacidade das políticas públicas que colocamos em foco de dar conta da diversidade de situações dos espaços rurais estudados. Ou seja, a sua fragilidade (das políticas públicas) está na falta de aportes teóricos, científicos e técnicos capazes de compreender a diversidade, mas também de dar suporte válido e adequado às políticas.

O que observamos é que a simples incorporação de objetivos mais amplos (como práticas mais sustentáveis, preservação do patrimônio social, cultural, étnico, etc.) não representa necessariamente nem a inclusão de mais agricultores (contemplando a heterogeneidade destes), muito menos uma verdadeira mudança das práticas no sentido de cumprir a tais objetivos mais amplos. Por exemplo, em Santo Amaro, onde a atuação do setor público é expressiva (o que se evidencia pelo acesso dos agricultores aos recursos e benefícios das políticas públicas), a agregação do adjetivo “sustentável” aos objetivos das políticas não alterou sua ação concreta. A agricultura local continua se desenvolvendo sobre as mesmas bases produtivistas e poluidoras e algumas práticas e hábitos tradicionais (como os faxinais ou os mutirões, componentes do patrimônio sociocultural local) que poderiam ser apropriadas pela discussão do desenvolvimento “sustentável” simplesmente foram desconsideradas.

O problema é que a abordagem de tais políticas, na sua essência, não se alterou, e o seu foco é a própria atividade agrícola, entendida pura e simplesmente como um setor econômico. A

agricultura familiar é, neste caso, *“considerada como um setor econômico ou uma forma de produção que se insere – ou deveria se inserir – nas regras gerais de funcionamento, tal qual se apresentam nas sociedades modernas capitalistas ou, mais particularmente, na sociedade brasileira”* (WANDERLEY, in MALUF & CARNEIRO, 2003, PG. 10). A rigor, inserir-se “nas regras gerais” é equivalente a adotar o modelo baseado na grande propriedade, no qual, *“o sucesso, medido em toneladas de produtos, não esconde o descompromisso deste modelo com a questão social (...), com questão ambiental (...) e com a questão fundiária (...)”* (IDEM, pg. 10”).

Os avanços são inexpressivos mesmo no caso do PRONAF, que tem na sua origem a percepção de que a agricultura familiar é portadora de um grande potencial (capaz de se realizar via políticas públicas). Embora o enfoque do programa seja o agricultor familiar, WANDERLEY lembra muito bem que *“só seriam considerados efetivamente agricultores familiares, passíveis de receber recursos do programa proposto, aqueles que comprovassem sua viabilidade econômica”* (IDEM, pg.10). Só seriam inseridos aqueles que fossem capazes de se inserir no mercado competitivo através do uso de tecnologias modernas, aqueles capazes de produzir para o mercado e, a partir disto (geração de uma renda monetária) continuar acessando e pagando os recursos contratados. Ou seja, este não se trata de uma proposta alternativa ao modelo vigente, mas a tentativa de estendê-lo de forma a incluir um certo número de agricultores (IDEM, 2003).

A realidade encontrada em Postinho novamente ilustra um outro aspecto desta política. Ao preconizar que a maior parcela da renda dos agricultores provém da atividade produtiva agropecuária sob a forma monetária, o PRONAF o faz em detrimento da produção para o autoconsumo. Além disso, supõe que o agricultor é monoativo. Nas palavras de WANDERLEY (2003, 10), *“A pluriatividade, tanto como o autoconsumo, é percebida como uma perda de vitalidade do produtor, sua incapacidade de reprodução e um passo na direção do abandono puro e simples da condição de produtor”* (IDEM, pg. 11). Em Postinho, a agricultura familiar é predominantemente voltada para o autoconsumo e é pluriativa. A renda monetária da atividade agrícola é praticamente nula e a renda gerada no âmbito da unidade familiar é, basicamente, oriunda do trabalho assalariado externo (lembre-se que mais de 62% das famílias possuem pelo menos um membro trabalhando fora da propriedade). Na lógica orientadora do PRONAF,

aquelas *não consistiriam famílias de agricultores aptas a acessar o programa* (a maior parte da sua renda não advém da atividade agropecuária). Isto consiste uma inversão dos fatos; na verdade, o trabalho externo tem viabilizado a sua reprodução enquanto agricultores e não o contrário. Não fosse assim, como justificar que os próprios trabalhadores das madeireiras se auto-denominam “agricultores”?

Com muita propriedade, a mesma autora resume que, nesta política, o debate pode ser resumido em duas questões: o PRONAF trata simplesmente da extensão da “modernização conservadora” para aquelas parcelas até então excluídas da agricultura familiar ou de um outro projeto de desenvolvimento? O que interessa é assegurar a viabilidade da agricultura familiar enquanto um setor econômico ou a reprodução dos agricultores familiares vistos em sua grande diversidade (heterogeneidade)?

Estas são questões que trazem à tona a própria essência do programa, as suas diretrizes, a visão de agricultura e de agricultura familiar que o orienta. Mas, se as políticas que privilegiam a produção não apresentam a ousadia necessária para contemplar as “múltiplas” funções da agricultura familiar e do rural, igualmente as políticas que objetivam a preservação não são capazes de incluir os indivíduos nos seus objetivos; falta “gente” nas políticas ambientais assim como falta “meio ambiente” nas políticas agrícolas.

Além do desenvolvimento rural “sustentável”, uma outra noção recentemente surgida no cenário internacional e brasileiro que tenta incorporar esta visão multidimensional da agricultura e dos espaços rurais é a da “multifuncionalidade”. A noção de “multifuncionalidade” da agricultura (MFA) surge com o objetivo explícito de *“recolocar os termos em que a agricultura é inserida na problemática do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que oferece as bases para que sejam repensadas as políticas agrícolas em vigor no tocante às transferências sociais de benefícios aos agricultores”* (MALUF & CARNEIRO, 2003, p. 18).

A menção ao caráter multifuncional da agricultura e dos territórios foi feita pela primeira vez à ocasião da Cúpula do Rio, em 1992 (PINGAULT, 2004). A partir disto, o tema passou a ser

debatido e desenvolvido por diferentes países e instâncias internacionais. Embora tenha sido objeto de debates no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) desde então, a MFA não se constituiu tema oficial de discussão na Organização Mundial do Comércio (OMC) até o final da década. O que se verificou, apesar disto, foi o reconhecimento dos países membros quanto à existência e à legitimidade dos objetivos políticos nacionais “não mercantis” ou, em outras palavras, outras considerações além daquelas de ordem comercial (non trade concerns (NTC)) (IDEM, 2004).

Ainda assim, nos quadros da OMC, o debate sobre a MFA dividiu os países em dois grupos: o grupo dos “inimigos” e o grupo dos “amigos” da MFA. O grupo dos “inimigos” inclui o grupo de CAIRNS<sup>29</sup> mais os Estados Unidos. O grupo dos “amigos” inclui a União Européia, a Noruega, a Suíça, o Japão, a Coreia e as Ilhas Maurício.

Para os “inimigos” da MFA, grupo que inclui o Brasil, a MFA não seria uma especificidade da agricultura e sim um pretexto para a manutenção dos subsídios a agricultura, principalmente na União Européia. Para os “amigos”, a defesa da MFA é um objetivo político prioritário, visto que ela atende aos anseios da população. Os argumentos utilizados por estes países incluem, principalmente: (a) que a produção de externalidades e de bens públicos em geral é indissociável ou, pelo menos, está fortemente ligada à produção agrícola e que (b), por isto, é mais eficaz salvaguardá-los diretamente através dos produtos de base (produtos agrícolas), ainda que o suporte tenha incidência sobre a produção e as trocas (MOREDDU, 2003).

O problema é que esta argumentação coloca em xeque o princípio sobre o qual se assenta o acordo da Rodada do Uruguai, que consiste na redução dos apoios (subsídios) que causam maior distorção sobre as trocas, a fim de melhorar o funcionamento dos mercados internacionais e a eficiência econômica (IDEM, 2003). Além do mais, as interpretações do tema em nível internacional não estão isentas de confusão, tendo em vista o tipo de embates que ele suscita,

---

<sup>29</sup> África do Sul, Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Ilhas Fiji, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paraguai, Filipinas, Tailândia e Uruguai.

sobretudo por envolver as discussões sobre a reforma das políticas agrícolas e as negociações comerciais no âmbito da OMC.

A OCDE, por seu lado, adotou o conceito ainda em 1998, e foi a partir dela que se constituiu um programa de trabalho acerca da MFA. PINGAULT (2004) aponta que tal programa se constituiu de três etapas. A primeira, teórica, incluindo o estudo da produção conjunta ou simultânea (“production jointe”), pela agricultura, de produtos de base, de externalidades e de bens públicos. A segunda, mais prática, busca, por um lado mensurar a demanda existente para os diferentes tipos de produtos e, por outro, precisar os critérios de elaboração e avaliação das políticas públicas. A terceira, política, envolvendo a incorporação da multifuncionalidade às reformas políticas e às negociações referentes à liberalização do comércio agrícola internacional.

Observe-se que, à exceção da última etapa, que envolve um outro nível de discussões acerca da agricultura (comércio internacional, liberalização comercial, política de subsídios, etc.), as demais guardam estreita relação com os embates que foram se evidenciando no percurso do estudo que aqui desenvolvemos. Fomos identificando desde o início que a questão das múltiplas funções da agricultura, em especial da agricultura familiar (fornecimento de produtos de base, produção de externalidades (positivas e negativas) e de bens públicos) está razoavelmente evidente nos quadros da RMC. Igualmente, observamos que a demanda pelos diferentes tipos de produtos se manifesta de variadas maneiras (demandas crescentes pela preservação dos recursos hídricos, da floresta, por turismo e lazer) e que à luz destas múltiplas funções e demandas é necessário repensar os critérios e formas de se estudar a ação das políticas públicas. Em suma, é um conjunto de questões que está diretamente ligado à agenda dos debates internacionais sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura.

A multifuncionalidade tem se colocado com duas abordagens: uma abordagem positiva e outra normativa. Na primeira, a multifuncionalidade é considerada como uma característica do processo de produção. Na segunda, ela é designa um conjunto de papéis, as múltiplas funções ou ainda os objetivos que a sociedade delega à agricultura. Vejamos as principais implicações de ambas.

Pela abordagem positiva, temos que uma atividade econômica é multifuncional se, por um lado, existe a produção interdependente (“jointe”) de múltiplos produtos e, por outro, se estes produtos são externalidades ou bens públicos que escapam em maior ou menor grau das leis de mercado (PINGAULT, 2004). No caso dos produtos agrícolas, a ligação técnica e biológica entre diversos produtos (através da terra, sobretudo), é fundamental para caracterizar a produção interdependente. A superfície da terra é fixa (ao menos no curto prazo) e deve ser repartida entre as diferentes culturas. A noção de externalidade, nos termos que já discutimos, é definida como aquela situação em que a decisão de um agente influencia diretamente sobre o ganho ou o nível de utilidade de outro, sem passar pela intermediação do mercado (como no exemplo citado das empresas A e B e da poluição gerada por uma delas que influencia o produto da outra). Quanto aos bens públicos ou coletivos, sabemos que são bens não exclusivos e não rivais, ou seja, não é possível impedir um indivíduo de consumi-los e são bens que podem ser consumidos por diversos indivíduos ao mesmo tempo. No caso da MFA, são agregados à estes últimos uma classificação de bens intermediários (ou bens públicos “impuros” para diferencia-los dos bens públicos “puros”), o que se dá com base no seu grau de exclusividade e de rivalidade (PINGAULT, 2004; MOREDDU, 2003). Nesta abordagem, a multifuncionalidade não seria uma característica específica à atividade agrícola e, com isto, privilegia a análise econômica e quantitativa, inserindo tais características (produção interdependente, externalidades, bens públicos) nos quadros analíticos da economia neoclássica.

Nesta linha positiva, os principais pontos a serem investigados seriam: a quantificação da oferta e da demanda social de cada produto agrícola (mercantil ou não), a definição do “ótimo social”<sup>30</sup> (equilíbrio entre oferta e demanda social) e ainda a identificação dos métodos e meios econômicos e políticos de se alcançar este “ótimo social”. Certamente que desta abordagem deriva a necessidade de se resolver uma série de problemas técnicos e práticos. Problemas técnicos como, por exemplo: quais são as ligações de complementaridade e substituição entre produtos e amenidades agrícolas, Que falhas de mercado estão associadas a elas, qual a dimensão

geográfica a adotar para as ligações, etc. Ademais, resta a dúvida acerca do critério de avaliação das políticas que é, notadamente, centrada na eficiência econômica.

A abordagem normativa, como se pode inferir, reconhece que a atividade agrícola, além de sua função primeira de produzir alimentos e fibras, pode também criar as paisagens, buscar os benefícios ambientais das práticas de conservação do solo, da gestão dos recursos naturais renováveis e da proteção da biodiversidade, além de contribuir com a viabilidade socioeconômica das zonas rurais (PINGAULT, 2004). Em resumo, uma atividade capaz de cumprir funções econômicas, ambientais e sociais. Neste caso, a MFA adquire um valor intrínseco, político, moral, que ela não possui na abordagem positiva. Como ressalta PINGAULT, nesta abordagem, podemos até mesmo falar da necessidade de uma agricultura “mais multifuncional”.

Esta segunda abordagem exige, naturalmente, uma análise pluridisciplinar, métodos com critérios múltiplos, adaptados aos objetivos desejados e, por último, implica em resultados mais qualitativos. Ao se interrogar sobre o tipo de agricultura desejada, a abordagem normativa envolve, por seu lado, um conjunto de temas a serem investigados. Um deles está ligado à questão da equidade e redistribuição de renda; ao invés de corrigir as distorções através de medidas redistributivas a posteriori (após a constatação das mesmas via processos de produção e mercado), tratar de corrigi-las na raiz, através da promoção de um sistema de produção mais respeitoso ao meio ambiente, às questões sociais e aos interesses comuns. O outro, envolve os direitos e deveres de propriedade; um título de propriedade implica não somente direitos, mas também deveres o que nos remete à noção de “níveis de referência”, que é um terceiro tema importante. Os “níveis de referência” se referem ao conjunto de leis, normas, regulamentos, práticas culturais que se supõe serem respeitadas nos deveres de propriedade.

De forma similar à abordagem positiva, esta última também vai se defrontar com uma série de problemas operacionais a serem resolvidos. A definição de um referencial nacional para os países, por seu lado, já consiste um problema de monta. Em nível internacional, as dificuldades

---

<sup>30</sup> Nos quadros da Economia Neoclássica o “ótimo social” equivale ao “ótimo de Pareto”, que consiste numa situação em que não é possível melhorar a condição de um indivíduo (ou indivíduos) sem deteriorar a situação de, pelo

são igualmente relevantes, passando pela questão dos consensos mínimos, de quais instituições ou organismos teriam legitimidade e meios suficientes para impor sanções e, certamente, sobre como garantir a difusão das informações necessárias ao conjunto dos cidadãos dos diversos países (PINGAULT, 2004).

Apesar das dificuldades e polêmicas acerca deste debate, pelo que os estudos de caso aqui efetuados mostram, nem as duas abordagens devem ser tratadas como excludentes, nem a noção de MFA pode ser descartada como uma possibilidade inovadora no que trata da orientação e da avaliação das políticas públicas para a agricultura e o rural.

É importante fazer eco a MALUF (2003, pg. 139) que destaca que, nesta abordagem,

*“a condição de agricultor mantém-se como elemento essencial para a identidade e inserção social e para as formas de sociabilidade das famílias rurais. Os enfoques da pluriatividade e da multifuncionalidade permitem questionar as fronteiras entre os diferentes setores de atividade e de emprego, convertendo a noção de ruralidade em tema privilegiado”.*

Em verdade, as principais restrições são teóricas, como destaca MASSOT-MARTI (2003). Isto porque a multifuncionalidade consiste um “paradigma” novo e indeterminado para as políticas agrícolas. Como sabemos, a idéia central da noção de paradigma, é a de que a interpretação da realidade supõe a existência de um modelo (paradigma) comum construído a priori, o que nos permite classificar a realidade antes de agir sobre ela. Resgatando Thomas Kuhn, o autor lembra que este modelo - entendido como um conjunto de regras admitidas e interiorizadas como “normas” pela comunidade científica para delimitar e problematizar os fatos julgados dignos de estudo - foi apropriado por todas as Ciências Sociais, incluindo a Economia. E a política agrícola não é exceção e, como isto, é possível vê-las participando da emergência de uma transição na regulação do “setor” (mais precisamente dando um quadro e uma orientação explícita à

---

menos, outro indivíduo. Isto significa então, a eficiência no emprego dos recursos econômicos (VIVIEN, 1994).

reconstrução de uma regulação setorial) ou fazendo parte da composição de novos arranjos institucionais (PERRAUD, 2004).

NIEDDU (2004) aponta na mesma linha ao destacar que duas hipóteses podem ser levantadas sobre o sucesso atual do tema da multifuncionalidade. A primeira seria que ela se impõe como uma modalidade de passagem, um instrumento organizador da morte de uma das últimas políticas setoriais consistentes, a PAC. A segunda, que ela (a multifuncionalidade) representa de fato a emergência de um **novo paradigma político-institucional**. Ou seja, que a afirmação da multifuncionalidade vai se constituir em um novo modo de resolver os problemas produtivos e as formas institucionais da agricultura, assim como o paradigma produtivista o fez.

O fato curioso neste tema é que os economistas rurais pouco se interessaram por ele quando do seu surgimento. Como já apontamos anteriormente, apenas as questões ligadas às outras “funções” da agricultura entrou de forma pontual na Economia, sobretudo pela via das “Externalidades” e da Economia do Meio Ambiente. Atualmente, este cenário mudou e os economistas estão inseridos no debate, principalmente sendo demandados a - além de contribuir para o reconhecimento oficial da MFA - encontrar um quadro teórico que torne aceitável a coexistência entre uma regulação para o mercado, alvo de duras críticas, e outras regulações sociais (NIEDDU, 2004):

*“Le discours économique vient ainsi occuper une position centrale, essentiellement parce qu’on attend de son “sérieux scientifique” une légitimation de la délibération publique” (NIEDDU, 2004, p. 185).*

Ao que tudo indica, a noção de multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais (nos quais a atividade agrícola consiste elemento indissociável), pode contribuir para mudanças efetivas de orientação das políticas públicas, ao contrário do que a apropriação do termo “desenvolvimento sustentável” conseguiu fazer. Os espaços rurais consistindo nas três comunidades estudadas se configuram e são reconhecidos pelo conjunto dos atores inquiridos como espaços multifuncionais. As políticas públicas a eles direcionadas, por seu lado, continuam atuando de

forma fragmentada, ora atendendo aos aspectos produtivos em detrimento do meio ambiente e dos aspectos socioculturais, ora atendendo aos aspectos ambientais em detrimento dos demais.

É sabido que, em geral, a construção da política pública consiste um exercício árduo de delimitação de fronteiras (até onde ela se propõe a ir) e, por vezes, é a própria definição clara de suas fronteiras que vai constituir sua força. Políticas excessivamente amplas podem ser absolutamente ineficientes e ineficazes (BILLAUD, 2006). Tudo isto pode ser verdadeiro sob certas circunstâncias. Mas, isto não é verdadeiro para a maioria das questões concernentes à agricultura e ao mundo rural; a visão fragmentada do mesmo foi responsável pelo aprofundamento das desigualdades nele existentes. É na constatação dos fracassos e das fraquezas (em grande parte derivados desta visão parcial que ele tem do agrícola e do rural) do paradigma produtivista, que vem orientando as políticas públicas há mais de três décadas no Brasil que se deve reconhecer a força da abordagem da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais. Ao implicar numa visão mais plural da agricultura e ao permitir questionar as fronteiras entre os setores de atividade e emprego, ela não apenas envolve uma novidade na pesquisa sobre o tema como revitaliza o debate sobre o mundo rural no Brasil e no mundo.

## Considerações Finais

Antes de tecermos algumas considerações finais, é válido retomar e destacar algumas particularidades do presente trabalho. Afirmamos nas nossas discussões referentes à abordagem metodológica que certas condições de nossa pesquisa fogem ao nosso controle o que é verdade quando se trata da complexidade do objeto de estudo em questão: os espaços rurais e a agricultura familiar. Além disso, nos termos do trabalho aqui desenvolvido, dois outros aspectos representaram um desafio adicional. Um deles é representado pela definição *a priori* do recorte espacial geral da pesquisa (o rural da RMC); o outro, foi a abordagem interdisciplinar. É certo que nem toda a definição estava previamente dada; a escolha das três comunidades onde a pesquisa se desenvolveu foi produto de uma construção coletiva e a aceitação da abordagem interdisciplinar como ferramenta de trabalho foi de inteira responsabilidade do pesquisador. A opção por estes dois elementos apontou, por um lado, para o rompimento de barreiras no que trata da formação disciplinar e, por outro, na concordância de que o trabalho que seria realizado primaria pelas interfaces possíveis entre a Economia (área de formação específica) e as demais áreas de formação, tanto nas Ciências Sociais quanto nas Ciências da Natureza. E, neste sentido, tudo o que foi aqui apresentado pode ser visto como um trabalho que complementa e que se complementa em relação a quatro outros trabalhos que se desenvolveram simultaneamente, tendo como objeto de investigação o mesmo rural da Região Metropolitana de Curitiba e agricultura familiar nas comunidades de Postinho, Santo Amaro e Colônia Mergulhão<sup>31</sup>.

Como nosso objetivo principal foi analisar a ação de políticas públicas à luz de abordagens que extrapolassem os aspectos estritamente econômicos, cabe reforçar aqui os principais aspectos dos resultados da pesquisa efetuada. Quanto às principais mudanças sociais, econômicas e culturais que influenciaram a arquitetura das políticas públicas, identificamos várias que merecem destaque. Embora as políticas públicas venham mostrando timidamente o reconhecimento das

---

<sup>31</sup> Os quatro trabalhos de tese desenvolvidos por pesquisadores da Turma V do doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, quais sejam: Cimone Rozendo de Souza, Hieda Pagliosa Corona, Janise Bruno Dias e Joel Leandro Queiroga.

múltiplas funções da agricultura e do rural, isto consiste uma novidade em comparação com as políticas que tradicionalmente vem atuando sobre os espaços rurais no país. As principais mudanças sociais e culturais que induziram a essas mudanças no perfil das políticas se relacionam às próprias mudanças na relação da sociedade com a natureza e, em consequência, com os espaços rurais. Até os anos 1980, a relação da agricultura com o ambiente natural e com as “qualidades” de uma região praticamente não era considerada. Conforme ressaltamos, as transformações técnicas induzidas pela modernização buscaram dissociar a natureza do processo de produção; em outras palavras, a “industrialização” e a desterritorialização da produção. Entretanto, desde os anos 1990, este quadro começou a se alterar e, além da persistência do esforço de preservação dos ambientes naturais “intocados”, também passou a ganhar força o argumento em prol da gestão adequada de outros espaços, incluídos aí os espaços rurais. Isto implicou uma nova qualificação dos espaços rurais, que passaram a ser chamados também a “produzir” a natureza e uma maior preocupação a respeito dos sistemas agropecuários e do tipo de modernização que eles haviam adotado. Embora estas mudanças tenham se fortalecido principalmente fora do país, na última década do século passado elas já haviam sido razoavelmente incorporadas ao debate sobre o agrícola e o rural brasileiros. A visão do rural como “patrimônio” é resultante deste processo. As mudanças econômicas mais importantes estão ligadas à falência do sistema de financiamento com créditos abundantes e taxas de juros subsidiadas, que havia sido a marca da modernização da agricultura brasileira.

O reconhecimento social e político da agricultura familiar enquanto forma social de produção diferenciada e merecedora de políticas públicas específicas também data dos anos 1990 no Brasil. E, certamente, cumpre um papel importante no debate sobre o mundo rural brasileiro visto que é exatamente este grupo social que é preferencialmente associado às possibilidades de um outro modelo de desenvolvimento para a agricultura nacional.

Traçando um quadro comparativo bastante geral da ação das políticas públicas que visavam a modernização da agricultura, foi possível identificar a forma como as mesmas atuaram no sentido de ampliar a heterogeneidade dos espaços rurais da RMC. Aqui a modernização se deu (quando

se deu) não por conta das políticas de modernização implementadas em nível nacional, mas, principalmente, em razão da própria dinâmica da agricultura regional frente à expansão urbana e dos mercados a ela associados. Nos casos específicos das comunidades de Mergulhão e Santo Amaro, a agricultura se modernizou, mas, com base em estratégias diferentes. Na primeira, a própria expansão da metrópole e do mercado consumidor foi capaz de imprimir mudanças; na segunda, a atuação pública municipal foi determinante. Em Postinho, não ocorreu a modernização da agricultura nos termos identificados para as demais comunidades.

Quanto às trajetórias de desenvolvimento observadas nos municípios e nas comunidades, verificamos que sua análise depende muito do grau de generalidade com que trabalhamos. Um olhar sobre o conjunto dos três municípios é insuficiente para visualizar as mudanças ocorridas nos sistemas de produção, nos níveis tecnológicos e, mesmo no acesso a alguns ativos através das políticas públicas. A diferenciação e a heterogeneidade no âmbito das comunidades rurais se expressa de muitas maneiras; tipos de produtos, técnicas e utilização de insumos, condições de vida e moradia, além de outros aspectos sociais, econômicos e culturais.

Se quisermos resumir um elemento que foi norteador para todas as discussões realizadas ao longo deste trabalho, podemos dizer que este elemento consiste exatamente nas mudanças ou no processo de transformações ocorridas nas últimas décadas e ainda em curso na Região Metropolitana de Curitiba que afeta diretamente a reprodução da agricultura familiar regional. O objetivo foi compreender como estas transformações modificam as formas de funcionamento destas unidades familiares, levando ao surgimento de novas estratégias com vistas à sua reprodução. Estas transformações são de ordem diversa como, por exemplo, econômica, produtiva, social, política, cultural, etc. E são, em parte, resultantes da ação de políticas públicas e, em parte, dos movimentos sociais mais globais.

Vimos que a multiplicidade das funções da agricultura e do rural que a comporta ganha corpo a partir das mudanças na relação entre sociedade e natureza e que as políticas públicas de

desenvolvimento rural vem tentando se apropriar deste novo olhar sobre o mundo rural, a partir da definição de objetivos mais amplos (mais multifuncionais). Os bens agrícolas, que compunham o elemento central das funções clássicas da agricultura no processo de desenvolvimento, passam a se associar a um amplo conjunto de bens complexos, portadores de características e atributos diversos, que implicam aspectos cognitivos, imagens, símbolos, valores, etc. que os identificam muito mais como bens públicos ou coletivos do que como bens privados. Os impactos de tal mudança de percepção sobre o agrícola e o rural na reprodução da agricultura familiar da região metropolitana são diversos, sobretudo porque revela o conflito de modelos, de valores, de culturas e uma renovação global da visão de agricultura e de rural.

Observe-se que neste trabalho - talvez pela força das características dos espaços rurais pesquisados - tratamos das múltiplas funções da agricultura e do rural sempre em estreita ligação; quase mesmo como coisas idênticas. Isto não é por acaso, dado que partimos da concepção de que se o agrícola por si só não faz mais o rural, ele o identifica. A despeito de tantas mudanças, continua praticamente impossível dissociar um do outro.

Do ponto de vista da ação das políticas públicas, as mesmas mudanças têm implicações igualmente importantes. O agrícola e o rural sobre os quais as políticas públicas atuaram até o final do século passado não é o mesmo (no sentido de uma nova percepção dos mesmos), ele se complexificou e passou a ser alvo de novas demandas. Esta construção de uma nova imagem da agricultura vem obrigando as políticas públicas a revisar suas lógicas e orientações. Da mesma forma, o estudo da ação ou a avaliação destas políticas precisa mudar de foco; discussões acerca da evolução dos gastos, número de produtores, produção, produtividade ou comércio exterior devem ser combinadas a aspectos sociais, ambientais e culturais para que se possa contemplar de forma mais adequada o caráter multifuncional da produção agrícola ou do espaço rural.

A compreensão de que o espaço rural investigado consiste num rural multifuncional permeou todo o trabalho, mas, a noção de multifuncionalidade da agricultura e do rural não consistiu um

ponto de partida e sim um ponto de chegada de nossa pesquisa. Isto se dá, sobretudo porque a constatação de que os espaços rurais são portadores de múltiplas funções é anterior ao surgimento desta abordagem da multifuncionalidade da agricultura (MFA), como se evidencia pelos estudos ligados às novas ruralidades ou a pluriatividade da agricultura<sup>32</sup>. O caminho percorrido que culminou com o debate acerca das possibilidades abertas pela MFA enquanto um instrumento de orientação para as políticas públicas foi longo, envolvendo desde a verificação do rural da RMC tal qual ele se mostra na atualidade até a forma como evoluiu o olhar da sociedade, das políticas públicas e de outros atores sociais sobre o mesmo, evidenciando seu caráter heterogêneo e multifuncional. Neste sentido, a MFA emergiu como uma possibilidade importante de se tratar o agrícola e o rural num quadro de crise dos instrumentos tradicionais de políticas de desenvolvimento rural. Certamente, não sem polêmicas como em geral ocorre quando lidamos com mudanças de modelos ou paradigmas.

As políticas que historicamente têm atuado sobre os espaços rurais apresentam fronteiras razoavelmente bem definidas, ora enfocando a produção, ora a preservação, ora as condições sociais e assim por diante. Quando o rural passa a ser visto no seu conjunto e na sua relação com o restante da sociedade, as fronteiras destas políticas passam a ser questionadas, visto que ao enfatizar a produção, determinada política pode entrar em conflito direto com outras políticas que primam pelas questões ambientais ou com aquelas que privilegiam os aspectos sociais. Com isto, a ação da política agrícola voltada à produção precisa ser estudada também à luz dos seus impactos ambientais e sociais. Nesse sentido, entram em questionamento tanto a orientação das políticas, em especial o tratamento parcial que as mesmas dá ao rural, quanto o estudo da sua eficiência e da sua eficácia. E é nesta constatação que a noção de multifuncionalidade da agricultura ganha corpo e se conecta com as demais categorias analíticas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada. Sob certos aspectos, vimos que toda a atividade agrícola pode se constituir em atividade multifuncional, incluindo tanto a grande quanto a pequena exploração agrícola. A grande e a pequena propriedade podem responder, por exemplo, por diversas funções econômicas e de preservação ambiental. Entretanto, é sobre a agricultura

---

<sup>32</sup> Para uma visão geral deste debate, ver os trabalhos de BONNAL et al. (2004) e SCHNEIDER (2003).

familiar com suas raízes camponesas que incidem as principais demandas sociais e culturais derivadas do novo olhar da sociedade sobre o mundo rural. Isto porque algumas práticas, hábitos, costumes, festas típicas e todo um conjunto de valores estreitamente ligados à agricultura familiar e à sua moral camponesa é que passam a ser identificados como um “patrimônio” digno de ser preservado (e também “vendável”).

É neste contexto que a opção feita neste trabalho foi privilegiar a unidade familiar de produção e consumo, bem como a reprodução social da agricultura familiar como instrumentos de análise, ao invés dos enfoques mais centrados nos aspectos econômicos, como é o caso da análise das trajetórias de desenvolvimento vista isoladamente. A nosso ver, abordagens mais econômicas que envolvem o estudo da viabilidade econômica da agricultura familiar podem apresentar problemas teóricos incontornáveis. Por exemplo, sozinha a Economia dificilmente conseguiria explicar a persistência de uma estratégia que deveria impelir os agricultores ao assalariamento (como a pluriatividade ou o trabalho externo à propriedade) ou à venda da propriedade. Sem contar com o auxílio de outras disciplinas das Ciências Sociais, em especial da Sociologia e da Antropologia, a abordagem econômica não ofereceria um campo de análise suficiente para identificar em tais estratégias um forte componente social e cultural, um “apego” à condição de agricultor que, muitas vezes, é determinante da sua permanência enquanto tal.

Da mesma forma, dependendo do enfoque utilizado, poderíamos perder de vista a “personalidade” de cada uma das comunidades no que trata dos seus processos de mudança. Grosso modo, as comunidades de Santo Amaro e Colônia Mergulhão passaram por processos semelhantes de mudança; ambas eram caracterizadas pela presença da agricultura familiar e de um sistema de produção baseado na produção de milho, feijão e na criação de pequenos animais. Atualmente, ambas continuam sendo marcadas pela presença da agricultura familiar e pela predominância da olericultura. Contudo, seus processos de mudança e suas estratégias adaptativas se mostraram diferenciadas. Na mesma linha, poderíamos supor que a extensão do espaço rural vivido pelos agricultores, sobretudo pelos jovens agricultores, cujos horizontes não se restringem mais à comunidade rural, poderia instaurar uma crise de permanência, estimulando

o êxodo dos jovens em direção ao meio urbano. Tanto na Colônia Mergulhão quanto em Santo Amaro, a extensão do espaço rural vivido parece apontar no sentido da aproximação dos jovens dos valores e serviços “urbanos” e mesmo as facilidades de trabalho no meio urbano, seja pela proximidade, seja pela mobilidade. Entretanto, o elevado número de jovens na comunidade de Santo Amaro, não corrobora tal hipótese e, novamente, evidencia as diferenças internas dos seus processos de mudança. Em certas regiões, como ressalta CHAMPAGNE (2002) a apreensão da propriedade pelos filhos, consequência da sua permanência, se dá bastante tardiamente, principalmente naquelas “protegidas das influências exteriores, principalmente urbanas”. E, nessas mesmas condições, relativamente protegidas da entrada de idéias ou práticas vindas do exterior, há uma tendência para que a emigração seja limitada e que a população agrícola seja incitada a não deixar sua condição de agricultor ou camponês, sua pequena pátria. Entretanto, processos e dinâmicas que são particulares à comunidade rural, fatores que definem a ela uma “personalidade” própria no que trata das mudanças, e garantem a permanência dos jovens, mesmo frente à inexistência de proteção contra a entrada de idéias e práticas vindas do exterior.

Conforme ficou evidenciado nos estudos de caso, a unidade familiar é submetida a pressões diversas e, mesmo adaptando-se enquanto forma social de produção – permanecendo agricultores familiares – a própria adaptação não segue uma trajetória linear e envolve desvios e fracassos no plano individual. A abordagem interdisciplinar viabiliza o estudo destas dinâmicas internas à unidade de produção a despeito da sua aparente imutabilidade, como bem ilustrado pelo estudo realizado na comunidade de Postinho.

A revolução agrícola impulsionada pela modernização foi um dos instrumentos importantes de deterioração da condição camponesa no país, visto que por ela a terra deixava de ser o elemento de produção mais importante, enquanto que o equipamento mecânico, os insumos modernos e a “competência” do agricultor cresciam em relevância. No que tange à agricultura familiar brasileira, é possível afirmar que a política de modernização agrícola consistiu uma violência dissimulada, aumentando as restrições impostas a ela sob o argumento de que modernizar nos moldes propostos era a única alternativa possível. A violência, mesmo que não consciente,

baseava-se num aparato institucional (política de crédito, pesquisa e extensão rural, etc.) que deveria atender ao conjunto da agricultura do país, mas na prática, não estava a serviço dessa grande massa de agricultores de pequeno porte existente no país. As políticas de modernização, baseadas no paradigma produtivista, tratavam de forma igual, agriculturas e realidades diferentes. É por abrir a possibilidade de compreender as diferenças e as particularidades do agrícola e do rural que a MFA abre perspectivas importantes tanto ao estudo e compreensão dos espaços rurais quanto às políticas públicas de desenvolvimento rural; nesta abordagem, as múltiplas funções da agricultura e do rural consistem o ponto de partida. Ela interroga diretamente a forma de produzir; logo, é capaz de fazer a ligação entre as Ciências Sociais e as Ciências da Natureza. E neste sentido, ela é absolutamente compatível com a visão das várias dimensões e da heterogeneidade dos espaços rurais e da agricultura familiar e pode se constituir num importante instrumento de reavaliação dos instrumentos utilizados para o estudo da “viabilidade” da agricultura familiar e para a orientação de políticas públicas.

Ao entendermos a dinâmica da agricultura familiar da Região Metropolitana de Curitiba, ainda que a enfocássemos predominantemente como uma unidade de produção e consumo (o que produzia e o que produz, como ela combina os fatores de produção terra, trabalho e capital para viabilizara esta produção e como ela se adapta às diferentes situações combinando os fatores que tem à sua disposição) se sobressaiu sua vasta capacidade de se reinventar ao longo do tempo e de se manter enquanto forma social de produção relevante no conjunto da sociedade. Frente às múltiplas demandas sociais dirigidas ao rural metropolitano e às demandas da própria agricultura familiar para o seu desenvolvimento, esta capacidade de se adaptar e de se reinventar é fundamental para ampliar e atender a visão de desenvolvimento que emergiu da crise do modelo produtivista. Diferente da agricultura desenvolvida em grandes propriedades, nas quais a crise do paradigma produtivista pode representar o abandono da produção, para a agricultura familiar ela (a crise do modelo) pode representar o reconhecimento da sua importância como forma de produção mais adequada a um desenvolvimento que se proponha sustentado e sustentável. As três comunidades pesquisadas ilustram e corroboram esta afirmação.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza, 23 a 25 de novembro de 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson; FERRARI, D.; TESTA, V.M. **Juventude a agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO/FAO/INCRA/EPAGRI, 1998.

ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva de desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRS. 1998.

BASSO, David; DELGADO, Nelson Giordano; SILVA NETO, Benedito. O estudo de trajetórias de desenvolvimento rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. In: **Desenvolvimento em questão**: Revista do programa de pós-graduação em desenvolvimento, gestão e cidadania da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ano 1, n. 1. Ijuí - RS: Ed. Unijuí, 2003.

BELIK, Walter & PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001.

BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BEBBINGTON, Anthony. **Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty in Andes**. London: IIED-DFID, Policies that work for sustainable agriculture and regenerating rural economies, January, 1999.

BELRHALI, H.; BERNARD, S.; VIDELIN, J-C. L'Accès du public aux biens ruraux face au droit. In: **PERRIER-CORNET, Philippe (directeur d'ouvrage)**. À qui appartient l'espace rural?. La Tour d'Aigues (France): L'aube Datar, 2002.

BIELCHOVSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BONNAL, P.; LOSCH, B.; BOSC, P.M.; DIAZ, J. Multifonctionnalité de l'agriculture et nouvelle ruralité: une mise en perspective sur deux démarches de refondation des politiques publiques. In: **Les cahiers de la multifonctionnalité – politiques publiques et comparaison internationale**. Paris: INRA-CIRAD, 2004, no. 4.

BONETI, Lindomar W. **O silêncio das águas – políticas públicas, meio ambiente e exclusão social**. Ijuí-RS, ed. Unijuí, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Les bal des célibataires – Crise de la société paysanne en Béarn**. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

\_\_\_\_\_. **Les structures sociales de l'économie**. Paris, Seuil, 2000.

\_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. UFPR, 1999.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**. 10<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003.

CARRON, A. & TORRE, A. Les conflits d'usages dans les espaces ruraux: une analyse économique. In: **PERRIER-CORNET, Philippe (directeur d'ouvrage)**. À qui appartient l'espace rural?. La Tour d'Aigues (France): L'aube Datar, 2002.

CASTRO, Antonio Barros. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

CHAMPAGNE, Patrick. **L'héritage redusé – la crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950-2000**. Paris: Éditions du seuil, 2002.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLINATA DE CURITIBA (COMEC). **PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba 2001: Documento Síntese para Discussão**. Curitiba, 2001. 79 p.

\_\_\_\_\_. **PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba 2002**. Curitiba, 2002. PDI Bloco A/1.1 (124 p.) A/1.2 (36 p.).

\_\_\_\_\_. **Mapa do Arruamento 2002 – Lapa +RMC**. Curitiba: 2003. Escala: 1:200.000 CD-ROM

\_\_\_\_\_. **Relatório Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, Abr. 1997. 100p.

\_\_\_\_\_. Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba – PROSAM. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/comec/planprog.html> Acesso em 23 de jun de 2002.

\_\_\_\_\_. Diálogos Metropolitanos **Metrópolis em Revista**, Curitiba, vol, 4 n.1, 77 p. 2002.

DELFIN NETTO, Antonio. **Agricultura e desenvolvimento no Brasil**. Estudos ANPES, no. 5, 1966.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo-Campinas: Ícone/UNICAMP, 1985.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001.

EMATER – PR. **Plano de desenvolvimento agrícola do município de Mandirituba**. Mandirituba: EMATER, 1994.

\_\_\_\_\_. **Plano de ação da microbacia de santo amaro**. Mandirituba-PR: Emater-PR, setembro de 2001.

FERREIRA, Angela. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: quais especificidades do caso brasileiro? **XXIX Encontro Nacional de Estudos rurais e urbanos** - CERU/USP, 2002.

FERREIRA, Angela D.D. & BRANDENBURG, Alfio (orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, no. 21, junho de 2000.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. 2<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Ed. nacional, 1981.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro. Editora Campus. 1990.p.92.

GOVERNO DO PARANÁ/SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. <http://www.pr.gov.br/sema/>. Acesso em 06/02/2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. José. . **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas/SP: Unicamp, 1999

\_\_\_\_\_. José. **O novo rural brasileiro**. 2<sup>a</sup> ed. Campinas/SP: Ed. IE Unicamp, 1999a.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1964.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HERVIEU, Bertrand. Espace multiple. In: PERRIER-CORNET, Philippe (directeur d'ouvrage). **À qui appartient l'espace rural?**. La Tour d'Aigues (France): L'aube Datar, 2002.

IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ: **Legislação ambiental**.  
<http://www.pr.gov.br/iap/lfpr.html/> Acesso em 28/02/2003.

\_\_\_\_\_. **Levantamento preliminar sobre o sistema Faxinal no Estado do Paraná**. Curitiba: IAP, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. CD-ROM

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.. CD-ROM

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. CD-ROM

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995/1996. CD-ROM

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sistema IBGE de Recuperação automática – SIDRA**. <http://www.sidra.ibge.br>. Acesso em 06/02/2006.

\_\_\_\_\_. **Sistema IBGE de Recuperação Automática: Produção agrícola municipal**. Extraído via internet no endereço: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. em 20 de fevereiro de 2006a.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. <http://www.incra.gov.br/> acesso 28/02/2003

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**: Curitiba: IPARDES, 1999.

\_\_\_\_\_. **Indicadores e Mapas Temáticos para o Planejamento Urbano e Regional**. Curitiba. IPARDES, 2002. Edição revisada e ampliada, CD-ROOM

JEAN, Bruno. **Les territoires ruraux dans la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux**. MAD/Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, 2000. Mimeo.

JOLLIVET, Marcel (org.). **Pour une agriculture diversifiée – arguments, questions, recherches**. Paris: L'Harmattan, 1988.

KARAM, Karem Follador. **Agricultura Orgânica: estratégia para uma nova ruralidade**. 235 p. Tese apresentada no Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale: sociologia des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin ed., 1990.

KAYSER, Bernard. **Les sciences sociales face au monde rural – méthodes et moyens**. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1989.

KLEINKE, M. L. U; DESCHAMPS, M. V; MOURA, R. Movimento migratório no Paraná (1986-91; 1991-96). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, nº 95, p. 27-50, jan/abr., 1999.

KAGEYAMA, Ângela & GRAZIANO DA SILVA, José. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos industriais. In: DELGADO, G.C. (org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: Série IPEA, n. 127, 1990.

LABURTHE-TOLRA, Philippe & WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia – Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1993.

LAMARCHE, Hugues (org.). **Agricultura Familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1998.

LEGAY, J.M. Méthodes et modèles dans l'étude des systèmes complexes. In: JOLLIVET, Marcel. **Pour une agriculture diversifiée**. Paris: L'Harmattan, 1988.

LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001.

LIFSCHITZ, Javier & PROCHNIK, Victor. **Observações sobre o conceito de complexo agroindustrial**. Texto para discussão No.260. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1991.

MAD – Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Relatório da oficina da linha de pesquisa “Sistemas Sociais, técnicos e Recursos Naturais de áreas rurais”**. Turma 2. Curitiba: MAD-UFPR, 1997.

\_\_\_\_\_. **Relatório da oficina da linha de pesquisa “Sistemas Sociais, técnicos e recursos naturais de áreas rurais”**. Turma 4. Curitiba: MAD-UFPR, 2001.

MALUF, Renato S. Planejamento, **desenvolvimento e agricultura na América latina: um roteiro de temas**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997. Série Debates, CPDA, no. 3, nov/97.

\_\_\_\_\_. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria José & MALUF, Renato S. (orgs.). **Para além da produção – multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MARTINS, José de Souza. **O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural**. Exposição de orador de plenário na sessão de encerramento do X Congresso de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, agosto de 2000.

MASSOT-MARTI, Albert. Le paradigme multifonctionnel: outil et arme dan la renégociation de la PAC. *Économie Rurale – la multifonctionnalité de l’activité agricole*. Paris: SFER, 2003. no. 273-274, janvier –avril 2003.

MATTEI, Lauro. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados**. Anais do IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Belém: 19 a 23 de março de 2001.

MDA/Secretaria Nacional da Agricultura Familiar. **Plano Safra para Agricultura familiar 2003-2004**. <http://www.pronaf.gov.br/>. Acesso em 28/02/2005.

\_\_\_\_\_. **SAF – Crédito rural do PRONAF por ano e mês**. <http://www.smap.mda.gov.br/credito/anofiscal/>. Acesso em 04/08/2005.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans**. Paris: Actes Sud-Babel, 1984.

MONTALIEU, Thiery. **Économie du développement**. Paris: Bréal, 2001.

MOREDDU, Catherine. Multifonctionnalité: un aperçu des travaux de l’OCDE. *Économie Rurale*. n°273-274. Paris: SFER, janvier-avril 2003, pp.103-120.

MOREIRA, Roberto José. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, abril de 1997, número 8, pg. 51-69.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.  
NIEDDU, Martino. Penser la multifonctionnalité agricole en reconnaissant le pluralisme des approches économiques, in DELORME, H. **La politique agricole commune, anatomie d'une transformation** . Presses de Sciences Po, Paris, 2004, p.183-201.

PAVIANI, Jayme. Disciplinaridade e interdisciplinaridade. **Anais do Seminário Internacional Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade**. Porto: novembro de 2003.

PINGAULT, Nathanaël. La multifonctionnalité: caractéristique ou objectif pour l'agriculture? in DELORME, H. **La politique agricole commune, anatomie d'une transformation** . Presses de Sciences Po, Paris, 2004, p.183-201.

PERRIER-CORNET, Philippe (directeur d'ouvrage). **À qui appartient l'espace rural?**. La Tour d'Aigues (France): L'aube Datar, 2002.

PERRAUD, Daniel. Quelques propositions pour l'analyse institutionnelle de la transformation des politiques agricoles – le cas de la multifonctionnalité de l'agriculture. **Les cahiers de la multifonctionnalité**. Paris: INRA-CIRAD-CEMAGREF, no. 4, 2004.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. 4<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA. **Plano de desenvolvimento agrícola do município de Mandirituba**. Mandirituba, s/d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. **Questões ambientais do município**. Mandirituba, s/d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA. **Caracterização do município.** Mandirituba, s/d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. **Planejamento para o período de 2005 a 2008.** Mandirituba, s/d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. **Plano de gerenciamento de resíduos sólidos de Mandirituba – Paraná.** Mandirituba: abril de 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA. **Lei No. 61 – Dispõe sobre a política de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente.** Mandirituba: 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo – Departamento de Turismo. Roteiro rural “Caminho do vinho”. São José dos Pinhais, s/d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **A força do campo.** São José dos Pinhais, s/d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Programas.** São José dos Pinhais, s/d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL. **Cinqüentenário de emancipação político-administrativo: Tijucas do Sul memórias de um povo.** Tijucas do Sul: novembro de 2002.

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira.** Recife: CONDEPE, 1962.

RAYNAUT, Claude 1994, O desenvolvimento e as lógicas de mudança: A necessidade de uma abordagem holística. Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente. Ed UFPR. Curitiba, Paraná. n 1 p. 81-105. 1994.

RENK, Arlene Anélia. **Sociodicéia às avessas.** Chapecó – SC: Grifos, 2000.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público – uma abordagem introdutória**. 3<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RICO, Elizabeth de Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais – uma questão em debate**. São Paulo: Cortez Editora/PUC-SP, 1998.

SACHS, Ignacy. **Espaços e tempos do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, A.; BERTOTI, LUIZ; QUEIROGA, Joel, CORONA, Hieda; DIAS, Janise B.; SOUZA, Cimone R.; SOUZA, Osmar Tomaz. **Diagnóstico preliminar sobre a Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento-UFPR, março de 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. 6<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

SEAB/PARANÁ 12 MESES. **Paraná 12 meses**. <http://www.pr.gov.br/SEAB>. Acesso em 28/02/2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SFER. **Économie Rurale – la multifonctionnalité de l'activité agricole**. Paris: SFER/CIRAD/CNASEA/INRA. 273-274, janvier-avril 2003.

SOROKIN, P., ZIMMERMAN, C. e GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José. de S. (Org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SOUZA, Osmar Tomaz. **Setor leiteiro: políticas, competitividade e impactos da abertura comercial nos anos noventa**. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 1999. Disponível on-line no endereço <http://www.pgdr.ufrgs.br>.

TCHAYANOV, Alexander. **L'organisation de l'économie paysane**. Paris: librairie du regard, 1990.

TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. Passo Fundo: UPF editora, 2001.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: SUPREN, 1977.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias**. 2a. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002.

VIVIEN, Fanck-Dominique. **Économie et écologie**. Paris: Éditions La Découverte, 1994. Collection Repères.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander Chayanov. In: UNICAMP. **Os camponeses tem futuro? Uma homenagem a Chayanov**. Campinas: unicamp, 1989.

\_\_\_\_\_. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. Texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1996.

\_\_\_\_\_. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander Chayanov. In: FERREIRA, Angela D.D. & BRANDENBURG, Alfio (orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998.

\_\_\_\_\_. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, No. 15, outubro de 2000.

\_\_\_\_\_. A valorização da Agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente a Reconstrução da Ruralidade a a Relação Sociedade/Natureza**, UFPR, Curitiba, 2000.

\_\_\_\_\_. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. IN; GIARRACA, Norma (compiladora) **Uma nueva ruralidad em America Latina?** Buenos Aires, CLACSO-ASDI, 2001, pp31-44.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres – colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo-Brasília: Hucitec/EdUnb. 1995.

## **ANEXOS**

## **ANEXO 1**

### **JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS – OFICINA 2**

O presente documento tem como objetivo explicitar as razões pelas quais o grupo de pesquisadores da linha rural, da turma V do doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR optou pelos municípios de Mandirituba, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul e pelas comunidades abaixo relacionadas, para realizar seus estudos e pesquisa sobre o rural da RMC.

Os dados e informações levantadas no primeiro relatório (março 2003), bem como os indicadores sociais, econômicos e ambientais apresentados no segundo relatório (setembro 2003), evidenciaram a existência de uma grande diversidade no meio rural da RMC.

A questão central para o grupo de pesquisadores é compreender como a heterogeneidade sócio-ambiental produz e reproduz o rural da RMC, observando os limites e as potencialidades de desenvolvimento da agricultura familiar. A escolha do recorte geográfico comum para o desenvolvimento da pesquisa orientou-se pelo esforço de ilustrar essas diversas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do meio rural da RMC. Assim, os três municípios escolhidos foram: Mandirituba, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul. As informações e dados utilizados têm origem nas fontes secundárias (IBGE, IPARDES, SEMA, MADE, COMEC, INCRA, entre outros) e nas entrevistas com informantes qualificados nos municípios (Secretários municipais, técnicos das Secretarias ou Divisão de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, EMATER's; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Prefeitos) e nas comunidades (agricultores e lideranças locais).

- 1) Quanto aos dados e informações coletadas de fontes secundárias que constam no relatório da oficina 2, os municípios apresentam o seguinte:

Item	Mandirituba	São José dos Pinhais	Tijucas do Sul
infra-estrutura	<b>Razoável</b>	Satisfatório	Precária
situação do habitante	Satisfatório	Satisfatório	Razoável
tipo de município	Rural	Rural	Rural +
taxa crês pop rural	ganho elevado	ganho muito elevado	ganho elevado
diversidade culturas	9 a 10 culturas	8 culturas	9 a 10 culturas
Tecnologia	De média para alta	de média para alta	de baixo para médio
Estrutura fundiária	inferior a 10há	inferior a 10ha	inferior a 10há
participação na área	De 10 a 50 ha	maioria acima de 100	maioria acima 100ha
Produto predominate	Outros	Olerícula	Outros
diversidade solo	Alta	Alta	Alta
solo predominante	2	4	4
Reflorestamento	5% a 10%	menor de 5%	10 a 15%
Cobertura vegetal	30% a 50%	50% a 70%	50% a 70%
Gradiente de altitude	Máximo	<b>Mínimo</b>	Máximo
Densidade hidrográfica	Média p/ alta (3,33 a 4,50 canais km)	Baixa (menor que 2,14 canais Km)	Média p/ alta (3,33 a 4,50 canais km)
Unidades de conservação		APA estadual do Rio Pequeno; AEIT do Marumbi; APA estadual de Guaratuba	APA estadual de Guaratuba;

2) Informações resultantes das entrevistas com representantes da EMATER (Mandirituba, Tijucas do Sul, S.José dos Pinhais); Secretaria Municipal de Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Mandirituba e S.José dos Pinhais) e Divisão de Agricultura (Tijucas do Sul).

#### **a) aspectos gerais relativos ao Município de Mandirituba - PR**

Várias políticas públicas visando o desenvolvimento rural têm sido implementadas no município desde o início dos anos 1990 e, aparentemente, várias ações já se consolidaram.

Segundo as informações obtidas, as alterações na produção foram muito significativas, pois predominava a produção de milho/feijão e hoje há uma diversidade decorrente das ações implementadas no município. Os principais produtos são: frutas (ameixa, pêssego); olericultura; camomila; avicultura; piscicultura; milho e feijão.

As impressões iniciais indicam diversidade tanto da situação sócio-econômica dos agricultores familiares, que constituem maioria absoluta da população rural, quanto dos aspectos relacionados ao meio físico. São aproximadamente 40 comunidades onde encontram-se diferentes etnias (poloneses, ucranianos e caboclos), estrutura produtiva diversificada, com propriedades de até 10 hectares sendo que a maior parte destas apresentam problemas legais de regularização fundiária. Observa-se diversidade nas condições de relevo, solo, restrições ambientais em função da alta presença de cobertura vegetal (= de 60% do município) e da extensa área com mananciais (projeto de captação de água para a RMC – rio da Várzea). Existem comunidades localizadas nas áreas de Serra e com presença de mananciais e, em geral, nessas localidades estão os agricultores com maiores dificuldades de produção e de renda (Ex: comunidade da Ilha). Há comunidades em melhor situação, localizadas em áreas mais próximas da sede e do eixo rodoviário de acesso a CEASA, com maior acesso às políticas públicas, maior renda e produção baseada em olerícolas e avicultura (caso da comunidade de Caí de Baixo).

#### **b) aspectos gerais referentes ao município de São Jose dos Pinhais - PR**

Segundo as informações obtidas junto a Secretaria de Abastecimento e da Agricultura e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, são mantidos vários programas de incentivo a agricultura (dentro os quais: agricultura orgânica, fruticultura, armazém da família, feiras livres mecanização agrícola) além das políticas federais para a agricultura, como o PRONAF, solicitado por 100 agricultores no ano de 2003.

Na avaliação da equipe técnica e do secretário da agricultura municipal há pouco contato direto com os agricultores, em função da falta de estrutura de transporte e de pessoal. São aproximadamente 5 profissionais ligados diretamente à secretaria e mais a equipe da EMATER local.

No município existem aproximadamente 2500 propriedades das quais 77% estão abaixo de 15 hectares. A produção é diversificada, com predominância de olerícolas além de frutas, como uva (para vinho) e morango, de camomila, de frangos, de suínos, de peixes e grãos. A pecuária leiteira é desenvolvida por 140 produtores sendo que na década de 1990 chegou a 2000 produtores. Após a falência da Cooperativa de Laticínios (CLAC), no final dos anos 1990, grande parte daqueles produtores fizeram conversão para a produção de hortaliças. Hoje estes somam 1500 produtores no município, sendo aproximadamente 40 de produção orgânica e 15 de produção ecológica.

No que se relaciona aos aspectos organizacionais (além do STR) ocorreram várias iniciativas para criação de associações de agricultores, que não se consolidaram. A exceção é a APEC, uma associação de agricultores para uso de máquinas agrícolas. A atual gestão municipal vem incentivando a criação de associações e cooperativas de produtores por produto (associação de produtores de morango, de pimentão e tomate etc).

Segundo a administração municipal existem aproximadamente 60 comunidades rurais do município, sendo que no mapeamento apresentado pela prefeitura consta 26 comunidades. Nas comunidades há predominância de população de origem polonesa, ucraniana, italiana e cabocla. Esses últimos encontram-se em condições sócio-econômicas mais precárias.

Parte significativa da área do município destina-se a áreas de preservação. A APA de Guaratuba ocupa 30% da área do município e a APA do rio Pequeno ocupa 12.000 hectares. Segundo os técnicos da prefeitura, a bacia do rio Miringuava é uma importante fonte de captação de água para o abastecimento da RMC e se estende por 20 comunidades. Existe um projeto de represamento do rio que, segundo os técnicos da prefeitura, irá alagar 100 propriedades rurais. O presidente do STR informou ainda que entorno de 1000 famílias serão atingidas direta ou indiretamente (restrição do uso de solo).

### **c) aspectos gerais referentes ao município de Tijucas do Sul - PR**

Não se identificou a existência de políticas públicas visando o desenvolvimento rural. Mesmo o acesso às linhas de crédito mais conhecidas, como o PRONAF, não consiste numa

prática regular no município e somente nos últimos dois anos é que alguns agricultores do município apresentaram projetos e receberam financiamento. Um dos problemas que dificultam o acesso ao financiamento é que 80% dos agricultores não possuem escritura da área. Entre os 3 municípios selecionados é o que possui a pior situação sócio-econômica. A agricultura familiar, na qual predominam descendentes de poloneses, italianos e caboclos, representa 70% dos produtores sendo que a área média das propriedades é de 5 a 12 hectares. Os principais produtos são: milho, avicultura e bovinocultura de corte, mandioca salsa, abóbora e o fumo, que voltou a ser produzido envolvendo aproximadamente 155 famílias. Observa-se também a presença de grandes áreas de reflorestamento pertencentes a 3 madeiras (Comfloresta, Batistela e Panagro). A visão dos entrevistados sobre a presença destas madeiras é muito negativa, pois teriam se instalado no município a partir da exclusão de agricultores familiares (pressão para compra de pequenas áreas). Além disso, existem aproximadamente 80 fornos de carvão, localizadas principalmente em comunidades mais pobres. Consta a presença de 250 famílias que sobrevivem do trabalho volante, mas residentes no núcleo urbano. Em geral, trata-se de filhos de pequenos produtores e ex-proprietários.

O município apresenta dois grandes domínios geográficos: a região da várzea, caracterizada pela presença das grandes propriedades e pela existência de 10 haras, e a região montanhosa, onde localizam-se as pequenas propriedades familiares em piores condições sócio-econômicas. Nesta região encontra-se a APA de Guaratuba e as maiores restrições de uso do solo.

No município não existe Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e tampouco sindicato de trabalhadores rurais. A estrutura municipal no que diz respeito a agricultura conta com apenas 1 técnico agropecuário e a Emater com mais um técnico e um agrônomo.

3) As informações sobre as comunidades de cada município conduziram o grupo do rural a visitar e levantar informações inicialmente de oito comunidades. Dessas foram escolhidas seis comunidades que apresentaram características condizentes com os objetivos da pesquisa, apresentadas nos quadros a seguir.

**Quadro 1 . Comunidades de Tijucas do Sul**

TIJUCAS DO SUL	CAMPESTRE	POSTINHO
N. de famílias	100	110 a 130
Produtos	milho e feijão, antigamente batata salsa, fumo integrado (4 empresas, usando inibidor de crescimento (mata broto) e herbicida (gramoxone)), entrada de cogumelo (5 produtores) Baixos níveis tecnológicos. Sistema Faxinal	Carvão, Agricultura de subsistência (milho e feijão) Integrado: fumo e pinus? batata salsa entrando inhame e abóbora nos últimos 2 anos. Não há avicultura integrada difícil devido a distância e estradas. Baixa produção dificultando a comercialização. Na entre safra, trabalham no pinus (diarista). Baixos níveis tecnológicos. Sistema Faxinal
Etnia	Cabocla	Cabocla
Água	Água da nascente da serra, canalizada para toda a comunidade (15 anos) Rio Ouro Fino	Poço Artesiano toda a comunidade.
Geologia	Embasamento Cristalino Planície Aluvial sedimentos não consolidados (ao N) Bacia de Curitiba(?)	Embasamento Cristalino Granito Gnaiss (?) Granitos intrusivos não foleados (?)Planícies Aluviais Próximo à Serra Negra Planícies Aluviais
Solos	4=Cambissolo, latossolo e 3=argissolo	3=Cambissolo
Planialtimetria/Hipsometria	de 820 a 900 m de altitude. Variações de classe de declive.	de 820 a 900 m de altitude. Variações de classe de declive.
Drenagem hidrográfica	Varia de 8 a 19 (19,13,17,8,12,10)	Varia de 8 a 25 25,20,15,15,12,17,8,15,17)
Uso e Ocupação/Vegetação	“Sistema Faxinal” Cultura temporária: 5 Cultura permanente: 3 Fumo Pinus, eucalipto, Bracatinga (reflorest.) Mata nativa	“Sistema Faxinal” Cultura temporária: 7 Cultura Permanente: 1 Pinus Fumo Mata Nativa
Características Gerais	Tecnologia Manual, uso de inibidor de crescimento (mata broto) e herbicida (gramoxone)), Adubo uréia Relevo quebrado Alguns tem potreiro (3 al) Horta para consumo próprio	Tecnologia Manual “Salgam a terra” (corretivo) Terreno quebrado Recolhimento de vasilhame de agrotóxico Uso de veneno para o fumo Dizem usar equipamento Horta para consumo próprio

Obs: Se observarmos os aspectos físicos-naturais e de uso e ocupação associados às imagens podemos verificar que Campestre apresentou maior diversidade ou heterogeneidade em cada variável analisada. Com exceção da densidade hidrográfica dos canais de 1ª ordem levantados. Para hipsometria devemos conferir o que significa “variações de classes de declive”. Interessante o fato da comunidade de campestre usar água de nascentes da Serra. E porquê Postinho optou pelo o Poço Artesiano?

**Quadro 2. Comunidades de Mandirituba - PR**

<b>MANDIRITUBA</b>	<b>COLONIA MATOS</b>	<b>SANTO AMARO</b>
N. de famílias	300 famílias	100 famílias sendo 70 da assoc. da água
Produtos	Água é captada na nascente da propriedade Vários produtos: feijão milho; mandioquinha, cenoura, alface, couve, cebola, repolho, couve-flor. Bracatinga, Pinus Apicultura, Granjas, Mineração (areia e brita) Tendência para a agricultura orgânica acentuada pelo mercado e pelo selo da Sec. Mun. 50 produtores de camomila, capim-limão, melissa. Festa do trigo c/ Colônia Marcelino de S.José dos Pinhais	Produtos: cenoura, beterraba, cebola, menos alface. Fruticultura: uva de mesa, Pêssego, ameixa, pimentão, abóbora (os quatro últimos destinados a SP) 11 produtores com aviários integrados e produção de olerícolas Milho, feijão e hortaliças para consumo próprio. . Não tem prod. orgânicos na comunidade 40 produtores Ceaseiros Psicultura (início, incentivo prefeitura-Emater)
Etnia	Polonesa	cabocla
Água	Rio mais próxima R. Maurício mas a sua água não é utilizada (dragagem de areia e assoreamento)	40 “lavadeiras” (lavador de hortícolas) com água de açude. Poço artesiano abastece a comunidade e seu comércio. Rio da Várzea (4Km), água não utilizada Rios mais próximos embora não utilizados R. da várzea e o R. das Antas
Tamanho da propriedade	média das propriedades de 12 a 15 alq	com 3 a 4 alq e algumas com até 10 alq.
Associação	Prédio da escola (depois da centralização da educação) usada pela associação da comunidade	Prédio da escola (depois da centralização da educação) usada pela associação da comunidade Associação da água com gerenciamento da comunidade
Levantamento de dados cartográficos: planialtimétrico, solos, usos e ocupação do solos/vegetação, hidrografia		
Geologia	Granitos Gnaisses Granitos intrusivos não-folheados	Granitos Gnaisses Embasamento cristalino
Solos	4=Cambissolo, latossolo, 3=argissolo 1= neossolo	4=Cambissolo, latossolo e 3=argissolo
Planialtimetria/Hipsometria	de 940 a 1100 m de altitude. Variações de classe de declive, apresentando-se diferentes na comunidade..	de 840 a 920 m de altitude. Curvas menos distantes entre si aparentando vertentes mais curtas e íngremes.
Drenagem hidrográfica	Varia de 7 a 27 (27,10,17,7,14,8)	Varia de 9 a 25 25,18,12,18,11,9)

Uso e Ocupação/Vegetação	Culturas temporárias: 14 Cultura permanente: 2 Mata nativa Apicultura Granja Poucas chácaras de lazer Mineração: brita e areia	Culturas temporárias: 7 Cultura permanente: 3 Mata nativa Granja Psicultura (início)
Outras	Propriedade na divisa de SJ dos Pinhais (Marcelino) a dele é de 30 alq. 5 alq de mata nativa Agricultura manual Tem também bracinga e apicultura .Pinus como aposentadoria a Tafisa compra em pé. 4200 arv/alq 1 arv=1m3 Mão de obra: Família e meeiros na época da colheita. Mineração: Tem uma pedreira De Amorim “Tudo certinho gerando emprego” Poucas chácaras de lazer e não existe ainda turismo rural Festa do Trigo na com. Marcelino (SJP) a mais de 30 anos em janeiro.	Presença de instituições: Emater (Silvio) , Prefeitura há 8 anos fornece: Patrulha mecanizada, mudas de arboreto e alevinos) Crítica ao STR (Sr. Julio) PRONAF Respeitam a vegetação nativa, o solo não é fraco e é utilizado corretivo calcário.

Comentários: Observando os aspectos físicos naturais e de uso e ocupação parece que a Colônia Matos possui maior diversidade/heterogeneidade. É necessário conferir o que significa “Variações de classe de declive”. Porém Sto Amaro possui formas de relevo mais amenas e uso de tecnologia mecanizada o que poderá interferir nas “respostas” de recursos como solo, água e mesmo cobertura vegetal de áreas degradadas.

**Quadro 3. Comunidades de São José dos Pinhais - PR**

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	MALHADA	MEGULHÃO
N. de famílias	Cerca de 200 famílias	Cerca de 100 famílias
Produtos	Tanque de piscicultura Haras Pinus Produção de Olerícolas Entrando: maçã, uva e pêssego	Produtos: uva (vinho) e leite (principais) Milho, olerícolas Produziu leite por 27 anos e com a quebra da CLAC passou a produzir verduras, milho, abóbora e vinho. Produtor de olerícolas em diferentes propriedades media de 2 caminhões por semana para o CEASA (os filhos é que tocam) Pesque-pague Produção voltada para o ecoturismo (vinho, queijo, embutidos) milho, Hortaliças e olerícolas Leite, suínos Pluriatividade nas famílias
Etnia	Polonês	Italiana
Tamanho da propriedade	Média das propriedades de 3 a 5 alq.	: Propriedades variando entre 5 e 10 ha Média de 3 a 5 alqueires :
Geologia	Formação de Guabiro tubinha Embasamento cristalino	Bacia de Curitiba (Formação de Guabiro tuba) Planícies Aluviais (sedimentos inconsolidados) Embasamento cristalino
Solos	4=latossolo, 3=organossolo argissolo	3latossolo, 3 organossolo 3 argissolo
Planialtimetria/Hipsometria	de 840 a 880 m de altitude.	de 880 a 920 m de altitude. Curvas equidistantes (várzea)
Rede de drenagem Densidade hidrogáfica	Varia de 2 a 8 (5 2 8 7 6 5 )	Varia de 0 a 10 (7 2 0 10 7 0)
Uso e Ocupação/Vegetação	Cultura temporária: várias (olerícolas) Cultura Permanente:4 Mata nativa Haras Psicultura Pecuária Capoeiras e Pinus	Cultura temporária: várias (olerícolas) Cultura Permanente: 2 Eucaliptos Pecuária Suínos Psicultura Mata Nativa (?) – APA do rio Pequeno
Água	Rio Miringuava	Poço artesiano Rio Pequeno

Comentários: Malhada apresenta uma formação geológica que ainda não havia aparecido nas demais comunidades. Aparentemente possui maior diversidade de uso dos solos, mas mergulhão possui alguns produtos (uva, leite, porcos) que não haviam aparecido ainda. O relevo das duas aparenta ser parecidos. Mergulhão possui menor área de mata nativa e uma interface forte com o urbano. Está dentro de um dos mananciais de Curitiba e provavelmente deve sofrer

restrições de uso pela APA. Malhada será afetada pela futura represa e já sofre pressões de restrição e conservação dos recursos.

**ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO DE CAMPO**

**I – IDENTIFICAÇÃO**

**Nº. formulário**

1.1) Entrevistador \_\_\_\_\_

1.2) Data entrevista \_\_\_\_\_

1.3) Comunidade: Postinho (1) Mergulhão (2), Santo Amaro (3)

1.4) Localização geográfica Latitude \_\_\_\_\_ Longitude \_\_\_\_\_ Altitude \_\_\_\_\_

1.5) Nome do responsável pelo estabelecimento \_\_\_\_\_

1.6) Tem outros domicílios no estabelecimento sim ( ) não ( ). Quem ( )

(1) Filho, (2) Filha, (3) Pais/Sogro, (4) Genro/nora, (5) Irmãos, (6) Empregados/Caseiros, (7) Outros

1.7) Quanto tempo a família reside nessa propriedade (1) 0 – 5, (2) 6 – 10, (3) 11 – 20, (4) + de 20 anos

**II - CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA**

**2.1) Origem étnica**

1. Do responsável (1) brasileiro, (2) português, (3) polonês, (4) ucraniano, (5) italiano, (6) alemão, (7) outros

2. Do cônjuge (1) brasileiro, (2) português, (3) polonês, (4) ucraniano, (5) italiano, (6) alemão, (7) outros

**2.3) Composição da família**

1) Membros/nome	2) Grau de parentesco	3) Idade	4) Escolaridade	5) Residência	6) Ocupação atual	7) Ocupação anterior
1					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
2					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
3					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
4					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
5					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
6					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
7					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
8					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
9					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
10					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
11					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
12					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )
13					1 ( ) 2 ( )	1 ( ) 2 ( )

14					1 ( )	1 ( )
					2 ( )	2 ( )

- 1) Primeiro nome de cada membro da família.
- 2) (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Filha, (5) Pais/Sogro, (6) outros
- 4) Escolaridade: (1) se está cursando e (2) se não está cursando  
(1) sem escolaridade, (2) educação infantil (3) 1ª. a 4ª. Séries, (4) 5ª. a 8ª. Séries, (5) Ensino Médio, (6) Ensino Técnico, (7) Ensino Superior
- 5) Residência:
  - (1) no estabelecimento;
  - (2) em outra propriedade no meio rural: (1) da comunidade; (2) do município; ; (3) da RMC; (4) outros;
  - (3) no meio urbano: (1) do município; (2) da RMC; (3) outros
- 6 e 7) Ocupação:
  - (1) Agricultor; (2) do lar; (3) Agroindústria; (4) Estudante; (5) Trabalho assalariado agrícola; (6) Trabalho assalariado não agrícola;
  - (7) Aposentado/pensionista, (8) Autônomo, (9) Caseiro.

### III. CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO

#### 3.1) Condições da moradia

- 1) Abastecimento de água: (1) Poço/vertente individual; (2) Poço/vertente coletivo; (3) Rede pública.
- 2) Acesso à água encanada (1) sim; (2) não.
- 3) Esgoto: (1) Fossa séptica; (2) Rede; (3) Céu aberto, (4) Poço negro
- 4) Destino dos dejetos humanos: (1) Banheiro interno; (2) Privada externa; (3) Céu aberto
- 5) Tipo de casa: (1) alvenaria; (2) madeira; (3) mista. Condições: (1) boa, (2) razoável; (3) precária.
- 6) Rede Elétrica: (1) sim; (2) não; Tipo de fornecimento: Público (1); Privado (2)
- 7) Telefone: (1) sim; (2) não. Tipo de telefonia: fixo (1); celular rural (2); Celular (3).
- 8) Lixo doméstico: (1) Queima, (2) Enterra, (3) Céu aberto, (4) Lixão comunitário, (5) Coleta pública

#### 3.2) Veículos e equipamentos domésticos

Tipo	1) TV	2) Geladeira	3) Fogão gás	4) Chuveiro Elétrico	5) Freezer	6) Rádio	7) Parabólica	8) Computador	9) Máquina lavar roupa	10) Tanquinho	11) Carro	12) Moto	13) Bicicleta
Quantidade													

### VI. ACESSO AOS SERVIÇOS

#### 4.1 Educação (da família)

Tipo	1. público	2. privado
1) Ensino de 1ª a 4ª série		
2) Ensino de 5ª a 8ª		
3) Ensino médio		
4) Ensino superior		

(1) Na comunidade; (2) no núcleo rural; (3) no meio urbano do município; (4) outro município.

#### 4.2. Saúde

Tipo	1. público	2. privado
1) Médico		
2) Dentista		
3) Hospital		
4) Farmácia		

(1) Na comunidade; (2) no núcleo rural; (3) no meio urbano do município; (4) outro município.

#### 4.3. Assistência social

1. Cesta básica: 1. sim ( ) 2. não ( )
2. Bolsa família: 1. sim ( ) 2. não ( )

3. Bolsa Escola: 1. sim ( ) 2. não ( )
4. Bolsa do Programa de erradicação do trabalho infantil: 1. sim ( ) 2. não ( )
5. Outros benefícios: 1. sim ( ) 2. não ( ) \_\_\_\_\_

#### 4.4 Transporte

1. Transporte coletivo público: 1. sim ( ) 2. não ( )
2. Transporte coletivo privado: 1. sim ( ) 2. não ( )
3. Carro próprio: 1. sim ( ) 2. não ( )
4. Outros: 1. sim ( ) 2. não ( )

#### 4.5 Participação na vida da comunidade e do município

1. Entidades/Instituições na comunidade	2. Entidade/Instituições no município	3. Participação
1. Igreja 1. sim ( ) 2. não ( )	1. Sind. trab. rurais 1. sim ( ) 2. não ( )	1. Igreja 1. sim ( ) 2. não ( )
2. Associação agricultores 1. sim ( ) 2. não ( )	2. Sind. Rural 1. sim ( ) 2. não ( )	2. Associação agricultor 1. sim ( ) 2. não ( )
3. Clube de mães 1. sim ( ) 2. não ( )	3. Conselhos 1. sim ( ) 2. não ( )	3. Clube de mães 1. sim ( ) 2. não ( )
4. ONG's 1. sim ( ) 2. não ( )	4. Cooperativas 1. sim ( ) 2. não ( )	4. ONG's 1. sim ( ) 2. não ( )
5. APM's 1. sim ( ) 2. não ( )	5. ONG's 1. sim ( ) 2. não ( )	5. APM's 1. sim ( ) 2. não ( )
6. Não sabe ( )	6. Não sabe ( )	6. Sind. trab. rurais 1. sim ( ) 2. não ( )
		7. Sind. Rural 1. sim ( ) 2. não ( )
		8. Conselhos 1. sim ( ) 2. não ( )
		9. Cooperativas 1. sim ( ) 2. não ( )

3. Quando sim: 1. Sócio /participação, 2. Exerce funções de direção ou outras

## V. UTILIZAÇÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO

### 5.1) Condição do produtor

Estabelecimento	1. Proprietário	2. Arrendatário	3. Parceiro	4. Meeiro	5. Ocupante	6. Total
1. Área						
2. Cultiva?						

2) 1. sim, 2. não

### 5.2) Utilização da área (ha)

Tipo de uso	1. Área
1. Lavoura Temporária	
2. Lavoura Permanente	
3. Horta, e Pomar doméstica	
4. Mata Plantada	
5. Mata Natural	
6. Pastagem plantada	
7. Pastagem natural	
8. Pousio	
9. Outros usos	
10. Sem uso	

### 5.3) Técnicas de uso e conservação

1. Curvas de nível 1. sim ( ) 2. não ( )
2. Consorcio de Produtos 1. sim ( ) 2. não ( )
3. Rotação de culturas 1. sim ( ) 2. não ( )
4. Queimadas 1. sim ( ) 2. não ( )
5. Adubação verde 1. sim ( ) 2. não ( )
6. Plantio Direto 1. sim ( ) 2. não ( )

7. Sistemas Agroflorestais e Agrossilvopastoril 1. sim ( ) 2. não ( )
8. Existem nascentes, sangas, córregos? 1. sim ( ) 2. não ( )
9. Existe mata ciliar nestas áreas de nascentes e córregos 1. sim ( ) 2. não ( )
10. Existe proteção artificial nas nascentes 1. sim ( ) 2. não ( )

**5.4 Usos e problemas com os recursos naturais**

1. Existem tipos diferentes de solos: 1. sim ( ) 2. não ( )
2. Existem erosões de solos: 1. sim ( ) 2. não ( )
3. Existem cultivos em áreas quebradas: 1. sim ( ) 2. não ( )
4. Utiliza madeira da propriedade: 1. sim ( ) 2. não ( )
5. Utiliza água da propriedade: 1. sim ( ) 2. não ( ). Finalidade 1. Irrigação ( ); 2. Abastecimento de pulverizadores ( ); 3. Limpeza de maquinas e equipamentos ( ); 4. Criação ( ).

**5.5) Destino das embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários**

1. Recolhido pela SEAB ou empresas : 1. sim ( ) 2. não ( )
2. Queima na propriedade : 1. sim ( ) 2. não ( )
3. Enterra na propriedade : 1. sim ( ) 2. não ( )
4. Reutiliza : 1. sim ( ) 2. não ( )
5. Deixa a céu aberto : 1. sim ( ) 2. não ( )
6. Armazena na propriedade: 1. sim ( ) 2. não ( )

**5.6) Assistência Técnica:** 1. sim ( ) 2. não ( )

1. Secretaria Municipal ( )
2. Emater ( )
3. Privada ( ) \_\_\_\_\_ (nome)
4. SENAR (....)
5. SEBRAE ( )
6. ONG's ( )
7. Universidade ( )
8. Outros (....)

**5.7) Integração:** 1. sim ( ) 2. não ( ). Tipo ( )

- (1) fumageira; (2) aves; (3) outros

**5.8) Produção agrícola nos últimos 12 meses**

1) Culturas	2) Área plantada	3) % de perda	4) Quantidade colhida Total (kg,maço,ton)		5)Pra quem vende	6) Calcário	7) Adubo Químico	8) Adubo Orgânico	9)Agrotóxicos			10)Sementes	
			1. Venda	2. Consumo					1.Ins	2.Fun	3.Her	1.Cert	2.Prop
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													
17													
18													
19													
20													
21													
22													
23													
24													
25													
26													

1) Seqüência de culturas por importância na geração de renda e horta e pomar caseiros

5) (1) Cooperativa; (2) Supermercado; (3) Empresas agropecuárias; (4) Direto ao consumidor; (5) Feiras; (6) CEASA; (7) Intermediários; (8) Outros (quem?).

Uso de tecnologia (do 6 ao 10): (1) Sim; (2) Não

**5.9) Produção animal nos últimos 12 meses**

Criações	1) Quantidade Total	2) Quantidade vendida	3) Quantidade consumida
1. Bovino de corte			
2. Bovino de leite			
3. Suíno			
4. Ovino			
5. Caprino			
6. Equino			
7. Aves			
8. Peixe			

**5.10) Principais derivados da produção animal nos últimos 12 meses**

Produto	1) Quantidade Total	2) Quantidade vendida	3) Quantidade consumida

**5.11) Principais produtos artesanais agrícolas e não agrícolas nos últimos 12 meses**

Produto	1) Quantidade Total	2) Quantidade vendida	3) Quantidade consumida

**5.12) Renda bruta nos últimos 12 meses - em R\$**

1 Produção Agrícola	
2 Produção pecuária	
3 Derivados da produção vegetal e animal	
4 Aposentadorias e pensões	
5 Renda não agrícola	
6.Arrendamento de terras	
7 Aluguel de máquinas	
8 Renda trabalho agrícola fora estabelecim.	
9. Programas sociais	
10. Outros	
Renda Total	

**VI. INFRAESTRUTURA****6.1) Veículos e equipamentos para produção do estabelecimento**

Tipo	1.Caminhão	2.Trator	3. Grade	4. Motores	5.Pulverizad or mecânico	6.Plantadei ra	7.Colheitadei ra	8.Micro-trator	9.Ordnh adeira mecânica
Quantidade									
Tipo	10.Pulveriz	11.	12. Carroça	13.	14. Riscadei	15. Aterrador	16.		

	a dor costal	Arado/aiveca		Carpideira/ cultivador	ra/bico de pato		
Quantidade							

### 6.2) Veículos e equipamentos para produção da associação ou comunidade

Tipo	1.Caminhão	2.Trator	3. Grade	4. Motores	5.Pulverizado r mecânico	6.Plantadei ra	7.Colheitadei ra	8.Micro- trator	9.Ordenh adeira mecânica
Quantidade									

Tipo	10.Pulveriza dor costal	11. Arado/aiveca	12. Carroça	13. Carpideira/ cultivador	14. Riscadei ra/bico de pato	15. Aterrador	16.
Quantidade							

### 6.3) Construções

Tipo	1) Silos	2) Galinheiros	3) Estrebaria	4) Galpões	5) Estufas	6) Granjas	7) Tanques	8) Casa	9)
Área (m²)									

## VII. FINANCIAMENTO.

a) Tipo de financiamento	b) Fonte financiadora	c) Valor financiado
<b>1. Investimento</b>		
2003/2004		
2001/2002		
1999/2000		
1997/1998		
<b>2. Custeio</b>		
2003/2004		
2001/2002		
1999/2000		
1997/1998		

## VIII. UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

- 1) Mão de obra familiar: 1. sim ( ) 2. não ( ). Número de pessoas ( )  
 2) Empregados permanentes: 1. sim ( ) 2. não ( ). Número de pessoas ( )  
 3) Empregados temporários: 1. sim ( ) 2. não ( ). Número de pessoas ( )  
 4) Troca de dias: 1. sim ( ) 2. não ( ). Quantidade de dias ( )  
 5) Participa de mutirão 1. sim ( ) 2. não ( ) Número de Pessoas ( )

## IX. MUDANÇAS OCORRIDAS NO ESTABELECIMENTO

### 9.1) Tipos das mudanças na propriedade nos últimos 20.

Tipos de mudança	1. Aumentou	2. Diminuiu	3. Motivo
1) Área total do estabelecimento			
2) Área com lavoura			
3) Are de mato/floresta			
4) área com pastagem			
5) Numero de culturas			
6) Uso de insumos químicos/agrotóxicos			

7) Uso de insumos orgânicos/verde			
8) Uso de máquinas e implementos agrícolas			
9) Pássaros silvestres			
10) Outros animais silvestres			
11) Diversidade de animais silvestres			
12) tipos de pragas e doenças			
13) Fertilidade do solo			
14) Volume de água das nascentes			
15) Volume de água dos córregos e rios			
16) Qualidade de água das nascentes			
17) Qualidade da água dos córregos e rios			
18) Mão de obra empregada na propriedade			

9.2) Você tem título de propriedade? 1. sim ( ) 2.não ( )

9.3) Existe agroindústria na comunidade 1. sim ( ) 2.não ( ) Quais? \_\_\_\_\_

9.4) Mudanças ocorridas na comunidade nos últimos 20 anos?

---



---



---

**Anexo 3 - Participação relativa de produtos temporários selecionados no VBP nos municípios da RMC – 1975.**

Município	Total	Banana	Café em côco	Arroz em casca	Cana de açúcar	Felão	Rumo em folha	Mandioca	Milho	Soja	Trigo
Adrianópolis	19.343,00	2,71	0,05	2,38	0,18	15,11	-	0,19	21,67	-	0,01
Agudos do Sul	9.278,00	-	-	0,15	-	5,53	30,27	0,05	31,17	-	1,34
Almirante Tamandaré	38.077,00	-	-	0,26	-	4,03	0,01	0,02	6,45	-	0,01
Araucária	86.540,00	-	-	0,86	-	1,23	0,38	0,01	8,23	0,43	0,58
Balsa Nova	6.847,00	-	-	2,29	0,07	3,58	1,21	0,18	18,99	0,74	0,64
Bocaiuva do Sul	17.623,00	-	-	0,07	-	13,79	1,17	0,01	25,72	0,12	-
Campina Grande do Sul	10.816,00	0,04	-	0,12	0,04	4,72	0,02	1,46	11,37	0,01	-
Campo Largo	8.557,00	-	-	7,47	-	6,85	7,32	0,27	15,02	5,94	3,61
Campo Magro											
Cerro Azul	112.987,00	0,00	68,91	0,77	14,96	0,14	-	0,00	1,34	2,52	0,12
Colombo	29.298,00	-	-	8,38	0,01	1,05	-	0,86	18,90	8,28	0,55
Corbélia	13.831,00	-	21,05	5,77	0,01	10,06	0,03	-	16,74	3,04	0,56
Curitiba	45.381,00	-	-	16,28	-	10,03	2,06	5,79	27,26	0,07	0,09
Fazenda Grande											
Itapejota											
Lapa	36.925,00	0,01	39,82	6,17	-	3,28	-	0,02	15,24	25,99	1,34
Mandrituba	105.607,00	0,04	68,75	3,39	0,02	0,73	-	0,00	2,55	11,76	0,50
Pinhais											
Piraquara	41.002,00	-	-	5,20	-	2,59	0,01	0,01	12,17	17,96	4,41
Quatro Barras	12.725,00	0,02	12,83	3,65	0,05	13,62	-	0,06	5,66	-	-
Quitibaia	73.744,00	0,01	34,78	0,31	-	0,38	-	0,00	1,47	42,84	6,35
Rio Branco do Sul	25.977,00	0,15	41,09	9,34	0,08	2,88	-	0,31	19,48	3,07	0,22
São José dos Pinhais	27.040,00	0,20	0,16	8,70	0,02	38,44	-	0,07	29,28	-	-
Tierras do Sul	155.782,00	0,01	-	20,77	-	1,54	0,16	0,59	7,77	40,77	10,93
Tierras do Paraná											
Dois Irmãos											
<b>Total</b>	<b>877.380,00</b>	<b>0,08</b>	<b>23,49</b>	<b>6,78</b>	<b>1,94</b>	<b>3,97</b>	<b>0,60</b>	<b>0,48</b>	<b>9,91</b>	<b>15,04</b>	<b>2,96</b>

Fonte: Censo Agropecuario do IBGE 1975

**Anexo 4 - Participação relativa dos municípios da RMC no VBP regional em produtos selecionados 1995/1996**

Município	Valor Total da Produção Agropecuária	% da RMC	Arroz em casca	% no VBP municipal	Batata Inglesa	% no VBP municipal	Cebola	% no VBP municipal	Felão
Adriópolis - PR	3.075.000,00	1,55	77.046,00	2,51	-	-	1.400,00	0,05	105.304,00
Agudos do Sul - PR	3.677.000,00	1,86	543,00	0,01	30.744,00	0,84	6.470,00	0,18	144.281,92
Almirante Tamandaré - PR	6.834.000,00	3,45	1.359,50	0,02	1.045.116,20	15,29	37.444,00	0,55	468.501,40
Araucária - PR	18.783.000,00	9,48	14.031,58	0,07	5.102.863,85	27,17	1.737.276,40	9,25	880.243,32
Baba Nova - PR	4.178.000,00	2,11	6.107,83	0,15	1.067.055,80	25,54	705.026,20	16,87	232.562,32
Bocaiuva do Sul - PR	3.714.000,00	1,87	540,00	0,01	-	-	5.505,00	0,15	43.801,30
Campina Grande do Sul - PR	1.226.000,00	0,62	-	-	-	-	-	-	2.507,00
Campo Largo - PR	19.120.000,00	9,65	14.778,00	0,08	7.508.749,10	39,27	953.211,70	4,99	1.286.639,60
Cerro Azul - PR	9.215.000,00	4,65	5.532,00	0,06	6.250,00	0,07	-	-	122.939,40
Colombo - PR	5.457.000,00	2,75	75,00	0,00	-	-	-	-	5.189,00
Corbélia - PR	12.643.000,00	6,38	11.618,40	0,09	6.729.992,50	53,23	517.503,00	4,09	1.029.668,00
Curitiba - PR	1.186.000,00	0,60	-	-	5.168,00	0,44	150,00	0,01	1.094,00
Fazenda Rio Grande - PR	1.288.000,00	0,65	-	-	95.155,00	7,39	840,00	0,07	96.778,00
Itaperiçá - PR	1.743.000,00	0,88	994,00	0,06	47.360,00	2,72	2.545,00	0,15	260.218,00
Lapa - PR	47.028.000,00	23,74	325.589,84	0,69	9.659.353,20	20,54	377.031,30	0,80	2.636.636,69
Mandrituba - PR	8.552.000,00	4,32	15.976,78	0,19	342.860,50	4,01	736.513,00	8,61	427.197,74
Pinhal - PR	993.000,00	0,50	-	-	-	-	42,00	0,00	4.816,00
Piraquara - PR	2.634.000,00	1,33	-	-	30.000,00	1,14	1.020,00	0,04	25.420,00
Quatro Barras - PR	860.000,00	0,43	-	-	-	-	-	-	2.100,00
Quatzenberg - PR	10.559.000,00	5,33	12.101,50	0,11	1.296.311,00	12,28	118.571,00	1,12	900.218,15
Rio Branco do Sul - PR	2.839.000,00	1,43	1.116,00	0,04	16.684,00	0,59	35,00	0,00	189.939,00
São José dos Pinhais - PR	21.982.000,00	11,09	2.180,00	0,01	727.898,00	3,31	4.570,00	0,02	380.901,50
Tijucas do Sul - PR	5.993.000,00	3,02	1.677,50	0,03	840.575,00	14,03	3.830,00	0,06	94.190,30
Tunas do Paraná - PR	470.000,00	0,24	-	-	-	-	-	-	5.028,30
Doutor Ulysses - PR	4.088.000,00	2,06	15.836,00	0,39	-	-	-	-	84.479,50
<b>Total RMC</b>	<b>198.137.000,00</b>	<b>100,00</b>	<b>507.102,33</b>	<b>0,26</b>	<b>34.552.136,15</b>	<b>17,44</b>	<b>5.208.383,60</b>	<b>2,63</b>	<b>9.430.654,44</b>
<b>Paraná</b>			<b>21.302.945,24</b>		<b>72.815.716,38</b>		<b>8.117.487,12</b>		<b>129.315.526,69</b>

Fonte: IBGE Censo Agropecuario 1995-1996

Anexo 5 - Valor da produção dos principais produtos olerícolas nos municípios da RMC (em reais) 1995-1996.

Município	Aluca	%	Dakarribá	%	Cancuru	%	Chuchu	%	Couwenker	%	Ypema
Parana	42749.04306		332478808		8.28922832		2959.78429		429780936		3777.98734
Adrianópolis	10.992.00	0,25	845.00	0,05	154.00	0,01	48.983,50	4,77	4.317.00	0,21	20.738.00
Agudos do Sul	8.111,95	0,15	9.081,00	0,87	12.493,85	0,37	1.899,20	0,17	19.389,50	0,38	12.990,50
Almirante Tamandará	47.097,10	1,19	44.974,50	9,91	159.950,35	11,14	28.174,00	2,88	89.279,10	2,14	190.389,87
Aracatuba	50.171,90	1,21	53.709,58	4,92	72.254,30	5,05	1.908,90	0,19	27.810,70	1,20	58.219,80
Baba Nova	830,50	0,02	485,00	0,09	1.994,00	0,09	492,50	0,05	9.940,35	0,14	9.284,50
Bocaiuva do Sul	80.512,40	1,45	28.529,00	1,95	9.728,75	0,28	90.842,05	9,11	119.973,80	4,94	29.878,25
Campina Grande do Sul	29.470,50	0,58	5.820,00	0,41	5.091,00	0,98	2.820,00	0,27	225.219,00	9,77	80,00
Campo Largo	91.243,90	0,75	4.799,85	0,95	29.592,98	1,85	331,10	0,08	9.815,35	0,42	48.974,50
Canoa Azul	49.388,00	1,20	-	-	88,00	0,00	70.951,50	7,21	7.189,50	0,91	32.592,00
Colombo	1.004.981,90	24,14	81.481,50	4,59	29.879,00	1,88	719.119,50	72,49	989.181,20	42,04	188.180,00
Contenda	18.389,93	0,41	2.543,00	0,19	42.052,89	2,94	1.918,40	0,19	9.889,80	0,42	17.554,30
Cunilândia	97.511,00	0,90	504,50	0,04	1.129,00	0,03	1.119,00	0,11	24.015,00	1,04	3.374,00
Faranda Rio Grande	1.294,75	0,09	1.119,00	0,03	11.589,00	0,31	24,90	0,00	4.770,00	0,21	2.320,00
Itaipava	388,00	0,02	39,00	0,01	213,20	0,02	-	-	999,50	0,02	2.411,00
Lapa	52.821,07	1,28	1.885,95	0,12	23.390,40	2,02	24.383,50	2,54	18.480,75	0,71	90.247,50
Mandrituba	29.898,13	0,31	18.495,00	1,21	105.494,10	7,97	4.878,78	0,49	29.335,85	1,04	19.352,50
Pinhão	24.338,00	0,80	9.205,00	0,83	21.932,00	1,54	2.388,04	0,23	4.948,00	0,19	4.943,40
Pragueira	41.773,90	1,00	2.384,20	0,21	10.449,00	0,79	250,00	0,08	2.850,00	0,11	10.785,00
Quatro Barras	29.919,00	0,72	5.989,00	0,40	8.909,40	0,44	2.383,70	0,23	4.097,00	0,16	5.881,00
Quitandinha	8.399,00	0,18	1.505,00	0,11	10.421,90	0,79	284,00	0,08	9.045,00	0,99	5.189,00
Rio Branco do Sul	18.451,90	0,44	9.298,50	0,24	1.309,90	0,19	98.217,10	9,98	29.471,80	1,23	94.507,00
São José das Pinhas	2.548.432,70	81,17	1.097.797,90	30,99	374.322,10	81,15	10.915,50	1,11	878.404,43	29,94	110.212,50
Tupaca do Sul	29.780,50	1,29	9.844,00	0,27	19.498,90	0,94	470,00	0,05	58.878,00	2,49	900,00
Tunas do Paraná	451,00	0,01	2,55	0,00	22,00	0,00	87,00	0,01	-	-	2.397,90
Três Rios	12.991,91	0,91	-	-	992,50	0,09	844,50	0,07	49,50	0,00	12.819,00
Total RMC	3742.782.74	100,00	7397.408,94	100,00	7.390.937,34	100,00	989.908,29	100,00	2309369,38	100,00	3097.974,92